

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE

RINCÕES DE POBREZA E DESENVOLVIMENTO:
Interpretações sobre comportamento coletivo

MARCO ANTÔNIO VERARDI FIALHO

2005



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**RINCÕES DE POBREZA E DESENVOLVIMENTO:
INTERPRETAÇÕES SOBRE COMPORTAMENTO COLETIVO**

MARCO ANTÔNIO VERARDI FIALHO

Sob a Orientação do Professor
Roberto José Moreira

Tese submetida como requisito
parcial para a obtenção do grau
de **Doutor** em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade

Rio de Janeiro, RJ
Agosto de 2005

307.1412
F438r
T

Fialho, Marco Antônio Verardi
Rincões de pobreza e desenvolvimento :
interpretações sobre comportamento
coletivo / Marco Antônio Verardi Fialho. -
2005.
213 f.

Orientador: Roberto José Moreira.
Tese (doutorado) - Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de
Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 295-301.

1. Desenvolvimento rural - Canguçu [Rio
Grande do Sul] - Teses. 2. Comunidades
rurais - Canguçu [Rio Grande do Sul] -
Teses. 3. Rio Grande do Sul - História -
Teses. 4. Grupos sociais - Canguçu [Rio
Grande do Sul] - Teses. I. Moreira,
Roberto José Moreira. II. Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto
de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

MARCO ANTÔNIO VERARDI FIALHO

Tese submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, área de Concentração em Sociedade e Agricultura, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA EM 17/08/2005



Dr. Roberto José Moreira – UFRRJ
(Orientador)



Dra. Regina Angela Landim Bruno – UFRRJ



Dr. Nelson Giordano Delgado – UFRRJ



Dr. Sérgio Schneider – UFRGS



Dr. Marcelo Carvalho Rosa – UFF

AGRADECIMENTOS

Ao longo do processo de doutoramento tive a oportunidade de conviver com pessoas que foram importantes, direta ou indiretamente, para que este trabalho alcançasse os objetivos que havia proposto, principalmente os pessoais. Um simples gesto ou uma pequena palavra, por vezes despercebida pelos próprios autores, foram importantes para vencer mais uma etapa no meu processo de desenvolvimento. Nesse universo de estímulos, gostaria de expressar o meu sincero agradecimento a algumas pessoas.

O aperto de mão forte do Professor Roberto Moreira (orientador) foi um desses gestos, transmitindo confiança e estímulo. Por vários momentos chegava às conversas de orientação meio desanimado ou confuso, sua atenção, paciência e instigação foram importantes para o resultado deste trabalho. Nessas conversas de orientação pude apreender uma outra perspectiva, mais rica e estimulante, para observar meu objeto de estudo, um marco na minha formação acadêmica. Por estes e por outros que registro aqui o meu sincero Muito Obrigado ao Professor Roberto Moreira.

Agradeço ao corpo docente do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, em especial, ao Professor Nelson Delgado pela sua amizade, simpatia e estímulo, sempre atencioso e preocupado comigo.

Não poderia deixar de agradecer aos funcionários na figura do senhor José Carlos e da senhora Teresa, sempre atenciosos e prestativos. Também não poderia esquecer do inspirado Ilson, sempre atendo à máquina copiadora e ao rádio.

Aos colegas de curso meu agradecimento pelo convívio e companheirismo cultivados dentro e fora do ambiente acadêmico, destacando os companheiros de apartamento, César, André e Ivaldo, os amigos de bate-papo, Angélica, Aníbal, Gilberto, Indira, Mazinho, entre outros.

A Regina Bruno, Nelson Delgado, Sergio Schneider e Marcelo Rosa, membros da banca examinadora, meu agradecimento pelas sugestões e críticas, muito importantes para o melhor acabamento desta tese.

Também registro o meu agradecimento às famílias de David e de Moacir pelo carinho e pelo espírito fraternal com que me acolheram em seus lares, amigos que sempre lembrarei, principalmente pelos almoços de domingo e pelas caminhadas pelo Aterro do Flamengo. Também não poderia esquecer de agradecer ao David pelo

empréstimo do Fusca, companheiro de algumas aventuras inusitadas no interior de Canguçu.

Aproveito também para agradecer ao CNPq pelas bolsas de mestrado e doutorado, as quais foram imprescindíveis para a minha formação.

Agradeço à EMATER/RS, na figura do senhor Adilson, por ter disponibilizado alojamento para a realização do trabalho de campo. Também gostaria de destacar o meu agradecimento aos senhores Donaldo e Paulo, técnicos da EMATER/RS, pela atenção e disponibilidade que atenderam a minha solicitação, principalmente pela paciência nas longas conversas sobre as localidades rurais.

Às sociedades do Rincão dos Marques e Rincão dos Maia agradeço pela cordialidade e hospitalidade com que fui tratado, pessoas generosas e atenciosas. Na primeira, gostaria de destacar um sincero agradecimento aos senhores Selmo e Edgar Souza, a este último pelo companheirismo e desprendimento em apresentar as famílias da localidade, mas, também, por abrir as portas de sua casa, permitindo um gratificante convívio familiar. Na segunda, pela hospitalidade e atenção, um especial agradecimento aos senhores Augusto Ferreira, David Casarin e Enio Squiavon.

Agradeço sinceramente ao Professor Lovois pela força e estímulo, principalmente nos primeiros meses de doutorado, sempre lembrando da minha capacidade para enfrentar desafios.

Meu carinhoso agradecimento à Nádia, com que pude desfrutar dos melhores domingos da minha vida, passeando pelas belezas do Rio de Janeiro e de Niterói. Sempre atenta e dedicada para que eu pudesse trabalhar de maneira agradável e produtiva.

Por fim, mas principalmente, agradeço aos meus pais, exemplos de dedicação e desprendimento. A eles devo minhas conquistas e valores.

E não poderia faltar o meu agradecimento a Deus pela inspiração e pela minha família, elementos indispensáveis para a conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Antecedentes	1
Aportes Teóricos e Metodológicos	8
Os Rincões: uma aproximação ao ambiente e às questões da pesquisa	11
Rincão dos Marques: <i>tudo é difícil!</i>	13
Rincão dos Maia: <i>um novo rincão!</i>	18
CAPÍTULO I – DAS ORIGENS COLONIZADORAS: OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE – PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA PERSONALIDADE DO TIPO SOCIAL GAÚCHO	24
1.1 Formação do Território Rio-Grandense no Brasil Colônia	24
1.2 O Gaúcho: conjunção étnica	34
1.2.1 A região sul do Rio Grande do Sul e a formação das características de personalidade do gaúcho	39
1.2.2 Formação étnica do gaúcho	41
1.2.3 Aspectos característicos do <i>gaúcho primitivo</i> e da sua vida cotidiana	50
1.2.4 Sociabilidade e integração na Campanha gaúcha	54
1.2.5 Aspectos comportamentais do gaúcho rio-grandense	59
CAPÍTULO II – PASSADO E PRESENTE DE CANGUÇU	72
2.1 Canguçu e sua História	72
2.1.1 Período colonial	72
2.1.2 Período pós-colonial	81
2.2 Características Atuais de Canguçu	96
CAPÍTULO III – UM PÉ NO ESTRIBO E OUTRO NA TERRA – RINCÃO DOS MARQUES: DILEMA ENTRE PASSADO E PRESENTE	111
3.1 Resgate do Passado Vivido e Escutado: lembranças do modo de vida e percepções (deles e nossas)	112
3.2 O Subjetivo no Desenvolvimento: aspectos da personalidade coletiva	126
3.2.1 Heranças de um passado longínquo: do dorso às patas do cavalo	127
3.2.2 Auto-estima: algumas questões a salientar	130

3.2.3	Acomodação frente à realidade pouco estimulante: resignação e conformismo, sem forças e vontade para lutar	134
3.2.4	Localidade ou comunidade: espírito social	140
3.2.5	Necessidade de tutor	145
CAPÍTULO IV – DA <i>CRISÁLIDA</i> AO NOVO RINCÃO DOS MAIA: CAMINHOS PARA COMUNIDADE		150
4.1	O Passado na Memória Coletiva e o Presente aos Nossos Olhos e Ouvidos	151
4.2	Além do <i>Casulo</i> : análise dos <i>propiciadores</i> da transformação	162
4.2.1	O Programa de Desenvolvimento de Comunidade – SUDESUL: <i>a intervenção cirúrgica</i>	163
4.2.2	Possíveis contribuições para a transformação: <i>a natureza agindo</i>	172
4.2.3	Espírito de comunidade, comportamento e desenvolvimento	189
CONCLUSÕES		200
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		207
ANEXO 1 – Localização do Município de Canguçu e das Localidades Rincão dos Marques e Rincão dos Maia		213

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Vista panorâmica na localidade do Rincão dos Marques	15
Figura 02. Vista panorâmica na localidade do Rincão dos Maia	20

RESUMO

FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Rincões de Pobreza e Desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo**. Seropédica: UFRRJ, 2005. 213p. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Este trabalho trata do processo de desenvolvimento de duas localidades rurais no município de Canguçu/RS a partir da compreensão da complexidade do contexto das relações sociais as quais estão integradas. As pessoas dessas localidades, na grande maioria, caracterizam-se pela miscigenação entre descendentes de portugueses, índios, negros e espanhóis, pela agricultura de base familiar e pelos estigmas atribuídos à origem étnica. O objetivo deste estudo foi analisar o processo de desenvolvimento das localidades rurais a partir da observação e compreensão do comportamento humano em interação no tempo e no espaço, procurando percebê-las como coletividades (sociedades locais) em contínua relação com o ambiente, num processo aberto e interdependente. Para a sua realização utilizamos tanto da pesquisa bibliográfica e de fontes secundárias, como de observações e entrevistas abertas em pesquisa de campo. Com base na bibliografia sobre a história do Rio Grande do Sul, tratamos de descrever e analisar o processo de ocupação e formação do território rio-grandense, atentando para aspectos comportamentais do *gaúcho*, traços que podemos identificar, relativamente, com os observados nas sociedades estudadas. Na pesquisa de campo, estimulando a memória popular local, abordamos aspectos do passado e do presente, experiências vividas que nos ajudaram a elucidar questões relacionadas ao processo de desenvolvimento das sociedades, atentando para a relação deste (processo de desenvolvimento) com elementos comportamentais da sociedade local – transformações de mentalidade decorrente da ampliação do horizonte social. Dentre os resultados merecem destaque: a) a representação de ser humano inferior, atribuída aos descendentes de portugueses, índios, negros e espanhóis, foi construída ao longo do processo de desenvolvimento, na produção e reprodução de hierarquias sociais com diferenciais de poderes; b) a construção de identidades está relacionada com os diferenciais de poderes, qualificando ou desqualificando grupos sociais no imaginário social; c) a atribuição de estigmas a grupos sociais inferiorizados produz, na psique destes, *mecanismos* que impõem limites ao desenvolvimento social; d) a expansão das relações sociais qualifica grupos marginalizados ao desenvolvimento social; e) a (auto)valorização social pelo conhecimento (informação) e pelo reconhecimento das capacidades (por exemplo, produtiva) aparelha (ou municia) grupos sociais estigmatizados para contra-estigmatizar, produzindo sentimentos (auto-estima, confiança, etc.) que contribuem para a ampliação das conquistas sociais.

Palavras chave: sociedades rurais tradicionais, aspectos comportamentais coletivos, pobreza rural, desenvolvimento local, desenvolvimento reflexivo.

ABSTRACT

FIALHO, Marco Antônio Verardi. **Locals of Poverty and Development: Interpretations about collective behaviour.** Seropédica: UFRRJ, 2005. 213p. (Thesis, PhD in Development, Agriculture and Society).

This paper is about the development process of two rural localities in the municipality of Canguçu, Rio Grande do Sul, from the comprehension of complexity of the social relationships context which are integrated with. By a large majority, those people are characterized by the miscegenation among descendants of Portuguese, Indian, Negro and Spanish people, by the familiar agriculture and by the stigmas attributed to the ethnical origin. The objective of this paper is to analyse the development process of the rural localities from the observation and comprehension of human behaviour in interaction with time and space, intending to perceive them as collectivities (local societies) in continuous relationship with environment, in a open and interdependent process. For this study not only bibliographic research but also secondary sources were used, as observations and open interviews in field research. Based on the bibliography about Rio Grande do Sul history, the process of occupation and formation of 'rio-grandense' territory is described and analysed, attending to behavioural aspects of *gaúcho* – a typical inhabitant –, traces which we can in a relative way identify with the observed ones in the society studied. In the field research, by stimulating the local popular memory, aspects of the past and present are approached, life experiences which helped us to elucidate issues related to the societies development process, observing this relationship (development process) with behavioural elements of the local society – mentality transformations in consequence of the social horizon ampliation. Some results can be emphasized: a) the representation of an inferior human being – attributed to the descendants of Portuguese, Indian, Negro and Spanish people – was built along the development process in the production and reproduction of social hierarchies with differential of powers; b) the identities construction is related to the differential of powers, qualifying or disqualifying social groups in the social imaginary; c) the attribution of stigma to inferiorized social groups can produce in their psyche *mechanisms* which impose limits to the social development; d) the expansion of the social relationships qualifies groups marginalized in relation to the social development; e) the social (self)valorization by the knowledge (information) and by the recognition of capacities (for example, productive ones) equips (or munitions) social groups stigmatized in order to counterstigmatize, producing feelings (self-esteem, confidence, etc) which contribute to the social conquests ampliation.

Key words: traditional rural societies, collective behavioural aspects, rural poverty, local development, reflexive development.

INTRODUÇÃO

Antecedentes

Neste trabalho empenhamo-nos em compreender e explicar o processo de desenvolvimento de duas sociedades rurais, através da análise do comportamento humano em interação no tempo e no espaço. Esforço em compreender as sociedades como coletividades em contínua relação com o ambiente, num processo aberto e interdependente. Ambiente constituído por um conjunto de elementos materiais, culturais, psicológicos e morais inter-relacionados. Grosso modo, acreditamos que um processo consistente de desenvolvimento da sociedade, independente dos resultados (econômicos e sociais), habita, num primeiro momento, na psique das pessoas, refletindo, no momento seguinte, no comportamento. Qualquer iniciativa que antecipe ou transponha estes estágios ou ignore aspectos relacionados à psicologia da sociedade poderá alcançar resultados efêmeros, como, por exemplo, políticas pontuais desvinculadas do contexto social. Ao decidirmos estudar o processo de desenvolvimento de sociedades locais, tínhamos como uma das fontes inspiradora as políticas públicas de combate à pobreza rural,¹ justificando, relativamente, a escolha das localidades – uma que superou a condição de pobreza e a outra que permanece nela, situadas no município de Canguçu, região sul do Estado do Rio Grande do Sul.²

Pobreza, palavra que aguça a criatividade de estudiosos do tema. Na ânsia de salientar sua relevância, descrevem-na com rigores cinematográficos, a exemplo de Castro (1980, p. 55): “Imagens de homens, mulheres e crianças perambulando como fantasmas num mundo perdido, com os olhos esbugalhados flutuando fora das órbitas e com os molambos de vestuários balançando grotescamente sobre a armação dos esqueletos saltando à flor da pele.” Percepção destacada por Salama e Destremau (2001, p. 17): “A figura mais comum do pobre, na imaginária de Espinal, é a da criança esquelética, de barriga inchada, que a mídia divulga quando a fome se espalha num país.” Formas que estimulam a construção, na psique, de imagens tristes e desagradáveis, crianças, adultos e velhos agonizando, introduzidos num ambiente de fome e degradação.

Os estudiosos também utilizam frases de impacto quando se referem à pobreza. Destacamos a frase de Luiz Gonzaga Belluzzo no prefácio da obra “O Tamanho da Pobreza” de Salama e Destremau (2001, p. 12): “Os pobres canibalizam os pobres.” Outro destaque cabe a frase de Castro (1980): “Enquanto metade da humanidade não come, a outra metade não dorme, com medo da que não come.”³ Frases que pouco contribuem para melhorar a dura e sofrida vida dos marginalizados, transformando-os em seres não sociáveis. Motivando, talvez, o medo e a segregação social. Em parte entendemos tal comportamento, mecanismo de preservação, parafraseando Elias (2001), sobre a conduta dos jovens e adultos em relação aos idosos, *os não-pobres podem, de maneira semiconsciente, sentir que a pobreza é contagiosa e ameaçadora; afastam-se involuntariamente dos pobres*.⁴ Salama e Destremau (2001, p. 122), de certa forma, ajudam-nos a entender os sentimentos e os medos que estão por detrás de cada frase:

¹ Como fonte de inspiração, este tema não será, propriamente dito, discutido neste trabalho.

² Empregamos a primeira pessoa do plural para destacar a nossa interpretação ou posição.

³ Benko (1996, p. 55) apresenta outro exemplo de frase de impacto: “(...) ‘subdesenvolvimento’ de uns seria o desenvolvimento de outros, e a riqueza desses últimos se alimentaria da miséria dos primeiros.” O autor parece entender que o desenvolvimento da sociedade se dá entre dois extremos dependentes e necessários para o processo.

⁴ A frase de Elias (2001, p. 37): “Os vivos podem, de maneira semiconsciente, sentir que a morte é contagiosa e ameaçadora; afastam-se involuntariamente dos moribundos.”

“(...) a pobreza volta a ser, no imaginário, o que foi na Europa de antigamente: a *classe perigosa*.” Segundo Castel (1997, p. 164-165), na Europa da metade do século XIX, as populações flutuantes, miseráveis, não socializáveis, cortadas de seus vínculos rurais ameaçavam a ordem social pela violência revolucionária. Ou, como o autor destaca, ameaça à sociedade como uma *gangrena*, “(...) uma espécie de contaminação da miséria, da desgraça que infectaria progressivamente todo o corpo social.”

A humanidade conta com milhões de indivíduos que necessitam do mínimo para viver, pessoas que vivem com menos de um dólar por dia (*extrema pobreza*); outras tantas que sobrevivem com menos de dois dólares diários (*pobreza*); além da insuficiência de renda, as restrições ao acesso à água potável, instalações sanitárias básicas e energia elétrica, e a falta de conhecimento sobre noções básicas de higiene agravam as condições de vida. Entretanto, Rocha (2003, p. 09-10) lembra que a “pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. (...) ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.” Pela própria complexidade, pobreza representa uma noção ampla e vaga, possibilitando entendimentos diversos. Defini-la depende do padrão de vida reconhecido num determinado contexto social.

Como antecedentes, no Brasil, estudos relacionados à pobreza e à fome começam a ser desenvolvidos a partir da segunda metade do século XIX, influenciados pelo intenso processo migratório. No século XX, outros tantos estudiosos tiveram a mesma preocupação, retratar o fenômeno da fome, entre eles Josué de Castro – “Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço” (1956), obra que retrata a questão da fome no Brasil. Comparando as regiões do país, concluiu que há algumas em condições de extrema pobreza – áreas de fome – e outras, apesar das péssimas condições de vida, com deficiências alimentares – áreas de subnutrição. Segundo classificação de Castro (1980), as áreas de fome eram: a Amazônica, a da Mata e a do Sertão Nordeste, exibindo quase que permanentemente as marcas inconfundíveis da fome coletiva. A subnutrição aparecia nas áreas do Centro-Oeste e Extremo Sul, de hábitos alimentares inadequados, não apresentavam deficiências tão pronunciadas a ponto de caracterizar estado de fome.

Nos últimos anos, a questão da desigualdade e da pobreza tem dado novo fôlego aos pesquisadores brasileiros. O estudo de Roque (s/d)⁵ sobre *Cidadania e Pobreza*, baseado nas informações do Relatório Brasileiro de Desenvolvimento Humano⁶ e da edição brasileira do Observatório da Cidadania,⁷ constatou que aproximadamente 16,5 milhões de pessoas (11,9% do total da população brasileira) encontram-se em situação de *pobreza absoluta*. Tomando como critério *participação da renda*, o Brasil é um dos países com maior grau de desigualdade na distribuição da renda. A participação da renda dos 20% mais ricos aumentou de 54% em 1960 para 65% em 1990, enquanto que os 50% mais pobres participavam em 1960 com 18% da renda passaram em 1990 para 12%. Hoffmann (2000), utilizando os dados do IBGE,⁸ verificou que os 10% mais ricos da população brasileira retêm 47,2% da renda total, e os 50% mais pobres repartem apenas 13,8% da renda total. Desagradável curiosidade, salientada pelo autor, relaciona-se à magnitude da desigualdade na distribuição da renda, os 1% mais ricos dispõem de quase a mesma renda dos 50% mais pobres, 13,7% da renda total.⁹

⁵ Provavelmente publicado entre 1998 e 2002.

⁶ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1996).

⁷ Social Watch Report (1997).

⁸ Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD/1998.

⁹ Sobre pobreza no Brasil, ver Rocha (2003).

A pobreza não está distribuída de forma homogênea no território nacional. Com base nos dados do IBGE/PNAD de 2001, segundo Rocha (2003, p. 196), o Norte urbano participa com 6,51% do total de pobres no país, o Nordeste com 41,65%, o Sudeste com 36,36%, o Sul com 7,78% e o Centro-Oeste com 7,70%. Focando nas proporções, o Norte urbano tem 40,54% de sua população considerada pobre segundo critérios empregados pelo IBGE,¹⁰ no Nordeste o valor atinge 50,75% da população, no Sudeste é de 29,45%, no Sul de 17,87% e no Centro-Oeste a proporção de pobres no total da população atinge 37,79%. Quanto à localização domiciliar, 31,73% da população residente na zona urbana são considerados pobres; esta proporção é maior na zona rural, atingindo 41,85% dos habitantes.

No Rio Grande do Sul, 17,35% da população total eram considerados pobres em 2001. Nos estratos urbano e rural, a proporção de pobres foi de 16,53% e 21,42%, respectivamente; apesar do maior contingente de pobres domiciliar no meio urbano, o rural tem a maior parcela de pobres em sua população.¹¹ As áreas de pobreza rural estão localizadas predominantemente nas regiões da Campanha, Serra do Sudeste e parte da Depressão Central (Metade Sul). Estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE)¹² aponta os municípios da Serra do Sudeste como os de pior desempenho relativo ao *Índice de Desenvolvimento Social* (IDS).¹³ A Serra do Sudeste apresenta expressivo número de pequenas propriedades rurais e restrita disponibilidade de meios de produção, como é o caso do município de Canguçu.¹⁴

Complementando a discussão sobre pobreza, Rocha (2003) ressaltava algumas características do perfil dessa porção da sociedade brasileira. Grosso modo, a pobreza declina com a idade, as famílias mais jovens geralmente têm maior número de dependentes sem remuneração (crianças), implicando menor renda *per capita* e maior custo com despesas adicionais. A pobreza incide em maior proporção nos indivíduos de cor preta e parda e em menor escala sobre os de cor amarela. A correlação entre pobreza e baixo nível educacional, apesar da rápida redução na taxa de analfabetismo, continua evidente. Segundo a autora, 70,4% dos analfabetos são pobres. Famílias chefiadas por mulheres e jovens e de baixo nível de escolaridade colabora para explicar a restrição quanto ao valor da renda familiar, fatores de vulnerabilidade. Entretanto, as famílias pobres estão tendo maior acesso a bens duráveis (determinantes do nível de bem-estar) como fogão, geladeira e televisão, itens presentes na maioria dos domicílios. Quanto à atividade produtiva, a pobreza está associada a atividades de baixa produtividade, baixos rendimentos, irregularidade, insegurança e imprevisibilidade de rendimento, aspectos que estão relacionados, de modo geral, à agricultura familiar, já que quase 40% dos pobres, segundo a autora, estão ocupados na agricultura de subsistência, está caracterizada, relativamente, pela baixa qualificação da mão-de-obra e pela baixa produtividade.¹⁵

¹⁰ Insuficiência de renda.

¹¹ Rocha (2003, p. 237-240).

¹² Informações referentes a 1991.

¹³ O estudo da FEE-RS apóia-se na construção de um indicador de desenvolvimento (IDS) e um de carência (Índice de Carência Social – ICS). O IDS resulta do cálculo de carência média (ICS-média) e varia de 0 a 1, expressando desde situações de carência absoluta até o desenvolvimento máximo. O ICS é formado pelas variáveis: taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo e escolarização, PIB *per capita* e grau de indigência. Nos municípios da Serra do Sudeste, o IDS está na casa de 0,1674 (FEE, 1995).

¹⁴ Boa parte dos municípios de melhor desempenho (maior IDS) está localizada nas regiões de colonização alemã e italiana (Metade Norte).

¹⁵ Salientamos que a redução da inflação e o aumento real da renda, após o Plano Real, colaboraram para a mudança de perfil dos pobres. Rocha (2003, p. 154-162) destaca algumas mudanças no perfil da pobreza no Brasil entre 1992 e 1999: a) redução da participação de crianças e jovens (de 5 a 19 anos)

A pobreza rural é uma questão histórica, envolvendo índios, negros e mestiços, fruto da miscigenação que marcou a formação da sociedade brasileira.¹⁶ Wanderley (1997, p. 100-101) destaca duas marcas estruturais geradoras dos problemas sociais do mundo rural: a propriedade da terra sob a forma de latifúndio e a dominação *oligárquico-patrimonialista*; ainda presente de modo tradicional ou integrada no processo de modernização conservadora.

A pobreza de modo geral está se acentuando, problemas sociais inerentes estão sufocando a sociedade, transformando-se, a cada dia, numa questão de difícil reversão ou, pelo menos, de administrá-la. Discursos e ações políticas parecem estar em direções diferentes, governantes céticos quanto às soluções. As ações, na maioria dos casos, não passam de medidas paliativas e localizadas, impedindo políticas de transformação. Ou melhor, conforme Salama e Destremau (2001, p. 18), “(...) finos conhecedores da pobreza *no papel* são incapazes de compreendê-la na vida cotidiana e, chamados à responsabilidade, (...) preconizam políticas no mínimo inadequadas.” Do outro lado, famílias pobres que substituem a esperança pelo descrédito e frustração – marcas psicológicas que avariam a auto-estima e comprometem o desenvolvimento humano e social de parte da sociedade.

Parte considerável dos estudos sobre pobreza e exclusão social objetivou descrever o fenômeno, colaborações indispensáveis para o conhecimento e criação de medidas de combate ou, modestamente, de alívio. Trata-se de estudos, em parte, unidimensional, focando, por exemplo, renda, dieta alimentar, entre outras variáveis; tendo como fonte de informação, em certa medida, dados secundários.

Atualmente há simpatia por programas de desenvolvimento que valorizem aspectos característicos da região e da sociedade local, primando pela participação direta da população no planejamento e coordenação dos projetos. Conforme Salama e Destremau (2001, p. 102), expondo idéias do PNUD, os indivíduos devem se engajar nas lutas sociais, “(...) ativar suas capacidades para a construção de seus próprios direitos e orientar o crescimento no sentido de seus próprios interesses”. Temos, para isto, que conhecer e entender a mentalidade da sociedade (observáveis na personalidade individual e coletiva), os elementos que condicionam seu comportamento, para não acabarmos aquém donde estamos.¹⁷

Julgamos poder contribuir com os estudos sobre pobreza rural se tratarmos dos fatores que estão interagindo no campo das relações das sociedades locais, valorizando a opinião dos participantes do processo, e, principalmente, focalizando nos aspectos da personalidade coletiva.¹⁸ Debruçamo-nos em questões ambientais, econômicas, histórico-culturais, sociais, entre outras, privilegiando elementos que estão em jogo ao tratar de possibilidades de desenvolvimento e emancipação.¹⁹ Compreendemos, para este trabalho, *desenvolvimento* como processo de ampliação das relações sociais, tanto no interior da sociedade local como com a sociedade abrangente (externa), permitindo, em algum grau, *reflexo* na condição de vida da população local. *Emancipação*, no nosso

entre os pobres; b) melhoria nos indicadores educacionais, resultado de política pública de ênfase à educação e combate ao trabalho infantil; c) aumento na participação da chefia feminina, de 24,5%, em 1992, para 31,3%, em 1999.

¹⁶ Sobre a formação da sociedade brasileira, ver, por exemplo, Holanda (1995) e Freyre (1998).

¹⁷ Ao empregarmos o termo *mentalidade da sociedade*, subentendemos algo no sentido de uma *modelagem*, uma noção menos rígida e fixa, permitindo uma certa adaptação decorrente da relação de interdependência social.

¹⁸ Aspectos visíveis que compõem o caráter individual e moral de uma pessoa e de uma sociedade, segundo a percepção alheia.

¹⁹ Possibilidades, conforme Sen (2000, p. 10), limitadas pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas.

entendimento, evidenciada pela aquisição de *vida própria* dos avanços sociais, tornando-se, quiçá, irreversíveis e iniciando processos de difusão próprios, mesmo cessando o crescimento econômico.²⁰

Antes de prosseguirmos, gostaríamos de destacar alguns acontecimentos na nossa trajetória de vida que colaboraram para a escolha do tema e da região apresentados neste trabalho. Afeiçoamo-nos a características da personalidade das sociedades rurais menos abastadas, principalmente pela sua simplicidade e humildade. Apreço despertado nos idos de 1986, em plena explosão do Plano Cruzado,²¹ quando decidimos nos aventurar pelo Nordeste Brasileiro, especificamente na cidade de Caruaru, agreste pernambucano. Vendíamos chinelos numa das feiras típicas da região, a *Feira da Sulanca*.²² Nesta experiência tivemos a oportunidade de conviver com pessoas de várias classes sociais, mas principalmente com pequenos agricultores que comercializavam seus produtos na feira. Pessoas, muitas delas, despojadas de auto-estima, servis e submissas, denominadas de *matutos*. Outro motivador, agora na região de estudo, foi o período em que residimos nas cidades de Canguçu e Pelotas. Década de 1970, época quando a região tinha maior destaque no âmbito estadual e o desenvolvimento, aos olhos de uma criança, era facilmente perceptível. Quase vinte anos depois, final da década de 1990, retornamos à região e encontramos uma realidade diferente da vivenciada no passado, as cidades, especificamente Pelotas, não tinham mais a viçiosidade do passado.²³ Além destes, há outros acontecimentos que influíram na escolha do tema e da região de estudo que apresentaremos adiante.

Retomando a apresentação do trabalho, o município de Canguçu faz parte da porção do Estado do Rio Grande do Sul denominada, regionalmente, de Metade Sul, identificada, no debate político estadual, pela dificuldade em dar andamento a um processo de desenvolvimento continuado, fruto de inúmeros aspectos historicamente recorrentes. Questões que também estão presentes nas localidades estudadas. Nesse sentido, propomos conhecer e discutir alguns desses aspectos que condicionam o desenvolvimento das sociedades rurais, recorrendo à historiografia regional para nos auxiliar na análise das informações de campo.

O Rio Grande do Sul atualmente destaca-se em vários setores da economia, mas no passado era identificado como um Estado agrícola, conhecido pela produção de grãos e pela criação de gado. A sociedade gaúcha é resultado da agregação de várias etnias que aportaram em períodos diversos; podemos, inicialmente, destacar dois momentos. O primeiro inicia no século XVII com a chegada dos portugueses que vieram disputar território com os espanhóis, e termina no início do século XIX. Período marcado por conflitos e disputas por território e pela economia baseada na captura e criação de gado, concentrando a ocupação no extremo sul do Rio Grande do Sul. Tínhamos nesse momento a presença dos sul-americanos (índios nativos), dos europeus (portugueses e espanhóis) e dos africanos (negros escravos), etnias que originaram, pela miscigenação, o gaúcho – habitante do pampa. O segundo momento, século XIX, é marcado pela chegada dos primeiros imigrantes alemães e, posteriormente, dos italianos. Como a parte sul do território rio-grandense estava ocupada pelos portugueses, os alemães e italianos foram destinados para a parte norte, região ocupada

²⁰ Hirschman (1996).

²¹ Governo José Sarney.

²² Todas as quartas-feiras a movimentação começava por volta das 4 horas da manhã. A maioria dos feirantes com o sonho de *enricá*, mas nós apenas pelo prazer de mergulhar num universo estranho, circular pelo labirinto interminável de tabuleiros (tendas), e transcender em meio ao burburinho.

²³ Há diferentes percepções em momentos distintos de nossas vidas sobre um *mesmo* (que não é mais o mesmo) objeto de observação, por exemplo, quando criança e quando adulto. Na infância as casas, as ruas, as árvores pareciam maiores, na volta, adulto, tudo parece menor.

por serras e floretas, em pequenas extensões de terra em que a base da economia era a agricultura de mão-de-obra familiar. Estes dois momentos distintos da ocupação do território rio-grandense resultaram na divisão do Estado em duas partes, a Metade Sul, marcada pela colonização portuguesa e pela pecuária extensiva, e a Metade Norte, caracterizada pela colonização alemã e italiana e pela diversidade da produção agrícola familiar. Atualmente as duas metades estão em níveis de desenvolvimento diferentes, resultado de inúmeros fatores que não serão discutidos neste trabalho, mas que, para os menos informados, recai sobre a formação étnica predominante em cada região.

Nas sociedades rurais as estruturas de posse e propriedade, as condições de vida, os elementos culturais e religiosos são díspares. Cada sociedade conhece seus problemas, vivenciou o processo e, muitas vezes, reconhece suas limitações. Precisamos conversar e observar para conhecer um pouco do passado e do presente, das aspirações, inteirando-se da história, dos valores e de outros elementos que participam do viver, para compreender os condicionantes do processo de desenvolvimento. Estar atento, como postula Geertz (1997), às formas simbólicas (palavras, imagens, instituições, comportamentos), por ser nessas que as pessoas realmente se representam para si mesmas e para os outros. Para isso, escolhemos os moradores das localidades rurais de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia para conversarmos, deixá-los falar e observá-los.²⁴ Abordamos diversos temas relacionados com o processo de desenvolvimento de cada uma destas sociedades rurais. Buscamos, também, dialogar com pessoas externas às localidades, permitindo conhecer a visão de outro prisma para compreender a dinâmica que se desenvolve dentro e fora das sociedades de cada Rincão.²⁵ De certa forma, atendemos a sugestão de Becker (1993) sobre a utilização de um modelo artesanal de ciência, no qual realizamos algumas experiências, descritas no decorrer do trabalho, que julgamos oportunas para a pesquisa, além das entrevistas formais. O contato com o meio rural de Canguçu, com objetivo de pesquisa, deu-se entre os anos de 2001 e 2004, foram várias incursões que possibilitaram maior conhecimento da dinâmica social das sociedades, criando vínculo de amizade com pessoas das localidades. Talvez para alguns pesquisadores, mais rigorosos, a aproximação, estreitamento dos laços de afetividade, não seja vista com bons olhos; entretanto, permitiu observar as pessoas em momentos variados da vida cotidiana, em expressões de estado de espírito diversas, e utilizar, ou experimentar, procedimentos diferentes de coleta de informações.

As duas localidades rurais estudadas, Rincão dos Marques e Rincão dos Maia, pertencem ao município de Canguçu – Metade Sul.²⁶ Canguçu situa-se sobre a Serra do Sudeste, na região sul do Estado,²⁷ uma das regiões com maior incidência de pobreza

²⁴ Experiência gratificante. A oportunidade de compartilhar momentos diversos e perceber o quanto é rico o contato mais íntimo com as pessoas, tanto para a coleta de informações para a pesquisa, mas principalmente, como experiência de vida.

²⁵ Nas localidades e vizinhanças conversamos com famílias de agricultores (homens e mulheres, idosos, adultos e jovens), funcionários públicos (professores, agentes de saúde e técnicos agrícolas), comerciantes, líderes comunitários e políticos. Na cidade fomos ao encontro de secretários municipais (agricultura, educação e cultura, e saúde), sindicalistas, religiosos, funcionários públicos, antigos comerciantes, representantes das indústrias de tabacos e das entidades não-governamentais. Foram 76 entrevistas formais (individuais ou coletivas, registradas em gravações) além das conversas informais em armazéns, rodas de amigos e reuniões de agricultores, entre outras tantas oportunidades que tivemos para observar a vida cotidiana nestas sociedades.

²⁶ Ver localização do município e das localidades no mapa em Anexo 1. O município é dividido em cinco distritos rurais, em cada distrito estão dispostas diversas localidades. Rincão dos Marques está localizado no quarto distrito (extremo sul do município) e Rincão dos Maia no primeiro (região central, entre a cidade de Canguçu e o município de Pelotas).

²⁷ Aproximadamente 50 km de Pelotas e 300 km de Porto Alegre.

rural.²⁸ Como características, a maior parte da população do município vive no meio rural em pequenas propriedades em que se destina a cultivar, principalmente, milho, feijão e, nos últimos anos (em expansão), o fumo. A população predominante é de descendentes de portugueses miscigenados com o espanhol, o índio e o negro, os que se autodenominam *brasileiros*, mas também encontramos descendentes de imigrantes alemães e, em menor quantidade, de italianos, entre outras etnias de menor representatividade.²⁹

A população canguçuense tem na sua raiz a herança genética e cultural dos primeiros habitantes rio-grandenses, sua história é marcada por acontecimentos ligados às disputas pelo território entre portugueses e espanhóis. Inicialmente a Serra do Sudeste era região de índios, de passagem de militares e comerciantes de gado que seguiam de Rio Grande ou de Pelotas para Rio Pardo e Santa Maria, e vice-versa. Abrigou estâncias de criação de gado (sesmarias), foi nos seus campos e coxilhas que também se formou o gaúcho. Das antigas estâncias de criação de gado pouco sobrou, boa parte foi desmembrada para comercialização, herança ou doação, transformando-se, com o passar dos anos, em pequenas propriedades rurais. As localidades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia são heranças desse passado que ainda permanece nos hábitos e costumes dos moradores, olhares atentos ainda identificam marcas do passado no modo de vida das pessoas.

A localidade de Rincão dos Marques tem origem nas estâncias de criação de gado (sesmarias), cujos proprietários eram de sobrenome Marques; não encontramos nenhuma pessoa com este sobrenome. Nos dias atuais caracteriza-se por propriedades rurais de criação de gado e de pequenas lavouras (milho, feijão e fumo). Pessoas simples e de boa conversa, mas trazem nos olhos o sofrimento de uma vida de dificuldades. Sociedade sem liderança, sem união e, em certa medida, resignada; aspectos observados logo nos primeiros contatos com as pessoas.

Rincão dos Maia também foi uma estância, região de relevo acidentado e pouco adequado à atividade de criação. Encontramos alguns agricultores de sobrenome Maia e que pouco conhecem sobre a história da família. A localidade apresenta certa diversificação na atividade agrícola, destacando-se a produção de pêssego e, nos últimos anos, fumo. A pecuária restringe-se a animais de tração e algumas vacas de leite, o gado de corte ficou no passado distante, *naturalmente* excluído pelas restrições impostas pelo terreno. População amigável e alegre, apesar do passado de pobreza e fome, demonstra entusiasmo e confiança na sua capacidade, características que nos chamaram a atenção, efeito da transformação rápida de diversos aspectos da vida social.

Ao iniciarmos os preparativos desta pesquisa tínhamos em mente estudar sociedades rurais pobres que romperam as barreiras do desenvolvimento. Com o desenrolar do processo, objetivos reavaliados, decidimos trabalhar com dois objetos empíricos que tivessem, ao mesmo tempo, características próximas, no passado, e distintas, no presente. Assim, escolhemos duas localidades, referidas acima, para nos auxiliar a conhecer e compreender os determinantes das diferenças entre processos menos ou mais dinâmicos de desenvolvimento local social e econômico. Mas tínhamos um problema: “Por qual ângulo abordar esta questão?” Iniciamos o trabalho de campo com um roteiro de entrevista amplo, alguns poucos pontos que nos auxiliassem na condução das conversas, mas contemplando diversas áreas do viver e do saber.³⁰ Entrevistas que valorizavam experiências vivenciadas e apreendidas pelos

²⁸ Os indicadores econômicos e sociais do município estão abaixo da média estadual.

²⁹ Na sequência do trabalho, apresenta-se uma descrição detalhada tanto do município como das localidades.

³⁰ Tínhamos como objetivo geral, nesse momento, estudar as trajetórias de vida.

interlocutores, referindo-se a estas como, por exemplo: *quando eu era criança; no tempo do meu pai e da minha mãe; na época dos meus avós*; entre outras.³¹ Aprofundávamos em temas que o entrevistado estava disposto a falar, deixando para o final as questões delicadas, aquelas que, com a confiança adquirida no decorrer da conversa, seriam menos incômodas abordá-las. Alternávamos entrevistas com moradores das localidades e com pessoas externas, objetivando ampliar nosso conhecimento sobre os dois pontos de vista e enriquecer nossos questionamentos. Em uma das entrevistas, tivemos a oportunidade de identificar um outro ângulo para trabalhar o tema desenvolvimento de sociedades rurais. Ao entrevistarmos o representante local de uma multinacional de tabacos, senhor Justino,³² observamos que, em várias oportunidades, destacou enfaticamente: “A primeira coisa que a gente vê é se ele tem interesse em plantar, interesse e vontade. É o que mais interessa para nós é isso daí. Se não tiver interesse e vontade ele não vai produzir e futuramente será um produtor frustrado.” Adiante reafirma: “Então o que ele precisa ter: interesse e vontade! Mas não só ele, porque a gente fala com todas as pessoas da família.” Como podemos observar, o entrevistado repetidamente destaca que as pessoas, o grupo familiar, precisam ter *interesse e vontade* – motivações subjetivas. Por detrás destas há elementos relacionados ao estado de espírito, auto-estima, é uma das qualidades psicológicas que contribui para o bem-estar individual e social, fornecendo condições de encarar o presente e o futuro com atitudes de confiança. Auferimos desta entrevista um outro olhar para tratarmos o nosso problema de pesquisa – grosseiramente, analisar o processo desenvolvimento das sociedades do Rincão dos Marques e Rincão dos Maia a partir, mas não somente só, de motivações subjetivas (aspectos psicológicos).

Aportes Teóricos e Metodológicos

No exercício de ajustamento das lentes de observação, ou da escolha dos instrumentos de análise, deparamos com um problema: como ajustar o objeto de análise – sociedade/coletivo – com a forma de percebê-lo – característica psicologia/individual. Na busca por ferramentas adequadas para explicação psicológica do processo de desenvolvimento das sociedades, chegamos às portas da psicologia social, também denominada, ocasionalmente, de psicologia coletiva e psicologia dos povos. Mauss (2003, p. 322), ao referir-se às representações coletivas (idéias, motivações, práticas ou comportamentos sociais), salienta que este capítulo das ciências sociais pode ser chamado de psicologia coletiva ou, simplesmente, de sociologia. Reportando a Schneider (1978), observa-se que esta área do conhecimento parece não ter seus limites estabelecidos, apesar de esforços em delimitá-la, flui entre historiadores, sociólogos, filólogos, etnólogos, políticos, economistas, educadores, entre outros.

Como tratado anteriormente, este trabalho propõe pensar a questão do desenvolvimento local a partir da análise do comportamento humano, identificando aspectos psicológicos relacionados ao desempenho do processo social, subentendendo-se, neste, a diversidade de áreas do viver. Salientamos que propomos observar aspectos psicológicos de forma relacional, e não estanque. Dedicamo-nos a observar pessoas e pensar sobre elas, para isso, recorreremos, em certa medida, aos instrumentos disponibilizados por Norbert Elias. Coury (2001, p. 124) afirma que a hipótese central

³¹ Como postula Elias (1994, p. 30), ao referir-se a relação indivíduo e sociedade, “(...) a historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a *sociedade*.” Ainda acrescentando, esses termos, de acordo com Giddens (2002, p. 83), representam *calendários pessoais* ou *marcadores psicológicos*.

³² Alertamos, por questão ética, que os nomes utilizados para identificar os entrevistados são fictícios.

de Elias é audaciosa, a qual supõe que: “(...) os indivíduos são condicionados socialmente ao mesmo tempo pelas representações que fazem de si mesmos e por aquelas que lhe são impostas pelos outros com quem entram em relação.” Logo adiante Coury complementa: “É essa audácia que se situa a pista aberta por Norbert Elias para uma sociogênese dos grupos sociais: tomar o ‘cérebro’ dos homens como objeto de análise para observar o que se forma nele, essa capacidade de perceber-se como pessoa no espelho da sociedade (...)”

Para Elias, simplificando, o indivíduo (*eu*) tem na sua formação da consciência parte do todo (*nós*), dos padrões que são comuns a cada sociedade.³³ Por exemplo, um indivíduo morador de uma comunidade rural de Canguçu está condicionado, de algum modo, a certo ritual no trato com os outros e a formas específicas de comportamento, distintas das dos residentes da cidade. Como postulado por Elias (1994, p. 21), há na comunidade uma ordem invisível da forma de vida em comum, que não pode ser diretamente percebida, oferecendo ao indivíduo uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis. Podemos pensar que essa gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento produza indivíduos mais ou menos iguais, por conseguinte, através desse *processo social de modelagem*, num contexto de características sociais específicas, é que uma pessoa desenvolve características e estilos comportamentais que a distinguem das outras pessoas da sua sociedade. Dado certo estágio de desenvolvimento social, a diferenciação entre indivíduos de uma sociedade torna-se um ideal pessoal, muitas vezes decorrente de um processo inconsciente, resultado do contexto competitivo em que a sociedade está inserida. Como afirma Elias (1994, p. 56), “(...) a sociedade não apenas produz o semelhante e o típico, mas também o individual.” As contribuições de Elias são subsídios que nos auxiliam ou induzem a repensar o processo de desenvolvimento social, sugerindo uma outra perspectiva.

Sobre perspectivas analíticas alternativas, também julgamos relevantes as contribuições de Moreira que, em certa medida, identificam-se com as de Elias. Moreira (2005), ao discutir identidade social, propõe reflexão ampla e abrangente, explorando a questão na sua complexidade. Concebe uma identidade social como manifestação de processos complexos e como sendo construída na relação de co-existência natural com o ecossistema local e nas relações de co-determinação com a sociedade abrangente. Postura analítica que considera a permanente relação entre fatores internos e externos na produção da identidade social, fatores que estão dispostos, respectivamente, nas ordens de complexidade denominadas, por Moreira (2005), de restrita e ampla (complexidades interna e externa e local e global). Conforme o autor, a identidade (individual e coletiva) é manifestação de múltiplas ordens relacionais expressas em corpos e mentalidades, tendo como bagagem vivências (incorporadas, consciente ou inconscientemente, nas relações com a sociedade), angústias, aspirações e incertezas. Na nossa percepção, essa bagagem é, em parte, personificada no viver, no sentir e no agir, através da linguagem, da atitude e do comportamento, formas de expressão da personalidade individual e coletiva.

Dentro deste escopo analítico, apresentado no parágrafo anterior, e das discussões de orientação com o professor Roberto José Moreira, foi-me sugerida uma noção de desenvolvimento para melhor compreender os processos sociais complexos, que procuro aqui apresentar.

A compreensão dos processos de desenvolvimento das identidades sociais dos Rincões estudados – necessitaria de uma perspectiva sócio-histórica que permitisse, de

³³ Palavra *todo* no sentido mutável e desarmônico. Segundo Elias (1994), a sociedade não tem limites visíveis, e a vida social dos seres humanos é repleta de conflitos.

um lado, o desvendamento das relações reflexivas da complexidade interna. Elos interativos que ao mesmo tempo produzem um sentido de unidade – de *nós*, de *comum* – e produzem e reproduzem hierarquias sociais com diferenciais de poderes. Esse movimento dinâmico e complexo de identidade (unidade) e diferença (hierarquias) contém, reflete, produz configurações sociais de ordenamentos locais e globais. De outro lado, o movimento dinâmico da complexidade interna (local) não pode ser elucidado sem a compreensão sócio-histórica de suas redes interativas (reflexivas) com as dimensões sociais externas – a complexidade externa da identidade –, sejam elas quais forem, econômicas, de mercado, políticas, de governos, sindicatos, movimentos sociais, ou cultural-religiosas, de igrejas, educativas, midiáticas de comunicação, etc., ou mesmo sociais, de redes de familiares, vizinhança, etnias, etc.³⁴ A interação reflexiva dos laços sociais das complexidades internas e externas, só separáveis analiticamente, faz-se presente no local como uma dimensão espaço-tempo que unifica forças, hierarquias, identificação e diferenciação sociais com diferenciais de poderes que consolidam hegemonias e contra-hegemonias culturais, econômicas, sociais e políticas. Nesse complexo de relações é que se dá aquilo que podemos denominar de desenvolvimento *individual, grupal, comunitário* ou *da localidade* que, visto sobre essa ótica, poderíamos conceituá-lo como *desenvolvimento reflexivo*. No exame de um dado ente social (indivíduo, família, grupo, movimento, partido, empresa, localidade, nação, etc.) cumpre identificar redes e hierarquias internas e compreendê-las em suas relações com as redes e hierarquias externas. Os campos de possibilidades de seu desenvolvimento são incertos e indeterminados pela multiplicidade de processos e atores que compõem o campo de possíveis ações interativas. O local não pode ser elucidado sem o global, da mesma ordem analítica de Elias (1994) sobre *a sociedade dos indivíduos*. Os movimentos que emergem na cena local como desdobramentos de atores externos, como o Estado e governos, empresas agroindustriais, setores do comércio, igrejas, políticas educacionais, etc. reconfiguram o campo de possibilidade das ações locais, e, ao mesmo tempo, absorvem as especificidades locais interagindo reflexivamente com as forças locais e suas hierarquias de poder. O desenvolvimento reflexivo de uma localidade (ou sociedade local) pode ser visto, assim, como o desenvolvimento de união e coesão social com hierarquias de poderes, de tal forma que um movimento hegemônico, mesmo de médio tempo, pode ser ressaltado e lembrado na memória social como, por exemplo, o tempo *do charque, do estancieiro, do tomate, do pêssego, do fumo*, etc.; ou ainda, e ao mesmo tempo, como *da escola, da igreja, da rede elétrica*, etc.; que nos apoiando em Giddens (2002), poderemos abordá-los como formas de expressão dos marcadores psicológicos mais significativos daquelas identidades dos Rincões.

³⁴ Giddens (2002, p. 10), ao reportar ao desenvolvimento da modernidade, lembra que “(...) a vida social moderna é caracterizada por profundos processos de reorganização do tempo e do espaço, associados à expansão de mecanismos de desencaixe – mecanismos que descolam as relações sociais de seus lugares específicos, recombina-as através de grandes distâncias no tempo e no espaço. A reorganização do tempo e do espaço, somada aos mecanismos de desencaixe, radicaliza e globaliza traços institucionais preestabelecidos da modernidade; e atua na transformação do conteúdo e da natureza da vida social cotidiana.” Adiante o autor complementa: “Quanto mais a tradição perde seu domínio, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialético entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a escolher um estilo de vida a partir de uma diversidade de opções.” Entretanto, não podemos esquecer que a modernidade produz *diferença, exclusão e marginalização*.

Os Rincões: uma aproximação ao ambiente e às questões da pesquisa

Entre o segundo semestre do ano de 2000 e os primeiros meses do ano de 2001, percorremos várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul entrevistando agricultores familiares para um trabalho de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Governo do Estado.³⁵ Nesse período visitamos agricultores das regiões noroeste (Entre-Ijuís, Nova Ramada, Salvador das Missões, São José do Inhacorá), centro (Júlio de Castilhos, Novo Cabrais) e sul (Amaral Ferrador, Canguçu, Cerrito, Rio Pardo, Santa Vitória do Palmar) do Rio Grande do Sul, regiões, sistemas de produção e condições econômicas e sociais distintas.

Dentre os municípios visitados, Canguçu destacou-se pelas condições de moradia, pelos meios de produção, pelas características dos sistemas de produção, pela população e pelos bens financiados. Em Canguçu visitamos algumas localidades, todas situadas ao sul da cidade, das quais destacamos, as vizinhas, Rincão dos Marques e Rincão dos Cravos, na divisa com o município de Cerrito.

De maneira geral, nessas duas localidades, as casas apresentavam precárias condições de conservação, eram casas de alvenaria, de madeira e de pau-a-pique, com pisos de chão batido ou de tijolos, cobertas com telhas ou palha, rodeadas por pequenos e velhos pomares (laranjeiras, bergamoteiras, limoeiros, etc.) e algumas galinhas, perus e patos.³⁶ Muitas áreas de campo e de mato nativo, que aparentavam certo ar de abandono, poucos animais (bovinos, ovinos, suínos e eqüinos) e poucas e pequenas áreas cultivadas com milho e feijão. Casas, animais, plantações e sepulturas pareciam perdidas no horizonte. Sensação muito próxima à descrita pelos viajantes, do século XIX, Avé-Lallemant (1980) e Saint-Hilaire (1974) – solidão.

Num primeiro momento, as pessoas dessas localidades pareciam fechadas, de olhar profundo e observador – desconfiadas. Numa ocasião, chegamos na propriedade de um senhor para entrevistá-lo, tínhamos de antemão os dados e a indicação dos técnicos da Emater. Na porteira, batemos palmas para chamar a atenção. De longe, num canto externo da casa, uma senhora idosa aparece e permite a aproximação. Caminhamos em direção à casa, alguns metros antes, paramos e nos apresentamos e perguntamos pelo senhor que estávamos procurando e citamos o nome de um dos técnicos agrícola que havíamos contatado na cidade. Nesse ínterim, a senhora já estava parada em frente à porta da casa, nos aproximamos novamente e estendemos a mão para cumprimentá-la, mas não fomos correspondidos e ainda a senhora recuou um passo, conversamos um pouco mais e estendemos novamente a mão, mas a senhora repetiu o comportamento e falou: “Guri, não me leva a mal, mas levanta a camisa e vira de costas para ver se tu não estás armado!” Prontamente atendemos o pedido. Constatado que não tínhamos arma e que não oferecíamos nenhuma ameaça, finalmente a senhora estendeu a mão e cumprimentou-nos. Esse foi um caso ímpar. Encontramos pessoas desconfiadas que ficavam observando-nos à distância do canto das casas, mas também tivemos a oportunidade de conversar com pessoas amigáveis e hospitaleiras. Destacamos este episódio para mostrar que, de certa forma, parte do passado distante de conflitos e

³⁵ O Governo Estadual financiou animais e equipamentos para agricultores familiares, inicialmente no âmbito do programa Pró-Rural que posteriormente, por troca de governo, passou a RS-Rural (programas de combate à pobreza rural). O objetivo da pesquisa era levantar informações sobre a capacidade de pagamento dos agricultores.

³⁶ Nas localidades há casas de alvenaria em boas condições de conservação e de conforto (móveis e eletrodomésticos).

disputas se faz presente pelo menos no imaginário das pessoas de mais idade, e para exemplificar a distância e o isolamento, entre pessoas estranhas e locais.³⁷

Nas visitas que realizamos a agricultores familiares nas diversas regiões do estado, a diversidade de *bens* financiados foi expressiva, eram agroindústria, animais reprodutores e matrizes, animais de tração, carroças e carretas, implementos agrícolas, resfriadores de leite, secadores de grãos, vacas de leite, entre outros. Nas localidades do Rincão dos Marques e Rincão dos Cravos os bens financiados eram apenas dois: animais de tração (junta de bois) e vacas de leite. Inicialmente pensávamos que era para renovar o plantel de animais, mas aos poucos fomos percebendo que esses agricultores não tinham animais nem de tração e nem de leite.

Para trabalhar a terra utilizavam a enxada e quando tinham um vizinho disposto a emprestar a junta de bois, primeiro aguardavam o dono dos animais preparar a terra para o plantio para depois começar a lavrar a sua lavoura. Isso, em parte, explica as pequenas áreas plantadas e perdidas no meio dos campos. Quando era realizada somente com o uso da enxada, o trabalho rendia pouco, e o agricultor era obrigado a reduzir sua área de lavoura para não perder o período adequado para o plantio, e quando utilizava animais de tração emprestados, também era obrigado a reduzir a área para não perder o tempo certo, sendo que o empréstimo dos animais ocorria no momento posterior quando a maioria dos agricultores que dispunha de animais de tração próprios já havia encerrado o preparo da terra. Outra informação, os agricultores utilizavam sementes próprias, guardadas da safra anterior, e não possuíam recursos financeiros para corrigir a fertilidade do solo, procurando trocar com maior frequência o local da lavoura para tentar melhorar os resultados da safra. Dadas as condições, entendemos tal prática como uma forma racional e lógica de cultivo.

O leite muitas vezes não fazia parte da dieta alimentar dessas famílias de agricultores, a condição econômica restringia a possibilidade de aquisição de uma vaca de leite. Leite só chegava à mesa dessas famílias se algum vizinho tivesse sobra para *ceder* um pouco, ou se tivesse algum animal disponível para emprestar. O empréstimo de vacas de leite, em alguns casos, era solução para ambos os lados: aprovisionava leite para o que necessitava do produto para consumo e dispensava, o dono, do custo de manutenção do animal.³⁸

Esse percurso pelos *rincões* do Rio Grande do Sul, conhecendo um pouco de cada região e da vida dos agricultores familiares, motivou a realização deste trabalho. A condição de vida dos agricultores familiares de Canguçu, especificamente a do Rincão dos Marques e do Rincão dos Cravos, instigou o aprofundamento da investigação que se iniciara num rápido contato com a região. Conhecer e compreender os fatores que compõem o processo histórico de desenvolvimento dessas famílias passou a objetivo deste trabalho. Tínhamos, então, um caso a ser estudado: localidades rurais com restrições ou dificuldades de desenvolvimento, mas estudar esses rincões nos permitiria conhecer os motivos ou fatores que, de alguma forma, participaram do processo, ou, grosso modo, que levaram à situação que presenciávamos. Para enriquecer o trabalho precisávamos de um outro exemplo, de uma localidade que produzira ou vivenciara outros campos de possibilidades. Com esses dois exemplos poderíamos conhecer os

³⁷ Este relato foi presenciado em janeiro de 2001, entre as localidades do Rincão dos Marques e Rincão dos Cravos, quarto distrito de Canguçu.

³⁸ Encontramos agricultores que trabalham a terra com vaca de leite, animal de dupla função – tração e produção de leite. Na maioria dos casos não era uma escolha a utilização da vaca como animal de tração, mas necessidade, pela falta de animais para essa função. Nos períodos que a vaca de leite era utilizada no preparo da lavoura ou em outra atividade que exigia maior esforço do animal, o agricultor tinha uma redução na produção de leite pelo desgaste físico do animal.

fatores que potencializaram o processo de desenvolvimento, permitindo conhecer fatores que *neutralizaram* ou *reduziram* os efeitos dos obstáculos para a melhoria das condições de vida de determinada sociedade.

Retornamos ao município de Canguçu em junho de 2002 com a intenção de melhor conhecer o meio rural e para selecionar as duas localidades que iríamos aprofundar o estudo. Após alguns dias no município, percorrendo os cinco distritos e conversando com a população do meio rural e da cidade, definimos as localidades que seriam objeto de pesquisa: Rincão dos Marques e Rincão dos Maia. Para a escolha destas localidades, além da nossa percepção, foram importantes os depoimentos, no meio rural, dos agricultores e comerciantes, e, na cidade, dos técnicos da EMATER, da prefeitura, dos sindicatos, entre outros.

Rincão dos Marques: *tudo é difícil!*³⁹

Da cidade de Canguçu até a localidade de Rincão dos Marques são aproximadamente 40 km de estrada de chão (sem pavimentação), passando por várias outras localidades. No início do trajeto as casas são próximas umas das outras, as lavouras são freqüentes (milho, feijão e fumo), o movimento de pedestres, de carroças e de carros é mais intenso, os galpões e estufas de secagem do fumo, sempre próximos das residências, são facilmente visualizados. Com o distanciamento da cidade essa paisagem vai lentamente transformando-se, a distância entre casas aumenta. Fica mais difícil, a cada sobe e desce coxilhas, avistar pessoas, as lavouras escasseiam e diminuem de tamanho; nessa rarefação de civilização, os campos, os matos e algumas poucas cabeças de gado dominam o espaço. Essa sensação posta ao pesquisador reflete a vivência social em que as estradas e a distância relativa do pólo urbano demonstram uma densidade social diferenciada dos próximos e distantes do pólo, hoje privilegiado, da sociabilidade urbana.

Rincão dos Marques tem origem no desmembramento de estâncias de criação de gado que se estabeleceram na região, beneficiadas pela concessão de sesmarias.⁴⁰ Hoje as famílias que vivem na localidade pouco conhecem sobre suas origens. Encontramos famílias que possivelmente tenham laços de parentesco com portugueses, índios, espanhóis e negros, e alguns italianos que chegaram a região na primeira metade do século XX.

Na localidade encontramos alguns estabelecimentos de comércio com pouca movimentação durante o dia, mas que, no final da tarde e início da noite, reúnem boa parte dos homens das proximidades para conversar e beber.⁴¹ Nesses encontros de final de jornada, aproveitam para colocar os assuntos em dia, comentar sobre suas lavouras e animais, trocar informações de modo geral – momentos de atualização de círculos de amizade e vizinhança.

No Rincão dos Marques encontramos uma pequena igreja católica próxima à escola municipal de 1º Grau Gonçalves Dias, pontos de referência da sociedade local, apesar da pouca participação das pessoas em ambas as instituições. A localidade não tem posto de saúde para atender à população local, os habitantes, para ter acesso a

³⁹ Inspirado na fala de uma agricultora, mas comum no depoimento da maioria dos entrevistados da localidade do Rincão dos Marques.

⁴⁰ Conforme Bento (1983).

⁴¹ As estradas da localidade quase não têm movimento no decorrer do dia, salvo ônibus municipal e escolar, uns poucos carros, na maioria das vezes de técnicos agrícolas de empresas de tabacos, e algumas carroças e pedestres. Mas, no final da tarde, o movimento aumenta, deslocamento dos agricultores em direção aos armazéns para o bate-papo no final de um dia de trabalho.

atendimento médico, precisam deslocar para o posto de saúde mais próximo ou para a cidade de Canguçu.⁴²

As casas no Rincão dos Marques são, a maioria, de alvenaria com tijolos expostos (sem reboco), mas encontramos algumas de pau-a-pique, conhecidas na região como casas barreadas, de torrão ou ranchos de barro. O que nos chamou a atenção foi a inexistência de casas de madeira, observamos a utilização da madeira somente na construção dos galpões para abrigar animais e equipamentos.⁴³ Outro aspecto observado, as casas de alvenaria estão localizadas em pontos visíveis (descampados e lugares elevados), e as casas de pau-a-pique ou de tijolos, mas em condições precárias, estão próximas a matas ou entre árvores, confundindo-se com a vegetação – talvez escondidas. Quem sabe tenhamos algum indício da estrutura social-econômica da localidade, ou também da forma como foram adquiridas as terras. A compra de uma estância, ou parte dessa, pode influenciar na posição social de uma família, no sentido de destaque, refletindo na localização da casa dentro da propriedade. Caso a propriedade tenha originado-se de doação ou ocupação de terras alheias, pode, em parte, explicar a localização da casa em locais mais discretos, menos evidentes. A origem social das famílias também pode ajudar-nos a compreender a disposição das casas dentro da área da propriedade, observamos, por exemplo, que as residências de propriedade de negros, provavelmente remanescentes de quilombos, estão localizadas próximas a matas e distantes das estradas. De modo geral, ao redor das casas encontramos poucas árvores frutíferas e algumas galinhas ciscando soltas no terreiro, o que nos chama a atenção é a quase ausência de hortas para o cultivo de verduras e legumes para alimentação das famílias. Observamos, no geral, que a localidade enfrenta dificuldades de abastecimento de água e energia elétrica (algumas casas sem fornecimento de energia elétrica) e precárias condições de saneamento básico.

Segundo depoimento de moradores da localidade, no Rincão dos Marques predomina a agricultura familiar tradicional, com lavouras de milho e feijão em estabelecimentos, em média, de 15 a 20 hectares. Lavouras pequenas e de reduzida produtividade, além do milho e do feijão serem produtos de baixo valor comercial. Os rebanhos são pequenos, nos estabelecimentos que se dedicam à pecuária, em média em torno de 15 cabeças de gado e algumas poucas ovelhas e porcos para o consumo da família.⁴⁴

Como as atividades produtivas são desempenhadas para a subsistência familiar, a renda monetária, muitas vezes, vem das aposentadorias e pensões rurais. No ano de 2003, as empresas de tabacos começaram a incentivar os agricultores a plantar fumo, que, para alguns agricultores, é a oportunidade para melhorar de vida, pelas *vantagens* oferecidas para a produção e pela garantia de compra. A introdução do fumo, tanto no Rincão dos Marques como em outras localidades, pode causar redução nas áreas de lavouras destinadas à subsistência das famílias, principalmente pelo apelo financeiro e pelas restrições de áreas cultiváveis.

O tempo e a vida no Rincão dos Marques parecem estáticos. No alto de uma coxilha paramos por alguns minutos a contemplar e a escutar a natureza – sensação de solidão, talvez a mesma vivenciada pelos primeiros gaúchos, interrompida pelo vento e pelo canto dos pássaros (Figura 01). Sentimentos e percepções produzidos pelo meio

⁴² Até poucos anos, a comunidade dispunha de um agente de saúde que realizava visitas periódicas às residências e prestava, na medida do possível, alguma assistência para as pessoas ou encaminhava-as para a cidade.

⁴³ Talvez pela relação com a história dos conflitos armados da região, a casa como lugar de refúgio e proteção. Nesse caso, a alvenaria proporciona melhor resistência ao ataque de armas de fogo.

⁴⁴ Característica da denominada *pecuária familiar*.

físico e social num processo contínuo ao longo de gerações, incorporados à característica de personalidade (individual e coletiva) da sociedade local. Sobre a paisagem, pequenas aglomerações de árvores e arbustos intermeadas por campos, poucas lavouras e algumas cabeças de gado, o homem pouco interfere na natureza.



Figura 01. Vista panorâmica na localidade do Rincão dos Marques.

Várias foram as visitas à localidade, em que conversamos, observamos e participamos de momentos da vida das famílias. Tivemos dificuldades para entrevistar algumas famílias, pela desconfiança, por mais cuidadosos que tenhamos sido nas apresentações, e pelo mal-estar da condição de vida em que se encontravam, motivos legítimos e compreendidos. Entretanto, encontramos outras mais abertas e desprendidas, facilitando o conhecimento e a compreensão da realidade cotidiana das famílias dessa localidade. Conversamos com agricultores jovens e idosos, comerciantes, agentes de saúde, professores, motoristas, líderes comunitários civis e religiosos, trabalhadores temporários, e funcionários municipais, todos residentes na localidade, em depoimentos individuais e coletivos (família), perfazendo um total de 25 entrevistas com residentes do Rincão dos Marques. Buscamos conhecer tanto as percepções dos residentes da localidade como de não-residentes, estes, na maioria dos casos, entrevistados na cidade de Canguçu: líderes políticos, religiosos e sindicais, técnicos agrícolas, professores, representantes de entidades privadas e funcionários públicos municipais. Registramos o depoimento de 14 pessoas não-residentes, mas que, de alguma forma, têm relação e conhecimento sobre as condições de vida, a história e as relações sociais na localidade de Rincão dos Marques.

No contato com a população do Rincão dos Marques podemos, observar e conhecer as características dessa sociedade, relacionar com os limites e potencialidades presentes no dia-a-dia e na história das famílias. A suspeita inicial sobre a localidade, construída com base nos relatos de pessoas externas e nas nossas rápidas incursões, foi confirmada. Rincão dos Marques enfrenta dificuldades para firmar um processo de desenvolvimento consistente, que traga contribuições para a melhoria das condições de vida e para a auto-estima da população local. Exemplo, depoimento do senhor Nelson (59 anos), agricultor, sobre a atividade produtiva:

Em algumas parte desenvolveu, em outras não! (...) Quem tem algum animal, nesse negócio da pecuária, como se costuma a dizer. Porque o animal nascia terneiro e deixavam para touro e aquilo ia misturando tudo, hoje em dia o pessoal capricha, bota um tourinho de melhor qualidade, já não deixa as filha garra cria do pai, aquela coisa, isso era comum acontecê nessa região. Já na agricultura não melhorou lá essas coisas. (...) Uns é por falta de recurso mesmo, outros é falta de vontade.

Aprofundando o estudo na localidade, observamos que algumas palavras aparecem com frequência nos depoimentos dos entrevistados no Rincão dos Marques. Para descrever a atual situação social e econômica, os moradores empregam a palavra *difícil*, como no exemplo utilizado como inspiração para o subtítulo desta seção. A explicação para as dificuldades relacionadas à vida social e econômica vem acompanhada por algumas palavras-chave, que dividimos em dois grupos. Quando se referem aos moradores, empregam palavras como: *acomodação*, *desânimo*, *desconfiança*, *desentendimento*, *desunião*, *individualismo*, *irresponsabilidade*, *submissão*. Os entrevistados, ao reconhecer participação na condição atual da sociedade (aspectos negativos), empregam a terceira pessoa do plural – *eles*, eximindo-se da responsabilidade.

No outro grupo estão as palavras utilizadas para descrever a relação do poder público com a localidade, por exemplo: *abandono*, *descaso*, *desinteresse*. O governo, na opinião dos agricultores, não emprega política adequada para aqueles que estão em situação complicada tenham oportunidade de melhor estruturar seus meios de produção, com financiamentos para a aquisição de insumos e equipamentos para a atividade agrícola. Segundo os agricultores, o poder público não dispensa atenção necessária aos que necessitam de apoio. Conversamos com uma família de agricultores, que enfrenta dificuldade para assegurar sua reprodução, sobre as políticas públicas que os governos, das três instâncias, disponibilizam para a agricultura familiar. O chefe da família, na sua humildade, responde, quando perguntado sobre o acesso ao Pronaf: “Pra ti vê! Pra a pessoa pobre tudo é difícil, é complicado. Os que ficam nem precisam, e os que bem precisam é os que nem ficam!”⁴⁵

No nosso entendimento, a imagem de comportamento conformista, destacado pelos entrevistados do Rincão dos Marques, tem sua raiz no processo histórico de formação da região (localidade-sociedade). Nesse sentido, estruturamos três hipóteses que orientaram nosso trabalho investigativo sobre as pessoas que constituem a teia de interdependência – sociedade do Rincão dos Marques.

A primeira hipótese: A auto-imagem da sociedade do Rincão dos Marques reflete um processo de longo prazo e estaria associada à imagem de *gaúcho brasileiro inferior* na hierarquia social rio-grandense. Produzida nos processos históricos das múltiplas e complexas relações locais, regionais e nacionais, reserva as classes tidas como humanamente inferiores. Rincão dos Marques, na sua origem, tem relação com as primeiras sesmarias – estâncias de criação de gado – do período colonial. Período quando o *gaúcho* começou a ser forjado no processo de miscigenação entre sul-americanos (índios), europeus (portugueses e espanhóis) e africanos (negros). Nesse período e nos subseqüentes, a economia regional tinha na pecuária a principal atividade produtiva, inicialmente para extração do couro e, posteriormente, da carne (para as charqueadas e, com os anos, para os frigoríficos), características compartilhadas por Canguçu como economia integrada à dinâmica de Pelotas. O sistema produtivo caracterizava-se pela criação extensiva de gado, atividade cíclica, alternando períodos de uso intensivo de mão-de-obra com outros menos exigentes. Essa atividade dava-se num contexto de (quase) isolamento, as características físicas da região dos pampas

⁴⁵ Benedito, agricultor no Rincão dos Marques, inspirando certa poesia no falar.

instigavam à solidão. O *gaúcho* – *vivente dos pampas* – buscava na construção de uma outra personalidade – alegre e espaçosa – reduzir os efeitos da vida solitária nos campos rio-grandenses. Nos momentos de descanso, nos intervalos da *lida* de campo, o gaúcho reunia-se à beira do fogo de chão para saborear o churrasco e o chimarrão, num ambiente descontraído em que os *causos* e as canções estavam presentes, versando sobre conquistas amorosas, façanhas de batalhas e do dia-a-dia na atividade campeira junto do seu companheiro – o cavalo. Parte das características da vida desse *gaúcho* está presente, ainda hoje, na personalidade e na atividade produtiva dos habitantes do Rincão dos Marques. Essas características, de modo geral, passam a ser interpretadas como desprezíveis e indignas de uma sociedade, assumem o caráter de comodismo. Interpretadas e definidas negativamente, inicialmente, por grupos rivais e, posteriormente, incorporadas pelos detentores das características, causando, aos últimos, efeitos danosos à auto-estima.

A segunda hipótese: Se aceitarmos essa primeira hipótese interpretativa, a localidade de Rincão dos Marques ainda guardaria características de um sistema pastoril extensivo aplicado a pequenos estabelecimentos, denominado, nos últimos anos, de *pecuária familiar*. O processo de transformação e adaptação a um modelo agrícola diversificado encontraria obstáculos na cultura produzida pelo passado pastoril, mas também pelos limites de localização e pelas características da região a que Rincão dos Marques pertence, restringindo a incorporação de novos elementos culturais à sua estrutura produtiva e social. Por exemplo, as localidades vizinhas têm elementos constitutivos parecidos aos de Rincão dos Marques – não há localidades de alemães e italianos, somente poucos agricultores descendentes de imigrantes italianos espalhados pela localidade. Esses não influenciaram a sociedade local, pelo contrário, adaptaram-se ao modo de vida dos antigos moradores, talvez pela aparente inferioridade econômica dos descendentes de imigrantes italianos em relação aos já *estabelecidos* descendentes de portugueses. Pode-se presumir que os *estancieiros* do Rincão dos Marques, apesar da pequena dimensão das propriedades, apresentavam, relativamente, *ares* de uma classe rural intermediária, pelo menos na relação *gaúchos brasileiros* (estabelecidos) e *estrangeiros* (“outsiders”). Outro aspecto nos parece relevante, a estrutura fundiária do Rincão dos Marques e as características do relevo e da vegetação contribuíram, em certa medida, para a perpetuação do sistema pastoril. Parece-nos que o processo (lento) de fragmentação das estâncias e a distância dos mercados consumidores, de alguma forma, auxiliaram na construção da *imagem* do Rincão dos Marques (na relação com a sociedade abrangente): a *pecuária familiar* humanamente inferior e sem vínculos agrícolas com a sociedade local abrangente; nesse sentido é vista como de *autoconsumo*.

A terceira hipótese: Entre os condicionantes para o desenvolvimento do Rincão dos Marques, segundo seus habitantes, figurariam o individualismo e a desunião – *falta* de solidariedade.⁴⁶ Solidariedade presente nas disputas territoriais e nos interesses da sociedade na história da formação do Rio Grande do Sul. Referindo-nos à sociedade rio-grandense do período colonial, os *gaúchos* eram tidos como solidários, unidos pelas causas do povo. Solidariedade despertada em momentos de ameaça, como destaca Vianna (1987), *o gaúcho era solidário na guerra*. Era nos conflitos que a união pelas causas sociais e as lideranças *surgiam*, precisavam de estímulo para formar os vínculos de reciprocidade entre as pessoas, estímulo na maioria das vezes externo. Passados os períodos de guerra, das ameaças, a relação de responsabilidade entre as pessoas unidas

⁴⁶ Empréstimos de animais e equipamentos, laços de parentesco e outras formas de ajuda mútua indicam algum grau de *coesão* na sociedade do Rincão dos Marques, entretanto restringe-se a pequenos grupos isolados. Comportamentos incapazes de abarcar a sociedade local, de unir por uma causa comum.

por interesses comuns, de maneira que cada indivíduo sentia obrigação moral de apoiar os outros, atenuava-se até praticamente findar. No caso do Rincão dos Marques, o estímulo externo, pela união sob uma causa social, não apareceu. Acostumados a viver no isolamento de suas terras, os habitantes dessa localidade não tiveram nenhum apelo que julgassem relevante para tirá-los da pacata rotina dos seus dias. A solidariedade e as lideranças, por viverem em momentos de *paz*, parecem não figurar na sociedade do Rincão dos Marques, impossibilitando a união dos habitantes em busca de outras conquistas, conquistas que refletissem na melhoria da qualidade de vida desta população.

Entendemos que estes elementos nos auxiliarão a conhecer e compreender melhor o imbricado processo histórico de desenvolvimento da sociedade do Rincão dos Marques.

Rincão dos Maia: um novo rincão⁴⁷

Saímos no início de uma tarde quente de final de primavera em direção à localidade de Rincão dos Maia, próximo à divisa com Pelotas e distante uns dez ou doze quilômetros do centro da cidade de Canguçu. A divisão entre urbano e rural na cidade de Canguçu parece se dar no final do calçamento da rua, a cidade para o lado dos paralelepípedos, e o meio rural para o lado da terra e da poeira. Como dizem os moradores da região: “vamos em direção ao *interior*” ou “para *fora*”.⁴⁸ No limite entre a zona urbana e a rural, encontramos algumas motocicletas estacionadas, mais tarde descobrimos que eram de propriedade de agricultores de várias localidades, entre elas Rincão dos Maia que, por falta de habilitação para conduzir os veículos na zona urbana, deixavam-nas e seguiam a pé pelas ruas da cidade.⁴⁹

No trajeto entre a cidade de Canguçu e a localidade de Rincão dos Maia fomos observando a paisagem, região de relevo bastante acidentado, casas próximas umas das outras e muitas lavouras de fumo, milho e feijão, os pomares de pessegueiros foram aparecendo quando estávamos chegando ao fim do percurso. O movimento na estrada era razoável, encontramos alguns carros, pequenos caminhões, motos, e uma ou outra carroça, também avistamos pessoas trabalhando nas lavouras, em volta das casas e nos armazéns.⁵⁰

Segundo indicações colhidas nas entrevistas e nos trabalhos de Bento (1983, 1999, 2000), a região de Canguçu era ocupada por índios *tapes* e *tapuias*, do grupo *guarani*, que viviam na região da Serra dos Tapes. Foram encontrados vestígios desse grupo étnico no Rincão dos Maia e observados, na década de 1930, na localidade de Posto Branco. Conforme o historiador, a localidade de Canguçu Velho, após transferência da Real Feitoria do Linho Cânhamo para São Leopoldo, constituía parte da

⁴⁷ Inspirado nos depoimentos dos moradores do Rincão dos Maia.

⁴⁸ A utilização da palavra *interior* com significado de exploração, desconhecido, incivilizado, meio rural, talvez herança dos primeiros exploradores do Brasil que se fixavam no litoral e tinham receio quanto ao que encontrar, aventurando-se em direção ao interior do território. O termo *fora* como expressão de excluído, outra dimensão que não participa de um contexto social hegemônico – cidade, urbano. Lembramos de uma conversa descontraída que tivemos com alguns moradores de uma localidade rural num município próximo à cidade de Porto Alegre, estavam felizes porque o município, ao qual pertenciam, tinha sido integrado à região metropolitana. Davam a entender que evoluíram, eram, agora, reconhecidos, integrados, não eram mais excluídos.

⁴⁹ No meio rural algumas leis são burladas em virtude de menor fiscalização, relativamente maior liberdade, levando parte da sociedade, principalmente urbana, a interpretá-los como pouco civilizados – alheios às regras de convívio social.

⁵⁰ Localidades com dinamismo aparentemente maior do que nas do caminho para Rincão dos Marques.

sesmaria do coronel de milícia Paulo Xavier Rodrigues Prates, possivelmente incorporando a atual região onde está situado Rincão dos Maia.⁵¹ Durante o trabalho de campo na localidade, procuramos por habitantes de sobrenome “Maia” para conhecer a história da formação do Rincão dos Maia, tivemos a oportunidade de entrevistar apenas alguns poucos remanescentes, mas que não trouxeram novas informações para a investigação. Segundo informações, antigamente Rincão dos Maia era propriedade de uma única família – família Maia,⁵² com os anos foi sendo repartida entre os herdeiros e posteriormente vendida. Grosso modo, os primeiros moradores do Rincão dos Maia foram índios, portugueses, espanhóis e negros, esses últimos trabalhadores escravos nas estâncias ou fugidos das mesmas ou das charqueadas. Atualmente, além desses quatro grupos étnicos, encontramos, em menor número, descendentes de imigrantes alemães e de italianos, demonstrando, concomitantemente, a diversidade regional no *local* e a complexidade hierárquica do imaginário social.

Rincão dos Maia tem alguns pequenos armazéns que comercializam basicamente bebidas e alguns poucos produtos alimentícios; para as compras do mês as famílias se deslocam até a cidade. No final do dia ou nos finais de semana, encontramos os moradores, principalmente homens, jogando bocha, futebol ou cartas, reuniões agradáveis e descontraídas – momentos de lazer dos agricultores após um dia ou semana de trabalho.

A localidade dispõe de escola, posto de saúde, igreja católica e evangélica e uma sede comunitária, infra-estrutura conquistada com o esforço da sociedade local e do auxílio do poder público. A população parece ter uma boa estrutura social, mas ainda não está satisfeita, quer outras conquistas para melhorar a qualidade de vida das famílias.

As residências dos moradores de Rincão dos Maia são na sua grande maioria de alvenaria, poucas de madeira e não encontramos casas de pau-a-pique, o que algumas poucas décadas atrás era comum na localidade. A maioria das casas localiza-se um pouco afastada das estradas, em meio à vegetação, rebocada e pintada de branco ou com cores fortes como tons de rosa ou azul, um pouco desbotadas. Poucas foram as casas que não tinham revestimento externo. A grande maioria tem fornecimento de energia elétrica e instalações sanitárias, mas encontramos algumas residências sem luz e sem banheiro, por motivos financeiros e culturais. Próximas às casas, árvores altas, como pinheiros e eucaliptos, pés de frutíferas e logo adiante iniciam as lavouras de milho, feijão e fumo, e os pomares de pessegueiros. Na frente ou ao lado das casas, geralmente existe um pequeno campo onde avista-se os animais de tração (junta de bois ou cavalos), uma ou duas vacas de leite e, passeando por todos os lados, galinhas, patos e perus com suas proles. Um pouco distantes das casas, um pequeno chiqueiro de engorda com um ou dois porcos para a alimentação da família. Chamou-nos a atenção a pouca presença de hortas para o consumo da família, foram poucas as casas que tinham verduras e legumes plantados, mas encontramos, em algumas dessas, boa diversidade desses produtos.

Na localidade de Rincão dos Maia concentra-se o maior número de pequenos estabelecimentos familiares do município, em média a área total está entre 7 e 10 hectares. As famílias de agricultores dedicam-se ao cultivo comercial direcionado à indústria de doces e conservas ou integrado às empresas de tabacos. O dinamismo é

⁵¹ Talvez os Prates tenham vendido a sesmaria para algumas famílias e mudado para outra região em algum momento da história, não encontramos nos trabalhos de Cláudio Bento nenhuma citação sobre algum indivíduo de sobrenome Prates após a concessão da sesmaria ao coronel de milícia.

⁵² Entre os compradores, herdeiros ou posseiros da sesmaria da família Prates provavelmente tivera algum de sobrenome Maia.

rapidamente constatado, a atividade agrícola está por todos os lados, são pomares de pêssago, laranja e figo, lavouras de milho, feijão e fumo. Os pessegueiros, principal cultivo da localidade, são encontrados nas áreas planas e nas encostas dos morros, produção destinada principalmente para a indústria de doces e conservas de Pelotas e Morro Redondo. Entre as fileiras de pessegueiros jovens, os agricultores plantam milho, feijão e fumo, reaproveitando a área e os insumos utilizados em lavouras específicas. Cultivos que não exigem equipamentos *específicos*, os agricultores utilizam na lavoura basicamente a junta de bois, cavalos ou mulas, e implementos para o preparo da terra para o plantio. Rincão dos Maia em pouco tempo, 20 ou 30 anos, mudou drasticamente suas características, algumas décadas atrás as lavouras eram poucas e pequenas, como podemos observar no depoimento do senhor Gustavo (68 anos): “Na época dos meus avós era mais gado, umas laranjeiras e um pouquinho de milho e feijão.”⁵³



Figura 02. Vista panorâmica na localidade do Rincão dos Maia.

Cruzando de ponta a ponta, subindo e descendo colinas, percorrendo cada recanto da localidade do Rincão dos Maia, encontramos um ponto privilegiado para observar o horizonte e sentir as sensações que o momento proporcionava (Figura 02). A paisagem e os sons do vento, dos pássaros, outros animais e do homem passavam a sensação de que não estávamos sós, tínhamos companhia, principalmente pela marcante interferência do homem na natureza. Lavouras e pomares alternados e ordenados (linhas de plantio), casas próximas umas das outras, ao longe escutávamos vozes, poucas eram as ilhas de vegetação nativa. Cenário, aos nossos olhos, de uma sociedade motivada e integrada.

Durante o período que passamos observando e conversando com os moradores do Rincão dos Maia, constatamos algo diferente do que vivenciamos em outras localidades rurais de diversas regiões do Rio Grande do Sul. População amigável e satisfeita com o padrão de vida conquistado nos últimos anos. Falar sobre o passado e o presente revela o sofrimento dos anos de carências e a alegria de ter vencido as

⁵³ Relato que não difere muito da atual paisagem da localidade do Rincão dos Marques.

dificuldades – falar da participação de um processo de transformação.⁵⁴ Não encontramos dificuldade em conversar e participar de alguns momentos da vida das pessoas, pessoas receptíveis e acolhedoras, salvo casos de personalidade tímida ou reservada. Tivemos a atenção de conversar com moradores de faixa etária diferentes, jovens, adultos e idosos, agricultores, trabalhadores temporários, comerciantes, líderes comunitários e funcionários públicos municipais. Foram, no Rincão dos Maia, 24 entrevistas, em conversas individuais e em grupo (família). Dedicamos nossa atenção também para atores externos à comunidade que poderiam nos auxiliar a conhecer e compreender o processo de transformação que a sociedade do Rincão dos Maia vivenciou nas últimas décadas. Realizamos 13 entrevistas com pessoas externas à localidade, representantes do poder público municipal, de entidades privadas, políticos, professores, religiosos e técnicos agrícolas.

A escolha do Rincão dos Maia foi definida em meados do ano de 2002, durante o período que dedicamos à exploração do meio rural de Canguçu para conhecer as características culturais e econômicas de cada localidade. Como salientamos anteriormente, estávamos interessados em estudar duas localidades de *trajetória distintas*, uma que estaria vivenciando certa *dificuldade* de desenvolvimento e outra que romperia com as limitações à melhoria nas condições de vida. Para o primeiro caso, tínhamos duas opções: Rincão dos Marques e Rincão dos Cravos, localidades visitadas nos anos de 2001 e 2002, após análise inicial, optamos pela primeira. Para o segundo caso, a escolha foi Rincão dos Maia, pelos indícios de semelhança, em algum momento do passado, com Rincão dos Marques, confirmados no trabalho de campo.⁵⁵ A transformação no Rincão dos Maia foi captada nos testemunhos, mudanças significativas como a descrita pelo senhor Ivo (52 anos):

Isso era uma zona tão pobre que para enxergar uma casa de material [tijolos], que nem eu tenho um galpão, era difícil. Agora, hoje você me anda por dentro do Rincão dos Maia e vê se me acha um galinheiro tapado com palha. Da época que eu me criei até hoje não dá para dizer que melhorou 100%, dá para dizer 300%! A gente não é rico mas tem todo o conforto que é preciso. Hoje eu me sinto feliz e satisfeito pelo que eu fui criado, tive boa educação dos meus pais, mas numa dificuldade para nos criar!⁵⁶

Analisando as falas dos entrevistados na localidade do Rincão dos Maia, nas comparações entre o passado e o presente, constatamos que algumas palavras repetiam-se nos depoimentos quando questionados sobre *condições de vida e modo de ser das pessoas*. Sobre o passado, as palavras empregadas, na maioria dos relatos, tinham conotação negativa, experiências marcantes em que o sofrimento era parte do cotidiano dessas pessoas. Definiam a vida no passado como de *miséria, pobreza e fome*, palavras ora pronunciadas em tom de tristeza ora em tom de orgulho, lembranças doloridas do passado e valorização das conquistas do presente, respectivamente. Nos relatos, as palavras empregadas para sintetizar as percepções sobre as condições de vida no passado eram basicamente três: *difícil, ruim e sacrificosa*.⁵⁷ Termos que identificam o grau de exigência que o meio, ao qual estavam inseridos, impunha à sobrevivência dessas pessoas – próximo ao limite suportável.

⁵⁴ Conforme Giddens (2002, p. 72), “(...) manter um diálogo com o tempo significa identificar os eventos causadores de tensão e compreender suas implicações.” Grosso modo, lembrar o *lugar* do passado na representação (narrativa) da identidade e da vida; um *passado* reinventado que dá sentido ao *presente*.

⁵⁵ Exemplo, o trecho destacado, logo acima, do depoimento do senhor Gustavo (68 anos), agricultor no Rincão dos Maia.

⁵⁶ Agricultor no Rincão dos Maia.

⁵⁷ Esta última faz parte de um conjunto de palavras que compõem o dialeto da localidade, que talvez tenha influência das culturas indígena e africana.

Os entrevistados do Rincão dos Maia identificam as pessoas do passado como *xucas, bichos do mato e selvagens*, reconhecendo no *modo de ser* os limites para o viver em comunidade. Era uma sociedade isolada e de indivíduos *isolados, divididos* e de *pouca conversa*, motivos fúteis eram suficientes para desentendimentos. Esse era o retrato da sociedade de Rincão dos Maia no período anterior à década de 1980, esquecida pelo poder público e estigmatizada pela sociedade canguçuense.⁵⁸ Provavelmente essas características, destacadas nos depoimentos, eram representações do mecanismo de defesa de um grupo social que se sentia inferiorizado diante da sociedade.⁵⁹

Nos dias atuais, o discurso está noutro extremo. Segundo os moradores, em virtude das *mudanças*, das *transformações* e do *desenvolvimento*, as condições de vida *melhoraram* e, hoje, a população está *satisfeita* com as *facilidades* na atividade agrícola, na comercialização da produção e no acesso a serviços públicos. As *mudanças*, as *transformações* e o *desenvolvimento* também foram percebidos no modo de ser das pessoas, interpretados pelos entrevistados como uma *nova visão* ou *mudança de comportamento*. Essa metamorfose na mentalidade da população do Rincão dos Maia foi motivada pelo *conhecimento*, pela *educação* e pela *orientação* representados pelo acesso à assistência técnica, alfabetização e religião, respectivamente. Hoje, para descrever a sociedade as palavras usadas são: *amizade, agregação, entrosamento, integração, participação*, palavras antônimas das empregadas para o passado. Características que, segundo os entrevistados, identificam a população como *civilizada, evoluída*.⁶⁰

Rincão dos Maia vivenciou momentos extremos nas últimas décadas, fruto de um período marcado por transformações em vários campos do viver. Transformações que suscitaram hipóteses para nortear nosso estudo. Dedicamos-nos a conhecer e entender o processo histórico vivenciado pela sociedade do Rincão dos Maia, baseado no depoimento dos entrevistados, mas, principalmente, a identificar os elementos motivadores dessa transformação social. Para isso elaboramos três hipóteses de trabalho, apresentadas a seguir:

A primeira hipótese: O processo de transformação, vivenciado pela sociedade do Rincão dos Maia, teria contado, relativamente, com a conjunção de entidades e acontecimentos que, de alguma forma, teriam contribuído para a melhoria nas condições de vida e para a mudança no padrão das relações sociais. Motivadores externos à comunidade, como, por exemplo, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade Rural, realizado pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) no início da década de 1980; e a construção da igreja católica na década de 1970, estimulando a crença e os valores religiosos; entre outras. Associação de fatos que, de alguma forma, foram capazes de acionar relações que aceleraram o desenvolvimento social e econômico da sociedade do Rincão dos Maia.

A segunda hipótese: Decorrente da hipótese anterior, o processo de transformação teria sido estimulado por atores externos à localidade, esses atores teriam auxiliado na construção e fortalecimento da estrutura econômica e social, proporcionando condições para o desenvolvimento da localidade. Com os anos, a participação e os efeitos, dos indutores externos, foram perdendo força como colaboradores diretos no desenvolvimento. Acontecimentos que colaboraram para a transformação, em diversos campos do viver, da sociedade local; transformação identificada, por exemplo, na estrutura de personalidade.

⁵⁸ Por exemplo, Bento (1983, p. 13) ao referir-se ao Rincão dos Maia como *Pulguedo*.

⁵⁹ As palavras em itálico são de autoria dos entrevistados.

⁶⁰ As palavras em itálico são de autoria dos entrevistados.

A terceira hipótese: A região e o entorno teriam participado do processo de transformação, nas relações sociais, de mercado e de trabalho. Por um lado, sem disponibilidade dos meios de produção, parte da população do Rincão dos Maia, para garantir a subsistência familiar, recorria ao trabalho temporário nas granjas de arroz (Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar), nos estabelecimentos de agricultores familiares de origem alemã (nas localidades vizinhas), na indústria de doces e conservas (Pelotas), ou transformava a mata nativa em lenha ou carvão para comercializar com os estabelecimentos comerciais locais ou do meio urbano (Canguçu e Pelotas). O contato com outras regiões e sociedades contribuiu para o conhecimento de novas culturas, possibilitando o exercício de comparação entre modos de vida, incentivando de alguma forma o senso crítico. Por outro, a sociedade do Rincão dos Maia conta com algumas famílias de colonos de origem alemã e, principalmente, italiana, que, de certa forma, contribuíram para a incorporação de novos elementos à cultura, transformando características da personalidade, pelas relações de interdependência. Nesse sentido, esses elementos foram importantes para o desenvolvimento, conjuntamente com outros que participaram do processo.

Seguindo estas suposições, procuramos conhecer e compreender a articulação entre iniciativas de estímulo ao desenvolvimento e a sociedade local, mas também os fatores que, em algum momento, participaram, direta ou indiretamente, do processo de transformação da sociedade do Rincão dos Maia.

Por fim, apresentamos brevemente a estrutura deste trabalho. Para conhecer e compreender o processo de desenvolvimento das sociedades do Rincão dos Marques e Rincão dos Maia passamos por dois momentos: a pesquisa bibliográfica e de fontes secundárias e a pesquisa de campo com entrevistas abertas e observações para o levantamento das informações. Estes dois momentos nos permitiram organizar o trabalho em quatro capítulos. No primeiro capítulo, com base na bibliografia sobre a história do Rio Grande do Sul, tratamos de descrever o processo de ocupação do território rio-grandense até o início do século XIX, período, segundo alguns historiadores, da formação do *tipo social gaúcho*. Na sequência, focamos em questões relacionadas à formação dos traços característicos da personalidade do *gaúcho*, traços que podemos identificar, relativamente, com os observados nas sociedades estudadas. O segundo capítulo descreve o processo de formação histórica do município e região até os dias atuais, salientando informações sobre as condições econômicas e sociais. No capítulo terceiro, iniciamos descrevendo Rincão dos Marques em diversos aspectos do passado e do presente, colaborando para o entendimento dos fatores envolvidos no processo de desenvolvimento da sociedade. Na parte seguinte, dedicamo-nos à análise dos fatores que condicionaram esse processo, debruçando-nos sobre a relação deste (processo de desenvolvimento) com elementos da personalidade da sociedade local. No quarto e último capítulo, repetimos o exercício de descrever comparativamente o passado e o presente, permitindo identificar algumas transformações ocorridas na sociedade do Rincão dos Maia. Por fim, analisamos os fatores envolvidos no processo de desenvolvimento da sociedade local, tratando, precisamente, da transformação de mentalidade decorrente da ampliação do horizonte social – por exemplo, acesso a informações diversas. Para encerrar, algumas conclusões e considerações resultantes das reflexões que este trabalho nos permitiu.

CAPÍTULO I

DAS ORIGENS COLONIZADORAS: OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO RIO-GRANDENSE – PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA PERSONALIDADE DO TIPO SOCIAL GAÚCHO

O presente capítulo tem como papel subsidiar o estudo com informações que auxiliem no conhecimento e na compreensão da historicidade do desenvolvimento do Rio Grande do Sul e principalmente da região da Campanha – pampa gaúcho. Elementos que estiveram presentes na formação do território e da personalidade do tipo característico regional – *gaúcho*. Entendemos que, para compreender o processo de desenvolvimento vivenciado pelos habitantes das localidades, temos que conhecer elementos do passado (ação histórica ou do social), elementos que estão presentes no cotidiano das pessoas, segundo Bourdieu (2000), nos estados objetivado e incorporado.

Centramos atenção no período histórico entre as primeiras ações exploratórias e de captura de índios realizadas por portugueses e paulistas, respectivamente, até a véspera da proclamação da independência do Brasil. Nesse período tinha-se presente no Rio Grande do Sul o sul-americano (índio), o europeu (português e espanhol) e o africano (negro), a gênese, segundo alguns estudiosos da formação da sociedade rio-grandense, do gaúcho brasileiro. A miscigenação dessas etnias originou o tipo social característico do extremo-sul do país.

1.1 Formação do Território Rio-Grandense no Brasil Colônia

O Rio Grande do Sul tem na sua história a marca das guerras, disputas e conquistas; confrontos desencadeados, inicialmente, por território e, posteriormente, por poder político, tendo nos dois momentos a questão econômica como pano de fundo. Os confrontos entre portugueses e espanhóis marcou a formação da fronteira física do território sul-brasileiro e rio-grandense, território geográfico com extensão espacial determinada, mas que, no âmbito cultural, as fronteiras diluem-se pela própria história dos povos meridionais. Num momento posterior, os confrontos passam para o campo das idéias, relativos às disputas entre federalistas e republicanos, tensões marcadas pelas insatisfações das oligarquias regionais, fruto da exploração econômica que o Império exercia sobre o Rio Grande do Sul.⁶¹

Segundo Cruz (1984), a Europa do século XVI passava pelo processo de transição do modo feudal para o modo capitalista de produção - acumulação primitiva de capitais, este último privilegiado, em parte, pela exploração das colônias e pelo envio dos excedentes econômicos para as metrópoles européias. A exploração das colônias começou com a extração das riquezas naturais (minerais, madeiras, especiarias, etc.), e, posteriormente, com os produtos agrícolas (cana-de-açúcar, etc.). O acúmulo de capital proporcionou o desenvolvimento da produção de manufaturas na Europa, muitas vezes elaboradas com matéria-prima originárias das colônias; estas participavam em dois momentos do processo de acumulação de capital europeu: como fornecedoras de matéria-prima e, num segundo momento, como consumidoras dos produtos manufaturados, cabendo à Europa a agregação de valor e acumulação de capital. De acordo com Cruz (1984), Espanha e Portugal ainda não tinham completado a passagem

⁶¹ Fala-se de dois momentos, o primeiro que inicia no século XVI, com as primeiras expedições exploratórias, e segue até as primeiras décadas do século XIX, com a formação da nação uruguaia. No segundo momento, mais pontual, refere-se à Revolução Farroupilha que eclodiu em 1835 – período em que o domínio colonial português estava em declínio.

para o sistema capitalista, reflexo da ideologia católico-cristã presente no modo de produção feudal.⁶² O resultado da exploração econômica das colônias destes dois países era repassado para os países que estavam integrados ao modo capitalista de produção, através das trocas de matéria-prima por produtos manufaturados. O comércio exterior, grosso modo, financia e abre caminho para uma nova ótica de modo de produção, a economia capitalista.⁶³

Espanha e Portugal encontraram na América duas realidades distintas, fruto das delimitações territoriais estipuladas no Tratado de Tordesilhas (1494). Como indica Cruz (1984), os espanhóis, no primeiro momento, encontraram metais preciosos e uma civilização indígena desenvolvida, já os portugueses encontraram povos indígenas com baixo grau de desenvolvimento, e as riquezas minerais, nesse momento, estavam por ser descobertas. Com base na experiência das ilhas do Atlântico (meados do século XV), Portugal desenvolve o cultivo da cana-de-açúcar objetivando o mercado europeu. A dificuldade inicial para implementação dessa agricultura tropical foi a falta de mão-de-obra adequada, a indígena não se adaptou ao tipo de trabalho exigido, levando Portugal recorrer a mão-de-obra de escravos africanos. A configuração econômica e regional do Brasil caracterizava-se pelo pólo açucareiro, nas capitanias localizadas na região nordeste, e pela economia de subsistência nas demais regiões.

Os portugueses começaram a despertar interesse pelo Rio Grande do Sul no início do século XVI com as incursões exploratórias que objetivavam a extração do pau-brasil. Segundo Pesavento (1994), a partir dessas viagens pelo litoral do extremo sul do Brasil, a região passou a ser denominada de “Rio Grande de São Pedro”. Depois dessas incursões, a região caiu em esquecimento, não apresentava riqueza mineral ou atividade agrícola, carecendo de sentido para integrar o processo de acumulação primitiva de capitais. Acumulação, através da exploração colonial (ouro e açúcar), permitia produzir excedente econômico para ser enviado a metrópole.

No século XVII, os holandeses ocupavam a região nordeste do Brasil e também exerciam o domínio das zonas africanas fornecedoras de mão-de-obra escrava. Esses acontecimentos levaram os portugueses a substituir a mão-de-obra escrava negra pela indígena, iniciando as primeiras incursões paulistas de captura de índios para serem vendidos como escravos nas zonas açucareiras. De acordo com Pesavento (1994), a diminuição da população indígena livre das regiões próximas a São Paulo impulsionou às bandeiras paulistas em direção às reduções indígenas, formadas pelos missionários da Companhia de Jesus, no território castelhano. As reduções eram locais onde os índios reuniam-se, importante reserva de mão-de-obra adaptada à convivência dos brancos, adestrada e obediente. Esses ataques empurraram os jesuítas para o território rio-grandense (1626), levando, de certo modo, a uma invasão sob bandeira castelhana, vinda do Paraguai. No período entre 1626 e 1637, os jesuítas fundaram no território rio-grandense mais de 15 reduções. Nas reduções castelhanas os índios dedicavam-se à agricultura e à criação de gado. Em 1634 foram introduzidos no Rio Grande do Sul os

⁶² Não é de interesse discutir as influências das doutrinas católica e protestante no desenvolvimento do capitalismo, que, na Europa dos séculos XIV, XV e XVI, estavam representadas, por exemplo, de um lado, por Espanha e Portugal, de outro, por Inglaterra e Holanda.

⁶³ De acordo com Furtado (1969), os flamengos, principalmente os holandeses, foram importantes para o êxito da colonização do Brasil. Os flamengos não se limitaram apenas a financiar a refinação e comercialização (comércio intra-europeu) do açúcar, há indícios de que financiavam a atividade produtiva no Brasil através de instalações e importação de mão-de-obra escrava. Na metade do século XVI, os portugueses entregavam, no porto de Lisboa, o açúcar brasileiro para os flamengos que o refinavam e distribuíam por toda a Europa.

primeiros rebanhos de gado, cerca de 10.000 cabeças trazidas pelos jesuítas castelhanos da região de Corrientes (Argentina).⁶⁴

Antes da entrada dos religiosos da Província do Paraguai, os jesuítas portugueses estabeleceram reduções próximas ao litoral (1605), mas, por falta de apoio da igreja brasileira, com sede em Salvador, e pelas violentas ações bandeirantes no Rio Grande do Sul, os jesuítas abandonaram a região. Cruz (1984) lembra que os jesuítas portugueses agiram por conta própria, chegando a passar pelas atuais regiões de Araranguá (SC), Tramandaí e Gravataí (RS).

Pesavento (1994) destaca que, por volta de 1640, deu-se a última investida dos bandeirantes no Rio Grande do Sul, resultando na captura de índios e, conseqüentemente, o abandono da região pelos jesuítas. Nesse mesmo período foi restabelecida a conexão África-Brasil do tráfico negreiro, desestimulando a captura de índios para o trabalho escravo.

Acontecimentos que, como postula Pesavento (1994, p. 9), lançaram “(...) o fundamento econômico básico de apropriação da terra gaúcha: a preia do gado xucro.” As investidas dos bandeirantes no extremo sul do Brasil, tendo como alvo as reduções jesuíticas, resultou no retorno dos jesuítas para a outra margem do rio Uruguai, levando consigo índios catequizados, mas abandonando os rebanhos de gado que, em poucos anos, formara a reserva *Vacaria del Mar*. Estavam criadas as condições para a exploração econômica da região. Pesavento (1994) destaca que os portugueses, nesse período, não tinham conhecimento sobre esse grande rebanho de gado.

Portugal e Espanha tinham estratégias distintas de ocupação do território sul-americano; os portugueses procuravam garantir o espaço territorial através da introdução de imigrantes oriundos de Portugal e principalmente de famílias (casais) do arquipélago dos Açores, este se encontrava mergulhado numa crise econômica e social. Espanha, percebendo o avanço português, precisava garantir sua parte do território sul-americano, mas a escassez de recursos humanos, militares e financeiros restringia sua ação de ocupação. A atenção espanhola estava direcionada para Potosí,⁶⁵ Lima e Buenos Aires, regiões importantes para exploração, comercialização e escoamento do minério de prata para a Europa. Tendo em vista as restrições acima, Espanha optou pela ocupação do território através da colonização com os próprios índios da região, pelos ensinamentos do Evangelho. Nos limites espanhóis próximos ao atual território rio-grandense (Paraguai), a ocupação dava-se em pontos estratégicos com o estabelecimento de reduções ou missões pela Companhia de Jesus. A distinção da forma de colonização das duas nações deixou marcas que ainda hoje podem ser percebidas na característica étnica predominante da população dos países originários da colonização espanhola e portuguesa. Nos países de colonização espanhola, além da língua, percebe-se que há uma miscigenação bastante marcante com a etnia indígena, já no Brasil, salvo algumas regiões, a característica étnica salienta a miscigenação do europeu, africano e o índio, este último, grosso modo, inferiorizado na participação étnica, resultado do estigma criado no início da ocupação do território brasileiro.

Nas disputas entre os países do *Velho Mundo*, Portugal estava acumulando uma série de frustrações, redução do Império Colonial Português com o fim do domínio Espanhol, perdas no Oriente e África frente aos holandeses e ingleses. Segundo Pesavento (1994), acontecimentos que levaram os portugueses a voltarem-se para as áreas não exploradas, caso do extremo-sul, com o objetivo de assegurar o domínio de certas regiões. Foi nesse período, 1680, que os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, fundação que, em parte, atendia aos interesses dos comerciantes

⁶⁴ Cruz (1984).

⁶⁵ Minas de prata, atual território Boliviano.

portugueses que viviam em Buenos Aires, cidade de domínio espanhol. Com a fundação da Colônia do Sacramento, os portugueses quebraram o monopólio dos espanhóis no comércio de prata, oferecendo em troca açúcar, escravos e manufaturas inglesas, praticando uma atividade comercial ilícita e lucrativa. Para Furtado (1969), o avanço dos portugueses na região do Prata e a fundação da Colônia do Sacramento estavam ligados às vicissitudes da etapa de decadência da economia açucareira, conseqüentemente o aumento relativo dos setores de subsistência no norte, no sul e no interior nordestino, reduzindo sensivelmente a participação das exportações no produto total da Colônia.⁶⁶ Enquanto isso na Europa, segundo o autor, Portugal enfrentava dificuldades referentes à redução no valor das exportações de açúcar ocasionando uma readaptação do sistema econômico a um nível de importação abaixo do praticado no período anterior. No período entre 1640 e 1700, a moeda portuguesa amargou significativa desvalorização em relação à libra, por um lado deu novo fôlego à economia colonial exportadora, por outro, dada a dependência da colônia em relação aos produtos importados, agravou a situação das regiões estruturadas na economia de subsistência, as mais carentes. Os reflexos sociais e econômicos da crise, conseqüência de uma economia colonial periférica e dependente, são apresentados por Furtado (1969, p. 75):

(...) reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento de formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local, etc.

Acompanhando a análise da conjuntura descrita por Pesavento e Furtado, Portugal tinha poucas alternativas de saída, dada a sua situação econômica delicada tanto na Europa como no Brasil, levando Portugal, como salientado anteriormente, a buscar a quebra do monopólio espanhol sobre a prata. Nesse período, a Espanha perdera praticamente todo a sua frota, favorecendo, de certa forma, as atividades comerciais de Portugal num dos principais portos de entrada da América espanhola.

A Colônia do Sacramento desempenhava relativa importância na demarcação do território, os portugueses tinham interesse estratégico-militar de conservação da área. Dada essa importância, este núcleo português foi várias vezes atacado e tomado pelos espanhóis.

Pesavento (1994) indica que foi nesse período que os portugueses tomaram conhecimento da reserva de gado da *Vacaria del Mar*.⁶⁷ O grande rebanho de gado xucro despertou o interesse de vários grupos que caçavam os animais para extrair o couro e enviá-lo para Buenos Aires ou Sacramento para posterior exportação para a Europa.⁶⁸ A autora relata que essa atividade era de caráter predatório, praticada pelos portugueses da Colônia do Sacramento, pelos índios que capturavam os animais para os jesuítas, pelos “acioneiros” de Santa Fé, Corrientes e Buenos Aires, estes com a autorização dos espanhóis, e pelos aventureiros por conta própria. Para Pesavento, essa atividade de captura de animais selvagens foi importante a ponto de despertar a atenção dos ingleses, esses estabeleceram na região um entreposto ligado a “South Sea

⁶⁶ Outro fator que corroborou com a crise açucareira no Brasil, século XVII, foi a concorrência do açúcar produzido em grande escala no Caribe pelos holandeses. Resgatando Furtado (1969), os holandeses ocuparam por aproximadamente um quarto de século a região produtora de açúcar no nordeste do Brasil. Adquirindo conhecimento sobre aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira, conhecimento que viabilizou a quebra do monopólio e a redução drástica do preço e da quantidade exportada por Portugal.

⁶⁷ A *Vacaria del Mar* surgiu com a reprodução dos rebanhos jesuítas abandonados por mais de quarenta anos (1640 – 1680) num ambiente selvagem, sem a interferência do homem.

⁶⁸ Inicia-se nesse período o desenvolvimento da economia pecuária. Segundo Freitas (1980, p. 14), “(...) o gado alçado ou chimarrão, pilhado mediante as arreadas ou vacarias, foi o capital constante e circulante que serviu de base ao desenvolvimento da economia pecuária.”

Company” para explorar e lucrar com a extração do couro. Cabe salientar que, naquele período, a carne não tinha valor comercial na região, era apenas utilizada na alimentação da população e o excedente era descartado. Entretanto, no final do século XVII, o ciclo açucareiro entrou em decadência, e o ciclo do ouro iniciava-se na região das Gerais, região que concentrava contingente populacional e poder aquisitivo, criando mercado interno para o gado. Pesavento (1994) lembra que, nesse período, começaram a descer paulistas⁶⁹ e lagunistas para arrebanhar o gado e levá-lo até as regiões mineradoras, criando as vias de ligação do Rio Grande do Sul com o restante do Brasil.⁷⁰ O tropeiro não levava somente o gado para corte, mas também buscava, em território argentino, as mulas que abasteciam as minas de Potosi. Minas de prata que, no momento que se iniciava o ciclo do ouro nas Gerais, começaram a reduzir a produção, orientando a criação de muas para as minas das Gerais. Para Furtado (1969, p. 83), a principal fonte de renda do Rio Grande do Sul era a comercialização de mulas: “Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região”; o gado figurava como secundário na geração de renda, talvez pela concorrência com o da região açucareira. Efeitos indiretos da economia mineira, permitindo articular diferentes regiões do Brasil e proporcionando transformações nas economias regionais como, por exemplo, relata Furtado (1969, p. 82):

A pecuária, que encontrara no sul um *habitat* excepcionalmente favorável para desenvolver-se – e que, não obstante sua baixíssima rentabilidade, subsistia graças às exportações de couro – passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira.

Dois anos após a fundação da Colônia de Sacramento, os jesuítas retornam ao Rio Grande do Sul (1682) e constituem os Sete Povos das Missões (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luis Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo). Pesavento (1994, p. 11) relata que, ao retornarem, os jesuítas começam a capturar o gado para estabelecerem, próximo às reduções, estâncias⁷¹ de criação de gado. Dado o caráter predatório da atividade de captura de bovinos xucros, os jesuítas levaram parte do rebanho para a região noroeste do Rio Grande do Sul, criando nova reserva de gado – *Vacaria dos Pinhais* ou *Campos de Vacaria*. A atividade econômica dos jesuítas era baseada na exportação do couro para Buenos Aires e na produção de erva-mate, também trabalhavam com artesanatos, tecelagens, metalurgia e trabalhos de fiação, arquitetura, escultura e outros, além da agricultura de subsistência.

Com a adaptação dos índios ao regime imposto pelos jesuítas e o conseqüente desenvolvimento econômico, a Companhia de Jesus começou a expandir em direção ao sul disputando o gado, as terras e o comércio. Pesavento (1994) aponta que, no decorrer do século XVIII, os jesuítas constituíram ameaça aos portugueses e espanhóis, tanto que a região dos Sete Povos foi questão importante nas disposições do Tratado de Madrid (1750), resultando na expulsão e confisco das propriedades, na América, em 1768, anteriormente expulsos de Portugal (1759) e Espanha (1767).⁷²

⁶⁹ Segundo Roche (1969), os bandeirantes, a partir do século XVII, descenderam várias vezes ao Rio Grande do Sul à procura de ouro, escravo e gado.

⁷⁰ Pesavento (1994) destaca as duas principais vias abertas pelos tropeiros foram a estrada do litoral (1703) e a estrada da serra (1727). Vianna (1987, p. 21) salienta que, com a abertura das estradas, fruto das incursões do clã de Magalhães, abre-se para o Rio Grande do Sul dois ciclos históricos – o pequeno ciclo da preia ao gado e o grande ciclo da colonização.

⁷¹ Segundo Décio Freitas (1980, p. 33), a origem da palavra *estância* (no Rio Grande do Sul utiliza-se como sinônimo de fazenda de criação de gado) proveio do arcaico *estanciar*, *estancar*, lugar onde se parava ou permanecia por algum tempo.

⁷² Sobre o Tratado de 1750, ver Fortes (1999).

Retomando Cruz (1984), nos documentos produzidos pelos jesuítas sobre as missões guaranis, dois temas são tratados quase que exclusivamente: a evangelização e a defesa dos índios contra os espanhóis, os bandeirantes e a Coroa portuguesa. Apesar do interesse na defesa do índio, os jesuítas não tinham nenhuma posição contrária ao regime escravocrata, tanto que utilizavam mão-de-obra de escravos negros em outras regiões. Os jesuítas não tinham condições nem interesse de se opor à Coroa para lutar contra a escravidão dos negros. Com relação aos índios, era a oportunidade de criar uma sociedade fundada na ideologia católico-cristã da Companhia de Jesus. Para a autora, os jesuítas não pretendiam contestar, pelo menos diretamente, o sistema pré-capitalista colonial, mas tentaram com os guaranis, de certa forma, reconstituir o comunismo cristão das organizações monásticas medievais. Uma das regras básicas dos jesuítas referia-se ao trabalho em benefício da comunidade e o fruto distribuído em comum.

Final do século XVII e início do século XVIII, a ocupação portuguesa no Rio Grande do Sul praticamente resumia-se à estreita faixa de terra litorânea compreendida entre a Colônia do Sacramento e Laguna. Nesse espaço de terra, o gado era capturado e reunido em currais e invernadas,⁷³ animais que eram conduzidos pelos tropeiros até São Paulo para serem negociados nas feiras de Sorocaba e posteriormente levados até a região das minas, nas Gerais.⁷⁴

Na perspectiva de Cruz (1984), o desenvolvimento da mineração na região das Gerais fez surgir um mercado interno no Brasil, resultado de uma atividade especializada que concentrava densas massas populacionais com poder aquisitivo e distante do litoral, proporcionando mercado para gado e animais de tração. Por outro lado, o pólo minerador oportunizou emprego para os trabalhadores descartados pela decadência da economia açucareira. Furtado (1969), por sua vez, destaca a abertura de um ciclo migratório europeu, consequência da economia mineira brasileira que possibilitava a participação de indivíduos com baixo aporte de capital – metal de aluvião que se encontrava depositado no fundo dos rios.⁷⁵ O autor destaca a diferença entre a economia mineira e a açucareira, a mineira baseava-se, também, no trabalho escravo, mas não constituía a maioria da população. Destaque para a forma de organização do trabalho, os escravos tinham consentimento dos seus donos para tomar certas iniciativas e participar do meio social, resultando na compra da própria liberdade. Na economia açucareira, somente os senhores de engenho ou grandes proprietários de terra tinham expressão social. Na economia mineira, um homem que dispunha de recurso podia organizar uma *lavra* com cem ou mais escravos ou, se a sorte contribuísse, poderia logo ascender à posição de empresário.

Por se tratar de uma atividade de elevado grau de mobilidade (pela exaustão do veio de ouro ou a descoberta de um novo), a fome estava presente nas regiões das minas. Os alimentos e os animais de tração eram valorizados, constituindo, segundo Furtado (1969), o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração. A escassez de alguns produtos na região levou à integração de outras regiões que dispunham de produtos necessários à manutenção da atividade mineradora, como foi o caso da integração da economia rio-grandense através do gado e dos animais de tração.

Retomando o processo de ocupação do território rio-grandense, observa-se alguns fatores que motivaram a política de colonização portuguesa, baseada na distribuição de sesmarias. Por um lado, a captura indiscriminada de gado sinalizava para a redução drástica do rebanho bovino, por outro, Portugal estava com dificuldades de

⁷³ Instalações temporárias para abrigar os tropeiros no período de captura do gado (ROCHE, 1969).

⁷⁴ Sobre a captura e transporte do gado para as Minas, ver Vianna (1987) e Pesavento (1994).

⁷⁵ Segundo Furtado (1969), o alvoroço em Portugal foi de tal dimensão que chegou a restringir o fluxo migratório.

assegurar a Colônia de Sacramento frente aos espanhóis. Segundo Kliemann (1986), a política de colonização e ocupação do território rio-grandense caracterizava-se pelo interesse militar, defesa do território contra invasões estrangeiras.

Em meados da primeira metade do século XVIII (1732), inicia-se a distribuição de sesmarias, terras devolutas, para o estabelecimento de estâncias criadoras de gado. As terras eram entregues aos tropeiros e militares, a estes últimos as sesmarias eram dadas como forma de retribuição a serviços militares prestados à Coroa portuguesa.⁷⁶ As primeiras sesmarias foram concedidas na região litorânea do Rio Grande do Sul, no caminho dos tropeiros, com cerca de 13.000 hectares, essas eram destinadas à criação extensiva de gado, que utilizavam como mão-de-obra os peões.⁷⁷ Pesavento (1994, p. 15) caracteriza esses trabalhadores como “(...) elementos subalternos do antigo bando armado que tropeava gado ou índios egressos das missões.” Nessa época a mão-de-obra escrava era pouco utilizada na região, a atividade de criação não proporcionava recursos para a aquisição de escravos.

A política portuguesa de ocupação do território rio-grandense tomou forma definitiva com a fundação da vila de Rio Grande (1737). Conforme Cruz (1984), o estabelecimento da vila de Rio Grande tinha como objetivo diminuir as dificuldades de manutenção da Colônia de Sacramento e usufruir a riqueza constituída pelo complexo missionário espanhol. A vila de Rio Grande era um importante passo para a ocupação do território rio-grandense. Tanto Portugal como Espanha sabiam da importância econômico-estratégica da região, visto que a Colônia de Sacramento era ponto de disputa entre as duas nações. Após a fundação pelos portugueses, a Colônia de Sacramento teve a primeira invasão espanhola em 1706, permanecendo até 1715, ano que Portugal retomou a Colônia. Os espanhóis não desistiram tão fácil. Em 1726 fundam Montevidéu⁷⁸ com o objetivo de retomar a Colônia de Sacramento, ocupando-a, novamente, entre 1735 e 1737. Para Cruz (1984), os portugueses foram sedimentando a ocupação do território rio-grandense com o lento crescimento dos povoados, a formação de lavouras e estâncias.

Em meados do século XVIII tem-se dois fatos importantes para a consolidação do território rio-grandense, o início da colonização açoriana e o Tratado de Madrid (1750). O fluxo imigratório do Arquipélago dos Açores para o sul do Brasil teve maior intensidade entre os anos 1748 a 1753, viagens de longos dias em que os tripulantes sofriam com o confinamento e as doenças. Inicialmente desembarcavam na Ilha de Santa Catarina, posteriormente enviados para Laguna e Rio Grande.⁷⁹ Cruz (1984) destaca que a colonização açoriana teve duas fases distintas, a primeira destinava-se à formação de núcleos para apoiar nas disputas com os índios missionários – substituindo-os nas aldeias missioneiras. A segunda fase evidenciava a distribuição de terras aos povoadores, processo de colonização organizado, objetivando fixar e desenvolver uma economia de subsistência.

Em 1750, Espanha e Portugal assinam o Tratado de Madrid, firmando a troca da Colônia de Sacramento (sob domínio português) pela região dos Sete Povos das Missões (sob domínio espanhol), cabendo à Espanha o monopólio da navegação no Rio da Prata. A resistência veio dos jesuítas, segundo Cruz (1984), estes tentaram anular a decisão argumentando sobre a inviabilidade da transferência da população indígena para a outra

⁷⁶ Sobre a concessão de terras, ver Laytano (1983).

⁷⁷ Os primeiros beneficiários da distribuição das sesmarias foram parte dos habitantes de Laguna, os quais procuravam encontrar melhores condições no Sul. Segundo Roche (1969), os lagunistas ficaram centrados na região de Viamão.

⁷⁸ Em 1736 os portugueses tentaram ocupar Montevidéu.

⁷⁹ Sobre a colonização açoriana no Rio Grande do Sul, ver Flores (1999).

margem do Rio Uruguai. A resistência jesuítica acabou nas guerras guaraníticas, confronto armado dos índios missioneiros contra a comissão de demarcação das terras, comissão composta por tropas portuguesas e espanholas. Confronto desigual que culminou com a Batalha de Caboatê (ou Caibatê) em 1756.

Na Europa a conjuntura política tomava novo rumo com a morte do rei espanhol Fernando VI (1759), viúvo da portuguesa D. Maria Bárbara, signatário do Tratado de Madrid. O novo rei espanhol, Carlos III, anulou o Tratado de Madrid através do Tratado de El Pardo (1761), resultando em novos confrontos entre Portugal e Espanha (1763 a 1776) e na ocupação espanhola da região das missões. Neste momento dava-se a desagregação do complexo missioneiro. Reportando a Cruz (1984), esses acontecimentos aceleraram a decadência econômica, moral e cultural da região missioneira, levando os índios ao trabalho nas estâncias portuguesas ou espanholas, ou sucumbindo à miséria e à fome.

Para compreender o processo de colonização do Rio Grande do Sul e a participação dos portugueses na formação do povo gaúcho, precisa-se conhecer melhor a história dos *casais* – forma como Portugal denominava as famílias de emigrantes. A chegada dos casais portugueses, provenientes do Arquipélago dos Açores, teve papel importante na fixação dos portugueses na região, constituindo núcleos populacionais dedicados ao trabalho e defesa do território. Fortes (1999) destaca que, em outubro de 1716, foi enviado sessenta casais da província portuguesa de “Trás os Montes” para a Colônia do Sacramento, mostrando uma estratégia diferenciada em relação à adotada até então (envio para as colônias da América de indivíduos que haviam desrespeitado as leis portuguesas). Pelas ameaças enfrentadas por Portugal no *Velho Mundo*, urge a necessidade de expandir o Império Português, que, conseqüentemente, anos mais tarde, levou a família real a instalar-se no Brasil, e, para isso, uma outra forma de colonização como a descrita por Fortes (1999, p. 12):

A colonização exigida era aquela que se compenetrasse do importante destino que lhe ia caber, de prolongar a pátria lusitana nos desertos onde se ia instalar, inspirada na convicção de que além de buscarem a própria felicidade iam os colonizadores receber também o legado de conservarem ilesos os ideais portugueses.

Na carta de 23 de março de 1736, enviada pelo Rei de Portugal D. João V a Gomes Freire de Andrade (Governador e Capitão-general do Rio de Janeiro e Minas Gerais), transcrita por Fortes (1999, p. 15-16), o principal motivo do envio de casais açorianos seria para garantir a Baía do Rio Grande de São Pedro e proximidades contra as investidas dos espanhóis. Além dos casais açorianos, migraram para a região pessoas que, impulsionadas pelo apelo do governo do Rio de Janeiro, estavam dispostas a participar do povoamento do Rio Grande de São Pedro. Segundo o autor, em 19 de fevereiro de 1737 chega à região de Rio Grande a expedição militar para iniciar a distribuição de terras e campos. Dez anos depois, 1747, Açores estava mergulhada numa crise econômica, em que parte expressiva da população candidata-se para emigrar para o sul do Brasil, resultando, conseqüentemente, num processo de seleção que priorizava os antecedentes morais, étnicos e a faixa-etária (homens até 40 anos e mulher até 30 anos de idade).

Os povoados, nas terras rio-grandenses, iniciavam nas proximidades dos quartéis, formados por militares e suas famílias, por oriundos do Rio de Janeiro, e pelas famílias que deixavam as colônias em busca de segurança. Distantes dos povoados e das vilas estavam as estâncias que se espalhavam ao sul do Rio Grande.

Com base nas informações de Fortes (1999), a interiorização dos açorianos seguia o curso das águas, desembarcavam em Santa Catarina e eram enviados para Rio Grande; parte dos colonizadores entrava pela Lagoa dos Patos até Itapoã (local próximo

a Viamão). Os colonos, que não se estabeleciam em Viamão, seguiam os rios Guaíba, Gravataí, Sinos e Caí constituindo núcleos colonizadores, fixando as margens destes rios. Recebiam do governo as datas de terra, sementes e ferramentas para a fixação e trabalho na terra, representando parte das promessas. Entretanto, alguns receberam grandes superfícies de terra, sesmarias. Duas formas de distribuição das terras, as sesmarias eram destinadas às estâncias de criação de gado, distribuídas a militares ou aos que detinham recursos suficientes para estabelecerem-se como estancieiros, forma extensiva de povoamento e de exploração econômica. As datas eram pequenas extensões de terra (aproximadamente 272 hectares), destinadas a atividade agrícola familiar, resultando, em curto espaço de tempo, em vilas e cidades.

O processo de ocupação do território rio-grandense pelos portugueses passou por momentos delicados. Lembra Fortes (1999), após um período de paz entre os portugueses e espanhóis, firmado no Tratado de 1750, em 1761 retomam os conflitos, causando grandes perdas para a Coroa portuguesa com a retomada da região das missões e a ocupação da vila de Rio Grande. O avanço espanhol foi interrompido com a assinatura do Tratado de Paz de 1763, mas a expulsão da vila de Rio Grande só foi ocorrer em 1776. Durante a ocupação espanhola, a capital, que anteriormente era Rio Grande, passou para Porto Alegre.

Em 1777 Espanha e Portugal assinam novo acordo, Tratado de Santo Ildefonso, restituindo a Colônia de Sacramento à Espanha e a Ilha de Santa Catarina a Portugal, reconhecendo a região missioneira como espanhola e instituindo os *Campos Neutrais*.⁸⁰

Furtado (1969, p. 84), analisando as influências da economia mineira no desenvolvimento das outras regiões, influências que, de certo modo, podem ter interferido no processo de distribuição de terras, indica que a economia mineira, pela relação direta com a atividade pecuária (gado e animais de tração), contribuiu para a utilização mais ampla das terras e dos rebanhos. Criou, grosso modo, a especialização regional, umas especializadas na criação, outras na engorda e distribuição e, por fim, os mercados consumidores – economia interdependente. Tudo resultado da economia mineira. Como postula Furtado (1969, p. 84), “(...) É um equívoco supor que foi a criação que uniu as regiões. Quem as uniu foi a procura de gado que se irradiava do centro dinâmico constituído pela economia mineira.”

O ciclo do ouro, por um lado, criou condições favoráveis para o desenvolvimento endógeno da colônia, como destacou-se anteriormente, mas, por outro lado, retardou o desenvolvimento da economia portuguesa que não acompanhou o restante da Europa. A Europa, nesse período (segunda metade do século XVIII), encontrava-se em processo de desenvolvimento do setor manufatureiro, isto não ocorria com Portugal, que estava envolvido com o ouro das Gerais. Segundo Furtado (1969, p. 87), “(...) o ouro (...) dificultou o aproveitamento dessas condições ao entorpecer o desenvolvimento manufatureiro da Metrópole,” resultando, conseqüentemente, no atraso do desenvolvimento manufatureiro do Brasil. Sendo colônia portuguesa, a primeira condição para o desenvolvimento manufatureiro do Brasil deveria partir do próprio desenvolvimento manufatureiro de Portugal.⁸¹

⁸⁰ Os *Campos Neutrais* significavam uma faixa de terra ao longo da fronteira em que nenhum dos lados poderia ocupar.

⁸¹ Segundo Furtado (1969), Portugal acabou penalizado, conseqüentemente o Brasil, por um acordo desfavorável com a Inglaterra – Tratado de Methuen. Neste tratado Portugal comprometia-se a retirar o embargo às importações de tecidos ingleses, e a Inglaterra, em reduzir o imposto pago pelos vinhos portugueses, um terço do imposto pago pelos vinhos franceses. O volume monetário das exportações de vinho português para a Inglaterra não alcançava o montante resultante da importação de tecidos, resultando num déficit na balança comercial portuguesa – déficit financiado pelo ouro brasileiro. Grosso

No final do século XVIII, a procura por gado retraiu devido a crise da região das minas, crise que não proporcionou impactos drásticos na economia rio-grandense. Nesse período, a atividade produtiva da região estava baseada na produção de trigo (açorianos) e de charque para o mercado interno. O trigo, como ressalta Pesavento (1994), foi introduzido pelos açorianos.

O trigo, cultivado principalmente pelos açorianos, trouxe, por um lado, o rápido desenvolvimento econômico, possibilitando a compra de escravos para trabalhar nos trigais. Por outro lado, a triticultura do final do século XVIII e início do século XIX, segundo Pesavento (1994), passou por diversas dificuldades referentes ao baixo nível tecnológico, à competitividade do mercado, ao confisco da produção e da mão-de-obra para servir os interesses militares, e, em 1814, os trigais gaúchos foram acometidos pela ferrugem, desestimulando novas lavouras de trigo. Paralelamente ao desenvolvimento da triticultura, a pecuária gaúcha ganhava espaço nas transações comerciais através da produção do charque. Por conseguinte, muitos açorianos trocaram a agricultura pela pecuária, investindo os recursos, acumulados com a produção de trigo, na criação extensiva de gado.

Nesse período, os *Campos Neutrais* caracterizavam-se por uma área de atrito e de ativo contrabando. Segundo Cruz (1984), o gado abatido nas charqueadas procedia, na sua maioria, da região de Maldonado e Rio Negro, contrabandeado, em parte, pelos índios missioneiros. Em 1801, na Europa, França e Espanha declaram guerra a Portugal, mas poucos meses depois retomam as relações com a assinatura do Tratado de Badajoz. O rompimento das relações entre Portugal e a aliança franco-espanhola repercutiu na conformação do território rio-grandense, segundo Cruz (1984), foi nesse mesmo ano que os portugueses conquistaram a região missioneira. Nas mãos dos portugueses e em pleno processo de decadência, a região das missões transforma-se em nova área de expansão das sesmarias.

Alguns anos depois, 1807, o território rio-grandense é elevado a Capitania Geral, subordinado diretamente ao Vice-Rei, demonstrando a importância da região para a Coroa, resultado, em parte, da conjuntura que se desenhava na região do Prata, com a Argentina declarando sua independência em 1810. Nesse período de incertezas e indecisões, também o Uruguai, sob comando de Artigas, desenvolve um movimento de independência, opondo-se ao Governo de Buenos Aires. Cruz (1984) salienta que Portugal aproveita a fragilidade da conjuntura que se configurava na região para anexar o território uruguaio ao Império, denominando-o de Província Cisplatina (1817). Em 1825, a população da Província Cisplatina rebela-se contra o já independente Brasil,⁸² mas sua independência só é conquistada em 1828 com o tratado de paz, mediado pela Inglaterra. A partir desse momento, o Rio Grande do Sul estabelece seus limites que permanecem até hoje.⁸³

Até esse momento o Rio Grande do Sul era terra de índios, portugueses, negros e espanhóis; estes últimos estabeleceram-se no território rio-grandense com o avançar e recuar do território espanhol e português. O processo de formação do território rio-grandense está permeado por disputas territoriais que contribuíram na construção da identidade regional. Muito das vivências passadas estão presentes nos hábitos e costumes do povo rio-grandense, em maior ou menor grau.

modo, o Tratado de Methuen acabou desarticulando um possível desenvolvimento manufatureiro, inicialmente, em Portugal e, posteriormente, no Brasil.

⁸² A insatisfação com a criação das juntas governativas provisórias, subordinadas diretamente ao Governo português, resultou na proclamação da independência em 1822.

⁸³ Ver Pesavento (1994).

1.2 O Gaúcho: conjunção étnica

Ao iniciar a seção, reporta-se a Holanda (1995, p. 44) para caracterizar, em parte, os primeiros colonizadores: “Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois princípios que se combatem e regulam diversamente as atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se nos tipos do aventureiro e do trabalhador.” Logo adiante o autor caracteriza os dois tipos, iniciando pelo aventureiro:

Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e, onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes.

Sobre o trabalhador o autor acrescenta:

O trabalhador, ao contrário, é aquele que enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo.

Holanda (1995) aborda esses dois princípios, encarnados no aventureiro e no trabalhador, para reforçar seu argumento sobre o processo colonizador desleixado e descuidado que os portugueses empreenderam no Brasil, não desmerecendo, conserta o autor, a grandeza do esforço português. Identifica tanto os portugueses como os espanhóis com o tipo aventureiro. Observando o processo de colonização português no Brasil, percebe-se que esses desbravadores, num certo momento, incorporam parte do tipo *trabalhador* para adaptar-se à realidade ou para compensar certa frustração – riqueza mineral fácil.⁸⁴

Não há um tipo puro, aventureiro ou trabalhador, há seres híbridos, mais aventureiros ou mais trabalhadores – decorrência de um processo natural de adaptação às adversidades que constituem o meio ambiente em que a sociedade, num dado período temporal, está inserida. Esta é a forma como Holanda (1995, p. 44-45) ordena seu argumento sobre a formação e evolução da sociedade brasileira:

Entre esses dois tipos não há, em verdade, tanto uma oposição absoluta como uma incompreensão radical. Ambos participam, em maior o menor grau, de múltiplas combinações e é claro que, em estado absoluto, nem o aventureiro, nem o trabalhador, possuem existência real fora do mundo das idéias. Mas também não há dúvida que os dois conceitos nos ajudam a situar e a melhor ordenar nosso conhecimento dos homens e dos conjuntos sociais.⁸⁵

A disposição de certa sociedade a adaptar-se ao meio e o grau de envolvimento com o objetivo, momentâneo ou de vida, constituem elementos determinantes para o sucesso ou fracasso de uma empreitada. Os tipos utilizados por Holanda (1995) podem ser encarados como formas de estilos de vida, influenciados por múltiplas dimensões, corporificadas no indivíduo, sociedade, meio ambiente, etc. Elias (1994, p. 22) exemplifica, na dimensão individual, a constituição do caráter específico de uma sociedade:

Numa palavra, cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-na dependente de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de dependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de

⁸⁴ Para Buesco e Tapajós (1969), o espírito aventureiro dos primeiros colonizadores não tinha apenas aspecto especulativo, era acompanhado da aceitação do esforço físico pessoal.

⁸⁵ As palavras de Holanda induzem a uma psicologia do coletivo, talvez nos moldes de Schneider (1978).

relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal.

A tentativa de conjugar as duas leituras, Holanda (1995) e Elias (1994), vem na ânsia de demonstrar que o caráter específico de uma sociedade não é criação de indivíduos particulares, mas das relações interdependentes. Desta forma, o caráter aventureiro ou trabalhador de uma sociedade pode ser considerado fruto da construção social, caráter que se molda conforme o contexto que se encontra, podendo mudar/transformar de acordo com os fatores que se apresentam.

No processo de colonização do Brasil, os portugueses,⁸⁶ frente à expectativa frustrada (riquezas minerais), adaptaram-se a uma nova alternativa econômica e, conseqüentemente, incorporando novos elementos que conferem, em parte, à sociedade seu caráter específico, mas não um outro caráter, distinto do primeiro, da mesma sociedade. Parte-se do pressuposto que determinada sociedade está em constante processo de formação, de relações interdependentes contínuas; não há um processo de transformação estanque que resulte em outra caracterização da mesma sociedade, mas um processo de ajuste e adaptação à realidade. Acompanhando a argumentação de Holanda (1995), percebe-se que há um processo de adaptação dos portugueses, do extrativismo mineral à exploração agrícola. Grosso modo, não há um desencadeamento propriamente dito, há, sim, um processo permanente de desenvolvimento, em outras palavras, um processo constante de construção da identidade social que, em certas circunstâncias, incorpora, no contexto da discussão de Holanda, mais o aventureiro e menos o trabalhador, e vice-versa. Isso pode ser identificado no transcorrer da narrativa de Holanda (1995, p. 49), como a seguir:

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. A mesma, em suma, que se tinha acostumado a alcançar na Índia com as especiarias e os metais preciosos. Os lucros que proporcionou de início, o esforço de plantar a cana e fabricar o açúcar para mercados europeus, compensavam abundantemente esse esforço – efetuado, de resto, com as mãos e os pés dos negros –, mas era preciso que fosse muito simplificado, restringindo-se ao estrito necessário às diferentes operações.

Com base nessa citação, tenta-se exemplificar o processo de adaptação frente a uma nova variável que, de certa forma, não estava dada, pelo menos dada explicitamente, mas que estava presente no conjunto de possibilidades. No caso dos portugueses, o *espírito* aventureiro falava mais alto que o do trabalhador; como destaca Holanda (1995), a época das grandes conquistas e colonização de novos mundos era um período fértil aos gestos e façanhas audaciosos. O tipo aventureiro estava em alta, as recompensas eram generosas em um momento histórico em que quase tudo ainda estava por descobrir. O aventureiro não media conseqüências, ações de risco, em troca do reconhecimento, da glória e da riqueza. O autor explicita algumas qualidades deste tipo, denominadas de *ética da aventura*, como, por exemplo: audácia, imprevisibilidade, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem; qualidades identificadas, como redige o autor: “(...) com a concepção *espaçosa* do mundo.” No parágrafo reproduzido acima, pode-se observar pela narrativa do autor que os portugueses – o aventureiro – *cederam espaço* para o *trabalhador*, dada as frustrações iniciais pela não descoberta de metais preciosos. A incorporação das qualidades do *trabalhador*, pelos portugueses, atendia a *novos* objetivos.⁸⁷ Observa-se, pelo texto referenciado, que não houve transformação significativa, mas adaptação para atender às exigências do momento, tanto que se

⁸⁶ Ao se referir aos portugueses, no período colonial, excluí-se desta categoria os casais açorianos, neste último grupo os princípios do trabalhador eram mais visíveis.

⁸⁷ Novos objetivos no sentido da reestruturação motivada pelas frustrações iniciais – descoberta fácil de metais preciosos.

podem destacar palavras como *lucros* e *estrito*. Na palavra *lucros* estão subentendidas as motivações do aventureiro, e na palavra *estrito* reconhece-se a adaptação (em direção as qualidades do trabalhador), mas prevalecendo o *espírito* aventureiro.

A introdução da discussão sobre *aventureiro* e *trabalhador*, abordada por Holanda (1995), pode auxiliar a entender algumas características que ainda hoje se encontram em algumas localidades da região de Canguçu e em outras partes do Rio Grande do Sul. As características do tipo *gaúcho* podem ser vinculadas ao *espírito* aventureiro dos portugueses do período colonizador, mas também ao *espírito* aventureiro dos grupos indígenas que habitavam a região, principalmente dos *pampianos*. As condições, das variadas instâncias, favoreciam a hegemonia do *espírito* aventureiro. O processo de desenvolvimento, desde a colonização até os dias atuais, tem, em parte, convivido com *heranças* culturais que estão de alguma forma, talvez tênues, relacionadas com as qualidades do *espírito* aventureiro.

A figura do *gaúcho*, construída ao longo do processo histórico de ocupação e formação do território rio-grandense, incorporou diversas significações até alcançar a atual – habitante do Estado do Rio Grande do Sul. A palavra *gaúcho*, no decorrer dos anos, passou por um processo, diria-se, de construção do *sentido de identidade*, seguindo dois caminhos que convergiram para o significado atual da palavra. Esses dois caminhos estão identificados com a personalidade dos indivíduos e com o espaço físico que ocupam.⁸⁸ Antigamente referido a certa casta de características depreciativas que ocupava determinada região que compreendia parte dos territórios da Argentina, do Brasil e do Uruguai;⁸⁹ atualmente, desvinculada das características depreciativas, atribuídas aos habitantes do Rio Grande do Sul.

Oliveira (1996, p. 18-19), baseado em Augusto Meyer, relata que o habitante do Rio Grande era chamado de *guasca* e posteriormente de *gaudério*, termos distintos do significado heróico atribuído à palavra *gaúcho*, tanto na literatura como na historiografia regional. *Gaudério* referia-se aos paulistas que contrabandeavam gado na fronteira entre Portugal e Espanha (atuais territórios da Argentina, Brasil e Uruguai), eram pessoas de vida rude, identificadas como aventureiros e vagabundos. Nos últimos anos do século XVIII, o termo *gaudério* foi substituído pelo termo *gaúcho*, conservando a conotação pejorativa. Com o estabelecimento e organização das estâncias dedicadas à criação de gado, meados do século XIX, o *gaúcho* passa a ser identificado como o peão, o guerreiro, abstraindo o significado negativo. Conforme o autor, “(...) o que ocorreu foi a ressemantização do termo, através do qual um tipo social que era considerado desviante e marginal foi apropriado, reelaborado e adquiriu um novo significado positivo, sendo transformado em símbolo de identidade regional.”⁹⁰

A transformação do significado ou o surgimento de nova palavra no vocabulário de determinada região pode diagnosticar mudanças culturais significativas. Segundo Elias (1994^a, p. 68), “(...) o aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração (...)”. Observa-se nos relatos históricos que o surgimento da palavra *gaúcho* e a transformação do seu significado estão atrelados a mudanças significativas na vida do povo rio-grandense, passou da captura do gado xucro para criação, resultando na mudança do estilo de vida nômade para o estático, estabelecimento das estâncias.

⁸⁸ Ver a concepção de identidade social de Moreira (2005).

⁸⁹ Estamos preocupados somente com o sentido que a palavra assume no Rio Grande do Sul.

⁹⁰ Diria-se que a palavra *gaúcho* passou por um processo, guardando as particularidades culturais e as qualidades explicativas de cada termo, parecido com o descrito por Elias (1994a) quando analisa o significado do conceito de *civilização*.

Mas quem era esse gaúcho? O gaúcho, enquanto preador de gado e nômade, era um *mestiço* ladrão de gado e amante da liberdade; posteriormente, criador de gado e estancieiro, passou a um campeador viril, um guerreiro com predicados de mito,⁹¹ argucioso e defensor dos interesses coletivos.⁹² Os dois momentos, depreciação e exaltação do tipo social gaúcho, são apresentados por Costa (1988, p. 79). Aos olhos dos colonizadores, o gaúcho era o libertino, o vagabundo, guerreiro sem terra nem lei, parte da sociedade que deveria ser excluída do processo de formação do território rio-grandense. Com a distribuição das sesmarias e posteriormente com o estabelecimento das estâncias criadoras de gado, final do século XIX, há a valorização da herança cultural do gaúcho, identificada com a sociedade pastoril, como afirma o autor, *por absoluta conveniência*.

Atualmente o termo *gaúcho* foi apropriado por outras etnias que chegaram depois do período de ocupação dos campos gaúchos e que se instalaram em área à margem do complexo pastoril, caso dos alemães e italianos, apropriando-se do linguajar campeiro, do cavalo, do chimarrão, passando a representar um tipo social livre e bravo. Segundo Oliven (1996), tais fatos demonstram que a cultura gaúcha, no sentido *pampeano*, é hegemônica num Estado em que há forte presença da cultura germânica e italiana, capaz de unir os habitantes do Rio Grande do Sul dentro da representação da figura do gaúcho.

A representação do gaúcho reuniu etnias distintas na formação da identidade regional – em contraposição às demais regiões do país. No interior do Rio Grande do Sul, a distinção étnica e cultural está latente, há regiões características de colonização portuguesa (incluindo açoriana), alemã e italiana, sendo as duas últimas mais representativas do que a primeira no interior do Estado. Interessante contradição, que no ambiente interno (Rio Grande do Sul) menospreza os herdeiros legítimos da cultura gaúcha (habitantes da região sul e herdeiros étnicos da miscigenação de portugueses, espanhóis, negros e índios) e exalta as raízes culturais próprias, mas que utiliza dessa cultura gaúcha para se diferenciar e afirmar como cultura *superior* quando transborda as fronteiras do Rio Grande do Sul. Com base na reflexão sobre identidade, Costa (1988, p. 78) ressalta: “(...) mais que a simples resistência do espaço e da sociedade tradicionais, o atual resgate da identidade regional reflete um quadro bem mais complexo, forjado em relação à idéia de que o Rio Grande do Sul como um todo está sendo *ameaçado* (...)”. Para o autor, a exaltação da identidade regional dos gaúchos não é simplesmente uma forma de diferenciação e resistência, mas um modo de enfrentar e reivindicar a perda da sua posição de destaque econômico e político frente ao cenário nacional.

No âmbito nacional, o estereótipo do *gaúcho* adquiriu maior notoriedade que outros, como, por exemplo, o colono alemão e o italiano, também identificados como

⁹¹ Para José de Alencar, o gaúcho incorporava o signo do *Centauro dos Pampas*. Talvez Alencar, ao denominar o gaúcho como *Centauro dos Pampas*, tenha buscado inspiração na descrição das noites rio-grandenses feita por Avé-Lallemant, e assim identificá-lo com o ser mitológico meio homem, meio cavalo, não só pelo fato de o gaúcho passar boa parte de sua vida em cima de um cavalo. A descrição sobre a noite de Avé-Lallemant (1980, p. 262): “E o céu meridional nessas noites brilha com plena limpidez; claramente resplandecem o Cruzeiro do Sul e a cintilante figura do Centauro e lentamente navega, para oeste, a constelação do Argos, através do mar celeste, cuja fosforescência ainda é mais bela que a do mar terrestre.” Passagem recheada de *símbolos* que estão relacionados com a vida na Campanha, como, por exemplo: a) o *mar*, sinônimo de imensidão, como as extensas campinas rio-grandenses; b) o *lento navegar*, tanto no céu como no pampa tudo passa lentamente, reflexo das proporções entre o solitário cavaleiro e as vastas planícies.

⁹² Vianna (1987) no estudo sobre a formação do gaúcho (produto do pampa e da guerra) chega às margens de um documento apolológico.

figuras do Rio Grande do Sul, mas incapazes de incorporar o *todo* rio-grandense, apenas uma parte carregada de significado étnico.

Na história da colonização do Rio Grande do Sul, pode-se observar a clara separação étnica, as colônias alemãs e italianas, cada uma no seu *território*, isolamento étnico que ainda hoje se observa (amenizado com os anos) na sociedade rio-grandense.⁹³ Apesar da segregação racial velada existente no interior da sociedade rio-grandense,⁹⁴ a representação do gaúcho reúne as etnias sob um mesmo tipo social – *gaúcho*. Segundo Oliven (1996, p. 24), a atividade pecuária era dominante no Estado – exaltada – ao passo que a agricultura ocupava posição secundária. Para justificar a *incorporação* do colono alemão e italiano à representação do gaúcho, o autor busca auxílio em Sergio Alves Teixeira (1988):

(...) o termo colono, além de designar os imigrantes e seus descendentes, *no nível das representações significativa, sobretudo, carência de certos atributos positivamente considerados. Colono remetia à noção de pessoa com carência de ambição, de traquejo social, de elegância, de postura corporal e comportamental, de senso de oportunidade e de progresso, de arrojo, de perspicácia, de sagacidade.* Os estudiosos da colonização assinalavam que os imigrantes estrangeiros idealizavam o gaúcho como tipo socialmente superior.

Oliven (1996, p. 24-25) evidencia outro aspecto que contribuiu para a unidade do *gaúcho*, o símbolo *cavalo*. Segundo o autor, na Europa o cavalo representava o poder da aristocracia rural, sendo uma das primeiras aquisições dos colonos ao chegar no Brasil. “A identificação do *colono* com o *gaúcho* significava, portanto, uma forma simbólica de ascensão social.”

A construção da identidade gaúcha, como ressalta Oliven (1996), se faz na exclusão dos colonos alemães e italianos, como também ocorre em relação aos negros e índios. Concepção distinta apresenta Flores (2003, p. 67), “(...) o gaúcho ou gaudério, que, sem pátria e sem lar, era formado (...), tanto por portugueses como espanhóis, negros e índios, todos marginalizados pela sociedade latifundiária e pecuarista em formação.” Não há consenso entre os estudiosos da formação étnica da figura do gaúcho, cada qual procura justificar o seu objeto (étnico) de estudo na exaltação ou no menosprezo. Tanto no caso de Oliven como de Flores, são pontos de vista que devem ser respeitados, mas que precisam ser analisados adequadamente. Estes dois exemplos tratam de momentos diferentes, um do atual e outro do período colonial.

Deseja-se brevemente destacar a existência de dois tipos de representação da identidade da figura do gaúcho. A primeira nata, herdada no sangue, e outra cênica, apropriada como instrumento de afirmação e “status”. Como salienta Flores (2003, p. 67), há duas correntes de interpretação do gauchismo, uma baseada em documentos históricos que mostra o gaúcho como pertencente a grupo social marginalizado pelos latifundiários; outra criada pelo romantismo e incorporada pelos tradicionalistas, transfigurando o *gaúcho* em cavaleiro medieval, “(...) imitando os heróis do romantismo literário europeu. Cultiva-se assim, uma tradição idealizada.” Estamos interessados pela primeira, esta poderá auxiliar a compreender o comportamento dos grupos sociais dispostos nas localidades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia.

Até aqui parece que boa parte dos estudiosos do tipo social gaúcho constrói o ser *gaúcho* como simbologia e representação monolítica, ocultando processos históricos e conjunturas que fundamentam significados. Procuraremos, dentro do possível, incluir nesta análise, sobre a formação do tipo social gaúcho, suas diferenciações e hierarquias internas. Apresenta-se, a seguir, informações sobre região, formação étnica,

⁹³ Sobre o isolamento das colônias alemã e italiana, ver Manfroi (1975).

⁹⁴ Nas localidades estudadas observamos, em alguns relatos, a questão racial como fator de diferenciação – casos de depreciação ou valorização étnica.

características, relações sociais (sociabilidade) e aspectos da personalidade, elementos presentes no processo de formação do tipo social gaúcho.

1.2.1 A região sul do Rio Grande do Sul e a formação das características de personalidade do gaúcho

Quando se reporta à região sul rio-grandense, também conhecida como região da Campanha, pampa gaúcho ou Metade Sul, logo vem à mente a imagem dos verdes campos infindáveis ocupados pelas estâncias de criação de gado.⁹⁵ Esquece-se que também se tem outra característica geográfica com representação espacial significativa na região, a Serra do Sudeste. Região de relevo acidentado, ocupada por pequenas propriedades familiares dedicadas à agricultura de subsistência. Segundo historiadores, no período colonial, a região da Campanha estava entregue ao acaso, terra de ninguém, em que a *única companhia* era a solidão.

A Serra do Sudeste abrigava famílias de agricultores e escravos fugidos das charqueadas e estâncias, estes últimos procuravam a região para formar núcleos de resistência – quilombos, favorecidos pelos acidentes naturais e pela vegetação densa.⁹⁶

Para apresentar a região do pampa gaúcho, recorre-se a três escritores que descrevem esta região de prismas diferentes. Roche (1969, p. 38), com base em autores regionais e talvez na sua própria percepção, apresenta detalhadamente as características geográficas da região da Campanha, numa narrativa solene e melancólica:

Venhamos da Lagoa dos Patos ou do Vale do Jacuí, elevamo-nos lentamente nos granitos da Serra do Sudeste. Extensas faixas que se prolongam entre os vales que as penetram profundamente, longos declives suaves, cujas leves curvas se recortam regularmente, depois se soldam em linhas horizontais, eis as coxilhas da terra gaúcha.

Em quase todos os relatos ou descrições sobre a região sul do Estado do Rio Grande do Sul, observa-se o uso de palavras que exprimem, em algum grau, algo monótono, enfadonho, cansativo, por exemplo, palavras ou expressões utilizadas por Roche como: *extensas, prolongam, profundamente, regularmente, longos declives suaves, leves curvas, linhas horizontais*. Parece que a região tem o poder de envolver as pessoas, poder de criar ou despertar o sentimento de tristeza, de melancolia. O espaço, o silêncio e a solidão invadem a alma dos viventes do pampa, levando-os, quase, à desesperança, ao comodismo, esperando somente a morte.⁹⁷

José de Alencar, apesar de não ter conhecido a região, descreve na obra “O Gaúcho” (romance classificado como ruralista) a paisagem bucólica, explorando os sentidos que espiam a vida rural no extremo-sul do Brasil do século XIX.⁹⁸ O pampa gaúcho, segundo José de Alencar (s.d., p. 14-15):

⁹⁵ Azevedo (1982, p. 43) recorta o Rio Grande do Sul em três regiões, segundo o povoamento, a economia e o *fácies natural*, que poderiam ser classificadas como as três grandes áreas culturais: “a *gaúcha*, platina ou da fronteira; a rio-grandense original, constituída pelo litoral e a depressão central; e a que viria a ser conhecida como colonial.” Parte das regiões gaúcha e rio-grandense original constituem a atual região da Campanha.

⁹⁶ Sobre a questão da escravidão, ver Bernd e Bakos (1998), Flores (2003), Freitas (1982), Maestri (1993, 2002), Moura (1987), Pesavento (1989), Queiroz (1993).

⁹⁷ Nas andanças pelo pampa gaúcho, sentimos algo parecido, produzido pela imagem que se descortina frente aos olhos, tudo estático, silencioso e imenso. Talvez seja este o sentimento que habita os indivíduos da Campanha gaúcha – solidão, profunda solidão. Nas tardes quentes de verão, sob sol a pino, para quebrar com o silêncio somente o som do vento batendo no pasto, o canto do cardeal, do canário-da-terra ou do tico-tico.

⁹⁸ Na introdução da obra “O Gaúcho”, M. Cavalcanti Proença aponta falhas de José de Alencar por não conhecer o Rio Grande do Sul, pecando num fator importante para quem faz romance regionalista. Apesar

Como são melancólicas e solenes, ao pino do sol, as vastas Campinas que cingem as margens do Uruguai e seus afluentes! A savana se desfralda a perder de vista, ondulando pelas sangas e coxilhas que figuram as flutuações das vagas nesse verde oceano. Mais profunda parece aqui a solidão, e mais pavorosa, do que na imensidade dos mares (...).

Raro corta o espaço, cheio de luz, um pássaro erradio, demandando a sombra, longe na restinga de mato que borda as orlas de algum arroio. A trecho passa o poldro bravio, desgarrado do magote; ei-lo que se vai retouçando alegremente babujar a grama do próximo banhado (...).

O viandante perdido na imensa planície, fica mais que isolado, fica oprimido. Em torno dele faz-se o vácuo: súbita paralisia invade o espaço, que pesa sobre o homem como lívida mortalha.

Lavor de jaspe, embutido na lâmina azul do céu, é a nuvem. O chão semelha a vasta lápida musgosa de extenso pavimento. Por toda a parte a imutabilidade. Nem um bafo para que essa natureza palpite; nem um rumor que simule o balbuciar do deserto.

Pasmosa inanição da vida no seio de um alúvio de luz!

(...) A savana permanece como foi ontem, como há de ser amanhã, até o dia em que o verme homem corroer essa crosta secular do deserto.

Observa-se no texto de José de Alencar que o pampa rio-grandense desperta a sensação de solidão (profunda tristeza) e o sentido do eterno (imutabilidade), parece que o tempo parou.⁹⁹ Região esquecida, disposta na imensidão do nada, a vida do ser humano parece perder o sentido e, quando isso acontece, o pavor, o medo e outros sentimentos desagradáveis invadem o pensamento, e os reflexos do instinto de sobrevivência passam a responder lentamente. Talvez esteja aqui uma das respostas para o estado de letargia que alguns pesquisadores relatam quando reportam à metade sul do Rio Grande do Sul.

A solidão e a imutabilidade podem ter repercussão no estado de espírito das pessoas, esvaindo o entusiasmo e a auto-estima, levando a crer que, para quebrar esse círculo, seria necessário esforço sobre-humano, além das suas capacidades. Principalmente quando se reporta à população rural. No campo, o tempo segue as leis da natureza, o ser humano perde, relativamente, a capacidade de controle, submetido e dominado, segue submisso e entregue ao tempo de espera, principalmente quando se lida com atividades que estão subjugadas ao tempo da natureza (tempo de plantar, germinar, crescer, frutificar e colher – no reino vegetal, caso análogo ao reino animal).¹⁰⁰

da crítica de M. Cavalcanti Proença, José de Alencar consegue passar a imagem do Rio Grande do Sul, da região dos pampas.

⁹⁹ A grande maioria dos autores (pesquisadores da região sul do Rio Grande do Sul) utiliza a palavra *solidão* para caracterizar a Campanha gaúcha. Percepção dos de fora, sentimento que desperta nos que não habitam a região. Mas o relato de campo de um senhor chamou a atenção quando perguntávamos se havia registro de suicídios no meio rural de Canguçu. Após confirmar a frequência (anos atrás), uma de suas hipóteses chamou a atenção: a explicação de alguns atentados contra a própria vida originava-se nos ventos que sopravam na Campanha. O que leva a supor que estes *ventos*, dependendo do grau de claridade solar (dias ensolarados ou nublados – sabe-se que o sol influencia o humor das pessoas), poderiam influenciar o *estado de espírito* das pessoas, acentuando a sensação de solidão, proporcionando, conseqüentemente, a elevação do estado depressivo até resultar no ato final – o suicídio. Resgatando Carneiro Leão, Roche (1969, p. 38-39) destaca a percepção do autor sobre o pampa rio-grandense e sobre o vento característico da região: “Um pouco de melancolia paira sobre essas terras uniformes onde, não podendo nem brincar nem cantar nas árvores, o próprio vento anda sempre triste, quando não furioso como o Minuano.” Minuano é o vento frio e seco que sopra de sudoeste no período do inverno na região sul do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁰ Discussão salutar sobre a questão do tempo, no caso do tempo biológico no crescimento das plantas e gestação dos animais, foi realizada por Goodman, Sorj e Wilkinson na obra “Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional” (1990).

Vianna (1987, p. 94), numa perspectiva sociológica, descreve a região da Campanha (pampa gaúcho) do início da colonização, destacando as relações sociais, a exploração econômica e os conflitos decorrentes da disputa por território. Homens sem leis e sem escrúpulos, aventureiros em busca de retorno imediato. Diríamos que Vianna introduz o *verme homem* sobre o esboço de José de Alencar no parágrafo a seguir:

Em síntese, nos primórdios da colonização da Planície Platina, na zona fronteira, tudo era indecisão e equívoco; os domínios públicos das duas coroas; os domínios particulares; o senhorio dos rebanhos. Ninguém sabia ao certo onde acabava o domínio português e começava o espanhol, nem a que estância pertencia este ou aquele rebanho. O *changador* castelhano assaltava e arrebanhava o gado dos nossos, enquanto os nossos *arriadores*, sob as vistas grossas das nossas autoridades fronteirinhas, saqueavam e pilhavam as estâncias castelhanas.

Na região sul do Rio Grande do Sul, segundo alguns autores, era este o contexto econômico e social que contribuiu para a formação da personalidade do campeador rio-grandense. Bandos armados que atravessavam a fronteira para surrupiar o gado arrebanhado por outros e saquear as estâncias. Homens sem família, sem nada a perder, eram esses a gênese do gaúcho. Viviam num ambiente social desprovido de bons costumes, regras sociais pouco civilizadas, homens rudes, brutos, interesseiros, que resolviam suas pendengas na força e na arma. Entretanto, pode-se identificar as percepções desses autores, em maior ou menor grau, como descrições, em relação à vida e à sociabilidade deles, que representam a percepção da cidade, do hegemônico, sobre o pampa e o gaúcho. Percepção sensível às tensões e visões da sociedade abrangente a cada período histórico.

Acreditamos, assim como Moreira (2005), que a região (na relação de co-existência natural com o ecossistema local) tem participação na formação psicológica do indivíduo, capaz de influenciar ou forjar o caráter identificador de certo grupo social, assim como outros elementos constitutivos da identidade regional (relações de co-determinação com a sociedade abrangente). Continua-se a percorrer o caminho da formação do tipo social característico da região sul do Rio Grande do Sul.

1.2.2 Formação étnica do gaúcho

Percebe-se, na procura das narrativas da gênese do gaúcho, que não há consenso entre os pesquisadores das etnias formadoras do habitante do pampa; há na verdade uma série de combinações, algumas carregadas de interesse ideológico. Esses estudiosos privilegiaram certos grupos étnicos, muitas vezes os mesmos de suas próprias origens, renegando outros que julgam desmerecedores ou que poderiam desqualificar, segundo seus princípios ideológicos, o tipo social gaúcho. Esses seriam os representantes dos grupos hegemônicos regionais em dado período histórico. Também percebe-se que há um outro discurso, o discurso dos subalternos, excluídos, que assumindo tal posição, fazem desta a sua bandeira contra a discriminação social (racial).

Hoje pode-se dizer, grosso modo, numa perspectiva temporal, conseqüentemente cultural, que se tem dois tipos sociais designados como gaúcho. O primeiro, espelho dos cultos tradicionalistas, produto do passado, foi constituído na vivência campeira do período colonial. O gaúcho amante da liberdade, a qual desfrutada sobre o dorso do cavalo, e que tinha no churrasco e no chimarrão os principais itens de sua dieta alimentar. Este tipo ficou no passado, algo *próximo* ainda se encontra no interior das estâncias do pampa rio-grandense. O segundo, atual, refere-se ao indivíduo nascido no Estado do Rio Grande do Sul, portador de miscigenação que abarca largo grupo de etnias, por exemplo, além dos reconhecidos popularmente como formadores do gaúcho (espanhol, índio, negro e portugueses), pode-se citar o alemão, francês, italiano, japonês,

polonês, entre outros. Mas, já referido anteriormente, estamos interessados em conhecer os *gaúchos* típicos do pampa, julgamos que este aprofundamento poderá auxiliar na melhor compreensão das sociedades estudadas (Rincão dos Marques e Rincão dos Maia).

Para Oliven (1996, p. 23): “(...) o modelo que é construído quando se fala nas coisas gaúchas está baseado num passado que teria existido na região pastoril da *Campanha* (...) e na figura real ou idealizada do gaúcho;” não deixando claro, a nosso ver, a distinção entre o real e o idealizado. Julga-se que entre as duas concepções pode-se encontrar diferenças marcantes, distanciando-as significativamente. A figura real (verdadeira) do gaúcho pode ser encontrada nos documentos históricos,¹⁰¹ e a figura idealizada encontra-se nos documentos de exaltação, nos centros tradicionalistas, que, no afã de incorporar modos e costumes, caricaturam o tipo social do pampa. Desta forma, buscamos na historiografia informações que nos auxiliem a conhecer e entender um pouco a figura *real* do gaúcho do passado. Entretanto, Castoriadis (1982, p. 192-197) destaca que na história há um *sentido*, desde as origens, que não é um sentido de real, nem de racional, nem de verdadeiro e nem de falso, é, no entanto, da ordem da *significação*, e que é “(...) a criação imaginária da própria história, aquilo em que e pelo que a história se constitui para começar.” Resumidamente, os registros dos acontecimentos passados são expressos somente na linguagem, esta não é, como ressalta Castoriadis (1982), *código equivalente*; porque na sua estruturação as significações imaginárias representam papel central. Levando em consideração as contribuições de Castoriadis, a figura *real* do gaúcho do passado, no sentido estrito, não se encontrará, mas a historicidade dará conta, de acordo com o autor, do simbólico-racional, aquilo que representa o real ou então é indispensável para pensá-lo.

Na busca da gênese do gaúcho, defrontou-se com o ensaio de Ornellas (1966), o qual remonta a formação étnica do gaúcho com incursões em períodos anteriores à chegada dos portugueses ao sul do Brasil. Segundo Ornellas (1966, p. 123), antes da chegada das primeiras famílias açorianas (período anterior a 1748), o Rio Grande do Sul, Província de Tapes, era dividido em dez grandes fazendas jesuíticas (jesuítas espanhóis) dedicadas à criação de gado. A criação de gado estava sob os cuidados de homens que vestiam chiripá e montavam a cavalo, “(...) os primeiros gaúchos do século XVIII, mestiços de espanhóis e de índias.”¹⁰² Para o autor (1966, p. 124), essa miscigenação, em terras brasileiras, que originou o gaúcho *primitivo*, dono de “(...) todas as vantagens e prejuízos da sua condição de mestiço e todas as influências perniciosas do meio bárbaro.”

Esse mestiço, dono do espírito ousado do conquistador e da agilidade e perspicácia do nativo, deu o primeiro *rastreador*, o primeiro *desgarrador*, o primeiro *changador* e, por vezes, egresso dos redutos subordinados à lei, foi também o *quatrero*, *vagabundo dos campos* e *ladrão de gados*.

Observa-se que o autor distingue as características do gaúcho em dois grupos, as características boas e as ruins. As boas são herdadas do sangue espanhol e indígena, como se pode destacar alguns exemplos do texto acima reproduzido: *ousadia*, *agilidade* e *perspicácia*. Trata, *aparentemente*, com igualdade as duas etnias, mas quando usa a palavra *mestiço* carrega-a com certo sentido de inferioridade. Numa análise mais

¹⁰¹ Entretanto, os documentos históricos, em certa medida, retratam a visão do *vencedor* que escreve os registros históricos.

¹⁰² As índias, além de serem oferecidas pelos índios aos colonizadores, despertavam o interesse dos homens brancos a ponto de se apaixonarem por elas. Para Saint-Hilaire (1974, p. 136), a explicação para tal atração estaria na estupidez dessas mulheres, “(...) levando-as a agir como animais, entregando-se totalmente à voluptuosidade, aumentando por isso o prazer do homem por elas recebido nos braços (...)”, o que evidentemente é uma visão eurocêntrica e *civilizada* da sexualidade da indígena e da mulher.

apurada, poderia-se supor que a parte européia seria a boa e a indígena a ruim; ou ainda, a ética e a moral jesuítica como boa e as outras como ruins. Se se levar em consideração estas suposições, arriscar-se-ia a dizer que, na relação entre jesuítas/índios e caçadores de gado e de índios (paulistas), encontrar-se-ia também a atribuição, pelos primeiros, das características negativas aos últimos, estes identificados como gaúchos por pilharem o gado introduzido pelos jesuítas espanhóis (1634). Sobre as características ruins, essas são influências da região, não são até aqui hereditárias, mas o meio produz e reproduz suas animosidades na personalidade dos habitantes do pampa. Retornando à seção anterior, sobre a região, e comparando com a exposição de Ornellas, constata-se que atribuem à região, na maioria das vezes, sentido negativo, quando atribuem o oposto, esse acompanhado de sentimento pouco agradável; exemplo, quando se referem à sensação de *liberdade* que o pampa proporciona, mas esta acompanhada do isolamento, da solidão.

Retomando a discussão sobre a gênese do gaúcho, Ornellas (1966, p. 125) estabelece cronologicamente uma distinção na formação do gaúcho, e confirma sua afirmação sobre a origem espanhola do gaúcho: “(...) o que se pretende dizer é que o gaúcho espanhol nasceu antes do gaúcho brasileiro e que o gaúcho brasileiro – com sangue português – adaptou-se à vida e aos hábitos de seu vizinho espanhol.” Isso vem auxiliar na compreensão da origem de características típicas da colonização espanhola, principalmente no linguajar da população da região da Campanha. O gaúcho brasileiro incorporou ao seu *habitus* muito da cultura castelhana, identificando-se como *hermanos* dos uruguaios e argentinos, apesar da animosidade tradicional que a fronteira alimenta. A contribuição da herança cultural espanhola na formação do gaúcho brasileiro foi (é) significativa, os espanhóis dominaram, como apresentou-se anteriormente, por largo espaço de tempo o território rio-grandense, seria um equívoco não reconhecer essas influências. Para corroborar as colocações acima, Ornellas (1966, p. 126-127), resgatando Alfredo Varela, destaca exemplos da proximidade e da miscigenação entre portugueses e espanhóis no pampa rio-grandense, entre esses a união matrimonial de Bento Gonçalves com uma uruguaia e a descendência do General Manuel Luís Osório com os troncos raciais da velha Castela. O autor ainda salienta a fixação de espanhóis nas regiões de São Gabriel, Piratini, Jaguarão e na região da Boca do Monte (Santa Maria) e na Campanha rio-grandense, onde se localizaram famílias oriundas das terras cisplatinas.¹⁰³

Ornellas (1966) retrocede no tempo para identificar o que ele chama de *denominadores comuns* da identidade do espanhol e do português e que, conseqüentemente, está presente na formação étnica do gaúcho. Esses denominadores comuns seriam os árabes e os *berberes*¹⁰⁴ que influenciaram culturalmente toda a região ocidental da Espanha, hoje Portugal.¹⁰⁵ Seguindo sua argumentação, Ornellas (1966, p. 128) resgata a obra “História de Portugal” de David Lopes, a qual destaca a ocupação da Península pelos mouros, resultando na islamização dos hispanogodos e na decisiva influência dos hábitos e costumes do povo português.¹⁰⁶ O mesmo destaca Gilberto

¹⁰³ Ornellas (1966, p. 127) salienta que a participação espanhola na formação étnica do brasileiro não se deu somente na fronteira do extremo sul do Brasil, mas que São Paulo conta com nomes de destaque nas Bandeiras, vários espanhóis viviam na velha Piratininga.

¹⁰⁴ Povo nômade que habita o norte da África (Argélia, Egito, Líbia, Marrocos e Tunísia).

¹⁰⁵ A raiz étnica que Ornellas (1966) destaca como denominador comum entre espanhóis e portugueses aparece no trabalho de Vianna (1987, p. 195) quando se refere ao alentejano, colonizador da região da Campanha, descrevendo-o como um ariano *mesclado* de sangue semita.

¹⁰⁶ Dentre as influências dos mouros, Ornellas (1966, p. 128) recupera a obra “Legendas de Lisboa” (1945) de Norberto de Araújo, a qual destaca os pequenos palácios mouriscos rodeados de jardins e laranjais. Nos relatos dos viajantes encontram-se descrições de estâncias em que as casas eram rodeadas

Freyre (apud Ornellas, 1966, p. 129) sobre os *moçárabes*, impregnados da cultura e do sangue do invasor, resultando no nervo da nacionalidade portuguesa.¹⁰⁷ Com base no argumento de Ornellas, pode-se afirmar que indiretamente fomos colonizados pelos mouros, quando se está referindo aos portugueses do continente.

Sabe-se que significativo contingente de colonizadores eram originários dos Açores, mas eles também traziam no sangue a herança árabe, moura. Segundo a tese de Ornellas (1966, p. 129-130), o arquipélago de Açores foi descoberto no século XV e para lá Portugal enviou homens e mulheres do Algarve, província que era “(...) totalmente árabe, totalmente moura.” O pesquisador recupera relatos dos sociólogos ilhéus Padre Fernando Agostinho da Silva e Carlos Azevedo de Menezes que destacam a introdução de *avultadas multidões* de mouros legítimos para fomentar a povoação dos Açores e da Madeira, forma encontrada para compensar a reduzida disponibilidade de indivíduos no continente português.

Para finalizar sua tese, Ornellas (1966, p. 131) conclui:

E, ao final destes estudos, após o exame de contribuição árabe e berbere na Espanha em geral, e na Maragateria em particular, e em toda a vida da Nação Portuguesa, não será difícil aceitar, como aceitamos nós, depois de 20 anos de mergulho no tempo, a conclusão de que no tipo e na vida dos gaúchos sul-americanos em que se enquadra o gaúcho rio-grandense, porque o Pampa é um território sociologicamente indivisível, esteve e permanece vulnerável e irremovível, a predominância dos hábitos e costumes do cavaleiro mouro, que, por oito séculos viveu e imperou nas terras de sol *del Andaluz*.

No entanto, uma outra análise poderia identificar um substrato comum que teria produzido, por disputas das fronteiras entre Portugal e Espanha na região dos pampas, diversos gaúchos, dentre os quais o *gaúcho brasileiro*.

Os próximos autores consultados sobre a formação étnica do gaúcho desconhecem ou não julgam relevantes as contribuições de Ornellas (1966), referem-se à pecuária européia como atividade de rebanhos limitados em que o cavalo praticamente inexistia como instrumento de trabalho, por exemplo, Freitas (1980, p. 27).

Para Freitas (1980, p. 27), a gênese do gaúcho está no índio, foi este que desenvolveu as técnicas de trabalho e produção utilizadas na pecuária do extremo-sul do Brasil, estas, posteriormente, transmitidas aos brancos e mestiços que se aventuravam na Campanha para a captura do gado *chimarrão* (xucro) – “(...) os futuros integrantes do grupo social denominado gaúcho.” Segundo o autor, os índios criaram e transmitiram ao europeu a maioria dos instrumentos de trabalho da *lida* com o gado, por exemplo: a boleadeira, o laço, o tirador; o vestuário adequado para a atividade, como a bota de couro, o xiripá e o poncho; a forma de construir abrigos primitivos com teto e paredes de couro; e na alimentação, o churrasco, o charque e o mate (chimarrão); e no transporte, travessia dos rios, o uso das *pelotas* – embarcação feita de couro de gado. Com a apropriação do conhecimento indígena pelos europeus, muitos destes foram modificados e aperfeiçoados para adequarem a uma outra forma de trabalho.¹⁰⁸

de laranjais, e ainda hoje encontramos, até nas propriedades menos afortunadas, pomares de laranjeiras, muitas vezes a única plantação destinada exclusivamente ao autoconsumo familiar. Talvez influência da cultura moura que veio com os primeiros colonizadores portugueses e espanhóis. Ornellas destaca outro exemplo de influência moura nas tradições portuguesas, agora na cultura musical, os músicos e trovadores carregam, como o árabe e o gaúcho, o *cordeona*, segundo o autor, a mesma gaita *zamorana*, originária do Maghreb, ou a sua guitarra também de origem mourisca. Influências que também aparecem nas vestimentas do gaúcho.

¹⁰⁷ Sobre a miscigenação portuguesa anterior ao tempo do descobrimento do Brasil, ver Holanda (1995).

¹⁰⁸ Roche (1969, p. 28-29) refere-se à *idade do couro*, período que este material era utilizado para a confecção de inúmeros apetrechos, peças de vestuário, meio de transporte (pelotas) e na construção de casas (cobertura, portas e divisões internas) – “tudo era de couro”.

Em comparação com as fazendas dos espanhóis e portugueses, as missioneiras eram menores em área, mas destacavam-se pela qualidade dos animais (mansos e gordos) e pela produtividade do trabalho, utilizavam, proporcionalmente, menor número de peões e cavalos. Além disso, segundo Freitas (1980), criavam ovelhas, charqueavam a carne, gastando menos da metade dos recursos que os espanhóis ou portugueses gastariam para realizar o mesmo trabalho. Freitas (1980, p. 29) reconhece a habilidade dos índios com o gado, razão (uma das) pela qual o não emprego do negro escravo na atividade pastoril rio-grandense, salvo em atividades acessórias, para este último “(...) seria necessária pelo menos uma geração para que um negro assimilasse estas técnicas.”

Para outro estudioso, Fortes (1981, p. 58-59), o rio-grandense (gaúcho) tem na sua origem três raças, a *branca*, a *vermelha* e a *negra*; ou seja, portugueses e brasileiros, índios e os escravos africanos, respectivamente.¹⁰⁹ Os brasileiros seriam oriundos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, seguramente, aventureiros que vinham capturar índios, para escravizar, e gado, para comercializar no centro da colônia. Da miscigenação do branco com o índio, surge o mameluco, segundo o autor, tipo indiático com as maçãs do rosto salientes, cabelo corrido e liso, que ainda hoje encontramos na região da Campanha. O negro só veio integrar o tipo rio-grandense em meados do século XVIII, com a utilização da mão-de-obra escrava na agricultura e nas charqueadas.

Assim como Fortes (1981) despreza a participação do espanhol na formação do gaúcho, há historiadores que menosprezam a participação do índio e do negro no tipo étnico rio-grandense. Oliven (1996, p. 22-23), em artigo sobre o negro no Rio Grande do Sul, reporta a dois pesquisadores que tratam com desdém a contribuição do índio na construção do típico habitante do pampa gaúcho. Retomando Moysés Vellinho (1964) e José Hildebrando Dacanal (1980), Oliven critica a posição destes autores pela discriminação à participação do índio na formação antropológica do gaúcho. Segundo Vellinho (1964), apud Oliven (1996, p. 22), a participação do índio foi *pobre*, e conclui que: “(...) como fator de integração histórica, o índio foi, entre nós, de significação bastante medíocre.” Dacanal (1980), apud Oliven (1996, p. 22-23), desconhece ou omite a participação do índio no processo de miscigenação que se deu na região da Campanha, compactuando, grosso modo, com Vellinho sobre a participação *desprezível* do índio na constituição genética e sociocultural do Rio Grande do Sul.

Respeitando as particularidades, o tratamento dispensado ao negro pelos estudiosos da cultura rio-grandense não foi diferente ao recebido pelo índio. Geralmente situam o negro à margem na história rio-grandense, Oliven (1996, p. 26) salienta que a historiografia tradicional reconhece a existência generalizada do negro, mas “(...) insistiu na sua pouca importância no processo de trabalho.” O autor recorre à cultura popular, folclore gaúcho, para destacar a importância desse grupo étnico na formação cultural do rio-grandense, destacando a lenda do “Negrinho do Pastoreio”, reproduzido por Simões Lopes Neto (escritor regionalista). A narrativa se dá no interior de uma estância do pampa gaúcho, o negrinho perde uma carreira de cavalos na qual o seu senhor apostara dinheiro, como castigo incumbe-o de zelar uma tropilha de cavalos, e assim segue a lenda do “Negrinho do Pastoreio”. Lenda analisada por Augusto Meyer (1960), apud Oliven (1996, p. 26-27), a qual conclui que esta não possui nenhum fundo

¹⁰⁹ Azevedo (1982, p. 43) compactua da mesma posição de Fortes (1981), em que o rio-grandense típico era produto da fusão do português, do índio e do negro, os dois últimos com menor participação. Estes dois autores parecem desprezar a participação do espanhol na formação do tipo étnico gaúcho, mas, além de outras fontes já destacadas, Saint-Hilaire (1974, p. 134) relata a entrada de espanhóis, na região de São Borja, vindos da atual Argentina, para trabalharem como peões, junto com os índios, nas estâncias portuguesas.

afro-brasileiro, apenas elementos formais de origem africana. Oliven reporta a Meyer para exemplificar o tratamento desdenhoso que o negro recebe quanto a sua participação na formação da cultura gaúcha. Bernd e Bakos (1998, p. 81), em estudo sobre a contribuição do negro nas lendas do sul, destacam que “(...) a presença do negro está vinculada de forma tão definitiva às coisas do Rio Grande do Sul (...)” Para Lazzarotto (1978, p. 106-107) a influência do negro na cultura rio-grandense “(...) parece ser maior do que indicam alguns autores,” foram cento e cinquenta anos de comunhão que só podia resultar em “(...) marcos profundos na cultura de nossos pampas.”

Duas etnias que carregam o estigma da inferioridade racial imposta pelo grupo racial hegemônico, destinadas a servir (como mão-de-obra e objeto sexual). A miscigenação das raças dava-se, na maioria das vezes, entre a branca e a indígena e entre a branca e a negra, resultando na preponderância numérica do mameluco e do mulato. O cafuzo era pouco representativo, resultado da repulsa do índio pela negra. Segundo Vianna (1987a, p. 68-69), os portugueses procuravam as senzalas para satisfazer suas necessidades sexuais, lá encontravam a índia lânguida e meiga, de formas aristocráticas e belas, e a negra ardente e amorosa, de capacidades de caseira excelente.¹¹⁰ “Os mestiços são, pois, um produto histórico dos latifúndios,” o meio rural como “centro integralizador de três raças distintíssimas,” para o autor, aí reside a gênese e a formação da própria nacionalidade.¹¹¹ O autor deixa transparecer, sutilmente, a forma rude como eram tratados os escravos, servos a serviço do senhor. Vianna (1987, p. 170) destaca a diferença de tratamento dispensado aos escravos no centro-sul, nos sertões do norte e no extremo sul:

Entre os pastores rio-grandenses há, por exemplo, uma tradição, cuja gênese só é possível no pampa e que de modo algum poderia surgir entre os grupos de base agrícola do centro-sul, ou entre os grupos de base pastoril dos sertões do norte. É essa *tradição de igualdade e familiaridade entre patrões e servidores*, essa interpenetração das duas classes rurais – a alta e a baixa, a senhoril e a servil; fenômeno este que constitui, na sua substancialidade, o espírito da democracia rio-grandense.

Não se pode iludir pelos discursos de um Rio Grande igualitário (democrático) como seguidamente retratam a relação senhor e escravo, provavelmente o grau de exploração e exigência sobre o trabalho escravo era menor do que no restante da colônia, principalmente nas estâncias. Saint-Hilaire constata essa diferença de tratamento, mas não se pode esquecer que se tinham, pelo menos, quatro diferentes situações em que a mão-de-obra escrava era explorada, nos serviços domésticos, nas atividades agrícolas, nas estâncias de criação de gado e nas charqueadas, esta última representava o maior contingente de trabalhadores escravos, estes, dada à lógica da exploração econômica, submetidos a jornadas mais extensas e intensas, conseqüentemente, maus tratos dignos do Brasil central.

Recuperando a questão do estigma racial, inferioridade do índio e do negro, observamos a percepção racista de Saint-Hilaire (1974, p. 164) na breve descrição que faz das características físicas e psíquicas (inter-relacionadas) desses dois grupos étnicos:

Os índios são geralmente os homens mais frios e mais indiferentes que existem no mundo. Sua imprevidência origina-se do organismo menos delicado que o nosso e é provavelmente essa rudeza de órgãos que os torna ao mesmo tempo insensíveis

¹¹⁰ De acordo com Barcellos (1996, p. 137), as relações, historicamente, davam-se entre homens brancos e mulheres pretas escravas, modelo que continuou vigente após a abolição.

¹¹¹ Não vamos analisar o conteúdo das colocações de Vianna (1987a). A miscigenação étnica trouxe ao Brasil uma riqueza cultural ímpar, lastimável, no nosso entendimento, foi o modo como se deu, e que, de certa forma, Vianna trata com certo ar de aprovação. Não se deve esquecer que Vianna escreveu “Populações Meridionais do Brasil” nas primeiras décadas do século XX, havia nesse período um outro pensar, distinto do atual, o que nos leva a amenizar o senso crítico sobre suas opiniões.

moral e fisicamente. Os negros, raça tão distante da nossa também, são entretanto superiores aos índios. Seu juízo não é tão bem formado quanto o nosso. Eles conservam qualquer coisa de infantil em seus modos, linguagem e idéias mas não são estranhos à concepção do futuro.

Exemplo grosseiro, que ainda hoje prevalece, da visão do colonizador – ser superior que vê tudo do alto – em relação ao colonizado – cativo. Análise carregada de julgamento de valor que sustenta a segregação racial, tendo no branco a simbologia da pureza e da perfeição (aglutinação das boas qualidades), nas outras cores, amarela e preto (índio e negro, respectivamente), as boas qualidades acabam misturadas por outras nem tanto dignas, resultando em seres inferiores, impuros e incivilizados. Saint-Hilaire deixa aflorar seu interior (racista), numa descrição comparativa entre a raça branca (sua) e a amarela e entre a branca e a negra, salientando características que julgava pejorativas nas duas últimas. Na comparação com o índio, o branco tem seu organismo (corpo humano) mais delicado (no sentido de evoluído), conseqüentemente de *melhor* índole; tenta justificar sua percepção sobre a personalidade através das características físicas. No caso do negro, além de estar subentendido à comparação da estrutura física, julga-os inferiores intelectualmente. Essa percepção das raças acompanha todo o processo histórico de formação psicológica da sociedade, determinando a hierarquização dos grupos étnicos, regulada, em parte, pelo poder econômico, e, em parte, pelo poder de representação simbólico-discursiva. Poucas foram as iniciativas que tentaram amenizar os efeitos da discriminação social (racial e econômica), era bandeira de grupo restritos que acabavam sufocados pelos interesses da classe dominante. Somente nas últimas décadas que a conscientização pela igualdade social assumiu dimensões consideráveis, apesar da forte resistência, ocupando espaço nos meios de comunicação e despertando na sociedade civil a crítica às várias formas de segregação social (exemplo, Constituição de 1988).

No período colonial a discriminação não partia somente dos brancos em relação a outras etnias ou dos que detinham o poder econômico em relação aos desafortunados, a discriminação também fazia parte dos grupos subalternos. O índio tinha uma postura rígida quanto aos mestiços, apesar de oferecer (ceder) sua mulher num ato de cordialidade (boas-vindas), principalmente ao branco, o fruto dessa relação era desprezado pela comunidade indígena. O mestiço perdia sua identidade racial, não era mais puro, não era índio nem branco (caso do mameluco), discriminado e desprezado pelas duas etnias, como postula Roche (1969, p. 21): “(...) mestiços de brancos e índios guaicurús, tinham vivido em grupo agnático à parte das raças de que saíram, vagueando pela planície.” Os mestiços andavam sem destino pela Campanha gaúcha, empregavam-se temporariamente nas estâncias e, quando cansavam da *lida* de campo ou eram dispensados pelos patrões, retomavam suas andanças, sem rumo, pelos campos rio-grandenses.

Por outro lado, os mestiços incorporaram certa repulsa pelas suas raízes étnicas. Procuravam, segundo Vianna (1987a, p. 69), “(...) expungir de si, por todos os meios, os sinais da sua bastardia originária.” Aversão contra o índio, no caso do mameluco, e contra o negro, no caso do mulato, ambos relegados pelas suas raízes. Como afirma o autor, nos clãs sertanistas, o mameluco era elemento fundamental na captura de índios; e nos domínios agrícolas, o mulato assume o papel de capitão-do-mato, perseguidor dos escravos foragidos. Com a ameaça dos quilombos, o mameluco e o mulato juntam-se às fileiras que investem contra os redutos de resistência escrava. Segundo Vianna (1987a, p. 70), a conquista de certo *status* social pelos mestiços não passava de ilusão: “(...) o mestiço, na sociedade colonial, é um desclassificado permanente. (...) Como, por seu turno, ele foge das classes inferiores, a sua situação social é indefinida.”

Observa-se que a aversão do mestiço se dá às raças inferiorizadas socialmente, marginalizadas na relação com o colonizador europeu. Como era fruto, geralmente, de relações sexuais efêmeras entre homens brancos e mulheres negras ou índias, a responsabilidade de criação recaía quase que unicamente sobre a mãe. Grosseiramente, o papel da mulher, de modo geral, na sociedade colonial era servir ao homem, esse papel assumia maiores proporções quando ela era dos grupos sociais inferiorizados. Inferiorizada socialmente e sem condições de reação, o ônus pela geração de um mestiço era imputado, pelo seu par, quase que exclusivamente a ela. Apesar de boa parte das mulheres ter união estável, principalmente no caso da índia, o companheiro ao perceber que a criança não era herdeira de sua genética iniciava um processo de rejeição. Nesse contexto, o mestiço, desde criança, convivia numa relação de rejeição e de inferioridade – marcas psicológicas que, de alguma forma, mediavam suas relações sociais. A *indefinição* racial era facilmente observável, principalmente numa sociedade de raças de traços físicos distintos, contribuindo para a segregação social. Sob condição de mestiço, imputava a *indefinição* racial e a conseqüente marginalização à sua raiz étnica *inferior*, inferioridade produzida na relação com a raça branca européia. Justificando, na nossa opinião, a aversão, tanto no caso do negro como do índio, pela rejeição produzida no interior do grupo social no qual foi criado e pela marginalização produzida por uma sociedade de brancos. Aos brancos, suponha-se: *simpatia*; aos negros e índios, *ojeriza*. Das raízes étnicas, dado o contexto social, a branca lhe é agradável, mas por esta desprezado; aproxima-se dela pela serventia e submissão, ajudando, em algum grau, a entender o comportamento do *gaúcho peão* em relação ao *gaúcho estancieiro*.

Tanto no pampa rio-grandense como no Brasil central, de acordo com Roche (1969) e Vianna (1987a), respectivamente, o mestiço, sem identidade e raiz étnica e cultural, leva uma vida nômade. Condição aprovada pelos grandes proprietários de terra, que o utilizavam como elemento de defesa de seus domínios, empregando-o em períodos de instabilidade.

Na formação do tipo social gaúcho, a mestiçagem incorpora, de certa forma, a marca étnica desses habitantes do extremo-sul do Brasil. Observa-se nos relatos dos viajantes a união das diferentes raças, reunião espontânea em que muitas vezes nos reporta à imagem da Torre de Babel, como, por exemplo, a confraternização descrita por Avé-Lallemant (1980, p. 272) na casa do senhor João Pedro Gay, francês de origem, naturalizado brasileiro:

Estavam, pois, à mesa do almoço, além dele, um senhor de Montevideú, um de Entre-Rios, uma senhora índia de Corrientes, uma missioneira (isto é, índia das Missões) e afinal ainda uma senhora de pura origem espanhola, nascida no Paraguai (...) Assim, por tão poucas pessoas eram falados o francês, o espanhol, o português e o guarani (...).

Em outra paragem o viajante descreve mais uma reunião de raças (1980, p. 262):

Diante da porta chupava o seu mate, satisfeito, um velho, de boa aparência, que nos recebeu amavelmente (...) Chamava-se Manuel Português, assim apelidado para distinguir-se de todos os Manuéis índios e mestiços que devem existir na região. Era sua governanta uma índia velha paraguaia que taramelava em espanhol a sua horrível eloqüência.¹¹²

E por fim Avé-Lallemant (1980, p. 263) encontra numa mesma estância a presença do índio e do negro:

Diante da porta da segunda estância estava uma índia bem vestida que, quando lhe perguntei pelo caminho, pediu-me que apeasse e insisti para que entrasse na

¹¹² Assim como Saint-Hilaire, Avé-Lallemant também deixa vir à tona juízos de valor, algumas vezes em tom de um simples destaque na sua narrativa, mas que parece estar camuflando a sua verdadeira visão da realidade, visão de europeu colonizador.

casa. É clássica essa hospitalidade nos longínquos campos do Rio Grande. Enquanto um pequeno índio cuidava do meu cavalo, um negro punha a mesa e trazia-nos comida, (...).

Nestes três relatos da viagem do alemão Ave-Lallemant pelo interior do Rio Grande do Sul (1858), observa-se que ele encontrou o português, o espanhol, o índio e o negro, além de outras raças em menor representatividade numérica como, por exemplo, o francês e o alemão. Como se percebe, ao olhar dos viajantes, regra geral europeu, o Rio Grande é uma terra de mestiços, assim como o Brasil. Negar a importância e o valor de qualquer uma das quatro raças (índio, espanhol, português e negro) será negar parte da cultura gaúcha, parte da história. Não reconhecer ou menosprezar a participação de qualquer etnia na formação do gaúcho pode ser um ato de orgulho étnico ou uma reificação de representações sociais de diferenciações culturais – presente em algumas obras da historiografia gaúcha. Dada a conjuntura atual, pesquisas nem tão isentas, obras em tom de exaltação de determinada raça, conferindo às outras características desagradáveis como fazem em relação ao índio e ao negro, definindo-os como avessos ao trabalho, preguiçosos, etc.; entretanto, representações de determinados períodos da sociedade. Obras importantes para que se conheça como foram construídos, dentro de uma realidade social, os *tipos sociais* superiores e inferiores que se objetivam nas instituições e são incorporadas nas mentes de uns e de outros.

Como já se ressaltou, há divergências entre os historiadores, alguns defendem que a composição étnica do gaúcho está no português e no índio, outros incluem o negro e o espanhol. Prevaleceu na historiografia tradicional sul-rio-grandense, como destaca Maestri (2002, p. 186), a procura do *embranquecer* e, portanto, *enobrecer* as raízes históricas do Estado. Nesse processo, coube ao negro, ou melhor, empurraram o negro para os bastidores da história. Vê-se no relato de Avé-Lallemant (1980) o papel que o negro, segundo alguns historiadores, desempenhou na formação social e econômica do Estado, e como lembra Maestri (2002, p. 184-185), em tom crítico: “(...) no passado, como nos grandes banquetes de hoje, o trabalhador negro preparou e organizou a festa, mas não se sentou à mesa nem saiu na foto da festança. Definitivamente, na história do Rio Grande do Sul, terra de branco, não há lugar para o negro!”

Fontoura (2000, p. 35-36) lembra um fator que não pode ser desprezado, refere-se à diferença na formação étnica entre o gaúcho rio-grandense e o pratense, basicamente formado da mistura de espanhóis, portugueses e índios. Entretanto, a contribuição africana foi mais significativa no pampa brasileiro que na região do Prata. Apesar de referir-se ao negro como elemento secundário, talvez esteja nesta distinção a raiz de algumas divergências entre os estudiosos sobre a formação étnica do gaúcho.

Para nós o rio-grandense do pampa, o gaúcho primitivo, emerge da união entre o índio, o negro e o branco. Etnias que contribuem com diferentes atributos, atributos que, numa combinação equilibrada, eleva o tipo social de determinado espaço em identidade regional (estadual), ampliando sua influência para além de suas origens espacial e étnica. No entanto, essa identidade também é construída nas relações sociais, materiais e afetivas de pertencimento – interdependência locais (por exemplo, entre gaúchos estancieiros e peões) e globais (por exemplo, entre portugueses e espanhóis na relação de construção das fronteiras). Sobre as três raças, Avé-Lallemant (1980, p. 274) faz singular descrição:

Relativamente às diferentes raças que vi no solo brasileiro, tenho de dar ao índio o nome e os atributos de homem-do-ventre, para atribuir ao negro todas as qualidades somáticas e sentimentais de homem-do-peito, sobre os quais coloco depois o europeu e seus descendentes como homem-da-cabeça: divisão dos papéis que desempenham excelentemente no palco da vida. Isso não é simples figura de expressão, mas significativa verdade vital.

As denominações utilizadas pelo autor dizem respeito a sua percepção sobre essas raças, destacando elementos psicológicos que identifica como característicos de cada uma delas. Do índio destaca sua relação íntima com a natureza, com a mãe terra, a qual supre as necessidades vitais e estava intimamente ligada ao imaginário do índio, em suas lendas e crenças. Seus Deuses eram elementos do cotidiano, as florestas, os rios, os animais e os fenômenos naturais, como, por exemplo, o Deus Tupã – divindade criadora dos trovões e dos relâmpagos. Talvez seja esta a associação que Avé-Lallemant tenha feito para identificar o índio como *homem-do-ventre*.¹¹³ O negro, segundo relato de Saint-Hilaire (1974), era sentimental e infantil, generoso e afetivo, deixava transparecer suas dores interiores, saudades dos íntimos. Sentimentos relacionados ao coração, daí a denominação de *homem-do-peito*. Freyre (1998) destaca esses *sentimentos do peito* característicos dos escravos africanos – escravas e mucamas que, com ternura, zelavam pelos filhos dos senhores. O europeu, o branco, internaliza a racionalidade econômica, além do poder do controle e do mando; está preocupado com a acumulação de bens para conquistar “status” e garantir seu futuro. Saint-Hilaire (1974, p. 164), quando compara as três raças, destaca no índio a sua imprevidência, no negro a sua não estranheza à concepção de futuro, deixando subentender sua lógica de avaliação, pautada na noção de tempo e, conseqüentemente, na preocupação com o futuro. É no próprio Saint-Hilaire, na sua racionalidade *econômica*, que se identifica a última denominação de Avé-Lallemant, a qual atribui ao europeu o nome de *homem-da-cabeça*.¹¹⁴

1.2.3 Aspectos característicos do gaúcho primitivo e da sua vida cotidiana

No processo de formação do gaúcho primitivo, uma série de elementos contribuiu direta ou indiretamente para a constituição da estrutura psicológica. Elementos referentes à formação étnica, as características físicas da região, e as coisas que compunham seu dia-a-dia. Elementos que são abordados nesta seção, objetivando identificar aspectos característicos desse tipo social.

Há várias descrições sobre o tipo físico e a aparência do habitante da Campanha rio-grandense, geralmente descrevem-no de tez clara, estatura acima da mediana e robusto, passando a imagem de homem viril, enérgico e ativo, certamente a caracterização do homem europeu.¹¹⁵ Vianna (1987, p. 175) refere-se ao gaúcho como um homem que se destaca pela galhardia, elegância, “(...) não parece um trabalhador grosseiro.”

Sobre as mulheres, européias, não há tantas descrições, já que o pampa rio-grandense não era lugar para mulheres *distintas*. O gaúcho tinha, muitas vezes, uma vida solitária, sua família reduzia-se a ele e o seu cavalo, um dos motivos da estima do gaúcho pelo animal. No período colonial, o contingente era predominantemente masculino, para formar uma família os portugueses e espanhóis recorriam às índias, como observado pelos viajantes;¹¹⁶ ou, conforme Fontoura (2000), uniam-se matrimonialmente com *mozuelas* que eram enviadas pelas autoridades do Rio de Janeiro.

¹¹³ Em relação à cultura indígena ver, Lazzarotto (1978) e Flores (2003).

¹¹⁴ Entretanto, uma forma alternativa de análise, para fugir dessa construção com base na cor da pele, seria ressaltar os *aportes* culturais: modo de ser, vestir, comer, produzir e falar, que se originam das *culturas* indígenas, africanas, portuguesas, espanholas; sincretismos culturais mediados pelos ecossistemas dos pampas e pelas relações de construção das fronteiras entre Portugal e Espanha.

¹¹⁵ Ver Roche (1969).

¹¹⁶ Tanto Saint-Hilaire (1974) como Avé-Lallemant (1980) hospedaram-se em estâncias que o casal era formado pelo marido europeu e a esposa índia.

O índio, segundo Saint-Hilaire (1974, p. 132), não era alto, tinha a pele bronzeada, cabelos negros e muito finos, características comuns na raça americana. A índia, uma bela fêmea, despertava o desejo dos homens, sua beleza selvagem era capaz de arrebatar o coração do europeu, como se vê na empolgada narrativa de Avé-Lallemant (1980, p. 264):¹¹⁷

A esse tempo chegou a cavalo, montada à moda masculina, a sua nora, uma jovem guarani muito clara, de formas opulentas. Logo que chegou, pôs-se à vontade e apareceu, embora vestida à européia, de pés descalços, que ela estendeu negligentemente cruzados, talvez não somente por ingenuidade natural, pois na sua pessoa aliás satisfatoriamente bem constituída, eram os pés, a formação do tornozelo e a parte inferior das panturrilhas verdadeiros modelos de belas proporções. Sem dúvida, aqui, teria visto o meu amigo Burmeister¹¹⁸ o ideal da humanidade, embora esse ideal não fosse além de tomar mate, cuspir e sorrir timidamente.

O cotidiano do *gaúcho peão* era a *lida* e a captura do gado, as arreadas ou vacarias para a extração do couro. O peão passava vários dias na captura do gado, dormindo ao relento e enfrentando os índios hostis e o gado xucro, animal violento. As arreadas consistiam na reunião do gado disperso no campo e, logo depois, começavam, com uma vara comprida equipada com um objeto cortante na extremidade, a ceifar-lhes os tendões da perna (jarreta), impedindo sua locomoção, após imobilizar a quantidade desejada retornavam para dar-lhes o golpe fatal e retirar o couro, que posteriormente era estaqueado para secar e ser comercializado.¹¹⁹ Para Freitas (1980), a captura do gado vivo, destinado às estâncias de criação, era uma atividade de maior risco; dada a agressividade dos animais, muitos peões morriam nessas expedições. Devido ao risco da atividade, os patrões, *gaúchos estancieiros*, optavam pela contratação de mão-de-obra livre, ditos *elementos de vida duvidosa*, os *gaúchos* ou *gaudérios* (para nós o *gaúcho peão*), mencionados anteriormente. Recebiam como pagamento alguns animais, o dinheiro era pouco utilizado como forma de remuneração.

Nas estâncias de criação o peão observava permanentemente os animais e, em períodos determinados, realizava a marcação, a castração dos touros, os cuidados quando o animal adoecia, além da busca pelos desgarrados. De acordo com Freitas (1980), também realizava o rodeio, localizado em terreno elevado. Cravava-se um poste no centro do terreno para orientar o peão sobre o local que deveria reunir os animais, com os animais reunidos começava as atividades de tratamento do gado, curava, castrava, apartava, costeava e, dependendo da qualidade do campo, oferecia sal aos animais para suprir alguma deficiência alimentar. Com os animais tratados e prontos para o abate, iniciava-se outra incursão, segundo o autor, não menos arriscada, levando de 20 a 30 dias para percorrer a distância que separava a estância das charqueadas.

Roche (1969, p. 26-27) lembra que esse trabalho do peão era praticado em determinadas estações do ano, sobrando-lhe tempo para as rodas de chimarrão em volta do fogo de chão, local preferido para as reuniões onde relatavam as aventuras pelo Rio Grande.¹²⁰ Segundo o autor, “o criador rio-grandense leva uma vida alternativamente

¹¹⁷ Avé-Lallemant começa sua narrativa de forma sutil e serena, mas quando percebe que a sua mente está povoada por pensamentos libidinosos procura desqualificar a beleza da bela índia acrescentando rapidamente hábitos nada condizentes com a figura feminina.

¹¹⁸ Segundo nota do tradutor, deve referir-se a Hermann Burmeister, naturalista alemão que viajou pelo Brasil.

¹¹⁹ Sobre o sistema de arreada ou de preia, ver Vianna (1987) e Freitas (1980).

¹²⁰ Sobre o linguajar do gaúcho, ver Laytano (1981).

rude e ociosa”, referindo aos dois momentos, o trabalho com o gado e a espera na estância.¹²¹

Freitas (1980, p. 50) resgata Juan A. Alsina para descrever a jornada diária do gaúcho nas estâncias argentinas; o peão começava suas atividades muito antes do sol nascer e terminava noite adentro, eram de 13 a 14 horas sobre o lombo do cavalo, no trato com os animais, sobrava-lhe poucas horas para alimentar-se e descansar, retornava a *lida* de campo, no dia seguinte, ainda cansado do dia anterior.¹²²

Nas últimas décadas do século XIX foram percebidas mudanças que influenciaram o modo de vida do peão, e que compunham, como postula Pesavento (1989, p. 19), um lento processo de transformação capitalista que compreendia no cercamento dos campos, no confinamento do gado, no refinamento do rebanho, na formação de pastagens, etc. Essas inovações contribuíram na liberação da mão-de-obra para o meio urbano e na transformação cultural de parte da população rio-grandense. Período de transformação e de novas significações para velhas concepções; foi nesse momento histórico que a palavra *gaúcho*, utilizada anteriormente como sinônimo de características depreciativas, incorpora sentido de valor, de apreço, atributos que só os bons possuem. Esse *gaúcho* carregado de predicados estava relacionado ao *gaúcho estancieiro*, o que detinha o poder nos pampas. Ao *gaúcho peão*, parece que essas qualidades não eram muito adequadas a sua condição de subalternidade, pelo menos de acordo com a classe dominante da época. Essas qualidades lhe eram atribuídas em períodos que a classe dominante necessitava da fidelidade do *gaúcho peão* para lutar pelos interesses do *gaúcho estancieiro*. Em certa medida, uma forma de trabalhar com o psicológico do *gaúcho peão* para utilizá-lo como massa de manobra. Num outro sentido, pode-se inferir que essa mudança de significação da palavra *gaúcho* esteja, em determinado grau, relacionada com uma forma de diferenciação e oposição às oligarquias do centro do país.

Para a *lida* de campo, as arreadas e os rodeios, o principal instrumento de trabalho do *gaúcho peão* era o cavalo, com o qual tinha uma relação de profundo apego; vários são os autores que relatam tal relação como, por exemplo, Vianna (1987, p. 180): “(...) o gaúcho tem no cavalo o camarada, o amigo, o mais seguro confidente;” e Roche (1969, p. 26): “(...) montava-o com destreza, atravessando o imenso pampa, formando com ele um só corpo nas batalhas, mas tratava-o com um cuidado ciumento e aparelhava-o luxuosamente.” Era, muitas vezes, sua única companhia, na solidão dos campos rio-grandenses, e seu único patrimônio, isso pode explicar, em parte, a ligação profunda entre o homem rio-grandense e o cavalo.

A atividade exercida e a região de extensas planícies faziam do cavalo o companheiro indispensável do peão, ao contrário do centro-sul em que o cavalo era um objeto de luxo. Roche (1969, p. 28) resume o papel do cavalo na sociedade rio-grandense no período colonial: “(...) o cavalo era o indispensável meio de locomoção, de trabalho, de defesa ou de ataque, o instrumento de conquista do espaço e da fortuna.”

Para o gaúcho, o cavalo era símbolo de representação social, o indivíduo desprovido de montaria era um ser desprezível e degradante, como menciona Vianna (1987, p. 178-179). O bom cavalo devia passar a imagem de força, de bravura, de

¹²¹ Roche, em alguns momentos, diferencia o gaúcho estancieiro do peão, mas, em outros, parece uni-los numa mesma categoria.

¹²² Décio Freitas (1980) recorre inúmeras vezes às obras argentinas para explicar ou exemplificar aspectos da cultura gaúcha rio-grandense, por julgar semelhante o sistema pastoril platino com o sul rio-grandense. Talvez deveria tomar alguns cuidados na utilização dessas obras, já que levanta diferenças referentes à produtividade do trabalho em função da fertilidade da terra, além de outras tantas críticas sobre aspectos abordados pelos autores platinos.

virilidade, para que com o cavaleiro forme um conjunto imponente, talvez seja um dos motivos por que preferem cavalo macho, inteiro, como ressalta Saint-Hilaire (1974, p. 174): “Os estancieiros portugueses nunca montam em éguas.”

Quanto às condições de vida, o *gaúcho peão* não dispunha de muitos recursos, a precariedade estava presente na alimentação, na vestimenta e na moradia. Os gaúchos da Campanha não se dedicavam à agricultura, a vida girava em torno da pecuária, portanto a carne estava presente em todas as refeições. Como indica Roche (1969, p. 26), o gaúcho não tinha acesso nem a açúcar, nem a sal, seu único prazer estava em saborear, calmamente, um cigarro de palha:

O único *doce* era o cigarro *crioulo*: o gaúcho corta meticulosamente, com sua faca, delgadas lâminas de fumo de corda, esmaga-as, durante muito tempo, nas palmas da mão, e enrola, enfim, seu fumo numa folha de milho, acende-o com um tição do fogão, saboreia-o sentado sobre os calcanhares, na sua posição de repouso, depois das horas passadas na sela.

Um momento de reflexão, enquanto percorria cada passo do cerimonial, a mente divagava pela amplitude do pampa. Parece que o ritual acompanha a velocidade da vida campeira, na imensidão do espaço e da solidão, invadindo a alma, o tempo parece passar em passos lentos. Um ritual de ligar a terra ao céu, a terra simbolizada pelos seus frutos – o fumo e a palha de milho, e ao céu se perde a fumaça, mas antes percorre, literalmente, o interior do homem para levar *recordações* ao céu. Talvez o “sentar sobre os calcanhares” seja uma forma de submissão ao seu Deus – talvez o céu; por orgulho, sentimento presente na personalidade do gaúcho, não caia de joelhos. Quiçá estamos, assim como o gaúcho, divagando em caminhos desconhecidos, mas a religiosidade, que alguns estudiosos afirmam não existir ou ser pouco perceptível, poderia estar presente na vida cotidiana do gaúcho, mas com outras conotações.

Retomando a discussão sobre as condições de vida, no que se refere ao vestuário, os gaúchos (*estancieiros e peões*), conforme Freitas (1980), usavam *chupa* ou *chamarra* (peça que cobria o tronco do corpo), colete, calções, ceroulas, chapéu, calçado e um poncho, mas os que tinham piores condições (*gaúchos peões*) vestiam o *chiripá* (pedaço de pano que passava entre as pernas), poncho e chapéu, e como calçado utilizavam o couro que retiravam das pernas do cavalo e do gado, que denominavam de botas de meio-pé.

Sobre as habitações dos *gaúchos peões*, geralmente construíam pequenas casas de pau-a-pique com a cobertura de palha, sem porta nem janela. As casas ofereciam pouco conforto, na maioria das vezes não tinham mobília, nelas dormia toda a família no chão de um mesmo quarto.

Na região da Campanha, as casas eram dispostas de acordo com uma certa hierarquia espacial, a casa do proprietário das terras (*estancieiro*) situava-se em locais privilegiados como o alto das coxilhas, proporcionando observar a movimentação na propriedade e garantir melhor posição de defesa frente aos ataques inimigos.¹²³ Próximas à casa do estancieiro localizavam-se as dos empregados, geralmente de barro, pau-a-pique, como mencionado logo acima. Também se encontram no interior das terras do estancieiro, na divisa dos campos, as casas dos *posteiros*; famílias que recebiam

¹²³ Na região de Canguçu, visitamos uma dessas casas antigas de estancieiros, casa ampla e localizada no alto de uma coxilha, com uma bela vista, construída em pedra e barro e com telhas de barro. As paredes externas são largas, medindo mais de um metro de espessura, verdadeira fortaleza; as paredes internas são finas (15 a 20cm) e elaboradas com varas transadas e amarradas com tiras de couro e cobertas com barro, pé-direito com mais de três metros de altura e sem forro, e o piso de barro – chão batido. Cada peça tem apenas uma janela, com exceção da cozinha onde há duas, e duas portas de acesso à rua, uma na frente (localizada na sala de estar) e a outra nos fundos (localizada na cozinha). Ao redor da casa, observamos um pequeno pomar de laranjeiras, bergamoteiras (tangerinas) e alguns butiazeiros, e na frente um campo com grama rasteira.

permissão do estancieiro para estabelecer moradia, segundo Freitas (1980), geralmente índios e mestiços acompanhados da *china* (mulher) e dos filhos, em alguns casos também participavam desse grupo negros velhos ou outros agregados – um grupo, grosso modo, de excluídos. O *posteiro* vivia de *favor*, podia plantar e criar alguns animais para subsistência, em troca prestava serviços como os de evitar roubos de gado e de auxiliar na *lida* de campo (trato com os animais).¹²⁴ Segundo o autor, geralmente o estancieiro tinha em suas terras até quatro *posteiros* que auxiliavam o peão pago ou um escravo. Como se vê, a mão-de-obra utilizada na propriedade era na maioria não remunerada, troca de favor, que, para Freitas (1980, p. 42), sob a lógica econômica, definia o caráter *impuro* do capitalismo mercantil gaúcho, manifestado na “(...) existência de algumas instituições semi-feudais, entre as quais sobressaía a do posto.”

A vida na Campanha não era fácil, apesar de a imagem do gaúcho como folgado, ocioso, livre, galanteador, etc. Observa-se que esse estilo de *levar* a vida era consequência das condições que se lhe apresentavam, talvez não tenha sido sua opção, mas a opção imposta pelo meio ao qual era submetido. A distribuição de terras pela Coroa portuguesa seguiu critérios que privilegiava amigos ou pessoas influentes (militares e aventureiros com poder econômico), restando, para a maioria dos viventes da Campanha rio-grandense, o trabalho sazonal, o favor (dos estancieiros) e a miséria. Freitas (1980, p. 49) destaca as condições de trabalho que o gaúcho, no nosso entendimento *peão*, era submetido:

Peões, domadores, tropeiros, e capatazes compunham a classe trabalhadora da pecuária. A grande maioria da massa rural apenas encontrava trabalho durante uma curta temporada, por ocasião dos apartes, dos rodeios e outros trabalhos especiais. Para esta massa, as revoluções se afiguravam uma benção, já que lhes davam a oportunidade de comer e, principalmente, a de saquear.

Provavelmente não foi a vida que escolhera, talvez constituir família, fixar-se em uma região, criar seus animais e produzir seus alimentos fosse sua ambição mais íntima, mas o contexto não o permitia. Sua opção foi a vida nômade, sem eira nem beira, sem responsabilidades (a realidade não deixou tê-las), abraçava o que vinha pela frente, sem pestanejar; só era lembrado na hora que a aristocracia gaúcha (*estancieiros*) precisava defender seus interesses.

1.2.4 Sociabilidade e integração na Campanha gaúcha

Vianna (1987) descreve o gaúcho como alegre, festivo, jovial; apreciador das diversões, das festas, das corridas de cavalos, das reuniões informais com os companheiros de *lida*, e de notável capacidade para a vida pública e para a organização e o exercício do governo; este último, fruto da guerra.¹²⁵

Na visão de Vianna (1987, p. 138), no que nos parece estar tratando do *gaúcho estancieiro*, “(...) o traquejo dos campos de batalha e a prática da caudilhagem haviam-lhes dado essas duas qualidades (...) – a *capacidade do mando* e a *prática da organização de grandes massas humanas*.” Sobre as qualidades referentes à hábil administração das situações (discernimento) e a sociabilidade do gaúcho, Vianna (1987)

¹²⁴ Inspiração sobre a relação entre estancieiro e *posteiro* pode ser encontrada na discussão sobre parceria em Moreira (1999), a qual o autor aborda no âmbito do *colonato do café*, em São Paulo, e da *morada da cana*, no nordeste.

¹²⁵ Oliveira Vianna descreve o gaúcho como personagem superior em comparação a outros tipos regionais (exemplo, o sertanejo e o matuto), exalta as qualidades e esquece ou ignora os defeitos ou as qualidades menos dignas do tipo ideal que constrói. Vemos com atenção e cuidado as contribuições do autor, não estamos querendo estudar um herói, uma figura idealizada, mas o indivíduo, fruto das inter-relações com os demais e o meio, para compreender a relação entre o passado e o presente das comunidades que estudamos.

constrói sua argumentação no passado de constantes conflitos por disputa de território ou de interesses e na vida de cavaleiro. Neste último, para sustentar seu argumento, ele traz o exemplo de outras sociedades que o cavaleiro era um tipo comum, como a região dos campos de Goitacazes e os sertões do norte – “(...) parece condição natural de todos os nossos grupos regionais que se encontraram, ou se encontram economicamente organizados sob uma base pastoril;”¹²⁶ tendo o cavalo a função social de *ampliar os círculos da sociabilidade*, reduzindo distâncias e aproximando pessoas. Com as facilidades de locomoção, o gaúcho encontra nas *vendas* à beira das estradas (armazéns de secos e molhados) um ponto de encontro – segundo Vianna (1987, p. 189), “o cavalo corrige, assim, a dispersão social.”¹²⁷

Adiante, Vianna (1987, p. 187) retoma a discussão sobre jovialidade e sociabilidade e conclui que: “todo homem jovial é, por força, um homem sociável (...)” No caso em questão, os habitantes da região da Campanha,

(...) essa correlação ressalta com uma evidência maior do que em qualquer outro dos nossos grupos regionais. O gaúcho é jovial porque é sociável e é sociável porque o pastoreio na savana – desenvolvendo os hábitos da cooperação e da solidariedade – é, de si mesmo, uma escola incomparável de sociabilidade.

Refere-se ao pastoreio como escola incomparável de sociabilidade, pela sua própria característica de atividade coletiva. O trabalho no campo, a *lida* com o gado, não é um trabalho individual, necessita de um grupo de homens para cercar os animais, para conduzir os animais ao destino, que trabalhem de forma coordenada e imbuídos do sentimento corporativo – cooperação; “(...) trata-se do trabalho *combinado*, do trabalho *conjugado*, da *solidariedade forçada no trabalho*. (...) uma *aprendizagem quotidiana da solidariedade* e à prática de um *regime obrigatório de cooperação*.”

No convívio com a família, as características acima se repetem – expansivos, alegres. A mulher absorve a educação desafogada e livre da Campanha, é forte, desembaraçada, segura, não se intimida diante do sexo oposto e nem de estranhos, como no relato de Avé-Lallemant (1980, p. 264) sobre a formosura de uma gaúcha que chega a cavalo e logo “pôs-se à vontade”, não se intimidando com a presença do viajante. Também se tem exemplos na literatura regional, como, por exemplo, na figura de Ana Terra, mulher de personalidade marcante, da trilogia “O Tempo e o Vento” de Érico Veríssimo.

Arriscamos a dizer que essa alegria e espontaneidade que no gaúcho aflora quando está desfrutando do convívio social são frutos da solidão que o acompanha. Um mecanismo de defesa, do qual se utiliza toda vez que está se relacionando com outros indivíduos. Sobre a nossa suposição, referente a este comportamento social, encontramos, num sentido aparentemente próximo,¹²⁸ apoio nas palavras de Holanda (1995, p. 147) que desenvolve seu argumento sobre o *homem cordial* na idéia de que a solidão é algo inerente a sua situação de ser humano – na perspectiva de *homo clausus*:¹²⁹

¹²⁶ Vianna (1987, p. 186).

¹²⁷ A título de curiosidade, nas localidades estudadas encontramos a substituição do cavalo pela motocicleta; poucas famílias de agricultores não dispõem deste meio de transporte.

¹²⁸ Pressupomos, pelas características ecossistêmicas e sociais, que a solidão do homem da Campanha seja, em certo grau, distinta da do homem do centro do país, entretanto, na essência, é o mesmo sentimento; permitindo, com cautela, comparar o *homem jovial*, de Vianna, com o *homem cordial*, de Holanda. Nossa cautela diz respeito à crítica indireta de Holanda, em *Raízes do Brasil*, a abordagem de Vianna sobre a sociedade.

¹²⁹ Ver Elias (1999, p. 130). A imagem do *homo clausus* é considerada, por Elias, problemática. Segundo o autor, essa imagem dá “(...) poder e convicção a idéia de que a *sociedade* existe para além dos indivíduos ou que os *indivíduos* existem para além da sociedade (...)”, pressupondo a separação entre os

No *homem cordial*, a vida em sociedade é, de certo modo, uma verdadeira libertação do pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias da existência. Sua maneira de expansão para com os outros reduz o indivíduo, cada vez mais, à parcela social, periférica, que no brasileiro – como bom americano – tende a ser a que mais importa. Ela é antes um viver nos outros. Foi a esse tipo humano que se dirigiu Nietzsche, quando disse: *Vosso mau amor de vós mesmos vos faz do isolamento um cativo*.

Esse isolamento, esse cativo, é algo insuportável e, para o próprio indivíduo, parece perceptível aos outros; recorremos a Elias (1999, p. 129), apesar de suas críticas à concepção do *homo clausus*, para clarear essa questão:

Somos levados a acreditar que o nosso *eu* existe de certo modo *dentro* de nós; e que há uma barreira invisível separando aquilo que está *dentro* daquilo que está *fora* – o chamado *mundo exterior*. Aqueles que tomam consciência de si próprios deste modo – como uma espécie de caixa fechada, como um *homo clausus* – pensam que isto é imediatamente evidente.

Se o nosso *mundo interior* pode ser visto pelos outros, e se ele não é o que gostaríamos que os vissem em nós, tratamos de camuflá-lo, optando por atitudes dissimuladas, expressando algo que não somos, como uma atitude de defesa. Aí poderia estar o cerne da explicação sobre o comportamento do gaúcho – o que motiva essa personalidade expansiva, jovial e alegre que os estudiosos destacam no gaúcho? Um contraste com a solidão do pampa, sentimento que pode habitar o *mundo interior* do gaúcho. Conforme Holanda (1995, p. 147):

Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no *homem cordial*: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções. (...) Armado dessa máscara, o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social.

A cordialidade, a hospitalidade e a alegria do gaúcho parecem contrastar com a região, com o isolamento, com a solidão, características comuns para descrever a Campanha. Para este contraste têm-se duas correntes que explicam o comportamento humano (do gaúcho) descrito na história rio-grandense. A primeira busca resposta na atividade que o grupo social, em questão, desenvolve, conferindo a essa atividade e ao principal instrumento de trabalho – o cavalo – a capacidade de interferir no modo de ser das pessoas, corrente representada por Vianna. A segunda recorre à psicologia para embasar sua posição, constrói sua argumentação, sobre o comportamento, na *negação* a características auto-reconhecidas como depreciativas – diríamos: desprezo pela própria essência – identificada em Holanda.

Retomando a discussão sobre sociabilidade, é oportuno trazer algumas informações das etnias que chegaram ao Rio Grande do Sul no século XIX, alemã (1824) e a italiana (1875). Manfroi (1975, p. 123) destaca que “(...) as colônias européias do Rio Grande do Sul viveram, durante muito tempo, isoladas do País dos Gaúchos.” Observa-se que o autor considerava cada grupo étnico como uma unidade separada, não só pela raça, mas também geograficamente. Na utilização da palavra *país* subentende-se a existência de um espaço geográfico ocupado por uma sociedade específica, também supõe que, para o autor, há uma outra sociedade em oposição. Com certo sentido segregacionista quando se refere à região da Campanha como *País dos*

dois, o que Elias não compactua, para ele, grosso modo, indivíduo e sociedade estão intimamente ligados, portanto inseparáveis.

Gaúchos. A distribuição espacial, fruto do sistema de colonização imposto pelo governo, contribuiu para o isolamento e para a formação de uma diversidade cultural; alemães e italianos continuaram a falar suas línguas de origem e cultivar as tradições e costumes que trouxeram na bagagem – reação espontânea ao isolamento e ao abandono que foram submetidos: mecanismo de defesa, mas também, segundo Manfroi (1975, p. 125), “(...) busca ansiosa da própria identidade étnica, face à perplexidade causada pelos traumatismos da emigração.”

Apesar das migrações internas e do processo de miscigenação, o Rio Grande do Sul ainda guarda as marcas da colonização, encontra-se regiões com características muito presentes das etnias colonizadoras, demonstrando a lenta integração. Entretanto, nas comunidades alemãs e italianas, o isolamento proporcionou, forçosamente, a aproximação e união dos imigrantes, estreitando laços de amizade e cooperação. Na reflexão de Manfroi (1975, p. 189-190), a sociabilidade e integração no interior das colônias italianas do Rio Grande do Sul foram estimuladas através da reconstituição de valores culturais centralizados na religião católica, crença que contribuiu para a superação das dificuldades iniciais e da saudade da terra natal. Inicialmente as famílias reuniam-se espontaneamente nas casas, realizavam pequenos encontros religiosos, até começar a surgir, nas localidades, as capelas. Foi nas capelas que “(...) pouco a pouco, a sociedade foi se organizando e se estruturando até constituir uma sólida comunidade, em que a participação de todos nos ofícios religiosos nas festas, na alegria e na dor foi criando uma ligação afetiva à terra e à localidade.”¹³⁰

Nas colônias alemãs o processo foi parecido com o das colônias italianas; a religião teve papel importante no desenvolvimento das comunidades, desenvolvimento proporcionado, conforme Roche (1969, p. 671), pela coesão familiar e do relativo isolamento da vida pioneira. Entre os dois grupos de imigrantes (alemães e italianos) há semelhanças, mas também diferenças marcantes relacionadas, em parte, ao credo. Os italianos fundados na crença católica e os alemães, a maioria, na protestante; distinções de concepção filosófica e de normas de comportamento.

A distinção entre idiomas também é relevante para entender-se a união no interior das comunidades alemãs e italianas. A dificuldade de entendimento, pela linguagem, entre os grupos étnicos favorecia, de alguma forma, a intensificação das relações no interior das comunidades, compensando, em certa medida, as dificuldades de relacionamento com os outros grupos sociais.

A religião parece ter sido um importante elemento na formação e consolidação no que diz respeito à sociabilidade e integração nas colônias européias. O que não se pode dizer sobre a região da Campanha; a religiosidade coletiva¹³¹ parece ter sucumbido diante da imensidão do pampa, ausência referida por vários historiadores. A *pouca visibilidade* da religiosidade do gaúcho pode ser reflexo do processo de ocupação do território rio-grandense, acreditamos que alguns elementos foram determinantes, como: a) a ocupação portuguesa do território rio-grandense tinha, inicialmente, como objetivo a exploração do gado xucro e a defesa do território, resultando no ingresso, quase que exclusivamente, de indivíduos do sexo masculino, sem família. A família constitui o núcleo base da sociabilidade e da interação, é nela que a religião toma forma de elemento integrador da sociedade, a ausência do grupo familiar repercute na formação religiosa da sociedade, mas, no entanto, não elimina o religioso da sociedade; b) a

¹³⁰ Sobre colonização italiana no Rio Grande do Sul e o papel das capelas no processo de adaptação e fixação dos imigrantes, ver também Frosi e Mioranza (1975) e Azevedo (1982).

¹³¹ Talvez a matriz da religiosidade coletiva estivesse nos sincretismos religiosos das *missões*: imaginários sagrados dos índios e dos padres missionários. Entretanto, sobre a religiosidade individual do gaúcho não tem-se muito conhecimento, tema de pesquisa para os antropólogos.

estrutura fundiária predominante na região da Campanha favoreceu o isolamento e distanciamento das pessoas, reduzindo os laços das relações sociais. O que, de certa forma, proporcionou a religiosidade individual e desestimulou a religiosidade coletiva; c) as condições econômicas vigentes na região da Campanha eram precárias, inviabilizando a manutenção de religiosos na região, segundo Freitas (1980, p. 75), “a capitânia era demasiada pobre para poder atrair o clero”; d) a atividade pastoril não favorecia o convívio familiar, o peão ficava por longos períodos distante da família dedicando-se ao trabalho com o gado. Reduzia as relações e a participação dos membros da família, a ausência do chefe de família, muitas vezes, ocasionava o relaxamento de certos hábitos familiares, como as reuniões religiosas. Nas famílias de agricultores (principalmente nas de alemães e italianos) isso não acontecia, as lavouras (roças), localizavam-se próximas às casas, proporcionando a aproximação e coesão do grupo familiar, como, por exemplo, a reunião diária da família durante as principais refeições; reunião que dedicava algum tempo para a contemplação religiosa.

Por um outro prisma, pode-se identificar uma *outra* religiosidade. A imensidão dos pampas, as fogueiras, o sentar nos calcanhares, o *falar* com o cavalo, o olhar para o céu e para as estrelas, etc., que caracterizaria um isolamento específico da sociabilidade do gaúcho, é também um mundo de meditação, de sinais divinos e de interpretações *não mediadas diretamente* pelas instituições religiosas. Talvez esta fosse a religiosidade do *gaúcho peão*. A religiosidade do *gaúcho estancieiro* (aristocrata), no entanto, seria algo mais controlado pelas *religiões* instituídas por suas relações com segmentos poderosos da sociedade; viviam em *família*, e, provavelmente, os elementos de contemplação eram distintos do *gaúcho peão*.

A religião tem papel importante na questão da sociabilidade, favorece a aproximação das pessoas e desperta o espírito de coletividade e de cooperação,¹³² mas, na opinião de Vianna (1987a, p. 133), ela não foi representativa na formação, diga-se, da personalidade dos habitantes do sul do país: “(...) no ponto de vista religioso é nenhum o espírito de solidariedade das nossas populações do sul.”

Como vários autores postulam, a personalidade do gaúcho foi formada no campo de batalha, também foi na guerra que os laços de solidariedade foram reforçados. As guerras, as ameaças, aproximaram as pessoas em prol da sobrevivência, uma solidariedade forçada por interesses individuais – a vida. Vianna (1987, p. 142) destaca que no extremo-sul “(...) a luta era da população inteira contra o estrangeiro. Era a sociedade, na sua totalidade, que se via ameaçada na sua tranquilidade e na sua própria conservação material.” Na comparação com o sertão, o autor destaca uma diferença marcante entre as sociedades das duas regiões, os conflitos no sertão eram entre famílias rivais, não tinham a capacidade de mobilizar a sociedade, e, na Campanha rio-grandense, o embate era contra os espanhóis. As disputas territoriais entre Portugal e Espanha despertaram no gaúcho a idéia do interesse coletivo, do bem comum do grupo, do sentimento de comunidade local. Vianna (1987a, p. 152) resume o que leva à coesão de um grupo: “É o medo do inimigo comum, é a ameaça do perigo comum, é a necessidade da defesa comum que dá nascimento ao fenômeno da solidariedade e aos fatos da organização social.” Inimigo, na nossa percepção, *construído* como comum pelas classes dominantes.

Com o desenrolar do processo de ocupação e formação do território rio-grandense, os conflitos foram reduzidos, as fronteiras fixadas, e os campos cercados. Inicia-se um novo período, as ameaças contra a integridade física desaparecem, o sentimento de insegurança que unia a sociedade foi esvaindo e com ele a coesão social e

¹³² Estamos atentos à diferença entre religião como *instituição* e religião como *sentimento de união* e de *ligação*.

a solidariedade assumiram outra dimensão. Após esse período, ela só foi retomada em casos esporádicos como na Revolução Farroupilha. Entra-se no século XX sem ameaças, chega-se ao século XXI com novos desafios, entre eles a solidariedade – componente indispensável para o desenvolvimento das sociedades.

Neste estudo propomo-nos estudar duas comunidades rurais do município de Canguçu. Nessas localidades observamos a presença da cultura campeira, na fala, no hábito, no costume, no comportamento e, de certa forma, no pensar. As localidades foram, no passado, estâncias, grandes propriedades, que no decorrer dos anos foram desmembradas (herança, comercialização e ocupação). Rincão dos Marques apresenta, de forma mais acentuada, características sociais que nos faz reportar ao passado descrito pelos historiadores – solidão, lugar esquecido. As pessoas parecem isoladas umas das outras, os laços afetivos são efêmeros, as relações de cooperação entre vizinhos são escassas e a coesão social quase inexistente. Rincão dos Maia tinha, até pouco tempo atrás, imagem parecida com a descrita de Rincão dos Marques, mas num passado recente as relações sociais foram reforçadas, com a construção de laços de amizade e confiança.

1.2.5 Aspectos comportamentais do gaúcho rio-grandense

Para tratar dos aspectos comportamentais do gaúcho, precisa-se traçar parâmetros comparativos, normalmente com seu par – o agricultor. Uma dessas comparações foi apresentada por Vianna (1987a, p. 201), na qual enfoca aspectos psicológicos do comportamento do pastor (sinônimo de peão e vaqueiro) e do agricultor, destacando elementos comuns da atividade que estão relacionadas com a personalidade. Sua descrição sobre o peão vem carregada de estigmas, comportamento comum na historicidade rio-grandense:

O trabalhado do pastoreio abre aos vaqueiros maiores lazeres, vastos interregnos de sesta quotidiana. De forma que, nas zonas do criatório, a plebe rural se afaz muito naturalmente aos hábitos da gandaíce e da vagabundagem.

Sobre o agricultor, tratado com formalidade e respeito, o autor acrescenta:

O regime agrícola, mesmo como se pratica entre nós, exige, ao contrário, do homem uma atividade contínua, um labor intenso, nas arroteias, nas sementeiras, nas carpagens, nas colheitas. Por isso, as nossas populações exclusivamente agrícolas se mostram sempre de costumes pacíficos e calmos.

Por fim, diferencia as duas atividades na forma como elas influenciam o comportamento desses dois trabalhadores rurais:

Demais, a própria ação psicológica das duas espécies de atividades sobre o moral do homem é diferente. O trabalho pastoril educa o caráter para as ações agressivas; o trabalho agrícola é, ao contrário, um sedativo às índoles mais irritáveis e explosivas: abranda, ameiça, sensibiliza, domestica.

Observa-se por detrás desta comparação, grosso modo, a noção de civilização. Ao tratar as duas formas de trabalho, carrega-as de juízos de valor, quando aplica certas palavras para distingui-las, que leva-nos a classificá-las em mais ou menos civilizada. No nosso entendimento, levando em consideração a dicotomia rural-urbano, essas duas atividades partilham do mesmo ambiente e exercem funções distintas, não cabendo atribuição de juízo que qualifique ou desqualifique os trabalhadores dessas atividades.

A diferenciação entre pastor e agricultor proposta por Vianna (1987a) leva-nos a retomar a discussão de Holanda (1995) sobre aventureiro e trabalhador, a qual aplica sobre a formação social do povo brasileiro – encarnação dos dois princípios das formas de vida coletiva. Observamos semelhanças na caracterização do pastor e do aventureiro apresentadas por Vianna e Holanda, respectivamente, como também na do agricultor e

do trabalhador. Holanda (1995, p. 44) destaca a existência da ética do trabalho e da aventura, a qual:

(...) o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo.

As semelhanças entre as duas caracterizações são evidentes, tanto o pastor, de Vianna, como o aventureiro, de Holanda, são identificados pela imprevidência e vagabundagem, avessos a responsabilidade. Vemos o mesmo no agricultor e no trabalhador, são utilizados termos próximos para caracterizá-los, responsabilidade, paciência e temperança são palavras que se pode usar para qualificar tanto o agricultor como o trabalhador, até porque o agricultor é um trabalhador. Ou melhor, o pastor, o aventureiro, o agricultor, grosso modo, são trabalhadores, mas com aptidões e lógicas diferentes. Não esquecendo do contexto que cada um deles aplica suas caracterizações, e é nesse tempo (início do período colonial) que estamos construindo esta comparação.

Voltamos à discussão que tínhamos iniciado anteriormente, quando abordamos a questão dos portugueses e o processo de formação do território rio-grandense. Os portugueses encontraram na região sul do Rio Grande do Sul condições favoráveis de adaptação para as suas características de personalidade, para a sua ética. As duas contribuições, de Holanda e de Vianna, tratam de portugueses ou de descendentes de portugueses, estruturam seus argumentos em tipos humanos com elementos de personalidade semelhantes. Podemos inferir que o processo de adaptação, no aspecto psicológico, não tenha sido tão traumático, a região da Campanha, encontrada pelos portugueses, tinha características que amenizavam a adaptação como, por exemplo: a) a região do pampa é composta, maior parte, de planícies que transmitem a sensação de amplitude, espaços ilimitados, horizontes distantes. Sobre o cavalo essas sensações tomavam proporções ainda maiores, o que vinha ao encontro com o espírito do aventureiro descrito por Holanda (1995, p. 44); b) região de fronteira, de disputas e conquistas de território, o confronto com a Espanha, isso alimentava o espírito audacioso do aventureiro; c) as tribos de índios que habitavam a região, *pampianos*, eram nômades, caçadoras e coletoras, características comuns, segundo Holanda (1995, p. 44), nos aventureiros de sociedades rudimentares. Relembrando, no período colonial era freqüente o português que vivia no extremo sul do Brasil amancebar-se com uma índia, relação que gerou os primeiros gaúchos; d) a captura do gado xucro nas arreadas, atividade predatória típica do ideal aventureiro – “colher o fruto sem plantar a árvore” – esta era a principal atividade econômica na região da Campanha no período colonial. Estas características que amenizaram os *traumas* da adaptação do português no extremo-sul do Brasil perpetuaram os elementos marcantes da personalidade do português aventureiro. Esses elementos encontraram condições propícias no processo de ocupação e consolidação da colonização portuguesa, dentre esses elementos, destaca-se a atividade econômica principal do período posterior à ocupação do território – captura e criação de gado. Essa atividade era desempenhada por descendentes de portugueses (puros ou miscigenados) – carregavam, relativamente, as características do aventureiro na genética; era realizada na amplitude dos campos sobre o dorso de um cavalo – animal veloz de elegância e altivez – multiplicando as sensações de liberdade e de horizontes ainda mais distantes; e as arreadas, por serem perigosas, proporcionavam emoções apreciadas pelo aventureiro – o embate e o jugo dos animais, eram conquista carregadas de ambições e irresponsabilidades, elementos da personalidade do aventureiro.

São contribuições que destacamos para refinar a comparação entre o aventureiro de Holanda (1995) e o peão (vaqueiro) de Vianna (1987a).¹³³ Tratam de elementos comuns entre os dois tipos humanos, só em momentos distintos, mas consecutivo, ligados diretamente. Estes tipos, aventureiro e peão, são elementos indispensáveis do processo histórico civilizador, suas participações nesse processo não são reconhecidas como atividades produtivas, não levam o “status” de *trabalho*. Carregam, freqüentemente, estigmas que denigrem a imagem, suas participações produtivas são confundidas (ou imaginadas) com irresponsabilidade, imprevidência, vagabundagem e assim por diante, percebem-nas como atividades de lazer – divertimento, entretenimento, distração – conotação lúdica.

O ser humano parece gostar de perceber o seu universo como algo dicotômico, o céu e o inferno, o bem e o mal, o mar e a terra, a direita e a esquerda, o trabalhador e o vagabundo (aventureiro), etc. – talvez seja porque tenhamos apenas dois olhos. Claro que estamos exagerando. Voltemos ao Rio Grande do Sul, o estado é dividido e conhecido pelas suas duas metades, a Sul e a Norte, a primeira de colonização portuguesa fortemente miscigenada e a segunda de colonizadores europeus (predominância de alemães e italianos). A Metade Sul da aristocracia pecuarista (*gaúcho estancieiro*), das grandes propriedades de terra, do *gaúcho peão*, do vagabundo e do preguiçoso; a Metade Norte da agricultura familiar colonial, das pequenas propriedades de terra, do colono, do trabalhador, do responsável. Não é difícil encontrar estudos sobre a Metade Norte com títulos e subtítulos que trazem certa apologia à cultura européia, nesses a palavra *trabalho* aparece freqüentemente para identificá-los como os trabalhadores do Rio Grande, em contraposição aos habitantes da Metade Sul.¹³⁴

Não estamos fazendo críticas, estamos apresentando a nossa percepção sobre essa diferenciação que traz consigo forte conotação segregacionista. Essa segregação, distinção entre as duas regiões, levou, digamos, a conseqüências psicológicas. A população do Rio Grande do Sul incorporou a distinção entre as duas regiões e entre as raças características dessas regiões, e o mais grave, reportam a Metade Sul como região atrasada nos aspectos econômicos e sociais, conseqüência, segundo a opinião pública, da colonização portuguesa. Para exemplificar trazemos um trecho do artigo intitulado “Metade Sul e a Apologia da Miséria” de Milton Costa Ferreira (Diário Popular: 23/05/2001):

Dizem os estudiosos e mandatários - economistas, sociólogos, historiadores, políticos, empresários e banqueiros - que a Metade Sul do Estado perdeu o bonde do desenvolvimento sustentável por três razões fundamentais: colonização portuguesa, atividade agropastoril extensiva e modelo político conservador. No entendimento dos analistas e do poder capitalista que tudo pode e diz, o nosso descendente luso, fazendeiro e guardião da fronteira, é o grande vilão e responsável pelo empobrecimento da região.¹³⁵

Mas o efeito maior foi que o habitante da região sul incorporou parte dessas características pejorativas, produto das disputas de poder, resultando, muitas vezes, em baixa auto-estima. Recorremos a Elias e Scotson (2000, p. 24) para entender um pouco dessa relação entre as duas metades, relação em que está em jogo o poder:

¹³³ Os autores não se referem especificamente a região do extremo-sul do Brasil, mas conhecem a história desta região e trazem elementos dela para compor suas discussões.

¹³⁴ Quem sabe pode-se relacionar a uma ideologia hegemônica justificadora da imigração.

¹³⁵ O autor sai em defesa do *fazendeiro e guardião da fronteira*, o que nos parece um discurso em favor da oligarquia regional, dos grandes proprietários de terra, relacionando, além de outras, com a função social de guardião da fronteira. Em algum sentido, preocupado em elevar a imagem dos fazendeiros da Metade Sul. Os grupos sociais subalternos parecem ficar no esquecimento.

Afixar o rótulo de *valor humano inferior* a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo.

Nesse jogo pelo poder, o estigma é uma das formas usadas para enfraquecer o *adversário*, conforme os autores, há uma gama de termos usados para estigmatizar grupos que estão presentes no contexto de relações entre estabelecidos e *outsiders*.¹³⁶ Os autores destacam alguns exemplos como *crioulo*, *gringo*, *carcamano*, *sapatão* e *papa-hóstia*, usados, respectivamente, com referência aos negros, judeus, italianos, lésbicas e católicos. No Rio Grande do Sul também se tem exemplos de termos usados para estigmatizar, talvez o mais conhecido é o *pêlo-duro* utilizado para identificar os descendentes de portugueses que vivem na Metade Sul. Costa (1988, p. 69) transcreve passagem onde aparece a segregação racial, revelando, segundo o autor, “(...) a ideologia de que o colono europeu, agricultor comerciante ou industrial, é empreendedor, *progressista*, e o pecuarista, de origem lusa, é retrógrado e conservador”:

(...) a Colônia Nova Esperança é composta por aproximadamente 700 pessoas e a maioria tem colaborado, com exceção, infelizmente, de alguns *pelos duros* que boicotam o fecundo trabalho da cooperativa, tentando mais complicar do que mesmo trabalhar.¹³⁷

Neste pequeno exemplo percebe-se, em primeiro plano, a distinção implícita entre descendentes de portugueses (*pêlo-duro*) e os de ascendência alemã ou italiana; de alguma forma, um discurso segregacionista. Também está subentendida a distinção entre *complicador* (vagabundo) e *trabalhador*, para explicar o *atraso* de uns (lusobrasileiros) frente aos demais (europeus). Esse processo de inferiorização resulta em consequências psicológicas danosas ao desenvolvimento humano, as pessoas vítimas desse processo incorporam os estigmas, criados pelo imaginário hegemônico, e submetendo-se a situação de inferioridade. Para reverter essa situação, uma das alternativas, segundo Elias e Scotson (1980), seria a contra-estigmatização dos antigos “outsiders”, ressuscitar o orgulho, elevar a auto-estima, como se vê no movimento negro no Brasil e na África que estão em busca de sua negritude e de seu próprio sonho.

Retomamos a discussão sobre o gaúcho rio-grandense. Para não fazermos como alguns estudiosos, insistir nos defeitos; comentaremos as qualidades. Reportemo-nos a Vianna (1987a, p. 50-54), na análise sobre as qualidades do homem rural. O caipira, o matuto, o tabaréu, e outras denominações, são conhecidos pelas suas qualidades, qualidades, segundo o autor, comuns ao homem rural brasileiro. Dentre elas, Vianna (1987a) destaca quatro: a fidelidade à palavra dada, a probidade, a respeitabilidade e a independência moral.

Sobre a fidelidade à palavra dada, Vianna (1987a) reporta-se à aristocracia rural, a qual o fazendeiro, no sul o estancieiro, demonstra esse sentimento de fidelidade aos seus compromissos, esse se sentiria desonrado no dia em que, sem justa causa, faltasse com sua palavra. O cumprimento da palavra é observado rigorosamente pela aristocracia, uma falta representa descrédito perante a sociedade. Vianna (1987a, p. 51) lembra que “(...) o sentimento de responsabilidade moral nasce do sentimento da similitude social. Os homens só se sentem realmente responsáveis entre si quando se reconhecem mutuamente como *compatriotas sociais*.”¹³⁸ Vianna destaca que este

¹³⁶ Sobre a relação entre estabelecidos e “outsiders”, ver Elias e Scotson (2000).

¹³⁷ Costa (1988) retira tal citação do texto “A CAMAL e a colonização” de autoria de Vieira, L. sem data e citação da fonte, cedido a Costa pela Cooperativa Mista Aceguá Ltda. (CAMAL) – Bagé/RS.

¹³⁸ Para a expressão *compatriotas sociais*, Vianna inspira-se em Tarde (Philosophie Penale).

sentimento de similitude está mais presente nas sociedades rurais do que nas urbanas, como também nas classes mais elevadas da sociedade rural. Seguindo essa linha argumentativa, para o autor, o fazendeiro, o senhor de engenho, não dispõe da mobilidade das classes inferiores. A aristocracia precisa zelar pela sua idoneidade, caso caia em descrédito perante a sociedade local, por fraude ou velhacaria, a mudança para outra região implicaria uma dificuldade maior que a encontrada pelas classes mais baixas, principalmente pela imobilidade patrimonial do fazendeiro em relação ao peão – o “homem de saco e botija”. Entretanto, não pode-se esquecer que, além da ética e da moral, as *elites* se legitimam pelos diferenciais de poderes econômicos, militares, entre outros.

A segunda qualidade destacada por Vianna (1987a) refere-se ao sentimento de probidade, a qual centra sua argumentação na questão financeira. O homem rural é honesto, justo, reto; não arrisca sua integridade e sua reputação para levar alguma vantagem em matéria de dinheiro.

Vianna (1987a) apresenta mais uma qualidade, derivada da pressão educadora do meio rural, presente na personalidade do homem rural: sentimento de respeitabilidade. O autor procura montar sua reflexão centrada na classe dominante, a qual está em destaque na sociedade rural, já que os olhares estão em constante vigilância obrigando-a a atitudes discretas e contidas, de modo a manter as heranças de dignidade e respeitabilidade. “Dentro dessa atmosfera de respeito e veneração a sua atitude toma naturalmente os ares da dignidade e da prudência, mescladas de bonomia e paternalismo.” Para o autor (1987a, p. 53), o sentimento de decoro pessoal é característico da alta classe agrícola, nas camadas inferiores “(...) o elemento mestiço, que prepondera na plebe rural, não prima de modo algum pela respeitabilidade.”

Por fim, tem-se a última qualidade referida por Vianna (1987a, p. 54), o sentimento de independência, “(...) a altivez discreta e digna é também um dos nossos melhores atributos.” Para o autor, o latifúndio dava à classe fazendeira um prestígio excepcional, um poder considerável sobre a massa de homens; era uma escola para o sentimento do orgulho e do culto da independência moral. Hombridade que, em alguns casos, chegava a tomar feição de rebeldia.

Observa-se que Vianna (1987a, p. 54) identifica essas qualidades à aristocracia rural, aristocracia diretamente ligada ao latifúndio, este o modelador da personalidade – das qualidades – dos poderosos senhores rurais. “Desde a nossa vida econômica à nossa vida moral, sentimos, sempre, poderosa, a influência conformadora do latifúndio; este é, na realidade, o grande medalhador da sociedade e do temperamento nacional.”¹³⁹ Sobre os membros da classe latifundiária, Vianna destaca: “(...) não está na sua índole a obediência do cortesão. (...) não chega nunca à servilidade. Leais e constantes ao Rei, sempre se conservam diante dele sem aulicismo, nem humildade; respeitosos, mas dignos; obedientes, mas hombridosos” – passagem que exemplifica a autonomia relativa da *elite*.

De certa forma, o autor nega essas qualidades ao trabalhador rural, ao posseiro, ao *posteiro*, ao agregado e a outros grupos subalternos da sociedade agrária. Trata as classes inferiores como *mestiços* que não valorizam a respeitabilidade. No Rio Grande do Sul, pela relação amigável entre estancieiro e peão, os conflitos sociais envolvendo diretamente as classes inferiores não existiu a ponto de Freitas (1980, p. 49) afirmar que “(...) a história gaúcha é, em rigor – caso único no Brasil – uma história sem povo.”

As qualidades do homem rural, descritas por Vianna (1987a), talvez não sejam encontradas, como o autor postula, nas classes inferiores, mas está nessas, pelo menos

¹³⁹ Freitas (1980, p. 48) parece concordar com Vianna (1987a) sobre a influência do latifúndio na conformação do poder econômico e social dos estancieiros.

em parte, a autoridade reguladora. Os membros das classes inferiores incorporam certa autoridade reguladora (e de auto-regulação)¹⁴⁰ no momento que, participando das relações sociais, percebem que suas opiniões sobre as atitudes, ou comportamentos, dos membros da aristocracia local podem influenciar positivamente ou negativamente na imagem de algum indivíduo ou de algum grupo da alta classe perante a sociedade. A regulação ou censura, representada pelas opiniões, serve, em certa medida, para controlar tanto os indivíduos de outros grupos como os membros internos. As opiniões incorporam a função de meios de controle social, como, por exemplo, na forma de fofoca elogiosa ou depreciativa.¹⁴¹

Voltemos ao gaúcho, Roche (1969, p. 27) destaca algumas qualidades do habitante do pampa,¹⁴² entre elas a coragem, o amor à liberdade, a preocupação da dignidade humana, o devotamento pessoal, a generosidade e a hospitalidade. Além destas há uma outra que encontramos em meio à discussão em que Freitas (1980, p. 44) aborda a questão do trabalho excedente, referindo-se ao peão (*gaúcho peão*) como um indivíduo que se contentava com pouco – “(...) um pedaço de carne, uma choça, uns farrapos”, devido ao seu baixo grau de desenvolvimento social. Independente do seu grau de desenvolvimento social, o desprendimento ou a pouca ambição material podem ser interpretados como uma qualidade do ser humano. Qualidades que podem ser interpretadas como positivas ou negativas, dependendo da intenção.

Dado o contexto no Rio Grande do Sul a partir do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus, vemos que distorcer as qualidades do gaúcho não seria tão difícil. Os imigrantes, no início da colonização, estavam em condições de desvantagem em relação aos portugueses e seus descendentes pelos seguintes motivos: a) foram instalados nas regiões de serra e mata atlântica, terreno acidentado e coberto de vegetação densa, exigindo do imigrante trabalho árduo na derrubada da floresta para poder plantar suas lavouras e roças, inicialmente dedicadas a garantir a subsistência familiar, enquanto que o gaúcho habitava terras planas e descampadas; b) além de terras melhores, o gaúcho tinha propriedade maior, eram milhares de hectares em comparação com algumas dezenas que o imigrante europeu recebia do governo;¹⁴³ c) o trabalho do imigrante europeu era mais intenso e exaustivo, enquanto o do *gaúcho peão* era, relativamente, menos intenso (representando para uns ociosidade);¹⁴⁴ d) o europeu via o gaúcho de baixo para cima, enquanto que o gaúcho via-o de cima para baixo. Montando sobre seu cavalo, o gaúcho impressionava pela sua altivez. Na Europa o cavalo era símbolo de poder, só os nobres tinham cavalgadura. Talvez tenham sido estes alguns dos motivos que levaram o imigrante europeu a ver o gaúcho com certo despeito,

¹⁴⁰ Plausível: o *padrão de medida* ético e moral tido como bom pelas elites e que serve de referência para hierarquizar as *qualidades* dos subalternos e mesmo de seus pares *inferiores*.

¹⁴¹ Salienta-se, no entanto, que propriedade, estilo de vida, etnia, língua, poder econômico, representam diferenciações de poder que também compõem as figurações elogiosas e depreciativas das fofocas, elas também tendem a ser naturalizadas e corporificadas na representação. Ver também Elias e Scotson (2000).

¹⁴² O autor trata com certa generalização, mas entendemos que são qualidades mais próximas ao nosso *gaúcho peão*.

¹⁴³ Quanto a *terras melhores*, referimo-nos à cobertura vegetal. O trabalho para cultivar o campo (região de pecuária) era menor e menos desgastante para um trabalhador em comparação à região de floresta (região de colonização alemã e italiana).

¹⁴⁴ Sobre a ociosidade do gaúcho, Freitas (1980, p. 43) recorre a Marx para explicá-la: “A criação de um produto excedente não é, sublinha Marx, *uma propriedade inata do trabalho do homem*. Dito em outras palavras, uma vez satisfeitas suas necessidades de subsistência, não utilizava o campeiro produtivamente, o tempo excedente, para produzir um produto excedente, para si mesmo ou para outrem.” Acrescentamos ainda, para exemplificar, o vigiar o gado por horas para uns pode significar ociosidade, mas, para outros, trabalho.

transformando qualidades em defeitos, estigmatizando-o. No entanto, a desqualificação do *gaúcho peão* já fazia parte da cultura regional antes dessas imigrações.

Roche (1969, p. 27) destaca a dificuldade de relacionamento entre o imigrante europeu e o gaúcho. Além das diferenças entre idiomas e visões de mundo, a dificuldade de relacionamento também era fruto de preconceito, observado de forma sutil num dos traços característicos descrito pelo autor:

(...) a vocação pastoril e militar marcou o rio-grandense com uma incapacidade, muito tempo insuperável, para o trabalho manual ou mecânico. Isso não facilitou nem os contatos, nem a compreensão entre o colono recém-chegado e o gaúcho, senhor dessa região.

Neste destaque tem-se outra informação, a de que o gaúcho era incapaz de trabalhos manuais ou mecânicos. Na região da Campanha a exigência era conhecer o gado e suas manias, os *gaúchos estancieiros* não precisavam de agricultores, tinham os escravos negros para este trabalho, precisavam de *gaúchos peões* que dominassem o gado xucro do pampa rio-grandense. No decorrer dos anos, com o cercamento dos campos, a redução do emprego na *lida* com o gado, a fragmentação ou desmembramento das estâncias, e outros fatores que levaram o *gaúcho peão*, afeito às atividades campeiras, a mudar sua forma de viver e de reprodução. Essa transformação não foi e não é tarefa fácil para quem tem gerações e gerações sobre o lombo de um cavalo. Essa inadaptabilidade para a atividade agrícola levou-o a incorporar estigmas que não são de sua natureza, foram criados e impostos por uma sociedade hierarquizada.

Apesar das críticas dispensadas a obra de Vianna – Populações Meridionais do Brasil (a elite tida como modelo idealizado) –, encontra-se nela elementos importantes para a compreensão da personalidade do brasileiro, manifestada pelo seu estilo de vida. Resgatando Tavares Bastos, Vianna (1987a, p. 36) descreve o traço fundamental da psicologia nacional: “(...) pelos costumes, pelas maneiras, em suma, pela feição mais íntima do seu caráter, o brasileiro é sempre, sempre se revela, sempre se afirma um homem do campo, à maneira antiga.” Descreve em oposição ao *homem urbano*, o qual afirma não estar na índole do brasileiro. A raiz desta afirmação vem de Tavares Bastos, em trecho reproduzido por Vianna: “O brasileiro que pode é agricultor; vai exercer a única verdadeira nobre profissão da terra.” Adiante, Vianna conclui sua argumentação indicando que o “(...) temperamento fundamentalmente rural é de pura formação americana,” mas que “(...) os lusos, que nos colonizaram, não o possuem – pelo menos, com a nítida e exclusiva feição que nos é própria.” Para o autor os portugueses são dotados de dupla aptidão, para o comércio e para a lavoura, oscilando entre o campo e a cidade, mas perdem suas tradições à medida que avançam para o interior. Podemos inferir que, além da interiorização, a mistura com o americano auxilia na fixação de elementos do rural no temperamento do brasileiro. Tal como Vianna, Holanda (1995, p. 52) afirma que os colonizadores acostumaram-se facilmente, “(...) cedendo às sugestões da terra e dos seus primeiros habitantes;” talvez, resultado da característica psicológica, já que os “(...) nossos colonizadores eram, antes de tudo, homens que sabiam repetir o que estava feito ou o que lhes ensinara a rotina.”

O parágrafo acima traz dois elementos importantes para entender um pouco mais a personalidade do gaúcho e os estigmas que o acompanham. Duas afirmações são chaves para a discussão: a) o agricultor é o único profissional nobre da terra; b) o português não possui o temperamento fundamentalmente rural. Começando pela última, os primeiros portugueses que chegaram ao Brasil não tinham características de agricultor, estavam atrás de preciosidades que poderiam ser exploradas rapidamente, para serem comercializadas na Europa – eram aventureiros e comerciantes antes de agricultores. Especificamente no extremo-sul do Brasil, com a redução da reserva de gado xucro e a necessidade de garantir o território, a Coroa portuguesa enviou famílias

de açorianos que, inicialmente, apresentavam temperamento com maior tendência rural que os portugueses continentais.¹⁴⁵ Não eram de temperamento fundamentalmente rural, tanto que, inicialmente, dedicaram-se à atividade agrícola, com o plantio do trigo, mas, logo depois, adequaram-se à atividade de criação de gado, ocasionando redução drástica (crise) na produção de trigo. Leva-nos a acreditar que o processo, no Rio Grande do Sul, tenha sido inverso ao vivenciado na região central do país; ao invés de tender para um temperamento rural, no sentido de Vianna (1987a), ligado à agricultura, de certa forma, tendeu para o comercial, levando em consideração que trocaram as plantações de trigo pelas criações de gado quando perceberam as condições favoráveis de comércio e retorno financeiro.

Vianna (1987a) supõe a hegemonia, no período colonial, do *homem do campo* sobre o *homem urbano* e ou o colono *semi-urbano* – relação campo-cidade; e nesse *homem do campo* está o peão. Deixando de lado a contraposição campo-cidade, a primeira afirmação (a) pode explicar, literalmente, a desclassificação do gaúcho pelos agricultores. Está ligado à terra, mas não é digno de nobreza, exerce uma atividade inferior, desprezível, diante dos nobres que exercem a agricultura – agricultores. Aí reside uma das raízes que produzem os estigmas impostos ao gaúcho rio-grandense.

Dentre os autores que se tomou conhecimento para realizar este trabalho, Vianna foi o que mais, no nosso entendimento, se dedicou a explorar elementos da psicologia do homem rural, principalmente do gaúcho. Quanto ao gaúcho, o autor relaciona características psicológicas à audácia agressiva de salteador e à aptidão militar do caudilho. Uma das origens dessa formação psicológica estaria no pequeno clã preador, conforme Vianna (1987, p. 97), “(...) um grupo belicoso, como se vê, tão belicoso como o clã sertanista do planalto paulista, mas reduzido.” Os grupos que circulavam no extremo-sul do Brasil tinham entre seis e doze camaradas, recrutados “(...) entre a ralé perdida na campanha. Eram, na sua maior parte, índios charruas ou minuanos, mais ou menos civilizados, ou mestiços deles.”¹⁴⁶ Segundo o autor, comandados por um indivíduo treinado na disciplina militar, provavelmente desertores ou soldados aquinhoados com estâncias – recompensa das disputas pelas terras fronteirinhas e forma de estabelecer a ocupação do território conquistado. Foram esses egressos das linhas de frente do exército que levaram aos pequenos clãs o espírito, a disciplina e a organização militar.

Como postula Vianna (1987, p. 113), as guerras platinas, geradas pelos atritos nas zonas de fronteira, levaram à formação de uma poderosa oligarquia militar de *estancieiros-soldados*. Oligarquia dita, por boa parte dos estudiosos da história rio-grandense, como *democrática*. Para Tristão Alencar, resgatado por Vianna, essa oligarquia não representava os interesses do povo, era dominada e governada, na sua expressão democrática, apenas pelos estancieiros poderosos. Muitos estudiosos reportam a democracia rio-grandense como algo incomum, em que o interesse do povo rio-grandense está contemplado nas ações da classe dominante. Parte dessa percepção está na relação amigável e camarada entre o estancieiro e seus subordinados, relacionamento de iguais. Mas o que vemos na história rio-grandense reflete a opinião de Tristão Alencar, democracia só para a aristocracia pastoril. Na nossa percepção, a camaradagem entre *gaúcho estancieiro* (patrão) e *gaúcho peão* não pode ser entendida

¹⁴⁵ Há quem diga que os açorianos enviados ao Brasil eram, boa parte, de origem urbana.

¹⁴⁶ Esses clãs eram formados, como mencionado anteriormente, pelos excluídos (mestiços) e desgarrados (índios que conseguiram escapar dos ataques paulistas as aldeias e, principalmente, as reduções jesuíticas).

ou estendida para uma forma democrática de governo, a relação harmoniosa tinha por detrás interesses patrimoniais e econômicos dos estancieiros, alheios aos dos peões.¹⁴⁷

A discussão de Vianna (1987, p. 115) sobre as características psicológicas do gaúcho enfatiza a guerra como elemento fundamental na formação da personalidade do gaúcho. “Não há, com efeito, agente mais poderoso de seleção do que a guerra. (...) no campo da guerra cada indivíduo se mostra na inteireza da sua estrutura íntima, exibindo, em relevo, toda a ossatura da sua personalidade.” É na guerra que o gaúcho coloca em prática os conhecimentos de organização que aprendeu na Campanha, organização administrativa, é na guerra que também, ressalta Vianna (1987, p. 121):

(...) se afeiçoam, destarte, ao mando, ao exercício da autoridade. Forçados a castigar, a reprimir e mesmo a fuzilar os indisciplinados e covardes, a censurar e afastar os ineptos e imprevidentes, eles acabaram por adquirir uma certa rudeza de temperamento, uma certa insensibilidade, uma certa falta de sentimento de piedade e complacência.

Estes sentimentos foram produzidos pelo ambiente social em que estavam introduzidos – inóspito.¹⁴⁸ Findo o período de guerra, esses amargos indivíduos reproduzem nas relações familiares e extrafamiliares os sentimentos que, ao invés de aproximar pessoas, afastam-nas.¹⁴⁹ As relações entre marido e mulher, entre pais e filhos, sempre foram frias e formais, o desrespeito ou a desaprovação de alguma atitude realizada por membro inferior na hierarquia familiar era punido com violência. Não demonstravam amor familiar, afetividades, carinho, talvez interpretassem como atos ou sentimentos de fraqueza, indignos do homem moldado pela guerra. A secura no tratamento e o espanto em receber algum gesto de afeto, ainda são encontrados nas pessoas da região em que realizamos nossa pesquisa.

A relação interna dos grupos guerrilheiros era orientada pela delicadeza de sentimento, pelo cuidado em não melindrar, ofender, magoar os companheiros. Para Vianna (1987), esse zelo, pela relação amigável, objetivava a coesão e a disciplina do grupo, necessárias ao ataque ou à resistência. A guerra obrigava, de certa forma, a união, a solidariedade entre o grupo. Como indica Vianna (1987, p. 123), a ação educadora da guerra deixou “(...) um resíduo psicológico, um traço psicológico, é um sentimento profundo da solidariedade social, (...) o hábito da cooperação, o profundo espírito de corpo.” Mas parece que, no pampa, este resíduo psicológico só aparece nos períodos das guerras, como afirma Vianna (1987, p. 127): “Sente-se, porém, no pampa – especialmente durante o ciclo das guerras platinas (...) – que (...) há um certo ambiente social, uma certa atmosfera de espírito coletivo.” Esta afirmação ganha força com a argumentação de Vianna (1987, p. 142-143), a posição geográfica dos rio-grandenses, entre o inimigo do Prata e o oceano, e a característica das guerras (duas posições distintas), reforçavam o espírito de solidariedade e, no nosso ver, de brasilidade que impregna e da forma social aos *gaúchos brasileiros*. A posição geográfica obrigava o rio-grandense a atacar ou defender o território, não havia alternativa de recuo, o mar era o seu limite e as posições portuguesas estavam localizadas próximas deste. As guerras eram caracterizadas pela luta entre os rio-grandenses (a sociedade na sua totalidade) contra o estrangeiro (espanhol), impondo a união em defesa do interesse da sociedade. Era nas guerras que egoísmos individuais e rivalidades entre famílias desapareciam,

¹⁴⁷ Talvez referem-se à democracia quando destacam as formas de escolha dos chefes militares (dos grupos paisanos) nos períodos de guerra; após discussão sobre as questões que envolviam os conflitos optavam pela eleição para determinar o chefe militar, mas nas forças regulares quem escolhia os comandantes era o governo.

¹⁴⁸ A solidão, a arreada, a guerra, são exemplos de ambientes vivenciados pelo gaúcho.

¹⁴⁹ Para Vianna (1987, p. 122), a afetividade brutalizada criou “(...) um temperamento admiravelmente adaptado ao exercício da autoridade.”

para unir a sociedade contra um inimigo maior que colocava a todos na eminência de perderem suas possessões materiais e a própria vida. Segundo o autor, essas guerras duraram mais de cem anos sucessivos, levando o gaúcho à cooperação social, ao equilíbrio harmonioso entre o interesse pessoal e o coletivo – “(...) o sentimento do interesse comum – pressuposto psicológico do *zoon politikon* – é o resultado natural dessa solidariedade dos campeiros no perigo e na defesa.”

Para Vianna (1987, p. 126), a solidariedade social entre os brasileiros é frágil, acaba logo minada pelo interesse individual; egoísmos exacerbam, rompendo com a inconsistente solidariedade. O autor destaca os egoísmos das populações do centro-norte que também se revelam no extremo-sul:

Os grandes interesses, os interesses gerais, são esquecidos; em torno do poder, as pequenas ambições, as pequenas vaidades, os pequenos interesses pessoais ou familiares entram a tecer e a retecer a malha asfixiante dos seus enredos inumeráveis. E o campanário domina com as suas tricas, as suas fraudes, os seus mexericos e o personalismo incoercível das suas vinditas.

A solidariedade do rio-grandense, tão enfocada e valorizada por Vianna, parece que toma forma somente nos períodos de guerra – a solidariedade na guerra. Passado os tempos de guerra, a vida volta ao normal, e a solidariedade perece diante dos interesses privados. As relações amigáveis e fraternais entre as diferentes classes da sociedade rio-grandense, tão enfatizadas na historiografia gaúcha, não são capazes de solidificar associações de cooperação. Vianna (1987a), em estudo comparativo entre as fazendas de criação, as fazendas de café e os engenhos de açúcar, conclui que a relação de solidariedade entre diferentes classes não tem consistência, é instável, fugidia e volúvel.

A solidariedade toma forma quando há interesse comum, recíproco, caso contrário não se faz presente. O estancieiro tem seus empregados e camaradas para as tarefas das estâncias, de nada precisa dos vizinhos, o isolamento do latifúndio contribui para os efêmeros laços de vizinhança. Propriedades homogêneas, quanto ao modo de produção, composição familiar e ligação local comum, na medida que existe apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria o espírito de comunidade nem organização política – unidades isoladas que não possuem ligações/relações sociais capazes de desenvolver a solidariedade. Como afirma Vianna (1987a, p. 123), “(...) tudo concorre para torná-los, uns e outros, indiferentes e neutros.”

A solidariedade do gaúcho era potencializada nos períodos de guerra, tornando-os momentaneamente coesos; cessando as ameaças, os vínculos de sociabilidade atenuavam-se, restando substância social no interior das grandes propriedades, nos clãs rurais, tendo no *gaúcho estancieiro* o centralizador do poder. Segundo Vianna (1987a, p. 147), as classes populares brasileiras procuravam um chefe, por força do instinto de conservação necessitavam de segurança que encontravam no homem forte local, “(...) faz-se o seu cliente, torna-se o seu protegido, o seu camarada, o seu companheiro, o seu amigo incondicional na boa e na má fortuna;” incorporado na figura do agregado.

Vianna (1987a, p. 146-147) transmite o sentimento que invade e povoa o pensamento do *gaúcho peão*:

O homem que não tem terras, nem escravos, nem capangas, nem fortuna, nem prestígio, sente-se aqui, praticamente, fora da lei. Nada o ampara. Nenhuma instituição, nem nas leis, nem na sociedade, nem na família, existe para a sua defesa. Tudo concorre para fazê-lo um desiludido histórico, um descrente secular na sua capacidade pessoal para se afirmar por si mesmo. Desde os primeiros dias da colonização, sempre se vê diante de poderosos, das suas cobiças, das suas arrogâncias, das suas animosidades, tímido, pusilânime, receoso, encolhido. O que os quatro séculos da nossa evolução lhe ensinam é que os direitos individuais, a liberdade, a pessoa, o lar, os bens dos homens pobres só estão garantidos, seguros, defendidos, quando têm para ampará-los o braço possante de um

caudilho local. Essa íntima convicção de fraqueza, de desamparo, de incapacidade se radica na sua consciência com a profundidade e a tenacidade de um instinto.

O sentimento de incapacidade está incrustado na psique do homem rural (subalterno, *gaúcho peão*, etc.), desprovido de autoconfiança, desacreditado de si mesmo, aproxima-se dos poderosos para aliviar sua insegurança. O estreitamento na relação de amizade (amizade entre diferentes, diferentes em poder) com os poderosos locais pode render prestígio, principalmente aos olhos dos que estão no mesmo nível social ou inferior. Há uma dependência psicológica tanto do subalterno como do *superior*; o subalterno necessita da proximidade para abrandar suas angústias, e o *superior* adquire no reconhecimento, na dependência, do subalterno a auto-afirmação. Essa relação tem no econômico (bens materiais) um dos mediadores,¹⁵⁰ estabelecendo uma das vias principais de acesso ao poder, e, em certa medida, determinando o *superior* e o subordinado.

De acordo com Elias (1999, p. 80-81), os indivíduos constantemente medem suas forças, situação básica das relações interpessoais, podendo, passado algum tempo, alcançar certo equilíbrio de poder (estável ou instável). Entendemos como equilíbrio de proporções diferentes, algumas pessoas com possibilidades relativamente maiores de acesso ao poder que outras, mas que se relacionam harmoniosamente; nessa harmonia que reside o equilíbrio. No emaranhado das relações humanas, lembra Elias, deve-se ter presente que o equilíbrio de poder é pelo menos bipolar e, usualmente, multipolar. Ressalta Elias (1999, p. 81), “(...) o poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não; é uma característica estrutural das relações humanas – de *todas* as relações humanas.”

Na região da Campanha rio-grandense, do período colonial, pode-se, grosseiramente, referir a um equilíbrio de poder bipolar, constituído por dois grupos sociais: estancieiros e peões (subalternos).¹⁵¹ O equilíbrio de poder está nas relações de trocas materiais e abstratas, geralmente, para satisfazer necessidades materiais e psicológicas – caso da relação estancieiro e peão. O estancieiro vê no peão o elemento necessário para executar a *lida* com o gado (produção) e exercitar poder de mando (autoridade) para satisfazer o ego. No caso do peão, o estancieiro representa a garantia de subsistência (alimentação, habitação e remuneração – troca por trabalho) e a incorporação do sentimento de segurança à psique. Há relação de poder entre o estancieiro e o peão, desde que um atribua qualquer tipo de valor ao outro – desde que haja interdependência funcional entre ambos.¹⁵²

Talvez o *gaúcho estancieiro* represente o *tipo ideal* ou, conforme Giddens (2002), o *eu ideal* do *gaúcho peão*,¹⁵³ mas sabendo da impossibilidade de atingi-lo, o *gaúcho peão* alivia sua frustração com a proximidade na relação com o estancieiro. Em contrapartida, o estancieiro deve ter conhecimento, pelo menos intuitivamente, das frustrações do peão, levando-o a uma relação de companheirismo, descrita por vários estudiosos da história rio-grandense. Companheirismo nada desinteressado, mediado pelas necessidades de ambos.

Vianna (1987a, p. 147) pode ajudar a entender a *dupla* personalidade do gaúcho, personagem que oscila entre o altivo e o vexado.

Valente, bravo, altivo, arrogante mesmo, o nosso campônio só está bem quando está sob um chefe, a quem obedece com uma passividade de autômato perfeito. É

¹⁵⁰ Não esquecendo outros mediadores como afetividade, carisma, poder público (Estado), etc.

¹⁵¹ Como exemplos de polaridades, pode-se ainda citar: estancieiros e escravos, militares dirigentes e soldados. Temos conhecimento de outros atores, mas, a título de simplificação, optamos em reduzir a análise para esses dois grupos sociais (estancieiros e peões).

¹⁵² Sobre equilíbrio de poder, ver Elias (1999, p. 81).

¹⁵³ Segundo Giddens (2002, p. 67), inspirado em Heinz Kohut, o *eu ideal* é o “(...) eu como quero ser.”

este o seu prazer, este o seu gozo íntimo, esta a condição da sua tranqüilidade moral. O ter de conduzir-se por sua própria inspiração, o ter de deliberar por si mesmo, sem orientação estranha, sem sugestão de um superior reconhecido e aceito, constitui para ele uma grave e dolorosa preocupação, um motivo íntimo de angústia, de inquietação, de tortura interior. Dessa tortura moral só se liberta pondo-se às ordens de um chefe, e obedecendo mansamente à sua sugestão, ao seu império. É essa certeza íntima de que alguém pensa por ele e, no momento oportuno, lhe dará o santo e a senha de ação; é essa certeza íntima que o acalma, o assegura, o tranqüiliza, o refrigera.

A presença de um tutor transmite confiança; a ausência, insegurança. Acostumado a estar sob ordens superiores, seja na guerra ou no trabalho das arreadas ou das estâncias, o *gaúcho peão* sente-se seguro quanto ao futuro, sabe o que lhe espera, e tem no *gaúcho estancieiro* (patrão) a confiança do amparo. O trabalho de peão reduz a responsabilidade, retira o peso psicológico, talvez pense que a subordinação a outrem repasse, a este último, a responsabilidade que a princípio era sua (do peão).¹⁵⁴ A falta de um coordenador/orientador (patrão) deixa-o angustiado, desamparado, não sabe qual atitude tomar, podendo chegar ao ostracismo.

Com o processo de desenvolvimento o *gaúcho peão* deparou-se com novas experiências. A redução na oferta de trabalho e o cercamento das terras levou-o a modificar a forma como garantia a subsistência. Do trabalho e a segurança das estâncias para a vida, relativamente, *autônoma* na condição de *posteiro* ou de trabalhador rural (dono dos meios de produção – pequena extensão de terra), da segurança à insegurança, da altivez e arrogância à angústia e timidez. Para o *gaúcho peão* foram séculos de vida (gerações) sob o olhar e cuidado do *gaúcho estancieiro*, a mudança decorrente do processo de desenvolvimento modificou seu estilo de vida levando-o a transformação de peão-empregado a agricultor-proprietário. Este último ainda não totalmente assimilado. Ainda encontra-se angustiado. Por conta do passado e das dificuldades de adaptabilidade é estigmatizado e desprezado.

A estigmatização, num grupo submisso, marca profundamente o aspecto psicológico. Conforme Elias e Scotson (2000), sobre o psicológico, o poder está vinculado à autoconfiança do indivíduo ou grupo, maior poder pode sinalizar, relativamente, valor humano mais elevado. Nos grupos estigmatizados, caso do *gaúcho peão*, o estigma incorporado leva a vivenciar afetivamente a inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana. Assume o *vagabundo*, o *preguiçoso*, e todas as outras identificações de caráter depreciativo, o oposto também é verdadeiro.

Transformar características em qualidades positivas ou negativas depende da forma de *olhar* tal objeto como, também, de conseguir reduzir ou modificar as hierarquias de poder – das questões que estão em disputa. Freitas (1980, p. 51-52) dá um exemplo de como os estigmas podem ser desqualificados, ou melhor, relaciona características psicológicas ao meio (relacional – externo), não as identificando como elemento próprio (interno) da personalidade do indivíduo como geralmente consideram ao estigmatizar um indivíduo ou grupo.

A vida do gaúcho, errando de estância em estância, em busca de trabalho, é inculcada como vagabundagem, fruto de uma inadatação social. Transforma-se a falta de trabalho em *horror ao trabalho*. Pretende-se que o espírito de *independência e liberdade* o tornava infenso à família, quando na verdade é que não podia sustentar uma família: os estancieiros não queriam saber de peão com mulher e filhos, pois estes, no mínimo, comiam, o que impunha um maior salário.

¹⁵⁴ Pode-se dizer que esta responsabilidade diz respeito, não só, ao indivíduo *gaúcho peão* (si próprio), mas também ao grupo familiar. Na historiografia regional, o *gaúcho peão* é construído como um indivíduo solitário, sem família e posses. Entretanto, reconhecemos que parte dos gaúchos, que vivia sob a condição de peão, tinha família, principalmente quando se fixava, sob favor, em terras alheias (posteiro).

Sendo antes de tudo um solitário, não tinha que fazer nas horas vagas; suas únicas distrações eram o jogo, a cordeona e o álcool. (...) O gaúcho não era um folgazão, como se apregoa – era um desgraçado. Qualifica-se de *independência*, o que na realidade não passava de *dependência* frente ao ponteador. Celebra-se sua *lealdade* ao estancieiro quando trabalha por um parco salário, ou quando luta e morre por ele nas *revoluções*. O tão falado *centauro dos pampas* não passava, a dizer verdade, de um pobre-diabo sem eira nem beira.

O *gaúcho peão*, pelas características do seu trabalho e meio (solitário e disperso), não tinha força e poder, como classe, para lutar pelos seus interesses e contra os estigmas, subordinando-se aos interesses da classe dominante e inferiorizado como ser humano. Inferiorização identificada a aspectos étnicos. Inferimos das palavras de Freitas (1980) que aos degradadores, em certa medida, faltou sensibilidade e respeito a um grupo que defendeu os interesses da sociedade dominante. Entretanto, cabe ressaltar, que a relação hierárquica *gaúcho peão-gaúcho estancieiro* produz e reproduz tanto a psique quanto as condições sociais do *gaúcho peão* e do *gaúcho estancieiro*.

Relacionar as dificuldades de desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul à estrutura étnica predominante na região pode ser considerado um desrespeito a essa sociedade e atestar o desconhecimento sobre a formação histórica cultural dessa população.

CAPÍTULO II

PASSADO E PRESENTE DE CANGUÇU

Para conhecer e entender a situação atual do processo de desenvolvimento que envolve as populações das localidades rurais do Rincão dos Marques e Rincão dos Maia precisamos lançar mão de aspectos históricos. No capítulo anterior, conhecemos alguns elementos constitutivos do processo de formação do território e da mentalidade da sociedade rio-grandense, este último focalizado especificamente na região da Campanha gaúcha – extremo-sul do Rio Grande do Sul.

Trataremos neste capítulo sobre a história do município de Canguçu, desde sua origem até os dias atuais, destacando elementos da vida social e econômica.

2.1 Canguçu e sua História

Poucas são as fontes de que dispõe-se para estudar a história do município de Canguçu, resultando em dificuldades para reconstituir o processo de desenvolvimento que essa sociedade presenciou. As informações referem-se a acontecimentos relacionados à história militar da região.¹⁵⁵ Poucas são as informações sobre o desenvolvimento da sociedade rural, escassos são os relatos sobre as classes subalternas que viviam na região da Serra do Sudeste na qual está localizado Canguçu. Bento (1983, p. 09) destaca sua dificuldade na reconstituição da história de Canguçu, chegando a afirmar que a região entre os rios Piratini e Camaquã “constituía-se um deserto geohistórico,” o que poderia indicar sua situação como uma região periférica aos processos sócio-históricos significantes da cultura e sociedade gaúcha.

2.1.1 Período colonial

Antes da chegada dos primeiros colonizadores europeus, a região de Canguçu era habitada por índios *tapes* e *tapuias*, pertencentes ao grupo indígena *guarani* (ACANDHIS, 2003). Esses índios estavam estabelecidos na serra que recebeu o mesmo nome, Serra do Tapes (parte da Serra do Sudeste) onde está assentada a cidade de Canguçu. Os últimos indivíduos deste grupo indígena foram observados, na década de 1930, na localidade de Posto Branco. Segundo Bento (1983, p. 13), “(...) existem vestígios dos mesmos na população da região de Canguçu Velho (Fávil, Terra dos Tapes, Pulguedo) onde, segundo vários testemunhos, encontram-se sinais de cemitérios indígenas.” Transcrevemos esta frase não só pela informação sobre os indícios da presença desses índios, mas pela referência à localidade que o autor denomina como *Pulguedo*.¹⁵⁶ A localidade a qual se refere denomina-se Rincão dos Maia, uma das localidades que estamos estudando neste trabalho. *Pulguedo* não passa de uma forma de discriminação utilizada pela população urbana e de outras localidades para identificar os moradores de Rincão dos Maia.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Talvez seja consequência da formação profissional de um dos poucos historiadores do município – Cláudio Moreira Bento (militar do exército).

¹⁵⁶ De acordo com o Dicionário Houaiss de língua portuguesa (2001), *pulguedo*, no regionalismo rio-grandense (informal, pejorativo), refere-se a bairro ou vila pobre. Questionamos algumas pessoas sobre o significado de *pulguedo*, a resposta mais comum foi: “é termo que significa de quem traz consigo pulgas”, identificando este significado a condição de vida e higiene das famílias.

¹⁵⁷ Sobre a estigmatização e suas consequências trataremos no transcórre do trabalho.

Retomando a questão sobre os habitantes originais de Canguçu, Bento (1983, p. 13-14) traz outras informações relevantes sobre os indígenas. Segundo o autor, no século XVIII as tropas de José da Silva Pais, fundador da freguesia de São Pedro de Rio Grande, enfrentaram a resistência de índios *tapes* que habitavam a região de Canguçu. O autor supõe que esses índios estavam sob orientação dos jesuítas, para restringir o avanço dos portugueses em direção ao interior do Rio Grande do Sul, evitando ou retardando o ataque às estâncias de criação de gado dos jesuítas (Sete Povos das Missões). Em algum grau a suposição do autor reforça a nossa hipótese, referida no capítulo anterior, de que os jesuítas contribuíram na qualificação dos gaúchos como *bandidos*, *vagabundos*, etc. enquanto apropriadores de gado que eram ou foram de propriedade dos jesuítas.¹⁵⁸ Outra informação refere-se aos relatórios de Rafael Pinto Bandeira¹⁵⁹ que reporta vagamente sobre esses índios em suas passagens pela Serra do Tapes, mas Bento (1983) destaca a lenda que Pinto Bandeira, quase à morte, vivera um romance com uma índia *minuano*, filha de um cacique. Presumindo que a lenda tenha, de certa forma, base verídica, e que esse romance tenha ocorrido na região da Serra do Tapes, como afirma o autor, podemos inferir que Canguçu era uma área de fronteira entre os índios *tapes* – *guaranis* (ao norte) – e os índios *minuanos* – *pampianos* (ao sul), com intensa movimentação dessas tribos.¹⁶⁰

Com a instalação, pelos portugueses, do forte de São Gonçalo, na margem direita do rio Piratini, em 1755, criaram-se condições de segurança para iniciar a exploração das terras de Pelotas e de Canguçu. Bento (1983, 2000) lembra que a região da Serra do Tapes é um nó orográfico de nascentes de arroios que deságuam nos rios Piratini, Camaquã e Lagoa dos Patos, caminho entre Rio Grande e Rio Pardo. Inicialmente este caminho era percorrido pelos militares portugueses que estavam em constante deslocamento entre as duas vilas, em virtude das disputas territoriais entre Portugal e Espanha. Com a invasão e conquista de Rio Grande pelos espanhóis, a região de Canguçu passou a servir de base para as tropas guerrilheiras, associadas aos portugueses, de Rafael Pinto Bandeira (1763-76). Os constantes embates entre espanhóis e portugueses, nas proximidades da Vila de Rio Grande, levaram muitos açorianos, já estabelecidos entre a Vila de Rio Grande e Pelotas, a buscarem proteção na Serra do Tapes, ao logo do caminho entre Rio Grande e Rio Pardo. Provavelmente, foi nesse período que se inicia a ocupação, por famílias açorianas, da região de Canguçu. Outro fato relevante, destacado por Bento (1983), refere-se à conquista da Colônia de Sacramento pelos espanhóis em 1777, o que levou as famílias a retirarem-se da região e procurarem se estabelecer nas imediações de Pelotas e Canguçu. Parece-nos que Canguçu representava para os portugueses uma posição estratégica frente às invasões espanholas, pelas características geográficas – região próxima a Pelotas (Lagoa dos

¹⁵⁸ O gado fora introduzido pelos jesuítas e por motivo contra a própria vontade abandonado. Ao retornarem ao atual território rio-grandense iniciaram a recaptura do gado que outrora foram obrigados a deixar na região (parte do rebanho fora conduzido pelos jesuítas para os Campos de Cima da Serra – *Vacaria dos Pinhais*), entretanto, aos jesuítas, a captura de gado xucro pelos gaúchos representava apropriação alheia, originando, em certa medida, a estigmatização do gaúcho.

¹⁵⁹ Bento (1983, p. 17) apresenta uma foto das ruínas da estância de Luiz Francisco Marques de Souza (uma das primeiras estâncias de Canguçu), na qual Rafael Pinto Bandeira teria utilizado como base de suas operações na região. Estas ruínas estão na divisa entre as duas atuais localidades de Rincão dos Cravos e Rincão dos Marques, esta última possivelmente tenha recebido este nome por ter sido, no passado, terras dos Marques. Além de Luiz Francisco Marques de Souza, Manuel Marques de Souza (marechal) também recebera terras na região.

¹⁶⁰ Inferência com base nesta informação de Bento (1983, p. 14) e no mapa apresentado por Flores (2003, p. 11).

Patos – acesso ao mar) e de relevo acidentado, apresentando certa resistência natural em caso de ataque.

Os primeiros colonizadores de Canguçu dedicavam-se ao plantio do trigo, próximo à costa do rio Camaquã (planície). Com a abertura dos portos em 1808, o trigo brasileiro começou a sofrer concorrência, principalmente, do produto norte-americano, este e os outros motivos referidos no primeiro capítulo concorreram para a crise que desestimulou o plantio de novas lavouras de trigo no Rio Grande do Sul.

Com o desenvolvimento das charqueadas em Pelotas, na segunda metade do século XVIII, a atividade agrícola passou a ser desempenhada, como boa parte dos estudiosos salienta, em caráter de subsistência. O *apelo* econômico da atividade pecuária falou mais alto aos moradores da região por se colocar, na ordem econômica de então, como a única fonte de acumulação de riqueza.

As charqueadas foram responsáveis pelo dinamismo da região sul do Rio Grande do Sul entre o último quarto do século XVIII e final do século XIX. No período anterior à instalação das primeiras charqueadas, o gado era destinado ao consumo local e para a extração do couro e do sebo, estes últimos alcançavam boa cotação no mercado internacional, após a queda do monopólio exercido pela Coroa espanhola.

Segundo Bento (s.d.), foi o cearense José Pinto Martins que fundou a indústria charqueadora no Rio Grande do Sul, nas proximidades da foz do rio Pelotas, local habitado por casais açorianos. Das primeiras charqueadas saíam a carne seca, similar à produzida no nordeste, mas que posteriormente foi substituída pelo charque propriamente dito. A transformação no produto deveu-se à incorporação de uma nova técnica de preparo da carne, trazida pelos franceses João Batista Roux e Eugene Sasques. O novo produto, charque, teve boa aceitação tanto no mercado interno como no externo, proporcionando a região de Pelotas e seu entorno significativo dinamismo econômico, cultural, social e político. Para Bento (s.d., p. 49), foi nessa época que Canguçu, influenciado pelo desenvolvimento da indústria charqueadora, “(...) conheceu o período mais progressista de sua história, atraindo para suas terras inúmeras famílias ilustres que de lá partiram em grande número, a partir de 1801, para disputarem melhores campos de criação.” Essas informações ajudam a entender o processo de desenvolvimento de Canguçu. Com a decadência das indústrias charqueadoras e o desenvolvimento dos frigoríficos em outras regiões do Estado (principalmente na fronteira com o Uruguai), Canguçu amargou de dificuldade de desenvolvimento, que, nos dias atuais, ainda persiste.

Retomando o processo de inserção regional de Canguçu, Bento (1983, p. 25) introduz um fato novo na história do Rio Grande do Sul, o estabelecimento da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu.¹⁶¹ O autor afirma que, no período de 1783-89, situado na atual localidade de Canguçu Velho, a Coroa portuguesa estabeleceu a Real Feitoria numa área de aproximadamente 17.000 ha,¹⁶² que, além do linho e do cânhamo, eram cultivadas lavouras de milho, feijão, abóbora e mandioca. O linho era um produto importante para Portugal, dele eram confeccionados as velas e cabos utilizados nas embarcações, equipamentos marítimos que dependiam do fornecimento da Inglaterra. Na Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu, além da atividade agrícola, também eram criados bovinos, cavalares e muares. A mão-de-obra utilizada era principalmente escrava, oriunda da Fazenda Real de Santa Cruz no

¹⁶¹ As ruínas da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu ainda podem ser vistas na localidade de Canguçu Velho.

¹⁶² Após transferência da Real Feitoria para São Leopoldo, essas terras foram constituir parte da sesmaria concedida ao coronel de milícia Paulo Xavier Rodrigues Prates (natural de Laguna – SC).

Rio de Janeiro e de apreensões de contrabandistas de escravos.¹⁶³ Canguçu Velho, no período da instalação da Real Feitoria, era um rincão no próprio significado da palavra – um local protegido, rodeado de matas e rios, conforme descrição de Simões Lopes Netto, reproduzida por Bento (1983, p. 20):

Canguçu-Velho repousa sobre a pendente nordeste de uma extensa colina. Dela alonga-se uma vasta área quase plana que vai fazer margem direita do arroio do Moinho de límpidas águas roladas sobre pedras e de volume bastante para uma grande população. Em frente e aos lados ergue-se e prolonga-se a serra, como defesa natural fácil de atender. Para trás desdobram-se campos ricos de pastagens e abundantes de gado de toda a espécie, para alimento e trabalho. De um lado um veio de cristal de rocha, mineral típico da região. De outro camadas de terra humosa, de um metro e mais de espessura, para frutas e cereais.¹⁶⁴

Numa rápida análise da descrição feita por Netto, observa-se que o autor utiliza a palavra *extensa* para referir-se a uma colina. O emprego desta palavra nos faz deduzir que, apesar dos demais elementos que compõem a paisagem, a região apresentava certa monotonia, repetição. A descrição justifica a escolha para a instalação da Real Feitoria em Canguçu-Velho (nas lutas fronteiriças), pela proteção natural das coxilhas, pela abundância de água e gado, e pela disponibilidade de terras aptas para a agricultura. Esta descrição de um lugar ideal transmite a idéia de uma região repleta de potencialidade, mas, num olhar mais atento, a descrição traz informações sobre a limitação enquanto área destinada à atividade produtiva, tanto de criação como de cultivo, como: relevo ondulado, afloramento de rochas e solos rasos (reduzida espessura de terra), fatores que hoje restringem o desenvolvimento da agricultura, dificultando o trabalho da terra. Principalmente quando os sistemas de produção da região estão relacionados com a pecuária de corte e agricultura de subsistência.

Em 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, o qual devolvia Santa Catarina para Portugal e a Colônia de Sacramento e as Missões retornavam à Espanha. No período entre 1777 e 1801, quando uma comissão portuguesa e espanhola demarcava os limites entre as duas nações, a região do atual município de Canguçu era fronteira, próxima aos Campos Neutrais.¹⁶⁵ Tudo indica que a instalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu não tinha somente interesses econômicos, mas também garantir o território português num período em que a região era disputada com os espanhóis. Além de Canguçu ser passagem para as tropas que circulavam entre as vilas de Rio Grande e Rio Pardo, também era caminho para os gaúchos que entravam no território espanhol (atual Uruguai) para capturar gado xucro e buscar informações sobre os inimigos. Bento (1983, p. 34-36) destaca que Rafael Pinto

¹⁶³ De acordo com Flores (2003, p. 61), os escravos ferviam as sementes para não germinarem, conseqüentemente, reduzindo a demanda por trabalho. O autor também destaca que em 1788 a Real Feitoria foi transferida para a margem esquerda do rio dos Sinos, permanecendo até 1824 (Faxinal do Courita). Para o autor, ambos os empreendimentos fracassaram, resultado da má administração e da utilização da mão-de-obra escrava, esta última boicotando e sabotando as atividades produtivas. Entretanto, nos arriscaríamos a salientar que as Feitorias, localizadas em posições estratégicas (facilidade de acesso ao mar), cumpriram suas funções de estabilização e definição das fronteiras, no *Projeto Imperial Português*. Uma outra suposição, nossa, refere-se ao nome da localidade em que foi estabelecida a Real Feitoria na margem do rio dos Sinos (Faxinal do Courita), pressupondo que já havia uma sociabilidade nucleada no artesanato do couro e que a imigração alemã para essa região visava, relativamente, a substituir a mão-de-obra escrava por alemã, *modernizando* a indústria manufatureira do couro. Atualmente a região do Vale do Rio dos Sinos destaca-se como pólo coureiro-calçadista.

¹⁶⁴ Esta descrição pode dar uma noção de como era e é o meio rural de Canguçu, município onde predomina o relevo ondulado, com serras e reduzidas planícies, salvo parte da costa do rio Camaquã. Por detrás da descrição do ecossistema do rincão, tem-se a relação com a noção de fortaleza nas lutas militares de defesa do avanço espanhol.

¹⁶⁵ Sobre os limites dos Campos Neutrais, ver Pesavento (1994) e Acandhis (2003).

Bandeira utilizava esse caminho no período entre 1767 e 1778, iniciando em Canguçu e passando por Piratini, Pinheiro Machado e Herval, atingindo Passo Centurion (as margens do rio Jaguarão) e Cerro Largo (atual Melo), ambos em território espanhol (atual Uruguai). Segundo o autor, o forte espanhol de Cerro Largo foi construído em decorrência das invasões portuguesas na região, principalmente do grupo liderado por Pinto Bandeira.¹⁶⁶

Com base nas informações, a região do atual município de Canguçu foi no passado um território de fronteira, inicialmente entre os grupos indígenas *guaranis* e *pampianos* e, no período colonial, entre Portugal e Espanha. Posteriormente, a região também passou por conflitos entre estancieiros sobre os limites de cada sesmaria, essa já é uma disputa local-regional, que conformam as identidades e hierarquias das oligarquias regionais.¹⁶⁷ Tanto que a terra onde está situada a cidade de Canguçu fora motivo de discórdia entre dois estancieiros, resultando ao final na doação das mesmas para a construção de uma capela e iniciando o povoado que originou o município. Percebe-se que as disputas foram parte da história da região, o que pode ajudar a explicar as configurações de cooperação qualificadas pelas conjunturas históricas e os interesses locais que, no imaginário social, passa a ser visto como *impossibilidade* de cooperação. Essa *impossibilidade* de cooperação é, a rigor, uma cooperação tencionada por interesses oligárquicos diferenciados.

Acompanhando as contribuições de Bento, com a transferência da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão do Canguçu para a região do atual município de São Leopoldo, o povoado que existia ao redor da sede foi paulatinamente transferido para a localidade que hoje se encontra a cidade de Canguçu. A mudança do povoado foi motivada, em parte, pela construção de uma capela – atual igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Canguçu.¹⁶⁸ As terras em que foi construída a capela, como a pouco referiu-se, foram doadas pelo Capitão Mor Paulo Rodrigues Prates e por João Francisco Teixeira de Oliveira, após disputa entre os mesmos sobre a quem pertencia o direito de propriedade das terras. Bento (1999) destaca que a questão das terras iniciou em 1793 e estendeu-se até 1800, com a doação à população local, para que nessa área fosse levantada a capela para que ao redor se desenvolve um povoado. Cabe ressaltar que a desistência da posse da terra foi incentivada pelos moradores da região. Entretanto, o símbolo da Igreja (capela) e da religião são utilizados para reduzir as disputas internas – Igreja como mediação entre oligarquias. Conforme Bento (1999, p. 08), por detrás da construção da capela de Nossa Senhora da Conceição também existiam razões estratégicas, barrar possível avanço Espanhol. Esse também foi o caso das capelas de Caçapava e Encruzilhada – prevenir a repetição das invasões de 1763 (D. Pedro Caballos) e de 1773-74 (D. Vertiz e Salcedo).

Bento (1999), delineando o processo inicial de formação do município de Canguçu, ressaltava outros fatores que contribuíram para o surgimento do povoado, como, por exemplo, a crise do ouro em Minas Gerais, o desenvolvimento da pecuária e das charqueadas e a criação e comercialização de mulas para as minas de Cuiabá, Goiás e

¹⁶⁶ As incursões de Rafael Pinto Bandeira às terras espanholas tinha por fim capturar rebanhos de gado (arrear).

¹⁶⁷ Muitas foram as contendas entre estancieiros, fruto da imprecisão dos limites entre as propriedades e da invasão de gado em terras alheias. Bento (1983, p. 47-49) destaca alguns problemas dessa natureza. Adiante Bento (1983, p. 51-52) retoma a questão das disputas de terra, transcreve carta enviada a D. João (provavelmente seja D. João IV), na qual relata a necessidade de um juiz de tombo para tratar dessa questão. Conforme o autor, essa questão era comum, os casais açorianos também tinham problemas relacionados com a posse da terra.

¹⁶⁸ Nossa Senhora da Conceição foi padroeira do Exército Imperial do Brasil, o que demonstra, segundo Bento (1999, p. 09), a influência militar inicial da fundação de Canguçu.

Minas Gerais, e para as lavouras de café no Vale do Paraíba. Além destes, a incorporação dos novos territórios conquistados em 1801, resultando na fixação de famílias à região, atraídas pelo desenvolvimento das charqueadas na região de Pelotas. Bento (1983, p. 24) também destaca, segundo suas palavras, a “(...) apreciável migração de origem açoriana para Canguçu, das localidades arenosas de Estreito, Mostardas, São José do Norte e de Povo Novo,” no período entre 1780 e 1800.

Em pesquisa no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro – 1999), Bento (1999, p. 14-21) localizou o nome e a origem de 63 moradores que contribuíram com doações para a construção da capela. As doações eram em dinheiro ou em gado, demonstrando que as famílias que se estabeleceram na região, em boa parte, eram de estancieiros e, talvez, responsáveis pela indústria do couro e do charque. Sobre a origem, figuram pessoas naturais da vila de Rio Grande e de outras regiões do Rio Grande do Sul (Rio Pardo, Viamão, etc.), Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e de Portugal (Arquipélago dos Açores), configurando uma população de origens e interesses múltiplos da agricultura, da pecuária, do comércio, da indústria, da defesa militar e religiosa. Os açorianos, segundo o autor, chegaram a Canguçu depois de alguns anos no Brasil, principalmente depois das invasões espanholas de 1763 e 1773-74, o que os levou a se dispersar.¹⁶⁹ Conforme o autor, há registros de que em 1795 o local onde está assentada a cidade de Canguçu já era povoado, possivelmente por açorianos.¹⁷⁰ Na lista figuram alguns militares, mas provavelmente a maioria dedicava-se à criação de animais e à agricultura. Essas informações corroboram as apresentadas no capítulo anterior, na qual os contemplados com sesmarias eram militares e caçadores de gado, estes últimos haviam acumulado capital no período em que os rebanhos formavam a reserva da *Vacaria del Mar*.

Canguçu foi resultado da colonização iniciada por açorianos e *brasileiros*, uns ocupando pequenas áreas de terras (datas) e dedicando-se, inicialmente, ao cultivo de produtos para a subsistência e para a comercialização (trigo), outros contemplados com grandes extensões (sesmarias) para a criação de gado. Grosseiramente poderíamos dizer que a sociedade, no início do povoamento, era formada por duas classes proprietárias dos meios de produção – agricultores familiares e estancieiros – e por outras duas desprovidas dos meios de produção – peões e escravos.¹⁷¹ Com os anos, Canguçu passou por uma transformação estrutural significativa, os peões passaram de empregados ou agregados a pequenos proprietários de terras, dedicando-se quase que exclusivamente a pecuária. Bento sinaliza alguns fatores que contribuíram para essa transformação, mas nada específico. Índícios dessa transformação podem ser observados nas entrevistas com agricultores de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia, localidades que eram no período colonial estâncias de famílias que tinham por sobrenome Marques e Maia, respectivamente. Como mencionado anteriormente, a região do Rincão dos Marques era propriedade de estancieiros de sobrenome Marques, estâncias que ocupavam as atuais localidades de Rincão dos Marques, Rincão dos Cravos e parte do município de Cerrito, todos localizados no extremo sul do município de Canguçu. O caso de Rincão dos Maia não é muito diferente, encontramos famílias de

¹⁶⁹ A política de Real Feitorias na região é de 1783-89 e o tratado de Santo Ildefonso é de 1777, isso pode significar que as Real Feitorias visavam a consolidação da fronteira por processos de potencialização do desenvolvimento local.

¹⁷⁰ Bento (1983, p. 36) menciona correspondência entre o Governador de Buenos Aires e o Comandante de Fronteira Manoel Marques de Souza, na qual a região sul do município de Canguçu (bacia do rio Piratini) era povoada por portugueses antes de 1763. Provavelmente já havia sido distribuída sesmaria nessa região, processo que iniciou em 1732.

¹⁷¹ Ainda pode-se destacar uma outra parcela da população que estava associada à manufatura dos artefatos de couro e posteriormente ao charque.

sobrenome Maia, mas esses não sabem quem eram os antigos proprietários da localidade, só sabem que era de “algum Maia”. Partindo do pressuposto que as duas localidades foram propriedade dessas duas famílias e que provavelmente num certo período da história, dessa região, elas tiveram algum destaque como estancieiros, fica a dúvida: o que levou essas famílias a saírem da região, ou ainda como se desintegraram os territórios de domínio desses estancieiros? Para esta pergunta Bento traz algumas sinalizações, entre elas, destacam-se duas. A primeira, salientada anteriormente, refere-se ao período quando o desenvolvimento das charqueadas na região de Pelotas começou a tomar força (final do século XVIII e início do século XIX), levando várias famílias da região de Canguçu a procurarem áreas de campo de melhor qualidade para a criação de gado. O relevo em grande parte do município de Canguçu não favorece à criação de gado, são áreas acidentadas com seqüências de campos e matas (capões), afloramentos de rochas e pastagens naturais de baixa qualidade (campos sujos). No entanto, não se pode descartar a hipótese de que algumas famílias especializaram-se em cultivos agrícolas para abastecer mercados locais que se desenvolveram ao estímulo da manufatura do charque. Outro momento, como argumenta Bento (1983, p. 101-107), foi por ocasião da denominada “Revolução de 93” (1893), tinha como *pano-de-fundo* divergências entre republicanos rio-grandenses, liderados por Julio de Castilhos, e federalistas (antigos liberais e monarquistas), sob o comando de Gaspar Silveira Martins.¹⁷² Resgatando Eduardo Wilhelmy, Bento afirma que a Revolução de 1893 trouxe a Canguçu recessão e retrocesso econômico, consequência do êxodo de tradicionais famílias canguçuenses que deixaram para trás propriedades ao abandono. Naquilo que se refere a uma possível *reconversão* do domínio dos territórios, Rincão dos Marques e Rincão dos Maia, talvez esse abandono tenha gerado condições para que os *moradores* das estâncias abandonadas fossem se *apossando* das terras, que garantidas por direito de posse da lei de 1850 e de sua reafirmação na República, tenham se formado *proprietários* pelo uso da posse. Conforme Bento (1983), essa parte da história de Canguçu é pouco conhecida, Simões Lopes Netto ao escrever, em 1912, o “Histórico de Canguçu” deixa passar em branco esse período da história do município.¹⁷³

Voltando ao século XVIII, Canguçu apresentava algumas estâncias, muitos portugueses já estavam estabelecidos na região. Nessa época, segundo relatos reproduzidos por Bento (1983, p. 47-48), a região era povoada, também, por feras, índios, desertores, ladrões e contrabandistas. A região era esconderijo de escravos em fuga, procuravam a Serra do Tapes pela sua característica acidentada, entremeada de campos e pequenas matas (capões) – um verdadeiro labirinto natural.

Por volta de 1820-22, período da Independência, a vila de Rio Grande incorporava as terras dos atuais municípios de Arroio Grande, Canguçu, Herval do Sul,

¹⁷² A Revolução de 93 (1893) – Revolução Federalista (1893-95) – quebrou a tradição do gaúcho em batalhas, a tradição da *Firmeza e Doçura* – praticada como regra na Revolução Farroupilha (1835-45). De acordo com Bento (1983, p. 103), *Firmeza* pela coragem, bravura e garra no combate. *Doçura* pelo respeito, ao vencido, à religião, à vida, à honra, à família e à propriedade. A Revolução de 93 foi conhecida pelo lema *Firmeza e Amargura*, amargura traduzida pelo costume de degola do adversário, utilizado na Guerra do Paraguai (1865-70) por gaúchos argentinos e uruguaios, estes últimos com participação expressiva na Revolução de 93. Conforme o autor, costume de origem moura – influência árabe discutida por Ornellas (1966) e Holanda (1995).

¹⁷³ Observa-se que Canguçu, no decorrer de sua história, passou por períodos em que parte da população abandona suas propriedades para recomeçar em outro lugar, são exemplos: a) período entre o final do século XVIII e início do século XIX, com a migração para regiões com melhores campos; b) final do século XIX, com o abandono de propriedades em virtude da Revolução de 93; c) nas últimas décadas do século XX, que parte da população rural vai à busca de novas oportunidades de emprego nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Região Metropolitana de Porto Alegre, empurrados pela crise que abateu o meio rural.

Jaguarão, Pedro Osório, Pelotas, Piratini, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul. Do final do século XVIII até a segunda década do século XIX, a então Freguesia de Canguçu, segundo Bento (1983, p. 61-62), formou-se um núcleo de recepção de um processo migratório acentuado. No período da Independência Canguçu era um povoado formado por, aproximadamente, 600 casas, inferior apenas a Pelotas (700 casas) e Rio Grande (680 casas), sua rápida expansão era, entre outros motivos, decorrência da proximidade com as charqueadas que se situavam ao redor da vila de Pelotas e, conforme o autor, pelas concessões de sesmarias de mata. Provavelmente as concessões de sesmarias de mata (menor que a sesmaria de campo) eram em virtude das características da região, não só pelo relevo acidentado e pela vegetação, mas também pela proximidade com Pelotas e pela necessidade de assentar as famílias açorianas.

A proximidade com Pelotas levou Canguçu à *dependência* econômica, cabendo a ela a atividade agrícola para abastecer a população que estava envolvida com a economia charqueadora, e local de produção bovina e de passagem de tropas de gado. A princípio, salienta-se que Canguçu, por conta da instalação da Real Feitoria do Linho Cânhamo do Rincão de Canguçu (1783-89), respondia por uma posição de destaque no cenário regional daquele período, mas que posteriormente, com a transferência da Real Feitoria para as margens do rio dos Sinos, ficou numa posição secundária na hierarquia regional de poderes. A posição geográfica pode responder, relativamente, pelo diferencial de poder entre Pelotas e Canguçu, já que a primeira dispõe de fácil acesso ao mar (via Lagoa dos Patos), favorecendo o desenvolvimento da economia charqueadora. Nesse sentido, o interesse Imperial em Pelotas e Canguçu, diferenciado, bem como as forças oligarcas regionais, também diferenciadas, de Pelotas e Canguçu é que podem ter potencializado o diferencial de poder a favor de Pelotas. Decorrente dessa condição (*dependência*), ao redor de Canguçu começaram a ser instalados pequenos curtumes para tratarem o couro do gado. Em 1857, ano em que foi elevada a vila, Canguçu contava com seis curtumes (talvez um pólo industrial regional manufatureiro de artefatos de couro). Para o curtimento do couro eram utilizadas cascas de árvores da região. A coleta dessas cascas, desempenhada pela população rural, constituiu, em determinado período, significativa fonte de renda. Famílias de agricultores que não dispunham de meios de produção para trabalhar a terra desempenhavam o trabalho extrativo, não só da extração dessas cascas como no corte das matas para a produção de lenha e carvão. Nas entrevistas que realizamos no município, muitos agricultores relataram a prática dessas atividades realizadas até o início da década de 1980.¹⁷⁴

No decorrer da história, o processo de desenvolvimento da vila de Canguçu esteve diretamente vinculado ao de Pelotas, dada a proximidade geopolítica. No início da colonização, os meios de transporte eram precários assim como os caminhos e estradas que havia na região, os comerciantes, para percorrer o trajeto entre Canguçu e Pelotas levavam quase um dia (aproximadamente 55 km). No período das chuvas, os arroios aumentavam o volume de água impedindo a travessia dos animais, nesse caso os viajantes aguardavam o nível da água retornar ao normal para darem prosseguimento à viagem – espera que chegava a levar dias. Como meio de transporte eram usados cavalos e mulas, e o transporte de carga era feito com carroças, carretas e carretinhas.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Nos próximos capítulos voltaremos a abordar a questão da atividade extrativa desempenhada pelos agricultores.

¹⁷⁵ As carretas e carroças eram produzidas por profissionais ou pelos agricultores, um trabalho artesanal, produzidas de toras de madeira de lei. As carretas eram características dos primeiros colonizadores (portugueses), compostas por duas rodas e normalmente puxadas por bois, posteriormente, com a colonização alemã, foram introduzidas carroças de quatro rodas puxadas, originalmente, por cavalos. No decorrer dos anos ocorreram adaptações, utilizavam bois ao invés de cavalos como animal de tração das carroças. Outra transformação foi a variação de carreta para carretinha, está última de menor proporção

Segundo Bento e Mattos (2000, p. 107-109), era transportada para Pelotas boa parte da produção da região, como, por exemplo, a de trigo, couro e lã, e retornavam com mercadorias para abastecer os pequenos estabelecimentos comerciais da região. Nas entrevistas, escutamos relatos de antigos comerciantes, destacando a importância dos carreteiros para a relação comercial entre os produtores rurais e os comerciantes localizados em Pelotas, Canguçu, e nas localidades de Estação Cerrito e Cerro da Buena. Os carroceiros e carreteiros representavam uma categoria profissional, contratados pelos comerciantes e produtores para transportar as mercadorias até o seu destino.

Conforme Bento e Mattos (2000), o caminho que ligava Pelotas a Canguçu era conhecido como Estrada Santo Antônio ou Estrada dos Fojos,¹⁷⁶ utilizada pelos tropeiros que conduziam o gado para as charqueadas de Pelotas, vindos da região das Missões e de Cima da Serra (Vacaria dos Pinhais ou Campos de Vacaria), passando pelos atuais municípios de Caçapava e Santana da Boa Vista. Mais tarde, aproximadamente 1870, começam a explorar uma nova estrada entre as duas vilas, estrada que dispunha melhores condições que o antigo caminho.¹⁷⁷

Retornando ao período que antecede à Proclamação da Independência, início do século XIX, achamos conveniente relatar algumas características de sociedade canguçuense. Bento (1983, p. 52-53) recorre a John Luccock para caracterizar a população de Canguçu. Luccock, em passagem por Rio Grande em 1809, descreve a população: “Eram a maioria das vezes, homens baixos e robustos cuja mestiçagem com o sangue índio se denunciava na barba rala, nos cabelos finos e nos olhos vivos.” Para Bento (1983), muitos desses, descritos por Luccock, poderiam ser oriundos de Canguçu, já que Rio Grande era uma das vilas freqüentadas pelos comerciantes e produtores de Canguçu. Esses traços físicos são comuns à população canguçuense, a miscigenação com o índio e o negro fez parte de um processo de inter-relação de grupos raciais. Inter-relação que tinha no português e no espanhol como superiores – militares, estancieiros, capatazes e comerciantes – no índio, no negro e no mestiço como subalternos – soldados, peões, empregados domésticos e escravos. No final do século XVIII, o índio e o negro eram comuns na região de Pelotas e Canguçu. O índio habitava a região, mas também egresso de outras regiões, principalmente charruas e minuanos pertencentes ao grupo pampiano, atraído pelas charqueadas, trabalhava na *lida* com o gado – nas estâncias, nas tropeadas e nas arreadas. O negro escravo, como mencionado anteriormente, nas estâncias trabalhava em serviços domésticos, na agricultura e, em menor escala, na *lida* com o gado; nas charqueadas trabalhava diretamente na produção do charque, e, no comércio, desempenhava diversas ocupações.

Nesta breve recuperação do período colonial, observamos que questões do passado ainda permanecem nos tempos atuais. Entre elas a *dependência* de Canguçu em relação a Pelotas, seu desenvolvimento, no passado, deu-se em função das charqueadas e das lutas de configurações de domínios territoriais e de oligarquias regionais

para se adaptar a regiões de maior dificuldade de acesso (áreas acidentadas) e principalmente para adequar-se ao menor tamanho dos animais de tração (bois mais jovens). Também utilizados os “faitos” e as *aranhas*, compostos de duas rodas raiadas e puxados por apenas um cavalo, normalmente utilizados para o transporte de uma ou duas pessoas.

¹⁷⁶ Para Bento (1983, p. 38), o caminho que ligava Canguçu a Pelotas era conhecido como Estrada dos Fojos, pelas dificuldades que esse caminho apresentava aos carreteiros e tropeiros. O termo “Fojos”, segundo o autor, como sinônimo de armadilhas, sumidouros de água, valetas estreitas e profundas. No nosso entender, armadilhas não só naturais, também existiam grupos de escravos fugidos e de saqueadores, que atacavam propriedades e viajantes.

¹⁷⁷ Na primeira metade do século XX foi concluída a estrada de ferro que ligava Pelotas a Canguçu, mas chegou a pouco mais de 10 anos de vida útil, em 1961 foi desativada em consequência da subutilização.

(Revolução Farroupilha e de 1893), e, nas últimas décadas, da indústria de doces e conservas. Nos últimos anos, com o crescente aumento no número de produtores de fumo, o município enfrenta uma nova relação de dependência, neste caso com a indústria de tabaco localizada na região dos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. Merece destaque, como outra questão, a estrutura fundiária. Canguçu conta com grandes e pequenas propriedades rurais, resultado das concessões de sesmarias de campo e de mata, respectivamente, e do processo de divisão dos bens por herança. Essas duas questões contribuíram para a formação do município, caracterizando-o como estritamente agrícola e com a maior parte da população vivendo em pequenas propriedades rurais.

2.1.2 Período pós-colonial

No capítulo anterior procuramos destacar alguns fatos relevantes sobre a história rio-grandense do início da colonização até a Proclamação da Independência, privilegiando o período colonial porque, segundo alguns pesquisadores da história rio-grandense, a base para a formação do tipo social gaúcho e, para nós, as suas diferenciações internas e suas hierarquias de poderes estariam dadas até aquele momento. Os elementos étnicos (índio, português, negro e espanhol), até a Proclamação da Independência, já estariam se inter-relacionando no extremo-sul do Rio Grande do Sul. A *economia pastoril*, nas palavras de Freitas (1980), estaria consolidada, formada pelas estâncias de criação de gado e pelas charqueadas.¹⁷⁸ Somente após 1822 que se inicia um novo ciclo colonizador, com a *chegada* dos colonos alemães¹⁷⁹ (1824) e italianos¹⁸⁰ (1875).¹⁸¹ A partir deste momento avançaremos no tempo com o fim de compreendermos o processo de formação da região do entorno de Canguçu, destacando, quando julgarmos conveniente, fatos regionais, nacionais e internacionais para apreendermos as complexas relações locais e globais de inserção do território social de Canguçu.

Em 1824 chegam ao Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes alemães, inicialmente estabelecidos às margens do rio dos Sinos e anos depois (1858) instalados na região do atual município de São Lourenço do Sul.¹⁸² Este último limítrofe a

¹⁷⁸ No nosso entendimento talvez seria melhor requalificar de agropastoril, mesmo na estância. O *agro* no sentido de abastecimento interno da estância e de mercados locais; o *pastoril*, principalmente, para atividades de comércio, transporte e mercados nacionais.

¹⁷⁹ Sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, ver Roche (1969).

¹⁸⁰ Sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul, ver Azevedo (1982), Manfroi (1975) e Frosi e Mioranza (1975).

¹⁸¹ Qualificamos a *chegada* dos colonos alemães e italianos como conjunturas diferentes. A chegada está associada à questão da força de trabalho no Império: as tensões da escravidão e do tráfico negreiro, e as políticas de atração dos movimentos políticos, econômicos e religiosos na Europa (Guerras Napoleônicas) que não só promoveram a *vinda-fuga* da família real para o Brasil, mas também esteve associada às primeiras independências coloniais, dentre as quais a americana e a brasileira. Acordos entre nações dirigiam os fluxos migratórios internacionais. O primeiro surto de migração (o alemão) para o RS se fez em um *ambiente* escravocrata, no qual a nação de origem procura garantir que seus imigrantes não sofram as *condições* da escravidão (tendo havido denúncias internacionais e rompimentos de acordos entre nações). Podemos levantar a hipótese que a Alemanha requeria que seus imigrantes tivessem condições de *moradores-colonos-proprietários*, originando as zonas coloniais gaúchas, distintas, por exemplo, dos *colonos-europeus-parceiros* do café em SP.

¹⁸² Na perspectiva de Pesavento (1994), o desenvolvimento do capitalismo em países europeus, como a Alemanha e a Itália, levou a um período de desequilíbrio social. Parte expressiva da população encontrava-se sem condições de produção (terra) e trabalho. Uma das alternativas foi enviar imigrantes para outros países como o Brasil. Segundo Azevedo (1982), sobre a Itália, a migração foi decorrência, em parte, do regime fundiário feudal que privilegiava pequena parte da sociedade com a maior parte da terra.

Canguçu, que, no passar dos anos, incorpora parte dos imigrantes e descendentes alemães em seus limites. Atualmente boa parte da população do município de Canguçu é de ascendência alemã, tendo localidades com significativa presença de agricultores descendentes de imigrantes alemães.

Conforme Roche (1969), a colônia de São Leopoldo foi estabelecida em terras de propriedade da Coroa, da Real Feitoria do Linho Cânhamo que anteriormente, como argumenta Bento (1983), se situava na atual localidade de Canguçu-Velho. Em março de 1824, o primeiro Presidente da Província recebeu ordem de proceder a liquidação do estabelecimento e de preparar a instalação dos colonos recrutados na Alemanha. Para atrair os colonos, o Governo Brasileiro (Imperial) oferecia condições extremamente favoráveis: os colonos viajariam com as despesas pagas pelo Governo Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam de liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160.000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, cavalos, vacas, bois, etc.; durante o primeiro ano receberiam ajuda financeira, seriam isentos de impostos pelo prazo de dez anos, entre outras vantagens.

Em 1825 inicia a mobilização brasileira para a Guerra de Cisplatina que novamente faz do Sul do Rio Grande do Sul o cenário para mais um conflito. Roche (1969, p. 16) destaca os alemães (voluntários e mercenários) que compunham as tropas brasileiras, muitos desses recrutados na colônia recém-criada de São Leopoldo. No relato de Avé-Lallemant (1980), que percorreu o Rio Grande do Sul em 1858, encontra-se referência a alemães na região da fronteira, provavelmente alguns remanescentes da Guerra de Cisplatina. Segundo Bento (1983), durante esse período, a região de Canguçu e Piratini foi visitada por tropas inimigas; com o término do conflito (1828) e a desmobilização das tropas, muitos militares radicaram-se nas freguesias de Pelotas (São Francisco de Paula), Canguçu e Piratini. A formação da sociedade canguçuense parece ter sido influenciada pelos inúmeros conflitos que usaram como cenário a Campanha rio-grandense. Conforme Bento (1983), ao retomar a calmaria (períodos de paz), muitos integrantes das tropas, de ambos os lados, fixaram-se nas proximidades de Canguçu. Essas migrações decorrentes das guerras também foram referenciadas pelo autor na disputa entre os ditadores Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina) – 1848-1851, na ocasião muitos brasileiros e uruguaios estabeleceram-se em Canguçu, famílias que ainda hoje se encontram no município.¹⁸³

Durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), Canguçu, conhecido reduto farrapo, fornecera suprimentos e refugio para as tropas farroupilhas. De acordo com Bento (1983, p. 75-76), os farroupilhas abasteciam-se de trigo, milho e erva-mate. O trigo e o milho eram levados a moinhos da região para serem transformados em farinha para alimentar os militares. Em Canguçu havia um curtume, que confeccionava equipamentos usados nos arreios dos cavalos, denominado de “Fábrica Nacional de Curtumes e Lombinhos”. Os farroupilhas, após algumas incursões, retornavam à região de Canguçu para repor cavalos e soldados, esses últimos representados por escravos, muitos desses integraram os corpos de Lanceiros Farroupilhas (Lanceiros Negros), incentivados a integrar as tropas farroupilhas em troca da liberdade. Canguçu, como reportado anteriormente, foi utilizado em vários momentos da história como lugar de refúgio, o terreno montanhoso e pedregoso era procurado como proteção por escravos fugidos das charqueadas e estâncias e pelos farroupilhas.

¹⁸³ Conforme Pesavento (1994), o tratado assinado em 1851, que assinalou a derrota de Oribe, favoreceu as charqueadas rio-grandenses, desonerando de impostos o gado uruaio, ao entrar no Brasil, e taxando a importação do charque platino. Esse tratado levou à redução dos custos com matéria-prima (gado) e restringiu a concorrência (imposto de importação sobre o charque), proporcionando relativas condições de crescimento para as charqueadas rio-grandenses.

Em 1858 o comerciante J. Rheingantz funda a colônia alemã de São Lourenço do Sul, próxima de Pelotas e Canguçu. Os alemães estabelecidos em São Lourenço do Sul pouco a pouco vão avançando sobre o município de Canguçu, ocupando inicialmente o norte até alcançarem a região central, próxima à cidade. Processo lento de expansão agrícola, subindo a Serra do Sudeste e transformando-a em área colonial típica de colonização alemã. Segundo Bento (1983), os alemães haviam estado na região da Serra do Sudeste durante a Revolução Farroupilha, integravam uma companhia das tropas imperiais formada por soldados recrutados na colônia de São Leopoldo.

De acordo com Roche (1969, p. 179), a colônia de São Lourenço do Sul representa “(...) uma ilha agrícola numa mancha florestal, no meio de uma zona luso-brasileira de pecuária, na planície.” São Lourenço do Sul está localizada às margens da Lagoa dos Patos, facilitando a comunicação, através da navegação, com Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre.¹⁸⁴ Graças à facilidade de comunicação, São Lourenço do Sul destacou-se como entreposto e mercado,¹⁸⁵ alguns anos depois perde a vitalidade econômica com o recuo da pequena navegação que percorria o trecho São Leopoldo, Porto Alegre, São Lourenço do Sul, Pelotas e Rio Grande.

No último quarto do século XIX, Canguçu eram uma vila com 1.800 habitantes, dependente de Pelotas (18.000 habitantes), a qual enfrentava dificuldades de concorrência com o charque platino. Como postula Pesavento (1994), os estabelecimentos “saladeiris” uruguaios, que a partir da década de 1860, passaram a incorporar uma série de inovações, como mão-de-obra assalariada, intensificação na divisão social do trabalho (especialização), uso de máquinas a vapor, etc. além de intensificar o aproveitamento do boi com a obtenção de uma série de subprodutos, melhorias sanitárias, aparelhamento dos portos, construção da malha férrea e aumento na propaganda na Europa. Com essas mudanças, o charque platino, com preço inferior ao rio-grandense, conquistou importante parcela do mercado interno brasileiro.¹⁸⁶ A perda de mercado, segundo a aristocracia charqueadora rio-grandense, dava-se pela falta de mão-de-obra¹⁸⁷ (negros) e pela dominação política do centro do país.¹⁸⁸ Dada tal situação, a abolição da escravatura no Rio Grande do Sul deu-se quatro anos antes (1884), objetivando o aumento de mão-de-obra e redução nos custos de produção, repassando os gastos de manutenção da mão-de-obra para o próprio liberto.

Paralelamente, a economia charqueadora começava a desenvolver a agricultura comercial de gêneros de subsistência para abastecer os principais centros urbanos, como, por exemplo, a colônia alemã de São Leopoldo que fornecia produtos agrícolas para Porto Alegre. Com a consolidação do mercado rio-grandense os produtos agrícolas passaram a ser exportados para o centro do país, abastecendo principalmente a região produtora de café. Segundo Roche (1969) e Pesavento (1994), os gêneros agrícolas

¹⁸⁴ Negócios da navegação regional e o deslocamento relativo de Canguçu nas comunicações entre Pelotas e Rio Grande em lombo de animais (tração animal), bem como a construção nuclear de uma comunicação em triângulo, com pólo em São Lourenço do Sul, entre Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, levando as raízes da futura, mas não prevista àquela época, hegemonia econômica do Norte sobre o Sul.

¹⁸⁵ Resgatando Michel Mulhall (inglês que percorreu o Rio Grande do Sul em 1871), Bento (1980, p. 94-95) destaca a importância de São Lourenço como fornecedora de cereais e legumes para os mercados de Pelotas e Rio Grande.

¹⁸⁶ Nesse período, as lavouras de café no centro do país, baseadas na exploração da mão-de-obra do imigrante europeu, estavam em pleno desenvolvimento.

¹⁸⁷ Com a extinção do tráfico negreiro em 1850 (lei Euzébio de Queiroz), houve uma regressão acentuada na oferta de mão-de-obra escrava.

¹⁸⁸ Tensionamento de uma questão regional *nacional*. Pressupõem uma mudança no pólo hegemônico da acumulação pecuária-charque, com a perda de poder relativo dos estancieiros pecuaristas frente aos *aristocratas charqueadores*.

exportados eram o milho, feijão, batata, mandioca e trigo, além do toucinho e da banha que dispunham de alto valor em virtude das dificuldades de transporte da época.¹⁸⁹

A situação de Canguçu, nesse contexto, não era das melhores. A economia charqueadora pelotense encontrava-se em crise, conseqüentemente, ocasionando reflexos na economia local de Canguçu. Como Canguçu tinha (ainda tem) sua economia local dependente de Pelotas, os setores ligados às charqueadas logo apresentaram sinais da crise. Concomitantemente, Canguçu desenvolvera a agricultura de subsistência, provavelmente por açorianos, que comercializava o excedente nos centros urbanos de Pelotas e Rio Grande. Com a instalação e o desenvolvimento da colônia alemã de São Lourenço do Sul (1857), Canguçu passou a sofrer forte concorrência dos produtos agrícolas dessa colônia. São Lourenço do Sul abastecia Pelotas e Rio Grande com sua agricultura diversificada, favorecida pela facilidade de transporte via Lagoa dos Patos. Dentre os produtos agrícolas, São Lourenço destacou-se, neste período, pela produção de batata, enviada para outras regiões do país.

Em 1875 dá-se início a colonização italiana no Rio Grande do Sul, localizando-se na região próxima aos atuais municípios de Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul e Garibaldi. Os italianos receberam áreas de terra de aproximadamente 25ha, menores que as recebidas pelos alemães (77ha), localizadas em regiões de encosta. Conforme Pesavento (1994), os italianos chegam ao Rio Grande do Sul em situação de desvantagem. Os alemães, chegados na primeira metade do século XIX, estavam estabelecidos e com a estrutura de comercialização para a produção agrícola consolidada. Os italianos teriam que enfrentar a concorrência dos alemães e depender desses para a comercialização de seus produtos. Sobre os italianos em Canguçu tem-se poucas informações, sabe-se que há algumas localidades rurais que apresentam número expressivo de descendentes. Encontramos algumas famílias dispersas no interior do município que perderam parte da cultura italiana e incorporaram a gaúcha. Nas localidades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia, encontramos descendentes de italianos, poucos e dispersos, mas que ainda conseguem guardar algumas características da cultura italiana, seja na diversificação da produção agrícola ou nos traços da personalidade, como diz Azevedo (1982, p. 212): “(...) diferente do caboclo, do caipira, do roceiro, do peão de estância, o *colono*, como até agora vimos, tem uma tradição diversa e um relacionamento próprio com o meio e com a sociedade nacional.”

Entre 1893 e 1895, o Rio Grande do Sul é palco de um novo embate – a Revolução Federalista –, que se destacou pelos atos de violência, tendo na degola a forma preferida de execução.¹⁹⁰ Como mencionado anteriormente, nesse período muitas famílias abandonaram a região de Canguçu em temor as repercussões da revolução.¹⁹¹ Canguçu era freqüentemente visitada por tropas que se dirigiam para as regiões de conflito, segundo Bento (1983, p. 106), onde muitos canguçuenses e piratinienses foram vitimados em decorrência das disputas entre republicanos e federalistas.

Bento (1983) traz as contribuições de Eduardo Wilhelmy, publicadas em 1905 no trabalho intitulado “Vila de Canguçu – Descrição Geográfica”, para demonstrar as condições econômicas de Canguçu após a Revolução Federalista. Wilhelmy, apud Bento (1983), na comparação entre a Canguçu de 1869 e a de 1905, destaca: “De todas estas famílias muito poucas restam morando aqui. Vários chefes já morreram e outros se

¹⁸⁹ Furtado (1982) destaca o dinamismo da economia rio-grandense na segunda metade do século XIX, reintegrando a pecuária à economia brasileira.

¹⁹⁰ Sobre a Revolução Federalista, ver Pesavento (1994).

¹⁹¹ O êxodo de parte da população de Canguçu pode ser dimensionado com a comparação de alguns dados. Segundo Bento (1983, p. 94,110), em 1871 a vila de Canguçu tinha aproximadamente 2.500 habitantes, passados 37 anos (1908), a população residente no vilarejo era de apenas 1.200 pessoas.

mudaram para o Uruguai e Pelotas.” Nesse período, final do século XIX e início do século XX, outro fator também poderia estar relacionado com a transferência de inúmeras famílias de Canguçu – crise no setor agropecuário. Economia dependente de Pelotas, sendo esta vinculada estritamente à pecuária, Canguçu sentiu os reflexos da crise no setor agropecuário, levando parte da população e do capital migrar para outras regiões em que a economia estivesse menos vulnerável.

Pesavento (1994) destaca, além da concorrência do charque platino, outros fatores que concorreram para o agravamento da situação econômica do Rio Grande do Sul, principalmente vinculados às charqueadas: a) a criação de gado no Rio Grande do Sul continuava a desenvolver-se no modelo extensivo, aumento da produção pelo aumento de terra e gado; b) falta de atenção para o melhoramento genético do rebanho; c) má qualidade do charque gaúcho, falta de higiene e tecnologia; d) o processo de cercamento dos campos estava incompleto; e) crise de superprodução do café; f) acirramento da concorrência interna; g) elevação dos custos (taxas elevadas sobre a importação do sal de Cádiz e o elevado preço do transporte ferroviário e marítimo); e h) baixo poder aquisitivo da população urbana. Como a economia rio-grandense era dependente do mercado consumidor do centro do país, a crise do café trouxe efeitos negativos aos charqueadores e pecuaristas. Corroborando a crise do café, o charque era consumido pelas camadas populares, representada, em parte, por escravos libertos, sensíveis a qualquer elevação de preço. Outro elemento, com a crise do café, alguns estados voltaram-se para a economia de subsistência como, por exemplo, Minas Gerais, acirrando a concorrência interna. Fatores que, de alguma forma, influenciaram no êxodo de famílias canguçuenses para outras regiões.¹⁹² Como destacamos no decorrer deste trabalho, o êxodo de famílias canguçuenses pode ter ocasionado o possível abandono das terras em que atualmente se encontram as localidades do Rincão dos Marques e Rincão dos Maia e desencadeado processos de *apossamento*.

A análise de Pesavento (1994) sobre a crise no setor agropecuário no final do século XIX e início do século XX destaca aspectos positivos. O acirramento da concorrência pelos mercados, os lucros reduzidos, a exploração dos estancieiros pelos charqueadores, entre outros fatores, levaram os criadores rio-grandenses a fundarem em 1912 a União dos Criadores. Entidade preocupada com a modernização da pecuária gaúcha, esforço que resultou no aumento da produção e do aproveitamento integral do rebanho. Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914), a pecuária rio-grandense ampliou seu mercado, o que chamou a atenção de empresas frigoríficas estrangeiras que já estavam presentes na região do Prata. A partir de 1917, algumas empresas norte-americanas estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, em Santana do Livramento (Armour e Wilson) e Rio Grande (Swift). A União dos Criadores instalou em Pelotas, após a fixação das empresas estrangeiras, o Frigorífico Rio-Grandense, formado por capital local (provavelmente, boa parte, originário do charque), projeto que já estava proposto desde a fundação da entidade (1912).

Pesavento (1994, p. 75) destaca ainda que, com o advento da Primeira Guerra Mundial, verificou-se o aumento das plantações de arroz no Rio Grande do Sul, impulsionado pela elevação dos preços. A Guerra também possibilitou a entrada do arroz brasileiro no mercado argentino e uruguaio, países impossibilitados de receberem o produto italiano. Por outro lado, o Brasil comprava da Argentina e Uruguai grandes quantidades de trigo. Adiante, nos primeiros anos da década de 1920, o arroz toma novo fôlego e passa a figurar como o terceiro produto na pauta de exportação do Rio Grande

¹⁹² Cabe lembrar que a venda das terras de antigos estancieiros permitiu a realização do valor da terra, que mudam de forma passando, a *capital dinheiro*, o que poderia viabilizar uma nova localização econômica, por exemplo urbano-industrial, dos descendentes.

do Sul, mas logo depois o volume exportado para o Prata reduz em virtude da concorrência com o produto paulista e o italiano. A crise do arroz teve seu ápice com a excelente safra de 1926, provocando a queda do preço no mercado.

O término da Primeira Guerra Mundial (1918) trouxe à pecuária rio-grandense mais um período difícil. De acordo com Pesavento (1994), no início da década de 1920, sob efeito da diminuição da demanda européia, os frigoríficos do Rio Grande do Sul foram obrigados a reduzir a produção e os preços, dando início a nova crise na pecuária. Antecipando-se ao Brasil, o Prata retomou a produção de charque em larga escala, ocupando o mercado interno brasileiro e o cubano, dificultando a entrada do charque gaúcho no mercado. Para agravar a crise, o governo retirou dos bancos os saldos do Tesouro, obrigando as casas bancárias a exigirem o pagamento, num prazo de 90 dias, dos empréstimos tomados, no período da Primeira Guerra Mundial, pelos criadores de gado. Além disso, o governo central privilegiou o principal produto exportador, jogando sobre a nação, por imposição do grupo cafeicultor, o ônus da política de sustentação do café.

Prosseguindo na reconstituição da história de Canguçu, Bento (1983) cita alguns dados que podem auxiliar a conhecer um pouco mais Canguçu e o seu entorno. Com as poucas informações que o autor fornece podemos tentar compreender o processo que se deu nas primeiras décadas do século XX. Comparando os anos de 1908 e 1938, a população de Canguçu passou de 25.000 para 60.000 habitantes, os rebanhos bovino e equino permaneceram estáveis (150.000 cabeças de gado e 30.000 de equinos), o rebanho ovino aumentou de 10.000 para 30.000 cabeças, o suíno teve uma pequena queda (de 25.000 para 20.000 cabeças), o rebanho muar reduziu de 6.000 para 2.000 exemplares. Comparando esses dados com os acontecimentos descritos nos parágrafos anteriores, podemos fazer algumas inferências. No intervalo de 30 anos a população de Canguçu mais que dobrou, provavelmente resultado da migração interna, principalmente, dos descendentes de alemães;¹⁹³ entretanto, não pode-se descartar um possível contingente de *escravos libertos* e a possível destruição das relações de parceria *agrícola* (o morador cativo) no interior das estâncias, além dos *desempregados* em geral, oriundos da crise do final do século XIX e início do século XX. No Rio Grande do Sul, de um modo geral, as colônias implantadas entre 1824 e 1890 (colônias velhas) enfrentavam uma série de problemas que levou à crise no início do século XX. Segundo Pesavento (1994), além da concorrência das até então zonas cafeeiras,¹⁹⁴ a agricultura colonial enfrentava outros dois problemas: o fracionamento da terra e o esgotamento do solo (técnicas rudimentares). Esses problemas contribuíram para a expansão da fronteira agrícola gaúcha, verificando-se o processo de migração interna dos descendentes para novas áreas. Canguçu foi objeto dessa expansão, esse processo também foi verificado na colônia de São Lourenço do Sul, levando os descendentes dos primeiros imigrantes a subirem a Serra do Sudeste, podendo explicar parte do aumento da população. Conforme os dados apresentados por Bento (1983, p.128), em 1938, a população urbana era de apenas 5% do total, demonstrando que o aumento da população

¹⁹³ Do início do século XIX até a segunda década do século XX, pode-se identificar dois períodos em que o governo incentivou a colonização no Rio Grande do Sul. O primeiro período inicia-se em 1824 e vai até 1890, no qual foram implantadas as chamadas *Colônias Velhas* – próximas a Porto Alegre. O segundo período compreende o intervalo de tempo entre 1890 e 1920, período da instalação das denominadas *Colônias Novas*.

¹⁹⁴ Dada a crise do café, passaram a desenvolver a economia de subsistência, ocupando boa parte do mercado que era abastecido pela agricultura colonial gaúcha praticada pelos imigrantes alemães e italianos.

rural foi mais acentuado que da urbana, o que comprova a expansão da colônia alemã de São Lourenço do Sul em direção ao município de Canguçu.¹⁹⁵

Ainda sobre os dados apresentados por Bento (1983, p. 128), observa-se a estabilização dos rebanhos bovino e equino, sinalizando que a crise da pecuária rio-grandense também apresentava reflexos em Canguçu. Sobre o rebanho muar, a descentralização dos mercados compradores de gado, resultado do surgimento dos frigoríficos em diferentes regiões, e a crise na pecuária, ajudam a entender a redução no número de mulas na região. Esse animal era comercializado para a região central do país, inicialmente para a região mineradora e posteriormente para a cafeicultura, explorações que, no início do século XX, encontravam-se em decadência ou em crise, reduzindo a demanda por esse meio de transporte. Além disto, o desenvolvimento das estradas férreas foi relevante no processo de substituição dos muares.

Processo parecido ao descrito sobre o fracionamento das terras nas colônias alemãs foi observado na região característica de pecuária em Canguçu, talvez numa velocidade inferior. A família dos descendentes de portugueses, índios, espanhóis e negros era menos numerosa, não alcançava o número de filhos da família alemã ou italiana.¹⁹⁶ A dimensão das propriedades dos descendentes de português, índios, espanhóis e negros era maior, remanescentes das primeiras estâncias (sesmarias), mas com os anos foi reduzindo até se aproximar as das propriedades dos colonos alemães. Atualmente Canguçu tem como um dos principais elementos de sua caracterização o elevado número de pequenas propriedades rurais, salvo nas regiões planas onde a pecuária e a agricultura são exploradas em escalas maiores.

O fracionamento, por herança, das propriedades dos descendentes de portugueses, índios, espanhóis e negros contribuiu para o agravamento da situação econômica dessas famílias. Acostumadas, por gerações, ao mesmo sistema produtivo, tiveram dificuldades em adaptar-se à restrição dos meios de produção (área, rebanho, etc.). A atividade produtiva dessas famílias era a pecuária, realizada aos moldes do período colonial (crescimento natural dos rebanhos), sem a utilização de técnicas modernas e a preocupação do melhoramento genético dos rebanhos. Talvez a elevação no número de cabeças do rebanho ovino (10.000 em 1908 para 30.000 em 1938) tenha alguma relação não só com a crise da pecuária bovina, mas também com a estrutura fundiária que estava se consolidando na região da Serra do Sudeste – pequenas propriedades. Entre 1908 e 1912, a lã, de acordo com os dados apresentados por Pesavento (1994, p. 73), figurava entre os principais produtos de exportação. A ovelha, por ser um animal menor que o gado, adequava-se melhor a propriedades de menor tamanho (maior número de cabeças por hectare, em comparação com o bovino) e de geografia acidentada, além de produzir um produto que não exigia a redução do rebanho, configurando-se como uma opção para enfrentar a crise na pecuária e as restrições dos meios de produção.¹⁹⁷

Retomando a linha dos acontecimentos históricos, o Rio Grande do Sul, segundo Pesavento (1994), vivenciou dois momentos de expansão do processo de industrialização. O primeiro, por volta de 1890, com o desenvolvimento das indústrias de conservas, têxteis, banha, vinho, cerveja e calçados, produção direcionada para o

¹⁹⁵ A expansão da colônia alemã de São Lourenço também pode ser observada nas informações que Bento (1983, p. 128) destaca sobre a produção agrícola, salientando a produção de batata, trigo, milho, feijão e fumo, produtos característicos da agricultura colonial do início do século XX.

¹⁹⁶ Entendemos por família de descendentes de portugueses, índios, espanhóis e negros, a família que tenha na sua formação a miscigenação destas etnias ou que seja formada exclusivamente por uma delas.

¹⁹⁷ Atualmente, na região de Canguçu, encontram-se artesanato confeccionado com a lã de ovelha, peças de vestuário. Há também na região da Campanha gaúcha iniciativas de produção de queijos especiais com o leite de ovelha.

mercado local. O segundo momento, na década de 1920, caracterizou-se pela diversificação dos produtos industrializados e pela concentração geográfica (Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Caxias do Sul e região do Vale do Rio dos Sinos). A industrialização do Rio Grande do Sul não contou com apoio do governo, visto que ela desempenhava papel secundário num estado em que o poder estava nas mãos dos pecuaristas. Conforme Pesavento (1994), a pecuária rio-grandense não gerou reserva de capital para fomentar o processo de industrialização, como foi o caso do café no centro do país.¹⁹⁸

No final da década de 1920, com Getúlio Vargas no poder (1928), a pecuária tomou novo fôlego, em virtude de uma política, como destaca Pesavento (1994, p. 89), “(...) orientada para o atendimento direto e imediato dos interesses dos produtores estaduais – (...) para a salvação da pecuária gaúcha.” Como ações, criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, favorecendo os pecuaristas com empréstimos de longo prazo e juros baixo, além de reduzir tarifas do transporte ferroviário, combater o contrabando de charque pelo Uruguai e apoiar a idéia de criação do frigorífico nacional.

Na década de 1930, Nova República, o governo brasileiro estava interessado em promover a integração dos mercados regionais e diversificar a estrutura produtiva do país – dinamizando o mercado interno: substituição das importações.¹⁹⁹ No Rio Grande do Sul, conforme Pesavento (1994), o principal produto exportador, apesar das oscilações de preço, continuava sendo o charque, produzido também pelos frigoríficos estrangeiros instalados no Estado nas décadas passadas.²⁰⁰ Entretanto, a agricultura tomava espaço na economia rio-grandense, com destaque para o arroz, o trigo, a cebola, o milho e as frutas de sobremesa.

Nesse período, o eixo Rio Grande–Pelotas contava com um incipiente processo de industrialização. Nos arredores de Pelotas encontravam-se pequenas propriedades rurais de descendentes de imigrantes portugueses (açorianos) que cultivavam diversos tipos de frutas, legumes e cereais. Essa agricultura diversificada propiciou o surgimento de pequenas indústrias familiares, produzindo doces e conservas que eram comercializados no Estado.²⁰¹

No final da década de 1930, mais precisamente 1938, figuravam entre os principais produtos agrícolas, cultivados pelos agricultores de Canguçu, a batata, o trigo, o milho, o feijão, o alpiste, o fumo, o píreto e a casca.²⁰² A pequena indústria instalada no município contava com três torrefações de café, quatro fábricas de manteiga, duas fábricas de conservas, três beneficiadoras de fumo, 15 moinhos de grãos, uma fábrica de inseticida para mosquitos (que utilizava o píreto como matéria-prima), entre outras. Observa-se que nas informações de Bento (1983, p. 128) não há indicação da existência de curtumes no ano de 1938, provavelmente a crise que se abateu sobre as charqueadas (concorrência com o produto do Prata e a instalação de frigoríficos

¹⁹⁸ Talvez grande parte do excedente de capital associado a essa industrialização regional tenha vindo pela migração direta do capital *colonial* para a indústria; no entanto, não se descarta que parte do capital que fomentou o processo de industrialização tenha vindo da comercialização de terras (fracionamento) e quem sabe do setor charqueador, principalmente de Pelotas e Rio Grande.

¹⁹⁹ Sobre a preponderância do setor ligado ao mercado interno, ver Furtado (1982).

²⁰⁰ Em 1930, finda a chamada República Velha (1889-1930), período que se caracterizou pelo crescimento urbano, o desenvolvimento da indústria de pequena escala, dos serviços públicos e do sistema bancário. No Rio Grande do Sul, nesse período, segundo Schmidt e Herrlein Jr. (2002), a economia rio-grandense estava voltada para o mercado interno, principalmente com o desdobramento da produção agropecuária e agroindustrial nas regiões coloniais e da produção industrial em Porto Alegre.

²⁰¹ Com forte influência da cultura portuguesa, Pelotas destacou-se nacionalmente pela produção de doces artesanais.

²⁰² O produto *casca* refere à casca de uma árvore nativa (denominada popularmente de *aroeirinha*) utilizada no curtimento do couro.

estrangeiros no Estado) tenha ocasionado o fechamento dos curtumes. A produção de *casca*, para curtir o couro, era comercializada em outras regiões, possivelmente nos curtumes instalados nas proximidades da cidade de Pelotas.

Para Schmidt e Herrlein Jr. (2002), a década de 1940 seguia no mesmo caminho que a anterior, com a ampliação do mercado interno nacional, permitindo que os setores produtivos regionais gaúchos continuassem resguardados das pressões concorrenciais. Entretanto, Pesavento (1994) destaca a crise nas regiões coloniais e de pecuária, consequência da escassez de terra e do esgotamento do solo, e do completo cercamento dos campos e de novos métodos de criação, respectivamente.²⁰³ Nas duas regiões, o processo de êxodo rural vinha crescendo desde a década anterior. Na região colonial, as famílias eram numerosas e a terra pouca, por critérios específicos de cada família, a herança (terra) era entregue ao primogênito ou dividida entre os filhos (na maioria das vezes privilegiando os homens). A exclusão na divisão da herança ou as restrições produtivas em decorrência do tamanho da terra e da qualidade do solo aceleraram a saída do campo em direção aos centros urbanos ou para Santa Catarina e Paraná, estados onde ainda havia disponibilidade de terras.

Na Campanha, os peões de estância, muitas vezes, não recebiam salários fixos e pagamento mensal; moradia e uso da terra para a produção de alimentos para a subsistência da família eram incorporados ao salário.²⁰⁴ A baixa remuneração e a falta de perspectiva estimularam as famílias a procurarem melhores condições de vida nas cidades. A indústria desenvolvia a passos lentos, tendo na transformação dos gêneros agropecuários sua produção, como, por exemplo, o vinho, a banha, as conservas e os tecidos de lã. Sem condições de absorver a mão-de-obra excedente, as famílias de colonos e de peões, que não dispunham de qualificação profissional para trabalharem na cidade, alojavam-se nas vilas periféricas e sobreviviam em subempregos.

Na década de 1950 as economias regionais demonstram sinais de crise, explicitando os limites do padrão regional de acumulação. Para Schmidt e Herrlein Jr. (2002), trata-se de uma crise especificamente regional, a economia brasileira, com o Plano de Metas (1955-59), muda suas características, instalando novos setores industriais concentrados na região sudeste.²⁰⁵

A crise da economia gaúcha era reflexo da integração do mercado nacional com novas áreas agrícolas (Paraná e Centro-Oeste) que dispunham de melhor produtividade e localização, além da concorrência dos produtos industriais de São Paulo, que penetravam rapidamente no mercado regional com melhores condições frente aos produtores gaúchos. Conforme Schmidt e Herrlein Jr. (2002, p. 267), “(...) a crise da economia regional nos anos 50 deixou marcas profundas na ‘auto-imagem’ da sociedade regional.” Os autores remetem aos historiadores Sandra Pesavento, Décio Freitas e Nelson Werneck Sodré para exemplificar os impactos que a crise da economia

²⁰³ Alonso e Bandeira (1990), sobre a redução no uso de mão-de-obra na atividade de pecuária, argumentam que medidas simples, como a introdução de cercas para separar as propriedades e para subdividi-las internamente em poteiros e o uso de bretes, facilitaram o manejo do gado, diminuindo a necessidade de mão-de-obra para a *lida* do gado.

²⁰⁴ Conforme Moreira (1999, p. 152), ao discutir parceria e os negócios do coronel, a *produção de subsistência* não era só para autoconsumo da família do parceiro trabalhador (no nosso caso, do *peão-parceiro*); tinha, além da *parte* do fazendeiro, a possível venda de uma parcela da *parte* do parceiro trabalhador nos mercados locais.

²⁰⁵ Paul Singer (1968), apud Pesavento (1994, p. 122), apresenta uma tabela sobre a participação percentual dos estados na produção industrial brasileira no período de 1907 a 1958. Nesta tabela observa-se a queda na participação do Rio de Janeiro (de 33,1%, em 1907, para 11,2%, em 1958) e do Rio Grande do Sul (de 14,9%, em 1907, para 8,1%, em 1958) e a rápida elevação na participação de São Paulo (de 16,5%, em 1907, para 53,2%, em 1958).

regional da década de 1950 causou na *psique* da sociedade rio-grandense. Pesavento, Freitas e Sodré, apud Schmidt e Herrlein Jr. (2002, p. 267), referem à década de 1950 como a “grande frustração histórica”, o “desfalecido orgulho gaúcho”, e o “empobrecimento do Rio Grande”, respectivamente. Todos eles trazem como fundo de suas reflexões a posição periférica que o Rio Grande do Sul assumiu em relação ao centro do país, posição, segundo os autores, que abalou os traços sociais, políticos e morais que a sociedade rio-grandense construiu no decorrer de sua história. No nosso entendimento, traços da personalidade rio-grandense construídos e válidos (ou acionados) somente nos períodos de conflitos, principalmente nas guerras, ou em momentos de exaltação dos feitos. Como tratado no capítulo anterior, a personalidade do gaúcho foi forjada, boa parte, nas disputas de território ou de interesse econômico ou político, destacando-se a solidariedade e a coesão da população rio-grandense; mas, findando os conflitos, a desagregação tomava sua posição nas relações sociais. A *solidariedade nos conflitos* e a *desagregação* em outros períodos compunham parte da personalidade do gaúcho, a primeira pela necessidade de união em momentos de ameaça e a segunda produzida pelo ambiente social e geográfico que constituía a região sul do Estado (por exemplo, o distanciamento físico produzido pela estrutura fundiária predominante na Campanha e o sentimento de solidão que o pampa enseja no ser humano). Creditar a um determinado período e a uma porção da sociedade pode ser um exercício de simplificação da história, outros fatores estavam em jogo, mesmo antes das ações de governo (como no caso do Plano de Metas), e boa parte da população rio-grandense (as camadas de menor poder econômico e político – subalternos) não tinham muito a perder (esperança, orgulho ou bens materiais).²⁰⁶

Continuando a discussão sobre a década de 1950 no Rio Grande do Sul, Pesavento (1994) assinala que os frigoríficos nacionais estavam restritos ao mercado interno, por não atingir o padrão de qualidade exigido pelo mercado internacional, qualidade que era alcançada pelas empresas estrangeiras. Os frigoríficos estrangeiros, pelo elevado volume da produção, mantinham o controle do mercado, criando tensões para rebaixar o preço da carne.²⁰⁷ Dada a conjuntura, muitos pecuaristas e charqueadores foram à falência, sem condições de honrar as dívidas junto às instituições financeiras, repassando as propriedades aos bancos e logo depois arrematadas por outros grandes fazendeiros, acentuando o processo de concentração da propriedade da terra. Na lavoura, o trigo começava a despontar, principalmente nas regiões serranas, cultivado nas pequenas e médias propriedades. A exemplo do arroz, o trigo era largamente plantado em áreas arrendadas, elevando o preço da terra e dos arrendamentos.

A agricultura colonial continuava no mesmo estado da década anterior, produtividade limitada pelo padrão tecnológico e pelos preços baixos,²⁰⁸ empurrando parte da população para outros estados.²⁰⁹ A região de Pelotas vivia dois momentos distintos, o primeiro, salientado há pouco, refere à crise das charqueadas, e o segundo à

²⁰⁶ O período Vargas requalifica positivamente o *gaúcho brasileiro*. Getúlio Vargas – gaúcho – representava, de certa forma, o *pai* da Nação. A perda desse poder pode ser visto como crise. A própria noção de crise regional deve ser questionada, pois pode estar referida à representação das lutas de poder entre as hegemonias regionais no plano nacional.

²⁰⁷ Com o preço do gado em baixa, restava ao pecuarista o aumento da produtividade, essa alcançada pela introdução de novos métodos como, por exemplo, formação de pastagens artificiais, vacinas, banheiros, carrapaticidas e melhoramento genético com a introdução de reprodutores importados.

²⁰⁸ Entende-se que a dinâmica e a lógica da *agricultura familiar*, de um lado, não é capitalista e, de outro lado, estava associada historicamente aos mercados locais e regionais.

²⁰⁹ Na década de 1950, conforme Pesavento (1994), o Rio Grande do Sul destacou-se pelo número de emigrantes que forneceu para outros estados, contribuindo para a expansão da fronteira agrícola em outras regiões do país.

expansão do setor de conservas vegetais. As charqueadas, como sabemos, vinculadas às estâncias de criação de gado, e as indústrias de conservas às pequenas propriedades rurais fornecedoras de insumos.

Segundo Scherer e Silveira (1998), a indústria de conservas vegetais de Pelotas ocupa posição importante na indústria alimentar do Rio Grande do Sul, ganhando expressão a partir da década de 1950 com o desenvolvimento da indústria alimentar brasileira. A relação direta entre a indústria de conservas e os fornecedores de insumos, produtores rurais, irradiou para municípios vizinhos parte do dinamismo, fruto da articulação da indústria com a produção local de frutas e legumes. A indústria de conservas vegetais de Pelotas tem origem colonial; os açorianos tinham por hábito cultivar ao redor das casas pomares e hortas, ambos bastante diversificados.²¹⁰ Os portugueses são reconhecidos pela qualidade de excelentes doceiros, com a disponibilidade de matéria-prima não foi difícil ampliar da escala de produção familiar para a industrial, destacando-se, entre os vários produtos, o pêssego. Com a ampliação da produção, a demanda por matéria-prima aumentou, incentivando os produtores rurais a cultivarem frutas e legumes para abastecer a indústria de conservas vegetais de Pelotas, incorporando novas localidades no processo de integração. Esse processo de incorporação de novas áreas de produção de matéria-prima adentrou os limites de Canguçu, incentivando os agricultores a cultivarem determinados produtos para atender à indústria de conservas de Pelotas. Nos relatos da população das localidades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia, constatamos que algumas atividades produtivas eram incentivadas pela indústria de Pelotas, como, por exemplo, a produção de ervilha, aspargo, milho-doce, tomate, pêssego, entre outras. A indústria não só adquiriu a produção de frutas e legumes, mas também era responsável pela ocupação de boa parte da mão-de-obra dessas localidades, recrutada no período de safra para trabalhar em diversas ocupações (exemplo: faxineiros, desencarçadores de pêssego, carregadores de caixas, etc.).

Na década de 1960, no âmbito nacional, a indústria pesada estabelece novo regime de acumulação, para o qual Schmidt e Herrlein Jr. (2002) conferem destaque para o setor de bens de consumo duráveis. No final da década, a economia brasileira retoma o crescimento. Na carona desse dinamismo, o Rio Grande do Sul volta a crescer impulsionado pelo apoio do governo federal como a instalação, por exemplo, da Aços Finos Piratini, da Refinaria Alberto Pasqualini e de fábricas de tratores e implementos agrícolas. Na agricultura, as lavouras de soja e trigo ganham destaque, principalmente na utilização do arrendamento de latifúndios (renda da terra) e na utilização de mão-de-obra excedente das lavouras coloniais. Para os autores, esse período traz mudanças significativas ao meio rural rio-grandense com a emergência dos assalariados rurais e dos produtores rurais cooperativados, atores sociais que até então não tinham destaque. O processo de emigração para outras regiões do país, pelos mesmos motivos salientados anteriormente, continuou nos moldes da década passada.

Alonso e Bandeira (1990), estudando as causas da desigualdade do crescimento econômico no território do Rio Grande do Sul, salientam o declínio da região da Campanha e da região de Pelotas na participação no produto industrial. A região da Campanha caiu de 10,05% em 1939 para 3,19% em 1980, e a região de Pelotas reduziu de 5,69% em 1960 para 3,59% em 1980.²¹¹ Em contrapartida, o eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, que na década de 1940 já concentrava expressiva parcela do parque manufatureiro gaúcho, passou de 47,35% para 69,94% do total no período entre 1940 e

²¹⁰ Conforme relato do General João Henrique Böehm (1775), apud Cruz (1984).

²¹¹ Os autores utilizam como ferramenta para as suas análises comparativas o indicador “Produto Interno Líquido a custo de fatores” (PILcf).

1970.²¹² O Rio Grande do Sul, conhecido pela sua produção no setor primário, foi paulatinamente transformando suas características produtivas, alcançando na década de 1970 a paridade entre a produção da indústria com a da agropecuária, sendo esta última ultrapassada na década seguinte.²¹³

Sobre a indústria de conservas de Pelotas, com base nos dados apresentados por Scherer e Silveira (1998), observa-se que, no decorrer da segunda metade do século XX, houve, por um lado, redução no número de empresas dedicadas à produção de conservas, mas, por outro lado, um aumento significativo nas quantidades produzidas. Em 1950 eram aproximadamente 100 empresas, reduzindo quase à metade em 1973 (53 empresas), chegando ao início dos anos 1980 entorno de 40 empresas, e, por fim, em 1995 o número era de apenas 18 empresas de conservas vegetais em Pelotas.²¹⁴ Para os autores, na década de 1950 o grande número de empresas correspondia à exploração artesanal, eram pequenos estabelecimentos familiares preocupados em transformar a própria produção, comprando matéria-prima somente em períodos favoráveis à comercialização; em momentos de dúvida restringiam as quantidades produzidas para reduzir riscos.

A década de 1970 foi um período em que há um crescimento na produção da indústria de conservas de Pelotas; segundo Scherer e Silveira (1998), resultado das políticas de incentivo ao setor e a modernização das atividades primárias. Ainda nesse período, outro fator teve repercussão nesse setor. Através de incentivos fiscais para o reflorestamento e a fruticultura, começaram a ser implantados na região grandes pomares (por volta de 1974) prejudicando os produtores familiares. De acordo com os autores, rapidamente a produção proveniente desses grandes pomares representava a metade do pêssego processado. Nas entrevistas com produtores familiares da localidade de Rincão dos Maia, a concorrência dos grandes pomares era seguidamente parte dos relatos.²¹⁵ Os agricultores destacavam a mudança na relação entre as empresas de conserva e os produtores, as empresas priorizavam a própria produção e a compra em grande escala para posteriormente adquirir a produção dos pequenos produtores. A negociação, segundo os produtores familiares, era ditada pela empresa, determinando a qualidade do produto (na hora da seleção), o preço e a quantidade comprada, deixando ao produtor a opção de vender ou não.

Ainda na década de 1970, as empresas de conservas de Pelotas incorporaram novos produtos à linha de produção e aumentaram o processamento de outros, isso para enfrentar a sazonalidade característica da produção de pêssego. Produtos como morango, batata, cenoura, ervilha, aspargo, pepino e figo foram incentivados, pelas empresas de conservas. Tanto produtores rurais de Rincão dos Maia como de Rincão dos Marques incorporaram parte desses produtos, mas logo abandonaram por falta de estímulo das empresas de conserva. Para Scherer e Silveira (1998), a raiz do problema,

²¹² Podemos ver essa desigualdade de crescimento regional, pensando nas Metades Sul e Norte, como reversão nos diferenciais de poderes intra-regional.

²¹³ Para Alonso e Bandeira (1990), as causas para a diferenciação inter-regional, do período entre 1939 e 1980, podem ser relacionadas a dois processos: a) aceleração do crescimento industrial, principalmente nas regiões que já haviam começado a constituir um parque manufatureiro, como é o caso de Porto Alegre e Caxias do Sul; b) a expansão das lavouras mecanizadas (trigo, soja e arroz) nas regiões que anteriormente eram ocupadas pela pecuária extensiva e pela policultura colonial, parcelas da região da Campanha e do Planalto.

²¹⁴ Parte da redução no número de empresas de conservas de Pelotas pode ser resultado das emancipações, o município de Pelotas nas duas últimas décadas sofreu alguns desmembramentos que originaram novos municípios como, por exemplo, Morro Redondo.

²¹⁵ Algumas empresas de conserva, aproveitando dos incentivos fiscais, formaram seus próprios pomares de pêssego.

que ainda persistia na década de 1990, que as empresas de conserva enfrentavam estava na pequena diversificação da produção e no deficiente relacionamento com os produtores rurais. Parte desses problemas foi consequência da crise que a economia brasileira enfrentou na década de 1980, repercutindo na indústria de conservas de Pelotas que reduziu mercado e dificultou o processo de diversificação iniciado na década anterior. Além dos problemas herdados do passado recente, na década de 1990, a indústria de conservas vegetais teve que enfrentar a concorrência externa decorrente da abertura comercial e a implantação do Mercosul. Como postulam Scherer e Silveira (1998), com o Plano Real as dificuldades do setor de conservas vegetais de Pelotas aumentaram, em virtude da sobrevalorização cambial e dos elevados juros reais do mercado interno.

A indústria de conservas vegetais da Metade Sul do Rio Grande do Sul é responsável por mais da metade das exportações brasileiras de pêssegos em calda. Nos últimos anos vem reduzindo sua participação na exportação do seu principal produto (pêssegos em calda), por conta de problemas anteriormente relatados. Os dados apresentados por Scherer e Silveira (1998) demonstram redução na participação das exportações brasileiras de pêssegos em calda. No período 1992-1993, a Metade Sul era responsável por cerca de 95% das exportações brasileiras, caindo para 85% em 1994-1995 e baixando para 77% no primeiro semestre de 1996. Há inúmeros fatores que contribuem para redução na participação das exportações de pêssegos em calda, entre esses se destacam dois, um relacionado com o campo (matéria-prima) e o outro com a indústria (processamento e elaboração). Como mencionado anteriormente, a restrita diversificação da produção e o baixo grau de integração com os produtores rurais dificultam a inserção dos produtos no mercado. A proximidade (estreitamento de relações) entre empresa e produtor rural pode auxiliar ambos a melhorar a qualidade do produto, ampliar a oferta de produtos e aumentar a rentabilidade. Outro limitante refere-se às estratégias tomadas pelas empresas, segundo os autores, poucas realizaram algum tipo de modernização na linha de produção e poucos foram os novos produtos lançados no mercado.

O setor de conservas vegetais de Pelotas tem uma relação estreita com o meio rural de Canguçu. Muitos produtores rurais, de diversas localidades, estruturaram seus sistemas de produção diretamente relacionados com as empresas de conservas localizadas tanto em Pelotas como no município de Morro Redondo. O desempenho das empresas de conserva determina, relativamente, o desenvolvimento das localidades. Como viu-se no decorrer desse capítulo, Canguçu guarda, ao longo de sua história, uma relação de dependência com Pelotas, iniciada no período das charqueadas e nos últimos anos com o setor de conservas vegetais.

Os produtores rurais do Rincão dos Marques, conforme relatos, realizaram algumas experiências na produção de legumes para as empresas de conservas, mas resultaram em frustrações. Essas experiências foram incentivadas pelas empresas, enviando técnicos agrícolas para conversar com os agricultores e para motivá-los a produzir certos produtos. Algumas safras depois, as empresas abandonavam a localidade deixando para trás famílias que haviam modificado seus sistemas de produção pensando que teriam melhor sorte na produção, de certa forma, se vinculadas às empresas. O abandono era resultado das incertezas de uma economia instável, da retração do governo na política de incentivos à indústria de doces e conservas, das frustrações de safra (problemas climáticos ou inadaptabilidade dos produtos incentivados para a produção), dos custos de transporte (distância e qualidade das estradas), entre outros fatores. Por conta das dificuldades, os agricultores do Rincão dos Marques ainda não encontraram um produto agrícola que possa responder

significativamente pela produção comercial (no linguajar popular: o *carro-chefe* da atividade produtiva da família), mas sobrevive com uma *agricultura de subsistência*.²¹⁶ Atualmente os produtores rurais do Rincão dos Marques, a exemplo de muitas localidades de Canguçu, estão sendo assediados pelas empresas de tabaco de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz para plantar fumo. Essas empresas oferecem uma série de incentivos como assistência técnica, garantia de compra, seguro agrícola e financiamento para custeio e investimento, vantagens que os agricultores não encontram em outros setores da agricultura ou por parte do governo.

Rincão dos Maia tem uma relação mais próxima com as empresas de conservas de Pelotas, a localidade, nas últimas décadas, ganhou destaque na produção de pêssego. Parte expressiva dos agricultores da localidade planta quase que exclusivamente pêssego para a indústria de conservas de Pelotas e de Morro Redondo, além de cultivar uma diversidade de produtos destinados à subsistência da família. O pêssego de mesa não é representativo na localidade, os agricultores preferem um produto que tenha, de alguma maneira, garantia de comercialização, como é o caso do pêssego destinado à indústria, apesar das dificuldades de negociação com as empresas, pelo menos, segundo os agricultores, conseguem comercializá-lo. A resistência ao cultivo do pêssego de mesa, apesar de o preço ser considerado bom pelos agricultores, diz respeito à incerteza na hora da comercialização, eles precisam de uma maior integração com o mercado para colocar o produto, ou o submeterem à venda direta, opções que julgam desgastantes em comparação com a venda para as empresas de conservas. Outro fato relevante, a exemplo de Rincão dos Marques, é a entrada das empresas de tabaco na localidade, levando produtores a arrancarem parte dos pomares de pêssego para plantar fumo. Como mencionado no parágrafo anterior, a opção pelo fumo está relacionada com as vantagens que as empresas de tabaco oferecem ao produtor, o que não acontece com as empresas de conservas.

Nas últimas duas décadas do século XX a economia brasileira passou por um período de relativa estagnação (anos 80),²¹⁷ seguido por outro de reestruturação (anos 90). Schmidt e Herrlein Jr. (2002) salientam que o desempenho da economia brasileira na década de 1990 viu-se prejudicado por certas políticas do Plano Real, como a redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e a sobrevalorização da taxa de câmbio, afetando negativamente setores produtivos estaduais, como, por exemplo, o setor de conservas vegetais que destacamos há pouco.

Antes de prosseguir, podemos ordenar algumas questões que foram discutidas, até aqui, sobre os possíveis sentidos da categoria *gaúcho*. No tempo das missões jesuíticas, o gaúcho, talvez indiscriminado por possíveis nações como um ente dos pampas da América Latina, é construído em oposição à sociabilidade hegemônica – do ponto de vista dos colonizadores e dos jesuítas – como *gaudério*; com todos os qualificativos de ser humano inferior e desregrado por suas atividades de captura do gado, que, do ponto de vista hegemônico, era gado de criação das missões e dos *gaudérios* era gado sem dono: xucro.

No processo de lutas e guerras na definição das fronteiras, no confronto entre os reinos português e espanhol, as forças locais em luta recebiam desqualificações tanto de um lado como de outro. Do ponto de vista espanhol, os portugueses eram seres

²¹⁶ Entendemos como *agricultura de subsistência* a atividade desempenhada pelo grupo familiar no interior da propriedade. Atividade produtiva destinada ao autoconsumo do grupo familiar e à alimentação dos animais, além de reservar uma parcela da produção para a comercialização com o objetivo de honrar despesas com a propriedade (gás, energia elétrica, impostos, etc.) e com a compra de gêneros alimentícios e outros suprimentos (não produzidos na propriedade) necessários à manutenção da vida.

²¹⁷ Sobre a economia gaúcha nos anos 1980, ver Alonso e Bandeira (1990).

humanamente inferior, e vice-versa do ponto de vista português. O diferencial de poderes, relativamente pequeno, entre essas forças levava às guerras, aos avanços e recuos e ao deslocamento da fronteira de domínio territorial. Em nível local expressam-se diferenciações das distintas identidades coloniais, no que nos interessa a do *brasileiro*, que conforma a identidade *gaúcho brasileiro* em oposição às múltiplas identidades de outros gaúchos. A identidade *brasileiro* identifica como única a sociedade colonial hierarquizada, na hierarquia militar as posições de comando e de soldado, e as posições intermediárias, apesar de conter os elementos da diferenciação social dos estancieiros, peões e escravos, atuavam como uma unidade que se construía na luta. Na região a categoria *gaúcho brasileiro*, assume assim, do ponto de vista da Coroa portuguesa, da Colônia brasileira e dos rio-grandenses, a qualificação de *herói* em oposição aos guerreiros aglutinados pelas forças espanholas. Esse imaginário de *herói* desenvolve-se no longo prazo (100 anos) e se solidifica como representação do *gaúcho brasileiro*, no imaginário da Colônia. Todas as categorias de ser humano inferior referidas ao gaúcho *gaudério* dos pampas são atribuídas como desqualificador das forças inimigas no contexto das disputas territoriais. No contexto social, não-militar, as categorias humanamente inferiores associadas ao *gaudério* são atribuídas às classes subalternas (peões e escravos), principalmente aos rebeldes e *marginais* a essa ordem. A faceta *heroica* é colada na hierarquia de comando e se reflete na hierarquização social como um *heroísmo* das classes dominantes dos *estancieiros*. Dependendo do contexto e das lutas e situações sociais, a categoria *gaúcho brasileiro* carregava a possibilidade de representar o bom e o mau, o superior e o inferior, segundo o diferencial de poder de suas representações.

Nas Revoluções, quando a fronteira *nacional* e rio-grandense já estava definida, o qualitativo *brasileiro* do gaúcho passa a conter a qualidade de herói, podendo assumir o atributo de um ser humano superior, frente aos outros brasileiros que não provaram com o *sangue e a vida* a aventura de construção da nação, nesse sentido pode ainda conter a valorização do guerreiro militar e a do poder de comando adquirido e legitimado à frente das guerras. Quando se opõe a outras forças nacionais no século XIX (Revoluções Farroupilha, 1835, e Federalista, 1893), esses valores redefinem a identidade gaúcha frente a outras identidades regionais. A oposição monarquia e republicanismo de 1893 é um marcador histórico desta construção.

Em nível interno a hierarquia social contém uma complexidade posta pelos processos históricos. A imigração alemã na primeira metade do século XIX, ainda durante a escravidão, redimensiona a hierarquia em que a sociabilidade da colônia alemã viabiliza-se como um setor intermediário no campo, redefinindo para baixo da hierarquia social os peões, escravos e índios, e tencionando a classe superior com uma civilidade européia mais complexa, tanto em comportamento quanto em diferenciações de consumo e habilidade técnico-artesanal de processamento; lembrando ainda a diferenciação religiosa protestante, que, de outra forma, tenciona as práticas religiosas hegemônicas. O par brasileiro-alemão carrega assim múltiplas significações, como, por exemplo, nacional-estrangeiro, incivilizado-civilizado, heróico e combativo (símbolo cavalo) e agricultor cativo. Grosso modo, a classe intermediária, no campo, liga-se com a civilidade urbana dos processos de urbanização de então.

A chegada dos italianos reordena a hierarquia social no campo, produzindo historicamente a localização dos italianos como inferiores aos alemães. Usando da estratificação *estabelecidos* e “outsiders” de Elias e Scotson (2000), na lógica de oposição entre estrangeiros, os estabelecidos alemães têm vantagens sobre os “outsiders” italianos. De outro lado, a coesão social da cultura italiana e os núcleos coloniais produzem-se historicamente como superiores aos peões, escravos e índios,

marcando, após a abolição, a inferioridade social dos brasileiros do campo (mestiços, escravos, negros, índios e os portugueses de origem humilde e popular). A dualidade brasileira dos gaúchos se mantém no topo e na base da hierarquia social. A brasilidade–não-brasilidade segmenta o corpo social entre brasileiros (de origem) e estrangeiros.

Os processos de cercamento dos campos deslocam o *gaúcho peão da captura* (eliminando no tempo essa atividade) localizando-o socialmente como *gaúcho peão de estância*. As atividades da agricultura para mercado interno e para o auto-abastecimento das fazendas, realizadas por escravos e agregados da estância, ou por agricultores açorianos portugueses, ganham nas oposições com os alemães e italianos a cunha de atrasadas, ineficientes, etc.

A acumulação de capital nas manufaturas do couro e, posteriormente, do charque parece construir e legitimar a aristocracia do charque e a economia do charque como uma sociabilidade hegemônica nas vilas e cidades, associada também aos interesses dos comércio locais e nacionais. As manufaturas artesanais de conservas e dos derivados de carne (suína e bovina) dos alemães e italianos (também o vinho) ganham espaço no consumo urbano e das elites, não só regionais, tencionando, com o tempo, a hegemonia do charque, levando aos domínios, no futuro, dos frigoríficos.

Nos fins do século XIX e por toda a primeira metade do século XX, a rigor até fins da década de 1950, com a hegemonia gaúcha – autoritária, populista, militar e de classe média de Getúlio Vargas, descreve o fortalecimento do gaúcho-urbano frente ao gaúcho-rural. Nesse sentido, também, o processo de industrialização e urbanização, com pólo em Porto Alegre, vai construindo uma diferenciação regional, invertendo a relação de poder Sul-Norte (S>N) para Norte-Sul (N>S).

Esses processos qualificam historicamente o pólo inferior subalterno como ser humano inferior; esses carregam na cultura, no *corpo* e na *mente* as qualidades tidas como inferiores, e que comporiam o imaginário social de significações dos habitantes dos Rincões dos Marques e dos Maia.

2.2 Características Atuais de Canguçu

O município de Canguçu está situado na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, região que tem como principais atividades do setor primário a criação de gado e o cultivo do arroz. Essas atividades são praticadas, a maior parte, em propriedades rurais com grande extensão de terra. Na Metade Sul as pequenas propriedades rurais estão restritas a algumas sub-regiões de topografia acidentada, desfavorável a atividades que exijam grandes áreas de terra como, por exemplo, a Serra do Sudeste.

A Metade Sul foi a primeira região do estado a ser ocupada, nela se deu muitos conflitos entre Portugal e Espanha pela disputa do território, também foi nela que *paulistas* e outros capturavam o gado xucro da *Vacaria del Mar*. Atualmente, a característica fundiária e parte dos sistemas produtivos do setor primário são heranças dos tempos do início da ocupação do território pelos portugueses, as grandes propriedades e a atividade da pecuária extensiva são resquícios das sesmarias e da criação de gado, num primeiro momento, para extrair o couro, e, num momento posterior, para suprir as demandas das charqueadas.

A pecuária e o cultivo do arroz, este último introduzido na região no início do século XX, representam as atividades produtivas da região, estando relacionados à colonização e às condições do solo. No que diz respeito às condições do solo, a Metade Sul caracteriza-se, de modo geral, por solos rasos, pouco férteis e com afloramento de rochas, inviabilizando em algumas áreas a atividade de criação e de cultivo devido às condições desfavoráveis. A criação de gado extensiva abrange as áreas planas e de

relevo suave, nas mais acidentadas, caso da Serra do Sudeste, essa atividade passa a ser praticada em propriedades rurais menores, mas, muitas vezes, nos mesmos moldes das grandes, o que passou a ser denominada, nos últimos anos, de *pecuária familiar*.²¹⁸ A plantação de arroz, que no Rio Grande do Sul é irrigada, exige terra fértil, plana e água, localizando-se na região litorânea próxima às lagoas e às margens dos rios. Tanto a pecuária como a orizicultura causam danos ao meio ambiente, como os já conhecidos problemas de desertificação (próximo ao município de Alegrete) e contaminação, por produtos químicos, dos recursos hídricos, respectivamente.

A Metade Sul, a partir do último quarto do século passado, encontrasse com dificuldades de desenvolvimento. Comparações com a outra banda do Estado evidenciam disparidades em vários setores, marcados por extremos que distinguem as duas metades.²¹⁹ No senso comum da atualidade, hegemônico, a Metade Sul é dada como a atrasada, pobre, de colonização portuguesas e de grandes propriedades rurais, e a Metade Norte, como a desenvolvida, abastada, de colonização alemã e italiana e de pequenas propriedades rurais. Para nós essas comparações podem sinalizar uma disputa velada,²²⁰ em que a estigmatização parece ser uma ferramenta de desqualificação. Discurso da sociedade comum (relacionado com o imaginário histórico que discutimos anteriormente) identifica como uma das causas da atual situação das duas metades a composição étnica, de um lado, os portugueses e seus desdobramentos resultante do processo de miscigenação, do outro, os alemães e italianos; identificados, respectivamente, pela acomodação e pelo trabalho.²²¹

Estudos realizados por instituições de pesquisa²²² atribuem a fatores econômicos a atual situação da Metade Sul, entre eles: a) a crise da atividade pecuária extensiva; b) a diminuição da rentabilidade da orizicultura (principal atividade econômica em diversos municípios); c) a crise do setor agroindustrial; d) a baixa produtividade da atividade agrícola e o aumento da concorrência no mercado dos produtos agrícolas; e) o despreparo das empresas quanto a maior liberdade de comercialização com os países vizinhos (Mercosul). Fatores ligados à produção primária, consequências dessa crise, foram observados no meio rural da Metade Sul. Em Canguçu, nos últimos trinta anos, parte da população rural migrou para centros urbanos próximos, como Pelotas e Rio Grande, e para região metropolitana de Porto Alegre. Parte significativa desse contingente era formada por jovens que, na falta de perspectivas no meio rural, aventuraram-se nas cidades, sem qualificação, subempregados e engrossando as periferias das cidades. Esse fenômeno apareceu nas entrevistas, principalmente em Rincão dos Marques, localidade que enfrentou rápido esvaziamento. Atualmente, por experiências negativas no meio urbano e pela oportunidade do cultivo de fumo integrado à indústria de tabaco, parte da população está retornando à localidade.

²¹⁸ Sobre pecuária familiar, ver Cotrim (2003).

²¹⁹ A divisão do território rio-grandense em duas metades pode ser observada no período que antecede à ocupação portuguesa. Os índios *pampeanos* e *guaranis* tinham seu limite territorial muito próximo ao que separa as duas metades do Rio Grande do Sul, como destacam alguns estudiosos, por exemplo, Costa (1988, p. 32). A Metade Sul, como descrevemos, está ligada ao sentimento de liberdade, pela amplitude do pampa, e a pecuária, e a Metade Norte a restrições de liberdade, luta por espaço com a floresta, e a agricultura. O grupo indígena *pampeano*, ocupante da parte sul do território rio-grandense, era nômade e vivia, grosso modo, da caça; e o grupo *guarani*, estabelecido na parte norte, permanecia por longo período fixado a um lugar e tinha para a subsistência pequenas plantações de milho e mandioca. Numa comparação um pouco grosseira, pode-se sugerir que há semelhanças entre a divisão atual do Rio Grande do Sul e a empregada pelos grupos indígenas no período que antecede a chegada dos portugueses.

²²⁰ Pensar uma relação social entre estabelecidos e “outsiders” como propõe Elias e Scotson (2000).

²²¹ Tema que abordado no capítulo anterior na discussão sobre aspectos da personalidade do gaúcho.

²²² Fundação de Economia e Estatística (FEE) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A Serra do Sudeste corresponde a uma parcela da Metade Sul do Rio Grande do Sul, coberta por uma cadeia de colinas, ora acentuadas ora suaves, que mescla áreas de campo com áreas de pequena concentração de árvores e arbustos, conhecidas na região como capões – pequenas porções de mato. Região que restringe as formas de utilização da terra, principalmente para atividades que exigem grandes extensões de terra, como a pecuária de corte e as lavouras de arroz, soja, etc., restrição condicionada pelos solos rasos e pelos afloramentos de rocha, entre outras.²²³ Por essas características que a estrutura social e produtiva difere do restante da região da Metade Sul. Como observado na reconstituição do processo de ocupação da região de Canguçu, nos primeiros tempos sesmarias foram concedidas a militares e comerciantes de gado pela Coroa portuguesa, mas, com o tempo, foram desmembradas, vendidas ou abandonadas. Essas sesmarias eram distribuídas como estratégia de fixar o território português com a criação de gado. Atividade que não se adapta à região com essas características, dificultando a lida de animais, provavelmente uma das possíveis causas da evasão de famílias da região de Canguçu no século XIX, além das relatadas por Bento (1983). Dadas as restrições para o uso da terra de forma extensiva, as concessões de datas e sesmarias de mato e os desmembramentos por herança, entre outros; a Serra do Sudeste concentra expressivo número de propriedades rurais de pequena dimensão, caracterizando-se por uma estrutura fundiária com predomínio de pequenas propriedades de exploração familiar.

O município de Canguçu, localizado sobre a Serra do Sudeste, representa um exemplo característico dessa rápida descrição realizada logo acima. Como a maioria das propriedades rurais dispõe de pequena extensão de terra e de restrições que impedem um maior aproveitamento da terra,²²⁴ a atividade agrícola toma forma de subsistência familiar na maioria das localidades do município. Mas há atividades agrícolas que estão direcionadas quase que exclusivamente para venda, como, por exemplo, o cultivo de frutas (pêssego, figo, ameixa, pêra, morango, tomate) e de fumo (integrado às empresas de tabaco). Outras atividades agrícolas assumem o caráter da alternatividade, como o caso do cultivo do milho, do feijão e da produção de leite, entre outras. Alguns produtos agrícolas, cultivados pelas famílias de agricultores, podem ser consumidos pela própria família ou vendidos.²²⁵ Essa *dupla função*, conforme contribuições de Garcia Jr. (1990), corresponde ao princípio da *alternatividade*. Alternatividade porque os agricultores podem atender às necessidades domésticas de consumo, mas também podem ser vendidos com o objetivo de adquirir, com a renda resultante da venda, outros produtos de consumo doméstico que não são produzidos na propriedade.

Na seção que foi discutido o processo de formação do município de Canguçu, observou-se dois períodos distintos. O primeiro período compreende o intervalo de tempo entre o final do século XVIII e o início do século XIX, período marcado pela fixação de militares, comerciantes de gado, açorianos e aventureiros de modo geral, maioria de origem portuguesa e alguns espanhóis que, por algum motivo, estabeleceram-se nas redondezas de Canguçu. Como salientado, o município tem sua origem a partir das concessões de sesmarias e datas, destinadas, respectivamente, à pecuária extensiva, principal atividade econômica, e à agricultura de subsistência, gerando algum excedente para abastecer a vila de Pelotas e proximidades. Com o passar dos anos parte das sesmarias, principalmente as que se localizavam em regiões que dificultam a atividade de criação ou de cultivo, foram desmembradas em função da

²²³ Expressiva reserva de granito.

²²⁴ Restrições produzidas pela natureza e pelo meio social (equipamentos, insumos, conhecimento, etc.).

²²⁵ Referi-se ao caráter de alternatividade no sentido postulado por Garcia Jr. (1990, p. 87-88).

venda ou de partilha de herança,²²⁶ e as datas, além do desmembramento, transformadas de agrícolas em pequenas propriedades de criação, aos moldes das estâncias de pecuária extensiva. Atualmente, as localidades que estão ligadas a esse passado (de sesmarias e datas) têm por característica baixos índices de produtividade, pouca integração com o mercado e precária disponibilidade de meios de produção. A maioria da população dessas localidades descende dos primeiros colonizadores (portugueses/açorianos, índios, negros e espanhóis), suscitando uma relação entre dificuldades de desenvolvimento das regiões e grupo étnico. Interpretação que desconhece os diversos elementos (as pessoas e o meio ambiente) que estão em constante relação e que alimentam as percepções de cada ser humano sobre a sociedade ou parte dela.

No período posterior, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, chegam nas proximidades da região de Canguçu os primeiros imigrantes de origem alemã e italiana vindos de outras regiões do Estado. Diferente dos portugueses, os imigrantes alemães e italianos tinham na diversificação da atividade agrícola, destinada à subsistência familiar, uma de suas características.²²⁷ Boa parte da população de Canguçu é descendente dos primeiros imigrantes alemães que formaram a colônia de São Lourenço do Sul (fundada em 1858), como mencionado no decorrer do trabalho. Nos dias atuais, os descendentes de alemães e italianos estão fixados nas localidades mais dinâmicas do meio rural de Canguçu, produzindo cereais, frutas, fumo, legumes, leite, entre outros produtos. De modo geral, os meios de produção resumem-se a animais de tração e seus equipamentos, há localidades que a utilização de tratores e seus implementos são mais difundidos, mas, em ambos os casos, o tipo de atividade produtiva, as condições do solo (topografia e fertilidade) e a disponibilidade de recursos financeiros determinam o uso de animais ou de tratores na agricultura.

Esses dois períodos de alguma forma influenciaram na atual conformação da região do município de Canguçu. Encontramos localidades quase que exclusivamente ocupada por descendentes de alemães e outras por descendentes de portugueses. Há distinções entre as localidades. Heranças étnico-culturais, políticas de imigração e defesa do território, meio físico (características da região), possibilidade ou restrição produzidas pelas inter-relações sociais em momentos do passado (sem perder de vista a dimensão política e de poder), representam parte contribuinte do processo de diferenciação entre localidades.²²⁸

Argumentar sobre a condição econômica e social de determinada localidade, região, ou grupo social, com base, quase que, unicamente, na formação étnica pode configurar uma análise simplista, desconhecendo ou ignorando outras instâncias que estão presentes, num processo relacional, no viver dos indivíduos – da sociedade.²²⁹ No caso de Canguçu ou até da Metade Sul, a *opinião pública* (forças hegemônicas) justifica as dificuldades de desenvolvimento a um determinado grupo étnico e seus laços de miscigenação, esquecendo o passado e as condições que estavam presentes em cada

²²⁶ Como era zona de guerra e revoluções, podemos supor que algumas eram propriedade de estancieiros derrotados nas guerras ou revoluções, no sentido que estiveram no lado dos perdedores (principalmente nas lutas e tensões do final do século XIX), *forçando* o abandono ou a venda das estâncias.

²²⁷ Como salientado no avançar do trabalho, a Coroa portuguesa concedeu áreas de terras (datas) para os imigrantes açorianos diversificarem a atividade agrícola da região e para formar uma *classe média* rural, mas o lucro na criação de gado para as charqueadas frustrou o projeto do governo, levando os açorianos a abandonar os cultivos em troca da pecuária, deixando espaço para o desenvolvimento da agricultura colonial (alemães e italianos).

²²⁸ Na concepção de Bourdieu (1989, p. 83), sobre história incorporada e reificada, a vida cotidiana atual é o reflexo do passado, no que diz respeito ao *habitus*, ou seja, o modo de vida é produto de uma aquisição histórica que permite a apropriação do adquirido histórico.

²²⁹ Conforme Elias (1994).

momento. Em outras palavras, o problema na dificuldade para o desenvolvimento estaria na descendência portuguesa, esquecendo das condições e do momento histórico em que os imigrantes foram incorporados à região. Na Metade Norte, o desenvolvimento, conforme opinião pública, estaria relacionado à ocupação dessa região por imigrantes alemães e italianos. Entretanto, como suposição, se no lugar dos portugueses estivessem os alemães ou italianos ocupando a região da Campanha do Rio Grande do Sul, num momento em que só havia índios e uma reserva considerável de gado xucro como uma das poucas alternativas de exploração econômica, e ainda teria que disputar território com os espanhóis e incentivar a fixação na região através da concessão de sesmarias, dificultando as comunicações pelo distanciamento entre as estâncias, sem contar com a desestruturação do grupo familiar, já que maior parte da população naquela época era do sexo masculino – militares e *aventureiros*. Momento distinto ao da chegada dos alemães e italianos, estes, apesar de todas as dificuldades, aportaram na região num período que os limites territoriais estavam definidos, receberam terras e alguns auxílios do governo, apesar de não corresponderem às promessas, foram instalados próximos uns dos outros e chegaram com suas famílias estruturadas, no que diz respeito aos laços afetivos (e lingüísticos), proporcionando a formação de redes sociais mais sólidas (coesão social). Se os portugueses tivessem chegado à região nas mesmas condições que os alemães ou italianos, a responsabilidade pelo *atraso* da Metade Sul não recairia sobre eles. A exemplo dos casais açorianos, apesar de ficarem anos a deriva até serem instalados definitivamente, a região do entorno de Pelotas foi onde parte desses fixaram-se, à margem da economia charqueadora, estruturando pequenas indústrias familiares de doces e conservas que foram e ainda são responsáveis pelo dinamismo de parte da economia dessa região. Mostrando que a formação étnica não responde, de forma simples, a questão da dificuldade de desenvolvimento, mas que se deve prestar a atenção a outros fatores que podem ser relevantes para a compreensão, como, por exemplo, as características físicas da região, a estrutura social, o momento histórico, os diferenciais de poderes, etc.

Em meados do ano de 2002 percorremos boa parte do meio rural de Canguçu, foram aproximadamente 600 km de estradas de terra, cruzando pequenos córregos, sangas e arroios, subindo e descendo coxilhas, prestando atenção à diversidade étnica e social, às atividades produtivas, à vegetação e ao relevo.

Observamos que os grupos étnicos podem ser associados com a diferenciação no nível de vida e nas características do sistema produtivo entre as localidades. Nas localidades em que o número de famílias de agricultores de origem alemã ou italiana é representativo, a qualidade de vida parece ser melhor que nas demais, deixando a esteio as localidades em que a população caracteriza-se pela miscigenação do português/açorianos com o índio, o negro e espanhol, os ditos *brasileiros* pelas demais etnias ou de forma pejorativa identificados como *pêlo duro*.²³⁰ Existem localidades onde os descendentes de portugueses parecem desfrutar condições semelhantes aos das localidades em que a maioria tem ascendência alemã ou italiana. Nesse caso, observamos que os modos de exploração da terra são semelhantes, indicando uma transformação, não muito recente, nas atividades produtivas.²³¹

Os produtos agrícolas de destaque no município são: batata-inglesa, feijão, fumo, laranja, leite, milho, pecuária de corte, pêssgo e soja. A produção do binômio

²³⁰ Possível relação entre estabelecidos e “outsiders”, segundo Elias e Scotson (2000), nessa relação o uso de adjetivos, para desqualificar determinado grupo, pode ser um dos instrumentos para estigmatizar o oponente.

²³¹ Incorporação de novos cultivos, ampliação da área de lavouras, novas técnicas, integração em empresas e mercados, etc.

feijão-milho está distribuída por todas as localidades, produtos que compõem a *coluna vertebral*, no que diz respeito à estratégia de reprodução familiar, do sistema de produção do agricultor. Apoiando-nos nas contribuições de Garcia Jr. (1990), podemos dizer que os agricultores cultivam esses produtos pelo princípio da alternatividade. Este princípio está presente na racionalidade do agricultor familiar: garantir a alimentação da família e comercializar parte da produção. Essa forma de pensar observamos na fala do senhor João Batista, agricultor da localidade do Rincão dos Maia, sobre a sua opção em plantar feijão-preto (a fala ressalta também a noção de tempo associada ao produto):

A vantagem do feijão é de resistir, guardar ele e armazenar ele, e de alimentar, porque o primeiro lugar da mesa é o feijão e não existia outro produto para comer. Então o feijão tem a vantagem de guardar, esperar preço e alimentar!

O feijão e o milho fazem parte da cultura do povo brasileiro, plantados em consórcio fornecem a alimentação da família e dos animais. O feijão, como destacou o senhor João Batista, é a base da alimentação das famílias de agricultores de Canguçu, não pode faltar à mesa. Do milho fazem a farinha, o fubá, para preparar pães, bolos e angu, podendo ser também torrando e moído para substituir (misturado com cevada, trigo, aveia, centeio) o café. Para os animais sobram as ramas, sabugos e, quando há fartura, os grãos. Feijão e milho são plantados há gerações. As famílias com restrição de meios de produção, as que encontram maior dificuldade de reprodução social e econômica, plantam quase que exclusivamente esses dois produtos em pequenas áreas de terra e com técnicas rudimentares. Há casos em que a família não dispõe de animal de tração, preparando a terra somente com a força de trabalho humana ou utilizando animais de tração emprestados. Na maioria desses casos, o agricultor atrasa o período de plantio, pelo tempo gasto no preparo manual da terra ou na espera pelo empréstimo dos animais, já que precisa aguardar que o proprietário dos animais termine de plantar suas lavouras.²³² Poderíamos dizer que o feijão e o milho são os principais produtos do sistema de produção das famílias que não conseguem reproduzir-se adequadamente, agregando ainda batata-inglesa, batata-doce e mandioca.

As plantações de fumo estão localizadas em algumas regiões do município, na maioria das vezes em regiões de relevo mais acidentado e de solo raso. Os produtores de fumo recebem orientação e acompanhamento dos técnicos das multinacionais de tabaco localizadas no município de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. Em entrevistas com representantes da Emater, da Secretaria da Agricultura e de uma empresa de tabacos de Vera Cruz, todos salientaram a produção de fumo como a principal responsável pela geração de renda na atividade agrícola do município, comparando-a, em importância, com as aposentadorias e pensões. O cultivo do fumo cresce rapidamente nas regiões mais pobres e mais distantes da cidade de Canguçu,²³³ há um processo de expansão de novas áreas em decorrência das restrições ao plantio de fumo em alguns países, uns por proibição e outros por guerras, caso dos países do continente africano, e pelo aumento, em nível mundial, do consumo de cigarros e assemelhados, apesar das propagandas contra o tabagismo.²³⁴

A expansão das plantações de fumo no município de Canguçu está transformando o meio rural. Pelas estradas municipais por onde passamos era comum avistar, em ambos os lados, plantações de fumo, galpões e estufas de secagem, boa parte dessas últimas com aspecto de recém construídas. Além de cruzarmos algumas vezes ao dia com técnicos agrícolas que percorriam, em visitas aos produtores de fumo, as

²³² Essas dificuldades no preparo das lavouras foi observado nas localidades de Rincão dos Marques e Rincão dos Cravos (localidade vizinha).

²³³ Canguçu, no ano de 2002, era o quarto maior produtor de fumo no mundo com 3.124 produtores.

²³⁴ De acordo com representante de uma empresa de tabacos, no período entre 2002 e 2003, o consumo de cigarros e assemelhados aumentou cerca de 2% no mundo.

localidades rurais, passávamos por salões de festas ou paroquiais apinhados de produtores rurais em reunião com representantes da indústria de tabacos. Dinamismo que está trazendo para o meio rural aqueles que um dia saíram em busca de melhor oportunidade na cidade. Técnicos da EMATER, da Secretaria Municipal da Agricultura e da indústria de tabaco, professores das escolas rurais, comerciantes das localidades e agricultores relatam o retorno de famílias ao meio rural, exclusivamente para plantar fumo. O depoimento do senhor Justino, responsável pelo escritório de uma das três empresas de tabacos,²³⁵ nos dá indicativos para entender esse dinamismo:

As pessoas não estavam tendo oportunidade e o produto que eles estavam colhendo, é uma pena até a gente falar isso daí, feijão, milho, não é valorizado o produto, ele vale só para o consumidor, o consumidor quando vai comprar paga alto o preço, mas o produtor quando vai vender pega um preço mínimo. Então ele estava gastando com insumos, com sementes e o preparo do solo, só que não estava tendo retorno, mal estava se mantendo no interior. Não conseguia progredir. Com a entrada do fumo o que aconteceu? Todo produtor, hoje, está mais bem estruturado no interior. Hoje ele não pensa mais em vir para a cidade. A gente tem exemplos de vários produtores que vinham para a cidade, vieram para a cidade, hoje todos, a maior parte está vindo aqui no escritório e tentando voltar novamente para o interior, porque,... hoje mesmo trabalhando na cidade vai ganhar quanto? Trezentos, trezentos e cinquenta reais, com esse valor ele não consegue se manter, isso quem trabalha, mas 90% não está trabalhando! Então a empresa está financiando o produtor. Com quatro ou cinco hectares de terra ele tem condições, no primeiro ano, de plantar 40 ou 50 mil pés e sobrar para ele de 15 a 20 mil reais. Isso ele nunca vai conseguir aqui! [na cidade].

As empresas de tabaco oferecem uma série de vantagens que os agricultores não encontram em outras atividades agrícolas, entre elas: a) financiamentos de dez a quinze mil reais *sem juros*, com prazo de cinco anos para o pagamento, para a construção de estufas de secagem do fumo e galpões; b) entrega de insumos na propriedade, as quantidades e a expedição dos pedidos são encaminhadas pelo técnico agrícola; c) visita do orientador técnico, quando solicitado ou a cada quinze dias; d) coleta da produção de fumo por responsabilidade das empresas de tabacos; e) pagamento da produção em quatro dias úteis; f) seguro contra possíveis perdas de safra. Fatores que pesam na hora de o agricultor tomar suas decisões sobre o que plantar; não há outro produto que ofereça tantas *comodidades* ao produtor rural. E numa atividade que envolve tantos riscos, como a agricultura, qualquer garantia passa a assumir importância no momento das escolhas. Entretanto, conforme Moreira (1999, p. 33-34, 133), estas vantagens configuram formas de dominação (integração) praticadas pela indústria processadora em relação aos pequenos produtores familiares, e segundo interesses da agroindústria em suas estratégias competitivas.

No caso dos que retornam ao meio rural para plantar fumo, geralmente são provenientes de cidades próximas e que não perderam totalmente o contato com a região, foram para o meio urbano, mas deixaram a propriedade abandonada. Saíram, na maioria dos casos, na década de 1980 em direção às cidades mais próximas, Canguçu, Pelotas e Rio Grande, que também enfrentavam dificuldades, dada a crise econômica desse período. Submetendo-se a ocupações mal-remuneradas, pela mão-de-obra desqualificada para as exigências do mercado de trabalho, e outras dificuldades de adaptação ao meio urbano, as condições de vida não diferiam muito das vividas no meio rural, mas retornar ao campo seria uma derrota para as famílias e uma humilhação perante os antigos vizinhos. Retornar nesse momento, em que o fumo justifica a retomada da vida de agricultor, não se trata de uma derrota ou humilhação, mas de agarrar uma oportunidade (questão psicológica em jogo).

²³⁵ Dimon do Brasil Tabacos, Universal Tabacos e Souza Cruz.

O pêssego ganha destaque na região, principalmente nas áreas de relevo acidentado em que plantas perenes têm melhor adaptabilidade do que lavouras anuais, para essas últimas, a formação de curvas de nível ou de terraços são necessários para evitar danos ao solo como, por exemplo, erosão. Os pomares de pêssego são comuns nas regiões próximas aos municípios de Pelotas e Morro Redondo, cidades que possuem indústria de doces e conservas, principais compradores da fruta, mas encontramos alguns produtores nas demais regiões do município. Tivemos a oportunidade de observar a derrubada de alguns pomares de pêssego na localidade de Rincão dos Maia e vizinhança, que pensávamos, inicialmente, que se tratava de renovação dos mesmos. Mas, para nossa surpresa, tratava-se de mudança de cultivo, a troca de parte dos pomares de pêssego pelas plantações de fumo. Em conversa com agricultores, relataram-nos os motivos pelo qual optaram pela troca. Além das dificuldades destacadas por Scherer e Silveira (1998), relacionadas com a implantação de pomares comerciais, os agricultores justificaram a mudança pelas sucessivas quebras de safra ocasionadas por fenômenos climáticos (fortes geadas), pela incorporação de um outro produto destinado a comercialização (diversificação da produção comercial) e pelas vantagens que a indústria de tabacos oferece ao produtor de fumo.

Na produção primária há outros destaques como a batata-inglesa e a produção de leite, observados, com maior frequência, nas localidades próximas à divisa com os municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul. A batata-inglesa possivelmente tenha sua introdução no município relacionada com os agricultores alemães que chegaram a Canguçu vindos da antiga colônia de São Lourenço do Sul, já que este município se destacava, no final do século XIX, pela exportação da batata para os mercados do centro do país.²³⁶ A produção de leite, localizada predominantemente nas regiões que existem linhas de coleta das beneficiadoras,²³⁷ representa importante fonte de renda para as famílias de agricultores, ocupando, na maioria dos casos, o papel de atividade secundária. Há limitadores à expansão da produção de leite, entre os quais destaca-se a precária infra-estrutura de transmissão de energia elétrica, a baixa produtividade do rebanho e as restrições impostas pelas beneficiadoras, como, por exemplo, limitar a coleta a determinadas regiões (pela dificuldade de acesso) e produtores (produção mínima).

Nas zonas de relevo mais suave (campos), divisa com os municípios de Encruzilhada do Sul e Piratini (norte-oeste), encontra-se propriedades de maior extensão, explorando a pecuária associada a algum cultivo anual (principalmente milho e soja).²³⁸ A atividade de pecuária está presente em todas as regiões, herança das sesmarias e do período áureo das charqueadas, com características de atividade extensiva pouco qualificada em relação às técnicas de manejo e à genética. Segundo Cotrim (2003), os agricultores que desenvolvem a *pecuária familiar* no município de Canguçu originam-se dos descendentes de grandes estancieiros portugueses, dos ex-agregados, dos ex-peões que trabalhavam nas estâncias e alguns descendentes de imigrantes italianos que adquiriram terras na região. Agricultores que incorporaram muito das heranças culturais dos períodos em que as estâncias de criação de gado eram numerosas e extensas. Atualmente essas grandes estâncias são em número reduzido,

²³⁶ Conforme Roche (1969, p. 253), em 1950, São Lourenço do Sul era responsável por quase 20% da produção de batata-inglesa no Rio Grande do Sul, seguido por Canguçu com pouco mais de 17% da produção total do Estado. Cultivavam a batata-inglesa de exportação, despachada pelo porto de Pelotas para os outros estados.

²³⁷ No município existem três empresas de coleta de leite, a Coopal (Cooperativa dos Pequenos Agricultores e Produtores de Leite), a Elegê e a Cosulati (Cooperativa Sul Rio-grandense de Laticínios).

²³⁸ Segundo dados do censo agropecuário de 1995/96 do IBGE, aproximadamente 25% dos estabelecimentos rurais dedicam-se à pecuária, outros 35% agregam, a esta, um cultivo anual.

grande parte das antigas estâncias foi desmembrada pela venda de parcelas durante períodos de crise, ou pela divisão entre herdeiros, que, sem aquisição de novas áreas de terra, resultou na formação de propriedades relativamente pequenas para o desenvolvimento da pecuária de corte.²³⁹ Apesar da redução da área das propriedades, observamos que a lógica de exploração dos agricultores tem muito do estancieiro e do peão – do gaúcho – do passado. Não só na lógica de exploração, mas também na forma de ser dos habitantes de determinadas localidades, como é o caso de Rincão dos Marques, quando comparado com Rincão dos Maia, traços culturais que estão presentes na dieta alimentar, no lazer, no linguajar, etc.

Com base nos dados secundários, o município de Canguçu, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2000, possui um contingente populacional de 51.447 habitantes, sendo que 65,60% vivem no meio rural e 34,40% no meio urbano.²⁴⁰ Canguçu no decorrer dos anos vem perdendo gradativamente parte da população, em 1970 o total da população era de 62.451 habitantes, redução, nesses 30 anos, de aproximadamente 17,60%. A população rural declinou 41% em 30 anos, enquanto que a população urbana aumentou aproximadamente 243% (passou de 5.154 para 17.695 habitantes). O esvaziamento do meio rural repercute no inchaço dos centros urbanos, como é o caso de Pelotas em que a população total passou de 207.869 (1970) para 323.158 habitantes (2000), crescimento de 55,46%. O aumento da população urbana em duas cidades próximas pode indicar algum efeito (ampliação da demanda) nos mercados locais, em especial de produtos e manufatura de origem agrícola.²⁴¹

Dependente da população rural, Canguçu difere de outras cidades na dinâmica urbana cotidiana. A cidade é tomada por uma agitação durante parte do dia, justamente no período em que a população, vinda de várias localidades do interior do município, invade as ruas, lojas comerciais e bancos. Nas primeiras horas da manhã chegam à cidade diversos ônibus do meio rural, retornando no final da tarde, nesse intervalo de tempo a cidade incorpora um dinamismo incomum.

Com as dificuldades enfrentadas, por ocasião das crises econômicas em décadas passadas, o meio rural perdeu parte do dinamismo social e econômico. As casas de comércio que existiam no meio rural foram, umas, reduzindo suas ofertas de produtos e, outras, fechando suas portas. Essas casas comerciais (armazéns, bares, botecos, bolichos, etc.), de secos e molhados, abasteciam a população rural com produtos não produzidos na região e compravam a produção local para revender nos centros urbanos, muitas vezes era o único agente comercial a que o agricultor tinha acesso. Hoje encontramos alguns pequenos estabelecimentos comerciais que têm em suas prateleiras poucos pacotes de biscoito, açúcar, macarrão e vela, e algumas latas de óleo vegetal e

²³⁹ O desmembramento das estâncias de criação de gado pode ser constatado em visitas a certas localidades de Canguçu. Na localidade de Rincão dos Marques, visitamos, na pequena propriedade de um agricultor familiar, uma casa muito antiga sobre o cume de uma coxilha, local preferido pelos antigos estancieiros para estabelecer residência, pela vista privilegiada da propriedade, para melhor observar os animais, os peões na *lida* com o gado e a aproximação de pessoas estranhas. O proprietário das terras, onde está localizada essa imponente casa, não sabe explicar a quem inicialmente pertencia, mas seguramente foi a sede de uma estância, de largas dimensões, para criação de gado que pelas mudanças de proprietários e pelos sucessivos desmembramentos está perdida no interior de um pequeno estabelecimento de uma família de agricultores.

²⁴⁰ De acordo com os censos demográficos de 1970, 1980 e 1991, a população rural representava, sobre a população total do município, 91,75%, 84,14% e 72,58%, respectivamente.

²⁴¹ Por exemplo, a abertura ao mercado de produtos que antigamente não eram comercializados na região, como o caso da abóbora.

extrato de tomate, mas os principais produtos de comercialização são refrigerantes e bebidas alcoólicas.

Com a Constituição de 1988, que garantiu o direito a aposentadoria aos trabalhadores rurais,²⁴² o meio rural recebeu incremento significativo de recurso financeiro. Com o envelhecimento da população rural, parte representativa das famílias tem pelo menos um indivíduo que recebe aposentadoria ou pensão. A dificuldade de reprodução das famílias rurais em algumas regiões e a possibilidade de agregar outra fonte de renda foram fatores que colaboraram para a *valorização dos idosos*, integrando ao grupo familiar parentes distantes ou indivíduos sem vínculo sanguíneo.²⁴³

A precária oferta de produtos no comércio do meio rural, a representativa parcela de aposentados e pensionistas rurais, e a melhoria nas condições de transporte entre o rural e o urbano (ampliação das linhas de transporte municipal e intermunicipais e estradas em melhores condições de trânsito) colaboram para o dinamismo da cidade de Canguçu. Todos os meses parte da população rural desloca-se para a cidade para receber aposentadoria ou pensão rural nos agentes autorizados, antes de retornar deixa uma fração do numerário no comércio local.²⁴⁴ Não pode-se esquecer que, nos dias atuais, as transações comerciais que envolvem a compra de insumos agrícolas ou a venda da produção muitas vezes são intermediadas por agentes financeiros localizados na cidade, promovendo o deslocamento de pessoas para a cidade. Esses são alguns motivos que levam Canguçu, num período do dia, ter uma agitada vida urbana e, horas depois, ser uma cidade pacata e, nos finais de tarde, quase deserta.

Aprofundando as informações, recorremos aos dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 para conhecer as condições de vida dos habitantes. As condições de moradia da população não são das melhores, o município enfrenta dificuldades para melhorar seus indicadores sociais, por vezes enfrentando barreiras culturais. Segundo os dados do censo, somente 35,97% das residências dispõem de abastecimento de água e 73,12% possuem instalações sanitárias, percentuais inferiores aos apresentados nos municípios vizinhos da região.

No meio rural de Canguçu, a maioria das residências é abastecida com água proveniente de nascentes, córregos ou cacimbas, e há domicílios onde as instalações sanitárias são do tipo latrina, contribuindo negativamente para a qualidade de vida dessa população. Nas localidades estudadas, encontramos casas que não tinham instalações sanitárias, nesses casos o mato e a sanga eram utilizados para as necessidades fisiológicas e higiene pessoal. Em regiões onde os recursos, de diversas naturezas, são escassos, as comparações de custo são relevantes na tomada das decisões, como também as questões culturais. Por exemplo, em regiões onde há pouca disponibilidade de recursos hídricos, a construção de um banheiro pode representar um desperdício de água, já que para alguns a descarga dos vasos sanitários é considerada *um ladrão de água*, pela quantidade gasta a cada acionamento. Outro exemplo, a escolha entre a compra de uma motocicleta e a construção de um banheiro, a motocicleta melhora a mobilidade e também é um objeto de “status” social, já o banheiro fica *escondido* dentro da casa e não interfere tanto, na visão de algumas famílias, nas condições de vida, já que estão acostumados a utilizar outros locais para as necessidades fisiológicas e higiene pessoal.

²⁴² Idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens.

²⁴³ Segundo informação da Prefeitura Municipal de Canguçu, em junho de 2002, o município contava com mais de 13.000 aposentados e pensionistas, destes, aproximadamente, 60% residiam no meio rural.

²⁴⁴ Nesse caso também se encaixam as famílias que recebem recursos financeiros de programas sociais como, por exemplo, Bolsa Família, Bolsa Escola, entre outros.

Outra questão que merece destaque é a estrutura econômica do município de Canguçu. Segundo informações da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE, 1999) sobre os setores de atividade econômica, 42,6% do Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos corresponde à agropecuária, 1,5% à indústria e 55,9% aos serviços (3,0% comércio e 52,9% demais serviços), valores que demonstram, em parte, a pouca inter-relação entre os setores no interior do município, mas que não descarta sua maior relação com a economia regional. Um dos problemas evidenciados pelos indicadores refere-se a quase inexistência da indústria no município, implicando, em algum grau, restrições ao desenvolvimento do município. O baixo nível de industrialização encontra resposta, entre outros, na falta de infra-estrutura (principalmente fornecimento de energia elétrica), na inexistência de políticas de incentivos governamentais e na escassez de recursos hídricos.

Salientado anteriormente, a economia do município de Canguçu estrutura-se numa relação de dependência ao setor industrial de outros municípios (dinâmica regional), dependência observada ainda no período da formação do núcleo urbano (séculos XVIII e XIX) com a produção subordinada à economia charqueadora instalada em Pelotas. Nos dias atuais, principalmente no caso dos pequenos e médios produtores, a atividade agrícola tem estreitos laços com o setor industrial, como no caso do cultivo de pêssego para a indústria de doces e conservas de Pelotas e Morro Redondo, e das plantações de fumo para a indústria de tabacos de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz.

A escolha pelo cultivo de produtos para a indústria está fundamentada numa lógica em que prevalece a opção por garantias de comercialização. No caso do pêssego, os agricultores investem na produção de variedades para a industrialização, de menores preços e riscos, deixando as variedades de mesa (consumo *in natura*) em segundo plano. Por conta dessa lógica dos agricultores, a produção agrícola de Canguçu tem, grosso modo, duas funções: subsistência familiar e fornecimento de matéria-prima para a indústria.

Há iniciativas, do poder público e de associações de agricultores, de incentivar a produção e comercialização para o consumidor final, através de propostas de diversificação da produção familiar e de participação em feiras de produtores, mas essas experiências ainda contam com um grupo restrito de agricultores. Dada a estrutura demográfica do município (população rural maior que urbana) e as condições econômicas (poder aquisitivo), o mercado consumidor local de produtos agrícolas é restrito. Tentar outros mercados da região, como Pelotas, significa de enfrentar maior concorrência não só dos produtores locais, mas de municípios vizinhos, como Morro Redondo e São Lourenço do Sul. Não resta, até o momento, muitas alternativas para a economia do município, levando-se em consideração a forma em que está estruturado o sistema produtivo.

Essa estrutura da economia de Canguçu traz, de certa forma, um embate entre o poder público e os agricultores, o primeiro reivindicando a emissão de nota do produtor rural para a comercialização da produção agrícola,²⁴⁵ e os agricultores reclamam a falta de indústrias para absorver a produção agrícola do município. O senhor Antonio, agricultor no Rincão dos Maia, descreve essa questão:

Canguçu é o maior produtor de pêssego, mas nós não temo nenhuma nota modelo quinze de Canguçu, é tudo de Pelotas. O feijão também é vendido para Pelotas. Canguçu não tem nenhuma indústria produtora, o agricultor tem que vender seu produto para Pelotas. Canguçu só vende roupa, comida, moto, remédio. Nós não temo uma ajuda de Canguçu!

²⁴⁵ Evasão fiscal ou transferência de impostos através da venda para empresas de outros municípios.

Há outros relatos que dão conta da mesma insatisfação com a restrita demanda do município pela produção local. Essa é uma das queixas dos agricultores do Rincão dos Maia, críticas a quase inexistência do setor industrial e de mercado comprador para a produção agrícola.²⁴⁶ Essas críticas foram aparecendo no decorrer das entrevistas de forma espontânea, sem nenhuma provocação por parte do entrevistador. Nas entrevistas realizadas na localidade do Rincão dos Marques, essa questão não apareceu, nenhum agricultor esboçou insatisfação quanto à falta de um setor industrial no município. Diferenças, entre as duas localidades, relacionadas ao nível de estruturação dos sistemas de produção, graus distintos de desenvolvimento econômico e social, e de integração com o mercado.

Sobre o meio rural, encontramos algumas informações que contribuem para o conhecimento da realidade agrária de Canguçu. Pelo processo de formação e ocupação da região e pelas características ambientais, o município tem na pequena e média propriedade a base de sua estrutura fundiária. Com área total de 314.849 hectares, o município, segundo Censo Agropecuário (1995-1996), tem 9.215 estabelecimentos agrícolas, destes, 8.169 têm até 50 hectares, representando mais de 80% dos estabelecimentos rurais, ocupando cerca de 42% da área total do município. Estabelecimentos com mais de 50 hectares abrangem aproximadamente 58% da área do município, e no estrato de mais de 100 hectares esse percentual corresponde a 46%.²⁴⁷

Observando as informações sobre a condição do produtor em relação à forma de ocupação da terra do Censo Agropecuário (1995-1996), Canguçu tem a seguinte configuração: os produtores proprietários representam cerca de 77,68% dos estabelecimentos agrícolas; os arrendatários são 2,34%,²⁴⁸ os parceiros representam 12,95% dos produtores,²⁴⁹ e os ocupantes são 7,03% do total de estabelecimentos agrícolas.²⁵⁰ No Rio Grande do Sul 83,11% dos produtores são proprietários das terras que utilizam na atividade produtiva, 6,15% são arrendatários, 5,34% são parceiros e 5,40% são ocupantes.

A atividade agrícola ocupa cerca de um milhão e trezentos e setenta mil homens e mulheres no Estado do Rio Grande do Sul, o que representa aproximadamente 3,20 pessoas ocupadas por estabelecimento agrícola. Canguçu possui 27.658 pessoas ocupadas na atividade agrícola, representando aproximadamente 53,76% da população total do município, uma atividade de elevada importância social, milhares de famílias dependem dessa atividade para viver. A média de pessoas ocupadas por estabelecimento está em torno de 3,00 indivíduos, inferior à média do Estado. Este valor pode estar relacionado com as dificuldades enfrentadas pelas famílias rurais de Canguçu em garantir sua reprodução, ao êxodo de jovens para outras regiões em busca de melhores condições de trabalho e as características dos sistemas de produção.

²⁴⁶ O desenvolvimento de um parque industrial, integrado à economia local, possibilita o aumento da produção agrícola e a geração de emprego. Caso de Rincão dos Maia, boa parte da produção agrícola destina-se à indústria de conservas de Pelotas e Morro Redondo, a mão-de-obra que não está ocupada na atividade agrícola, trabalha, nos períodos de safra, nessas empresas.

²⁴⁷ Segundo informação do poder público local, muitos dos desmembramentos de propriedades, por herança ou doação, não foram oficializados, permitindo equívocos quanto à estrutura fundiária.

²⁴⁸ Valor que demonstra a baixa qualidade dos solos, tanto na fertilidade – fracos – como na topografia – acidentada, resultando numa baixa procura por arrendamentos.

²⁴⁹ Este elevado percentual pode estar relacionado com a precariedade dos meios de produção, já que em algumas regiões do município há produtores que não possuem meios de tração animal, necessitando tomar emprestado dos vizinhos ou formar parcerias para implementar a atividade produtiva.

²⁵⁰ O maior percentual da região. Talvez esteja relacionado com as dificuldades de reprodução social que os agricultores familiares enfrentam. Devido às dificuldades, muitas famílias resolveram abandonar seus estabelecimentos para tentar a vida em outras regiões, com isso seus estabelecimentos foram ocupados por famílias vizinhas ou por aquelas que não dispunham de área própria para produzir.

Os agricultores do município de Canguçu enfrentam dificuldades na exploração da terra, dificuldades apresentadas pelas características topográficas da Serra do Sudeste, pela qualidade do solo, pelo nível de mecanização, pelo nível técnico, grau de escolaridade e outros fatores relacionados à produção agrícola. Além do referido relevo acidentado, o solo do município apresenta restrições à agricultura pelos índices de acidez (pH entre 5,1 e 5,8), e pelos baixos teores de Fósforo, Potássio e Nitrogênio.²⁵¹ De acordo com o Censo Agropecuário (1995-1996), há uso restrito de tratores no município, para cada dez estabelecimentos só um dispõe desse equipamento, no Estado essa relação está próxima de quatro tratores num universo de dez estabelecimentos. Essa diferença na relação *número de tratores por estabelecimento* tem correspondência com as condições inapropriadas da topografia para a utilização da mecanização na atividade agrícola, com a baixa capacidade de capitalização que os agricultores enfrentam, impossibilitando a aquisição de equipamentos que proporcionariam maior produtividade da mão-de-obra, e com os sistemas de produção (culturas permanentes, por exemplo, pêssego, requer menor emprego de tratores, bem como a própria pecuária com suas pastagens naturais).

Outro limitador à condição de vida e de trabalho no meio rural diz respeito à eletrificação rural. No Estado cerca de 72% dos estabelecimentos rurais recebem energia elétrica, em Canguçu esse valor percentual não alcança a metade dos estabelecimentos rurais (49%), muitas vezes fornecida de forma precária – monofásica. A falta do fornecimento de energia elétrica resulta em restrições que dificultam a vida das famílias, contribuindo para o baixo nível de qualidade de vida. Com a energia elétrica os trabalhos relacionados com a produção poderiam ser menos penosos e demorados, possibilitando ao agricultor realizar outras atividades e tornando-as mais agradáveis, além de proporcionar melhor qualidade de vida. Entretanto, encontramos agricultores que comparam os benefícios da energia elétrica com os custos da mesma, custos mensais que devem ser honrados com receitas sazonais (de safras). Os agricultores têm que articular suas estratégias de reprodução em distintas dimensões temporais, grosso modo, a lógica de reprodução das famílias de agricultores é orientada segundo dinâmica temporal da natureza – ciclo da vida: tempo de preparar a terra, tempo de plantar, tempo de cuidar, realizar alguns tratos culturais e de espera, e tempo de colher – germinação (gestação), nascimento, vida e morte. Noção de tempo em que a espera, a paciência, o momento propício para cada ação do homem na inter-relação com a natureza é, de certa forma, determinado pela própria natureza. A dimensão de tempo ordenada pelo ser humano – dia e noite, semana, mês, estações climáticas e ano – de certa forma também está condicionada à lógica da natureza, mas os ciclos menores (semanas, meses) escapam desta. Essas incompatibilidades entre as duas dimensões estimulam os agricultores a lembrarem, saudosos, dos tempos em que certos confortos e compromissos ainda não tinham chegado ao rural, como no depoimento do senhor Daniel, do Rincão dos Maia:

Hoje o pessoal tem muita facilidade, mas o custo é muito alto. Hoje tem luz para pagar no fim do mês, tem o gás, a casa era simples, passava uma faxina e tudo estava pronto, não tinha telefone, não tinha carro, não tinha combustível, não tinha tanta despesa. Então facilitava muito. Hoje não! Hoje o pessoal tem muito gasto. Quem não tem seu fogão a gás, sua televisão, sua geladeira, telefone? Hoje tem custo que mensalmente é obrigado a ter. (...) Hoje o pessoal tem melhor qualidade de vida, mas hoje o pessoal não pode perder muito tempo. Ele está muito preocupado em economizar, porque senão falta para cumprir os compromissos. Naquele tempo o pessoal não tinha tanto compromisso como hoje,

²⁵¹ Informações da análise de 1.000 amostras de solos realizada em 1992 pela Emater (PRODER, 1999).

então tinha mais tempo de sair, tinham mais espaço de lavoura e de campo para deixar os animais.²⁵²

Sabe-se que a produtividade e o sucesso da atividade agrícola estão relacionados com inúmeros fatores que vão desde condições de solo e clima favoráveis até o acesso a mercados consumidores, passando pela assistência técnica, principalmente quando a utilização e o acesso a equipamentos e novas técnicas são restritos. Determinantes, relativamente, para a satisfação das necessidades para a reprodução das famílias. O Censo Agropecuário (1995-1996) traz informações sobre assistência técnica. Canguçu apresenta um baixo percentual de estabelecimentos assistidos por técnicos agrícolas, cerca de 17,5%; no Estado este percentual é de 47,8%. Enquanto que no Rio Grande do Sul quase a metade dos estabelecimentos receberam a visita de um técnico agrícola, em Canguçu esse valor não chegou a um quinto dos estabelecimentos. A carência desse acompanhamento, de certa forma, colabora para que indicadores de produtividade da terra e da mão-de-obra sejam inferiores à média estadual.²⁵³ O uso exaustivo do solo durante anos, de forma inadequada, reduziu, ano após ano, os níveis de produção. Nas entrevistas de campo, vários foram os depoimentos destacando a péssima qualidade do solo para a produção, resultado de anos de queimada, de formação de lavoura sem respeitar curva de nível, e sem correção de deficiências de fertilidade do solo. Mas entrevistamos famílias de agricultores que foram assistidos pela assistência técnica, modificando a forma de trabalhar a terra, incorporando curva de nível, terraço, cobertura vegetal, plantio direto, semente selecionada, etc. Comparando os dois momentos, passado e presente, a satisfação com os resultados, depois da incorporação de novas técnicas de plantio, é unânime entre os agricultores. Entretanto, agricultores que não receberam a orientação de técnicos agrícolas continuam com dificuldade na melhora da fertilidade do solo e da produtividade. Procuram incorporar alguma inovação, por iniciativa própria ou copiando do vizinho, experiência que, na maioria das vezes, deixa a desejar.²⁵⁴

Para conhecermos as condições sociais e econômicas do município podemos contar com o auxílio de alguns indicadores, uns simples e outros complexos. O *índice social municipal ampliado* (ISMA), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), classifica os municípios e as regiões do Estado, segundo condições sociais e econômicas, utilizando quatro blocos de indicadores: condições de

²⁵² Neste depoimento observa-se que as transformações na melhoria na qualidade de vida, acesso a certos serviços (luz, telefone, etc.), trouxeram mudanças à lógica de reprodução dos agricultores, entre elas, a intensificação da atividade agrícola e restrições ao convívio social. Um outro ritmo de vida, uma outra sociabilidade.

²⁵³ Segundo dados do Censo Agropecuário (1995-1996) a produtividade da terra e da mão-de-obra foi R\$ 143,64 e R\$ 1.635,18, respectivamente. No estado estes valores foram de R\$ 283,01 e R\$ 4.480,62, respectivamente.

²⁵⁴ O acesso ao crédito, no caso de agricultores familiares, pode estar relacionado com o acesso a assistência técnica. Por falta de orientação ou conhecimento, agricultores deixam de se candidatar a financiamento para investimento, custeio ou comercialização da produção. No caso de Canguçu, conforme Censo Agropecuário (1995-1996), aproximadamente 17,2% dos estabelecimentos receberam algum financiamento, indicador próximo ao dos estabelecimentos que receberam assistência técnica. Outro indicador relacionado à assistência técnica é o uso de práticas de conservação do solo, conforme descrevemos a pouco sobre a orientação de técnicos para o manejo adequado do solo e os resultados alcançados pelos agricultores. A esse respeito, 26,7% dos estabelecimentos rurais de Canguçu realizam algum tipo de prática de conservação do solo (por exemplo: adubação verde, adubação orgânica com esterco ou outros materiais orgânicos, consorciamento de cultivos, controle alternativo de pragas e doenças, curvas de nível, plantio direto, reflorestamento de áreas degradadas, rotação de cultivos), no Rio Grande do Sul este percentual é de 44,8%.

domicílio e saneamento, educação, saúde e renda.²⁵⁵ Respeitando a divisão do Estado em duas metades, observa-se que os municípios que estão localizados na Metade Norte registram os maiores valores, e os da Metade Sul, salvo exceções, apresentam os menores índices. Canguçu, segundo ponderações atribuídas a cada bloco que compõe o índice, em 1998 atingiu 0,45,²⁵⁶ colocando-se na trecentésima quadragésima quinta posição, num universo de 467 municípios.²⁵⁷

Canguçu convive com relativa deficiência em diversos setores, como os de moradia, educação,²⁵⁸ saúde, renda,²⁵⁹ entre outros. Deficiência relacionada às características gerais do município e da região, destacando, entre outras, a economia municipal fortemente dependente do setor primário – produção familiar com baixa produtividade.²⁶⁰ As duas localidades estudadas, Rincão dos Marques e Rincão dos Maia, estão inseridas nesse contexto de concepção geográfica ampla – município – em que, no decorrer do processo histórico de formação da região, inter-relação de fatores, condicionaram o desenvolvimento social dessas.

²⁵⁵ A elaboração do índice compreende um conjunto de 14 indicadores agrupados de acordo com ponderações específicas em cada um dos blocos resultando no índice de cada bloco, que, em seu conjunto, compõem o ISMA (média dos índices dos quatros blocos). Para efeito de avaliação, o índice varia de zero a um, quanto mais próximo a um, melhor são as condições de vida da população.

²⁵⁶ Para o Rio Grande do Sul, em 1998, este índice confere o valor de 0,55.

²⁵⁷ A distribuição rural-urbana da população parece ter alguma relação com o desempenho dos municípios na classificação geral, os municípios com maior percentual de população urbana, geralmente, apresentam os maiores valores no *índice social municipal ampliado* (ISMA).

²⁵⁸ De acordo com o Censo Demográfico de 2000 (IBGE), Canguçu tem cerca de 23% de analfabetos no meio rural.

²⁵⁹ O Produto Interno Bruto (PIB) per capita no município de Canguçu em 1999, segundo a Fundação de Economia e Estatística/Núcleo de Contabilidade Social, foi de R\$ 3.433,00, menos da metade do estadual (R\$ 7.435,00).

²⁶⁰ A produção agrícola, na maioria dos casos, é comercializada com empresas de outros municípios, reduzindo a capacidade de gerar valor através do beneficiamento dessa produção. Os benefícios sociais que poderiam surgir com a agregação de valor, industrialização da produção agrícola, são transferidos para outros municípios.

CAPÍTULO III

UM PÉ NO ESTRIBO E OUTRO NA TERRA – RINCÃO DOS MARQUES: DILEMA ENTRE PASSADO E PRESENTE

Rincão dos Marques é uma localidade, segundo caracterização de um morador, de agricultores familiares *tradicionais*, e logo complementa: “(...) os agricultores, na sua maioria, se caracterizam pela condição de pobreza.” Questionado sobre o que entendia por agricultores familiares tradicionais, respondeu: “(...) os que as lavouras são pequenas (...) planta milho e feijão. O milho para alimentar os animais e o feijão para o gasto da família, mas também vende um pouquinho.”²⁶¹ Declaração que expressa *condição de pobreza*, mas também parece assemelhar-se à definição de agricultura tradicional de Mellor (1966) apud Galbraith (1979, p. 66): “Uma agricultura tradicional tende a ser dominada por uma atitude que põe ênfase na sobrevivência e manutenção das condições, ao invés do seu progresso e aperfeiçoamento.” Para o autor, o risco ligado à inovação e à possibilidade de um resultado frustrado por erro na inovação estimulam essa atitude.²⁶²

O modo de vida atual dos agricultores do Rincão dos Marques reflete experiências e comportamentos herdados do passado, pelos relatos e pelas condições de vida, *marcas* estão presentes na psique das pessoas. A cautela quanto a consequências negativas de uma mudança na forma de promover a reprodução da família pode ser interpretada, tanto pela sociedade interna como externa à localidade, como comportamento de *acomodação*. Perguntamos ao senhor Plínio (67 anos), agricultor no Rincão dos Marques, sobre os motivos de os agricultores plantarem, durante anos, milho e feijão e de não ter incorporado nenhum novo produto, a resposta foi a seguinte: “Nesse sentido é acomodado! Acho que têm é medo dos financiamento, se vai financiar para plantar o cara termina, se tem uma propriedade termina dando ela para o município ou para o estado, o que seja (...)” Questionado sobre a mesma questão o senhor Arlindo,²⁶³ residente na cidade de Canguçu, responde: “As pessoas, devido à origem, não demonstram muita iniciativa e parece que bastante acomodação em desenvolverem. (...) Então tem esse perfil de pessoas mais acomodadas.”

A acomodação da sociedade do Rincão dos Marques, se assim podemos dizer, alcançou estágio crítico, a mudança ou transformação das condições econômicas e sociais, para esta sociedade, parece impossível. Prefere a resignação ao fracasso, como, por exemplo, no depoimento do senhor Nelson (59 anos): “A gente como é pobre, como diz o outro, se conforma com a pobreza, não pensa em melhorar muita coisa a não ser em a gente poder produzir e vender as coisas que produz e fazer dinheiro para sobreviver.” As pessoas do Rincão dos Marques, com exceções, julgam-se incapazes para lutar pela transformação econômica e social da sociedade local, estão desmotivadas e conformadas. Segundo elas, a saída está na intervenção direta do Estado, promovendo mudanças em diversos aspectos. Deixam transparecer a angústia pela necessidade de um tutor para guiá-las para fora do círculo vicioso em que estão presas.

²⁶¹ Alfredo (43), agricultor no Rincão dos Marques.

²⁶² Os entrevistados, sem exceção, identificam-se como *agricultores*, mesmo quando o rebanho de gado é relativamente significativo. De alguma forma obscurecem a face *pecuarista*. A pecuária, mesmo pequena, corresponde a um *capital* em animais (cria, cria, venda de bezeros, etc.), utilizado para enfrentamento de dificuldades ou realizações de projetos diversos, *familiares* e produtivos. Uma questão que parece instigante, para estudos futuros, é tentar compreender a *lógica* e o *lugar* da agricultura na *pecuária familiar*.

²⁶³ Representante do poder municipal.

Neste capítulo esforçamo-nos em conhecer e entender os motivos que levam os habitantes de Rincão dos Marques ao comportamento conformista, em que as forças esvaem-se diante das dificuldades impostas pelo meio social, este resultado da construção social. Para estudar a sociedade do Rincão dos Marques, observamos e analisamos as formas em que ela se expressa (palavras, imagens, instituições, comportamentos).²⁶⁴

3.1 Resgate do Passado Vivido e Escutado: lembranças do modo de vida e percepções (deles e nossas)

As entrevistas contemplaram questões do passado vivenciado e conhecido por meio de conversas, do presente e das esperanças de futuro.²⁶⁵ Para tanto, abordam-se elementos diversos da cultura dessa sociedade que tem origem no desmembramento das estâncias; descendentes de empregados e agregados que trabalhavam na *lida* do gado. O senhor Francisco (59 anos), agricultor no Rincão dos Marques, resume o processo de desmembramento das terras no Rincão dos Marques: “Vai morrendo os velhos e vão repartindo com os filhos e vai retalhando as terras tudo. Isso daqui era a sesmaria dos Marques, era um Marques só que tinha em milhes de hectares.”

Pela origem e pela distância, as mudanças no modo de vida dos moradores do Rincão dos Marques foram lentas, muito do passado está presente nos hábitos e costumes dos habitantes dessa localidade.²⁶⁶ Nesta seção tratamos de descrever a região, as casas e as condições de moradia, as famílias, a atividade agrícola e a alimentação, e a vida social, aspectos que ajudam a caracterizar a sociedade e auxiliam no entendimento dos fatores que condicionam a vida das famílias. Mergulha-se em um passado de pouco saudosismo: “(...) daquela época..., se chegar a voltar é pior! Saudade só da idade! Deus o livre se chega a voltar aquilo de novo!”²⁶⁷

As referências ao passado, de modo geral, descrevem as dificuldades que as famílias de agricultores enfrentavam para assegurar a subsistência, salientando a escassez dos meios de produção e de mercado para comercializar parte da produção. Para os agricultores, as dificuldades eram diferenciadas segundo a classe social a que pertenciam. De modo geral, a sociedade do Rincão dos Marques era representada por dois grupos sociais: os *produtores* e os *mais humildes*.²⁶⁸ Os *produtores*, apesar das limitações, trabalhavam exclusivamente na propriedade, dedicando-se à criação de gado e à agricultura.²⁶⁹ A pecuária era herança do período quando a atividade tinha importância na região; as charqueadas e, posteriormente, os frigoríficos respondiam pelo dinamismo da economia regional. Conforme capítulo anterior, com a crise no mercado de carne pela concorrência externa, a criação passou a representar uma atividade pouco atrativa, desestimulando a pecuária de corte nas regiões menos

²⁶⁴ Geertz (1997).

²⁶⁵ Ao reportarem ao passado, os entrevistados lembravam dos tempos de infância e das conversas com os pais e avós. Lembranças que percorrem o passado até, aproximadamente, início do século XX.

²⁶⁶ As mudanças são percebidas, mais nitidamente, a partir da década de 1970, desencadeadas por interferência externa. Entretanto, no contexto da agricultura brasileira, as grandes transformações foram posteriores aos anos 60 (Estatuto do Trabalhador Rural – Lei 4214 de 02/03/1963, Revogação Total em 11/06/1973; Estatuto da Terra – Lei 4504 de 30/11/1964; e Revolução Verde 1965-1990).

²⁶⁷ Eduardo, 60 anos – Rincão dos Marques.

²⁶⁸ Denominação das classes sociais (*produtores* e *mais humildes*) apresentada em uma das entrevistas realizadas na localidade de Rincão dos Marques. Distinção que nos reporta à problemática *estabelecidos* e “outsiders” de Elias e Scotson (2000), mas diferentemente daquela análise, a diferenciação, aqui, está posta como diferenciação econômica-social entre *produtores* e *mais humildes*, referindo às diferenciações de posse e poder de mando.

²⁶⁹ Os *produtores* seriam os descendentes dos *estancieiros*.

adequadas como, por exemplo, a Serra do Sudeste. A permanência da pecuária na região é questão de herança cultural e de falta de alternativa tendo em vista as características ambientais e sociais da localidade. A atividade agrícola que começou a (re)tomar importância paralelamente à pecuária era herança do período colonial, algumas famílias açorianas instalaram-se na região de Canguçu nos primeiros anos de colonização, dedicavam-se quase que exclusivamente à agricultura de subsistência, comercializando o excedente no comércio de Pelotas. Grosso modo, as famílias de colonizadores instalados em pequenas áreas de terra, as *datas*, inicialmente eram agricultores, mas, pelo apelo econômico das charqueadas, logo se transformaram em pecuaristas. As limitações produtivas impostas pelo relevo acidentado da Serra do Sudeste não permitiram acúmulo de capital, impossibilitando a aquisição de novas terras, a exemplo de regiões de campos e de relevo mais suaves. A crise da pecuária e os desmembramentos das estâncias de criação pela comercialização, herança e doação, reduziram a capacidade produtiva dos sistemas de criação, motivando a incorporação do cultivo de produtos agrícolas para garantir a subsistência das famílias. Atualmente, os herdeiros culturais dos *produtores* são denominados de *pecuaristas familiares*,²⁷⁰ as propriedades têm em média de 15 a 20 hectares em que a criação de gado conserva o modelo tradicional (pecuária extensiva), apesar das limitações, e dedicam-se às lavouras de milho e feijão para a alimentação dos animais e da família, respectivamente, comercializando parte da produção.

Os *mais humildes* eram as famílias descapitalizadas e com baixa disponibilidade de meios de produção, provavelmente descendentes de agregados e mesmo empregados *permanentes* das estâncias. Os *mais humildes* realizavam algumas atividades produtivas de modo a garantir a subsistência do grupo familiar, cultivavam pequenas lavouras de milho e feijão na base do trabalho braçal, extraíam a casca de árvores, identificadas como aroeirinha, para comercializar com os curtumes, cortavam a mata nativa para a produção de lenha e carvão, ambos os produtos vendidos nas cidades de Canguçu e Pelotas, e trabalhavam como temporários nas propriedades da região ou viajavam para as cidades de Arroio Grande, Jaguarão, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, entre outras, para trabalhar nas granjas de arroz, ou ainda trabalhavam como carroceiros (frete) transportando mercadorias para terceiros. Hoje os *mais humildes* dedicam-se a pequenas lavouras de milho e feijão e ao trabalho de diarista nas propriedades vizinhas. Com o grau de carência acentuado com o passar dos anos, essas famílias dispõem de precárias condições de vida, casas sem nenhum conforto, algumas de pau-a-pique, pouca noção de higiene e atividade agrícola com técnicas rudimentares.

A região do Rincão dos Marques *mudou pouco* com os anos,²⁷¹ alguns entrevistados destacaram, como acontecimentos que marcaram a localidade, a chegada da energia elétrica e a construção da escola. Na atividade produtiva pouco foram os períodos de destaque, como, por exemplo, a produção de tomates e de ervilhas para a indústria de conserva de Pelotas, períodos curtos e de baixo impacto na economia da localidade. Talvez a maior transformação tenha acontecido no comportamento das pessoas, mudança facilmente reconhecida pela sociedade local, incentivada pelos meios de comunicação (rádio e televisão) e pela educação escolar. A paisagem, segundo os

²⁷⁰ Em nenhum momento os entrevistados identificaram-se com *pecuaristas familiares*, mesmo os que detinham rebanhos relativamente expressivos. Esta denominação foi construída em ambiente externo, possivelmente no âmbito acadêmico. Os entrevistados identificam-se como *agricultores*, indiferente à proporção entre rebanho e lavoura. *Pecuarista familiar* representa uma categoria analítica que, de alguma forma, fixa a esse grupo social características que não lhe são gratas. Por força dos estigmas, esse grupo social busca desvincular-se das relações e das características do passado de pastoreio.

²⁷¹ Na percepção dos entrevistados, levando em consideração o tempo vivido (no máximo 75 anos atrás).

depoimentos, permaneceu praticamente a mesma, talvez aumentando um pouco as áreas de cobertura verde pela *proibição* do corte de matas nativas e pela substituição da fonte de energia (gasolina, eletricidade e gás).

Um aspecto abordado nas entrevistas foi quanto às condições de moradia das famílias residentes no Rincão dos Marques. No passado, meados do século XX, as casas eram construídas basicamente de três formas: de tijolos a vista, de pau-a-pique ou de torrão. As famílias de melhor poder aquisitivo, pertencentes à classe *produtores* (descendentes de *estancieiros*), construíam suas casas em pontos elevados, locais estratégicos de observação, herança dos períodos de conflitos, para controlar a movimentação dos animais e das pessoas que adentrassem na propriedade. As casas desse grupo social eram geralmente de tijolos cobertas com telhas de barro, as famílias abastadas rebocavam as paredes externas o que representava certo *status* social.²⁷² As divisões internas eram feitas de taquaras amarradas com tiras de couro e cobertas de barro, e o piso era de chão-batido ou de tijolos. As aberturas externas, janelas e portas, eram de madeira e as internas eram geralmente de tecidos. As casas eram compostas de quartos, sala e cozinha, o banheiro eram as matas, os riachos e as sangas. A cozinha resumia-se ao fogão a lenha, confeccionado em barro e pedras, uma estante para guardar os alimentos e utensílios, e uns poucos bancos de madeira e uma mesa. Entretanto, a cozinha era lugar de sociabilidade da família: refeições e atividades conjuntas, proximidade do *calor* do fogo no inverno, lugar de *causos* e de avaliações e decisões familiares.

As famílias *mais humildes* podiam morar em casas de tijolos, sem revestimento externo, ou em casas de pau-a-pique ou de torrão, esta última era construída com pedaços de terra retirados de áreas de banhado, eram denominadas de casas de torrão devido ao formato de tijolos largos dos pedaços de terra. As casas de pau-a-pique e de torrão eram usualmente cobertas com palha e raramente com telhas de barro, não tinham a mesma divisão interna das casas de tijolos, eram constituídas de uma ou duas peças (quarto e cozinha), divididas, algumas vezes, por tecidos coloridos.²⁷³ No Rincão dos Marques, observa-se que há muitas casas de tijolos expostos e algumas poucas de pau-a-pique, parte destas foram substituídas, na segunda metade da década de 1990, por casas de alvenaria distribuídas por programas sociais do governo estadual e federal. Há alguns anos passados a região rural do município era foco do barbeiro (denominado popularmente de chupão), inseto transmissor da doença de Chagas,²⁷⁴ que habitava principalmente as casas cobertas com palha (capim santa-fé). Observa-se poucas casas novas ou em construção. Essas, segundo informação, são de propriedade de funcionários do poder municipal residentes na localidade. De modo geral, as residências passam a imagem de que a localidade de Rincão dos Marques se encontra, digamos, num processo de estagnação, muitas delas em estado de degradação, necessitando de cuidados de conservação.

As famílias e as relações afetivas entre seus membros foram tema das conversas, identificando mudanças na estrutura e no comportamento. Segundo os relatos, as famílias eram numerosas, muitos filhos com pouca diferença de idade entre eles, mas hoje são menores, encontramos famílias com dois ou um filho. As dificuldades do passado, as restrições dos meios de produção, o conhecimento de métodos anticoncepcionais e as informações passadas pelas escolas, assistentes sociais, e pelos

²⁷² Segundo o senhor Inácio (71 anos – agricultor no Rincão dos Marques), “(...) as casas rebocadas era dos *grandão*, o cimento vinha da România, (...) vinha numas barriquinha.”

²⁷³ Felix de Azara, apud Freitas (1980, p. 50), descreve a moradia dos *gaúchos peões* muito próxima às relatos pelos moradores do Rincão dos Marques, e que ainda encontramos alguns exemplares.

²⁷⁴ Encontramos algumas poucas pessoas portadoras desta doença.

meios de comunicação colaboraram na mudança da estrutura das famílias do Rincão dos Marques.

Os relacionamentos entre os membros da família também modificaram, as relações entre marido e mulher e, principalmente, entre pai e filhos, segundo depoimentos, foram as mais significativas. No passado o relacionamento entre pais e filhos era regido pelo autoritarismo paterno em que as ordens vinham do pai e o silêncio dos filhos, sem nenhum gesto de carinho.

O carinho era meio pouco naquela época, porque era uma turma grande, se vai dar carinho pra um os outros iam ficar com ciúme. (...) Era mais reto! E as crianças eram meio arteiras, se fosse duas casas a passear se juntava em vez de oito era dezesseis e aí já complicava, tinha que trazer meio reto! (...) A gente não sentava [no colo], a gente tinha vergonha do pai. (...) A gente tinha muito respeito, então a gente não se animava a abraçar o pai. Eu fui abraçar meu pai depois de grande, custei a abraçar o pai! A gente tinha aquele respeito, a gente não sabia se ele estava de boa com a gente! Era geral, aqui na zona era tudo mais ou menos assim.²⁷⁵

A agricultora descreve o relacionamento entre pai e filhos. Os gestos de afetividade, como expressados hoje (com contatos físicos), eram quase inexistentes, tratavam os filhos com autoritarismos, tratamento justificado pelo número de filhos e pela própria falta de merecimento – eram *arteiros*. Os pais também receberam o mesmo tratamento, reflexo do contato com as pessoas (relações mediadas pela desconfiança), e com a terra e os animais (mediadas pela força). O desconhecimento de outras formas de tratamento entre pessoas perpetuou essa relação que pouco expressava sentimentos de afeto, amor e carinho.²⁷⁶ A expressão desses sentimentos de uma forma exteriorizada e expansiva poderia, na cultura gaúcha, significar sinal de fraqueza, algo não associado à figura imaginária do gaúcho macho.

Outra questão que observamos no depoimento da agricultora diz respeito ao relacionamento entre pai e filha, o pudor, a vergonha em sentar na colo do pai. Esse constrangimento pode ser reflexo da educação e do tratamento dados pelos pais, mas também pode vir, de certo modo, das *marcas* da infância. Como descrito anteriormente, as casas mais simples eram compostas de uma ou duas peças, a cozinha e o dormitório, neste último a família dormia unida, permitindo a observação, dos filhos mais curiosos, dos momentos de intimidade dos pais, que também poderiam ser presenciados nas lavouras ou roças.²⁷⁷

Hoje a relação entre pai e filho mudou, a exemplo do descrito pela senhora Mariana (54 anos): “Hoje está muito melhor para os filhos! (...) A gente tem mais liberdade uns com os outros, a gente conversa, se está bem se está mal, de primeiro a criança não tinha como conversar. A criança nem conversava!”²⁷⁸ O senhor Otávio (65

²⁷⁵ Mariana, 54 anos – agricultora no Rincão dos Marques. Observamos no discurso da agricultora a utilização da palavra *meio* (duas vezes) e do termo *mais ou menos*. O *meio arteiras* pode significar que exerciam liberdades e autonomias que tencionavam as fronteiras dos comportamentos estabelecidos pelos pais. O *meio reto* significa, por parte do pai, um comportamento entre rigidez e compreensão. Entretanto, lucubrando sobre essas palavras (*meio* e *mais ou menos*) e o modo de expressar das pessoas da localidade, poderíamos dizer que identifica, de certa forma, situação de acomodação ou resignação. Palavras, da forma aqui utilizadas, que podem indicar um estado estático, não é mais nem menos, não vai nem para um lado nem para o outro, fica onde está.

²⁷⁶ Também pode-se interpretar como: o não reconhecimento como comportamentos *retos* e expressão de retidão de caráter.

²⁷⁷ Ver Woortmann e Woortmann (1997, p. 138-140).

²⁷⁸ A agricultora, além de responder sobre a relação entre filhos e pai, refere-se ao relacionamento marido e mulher, deixando transparecer que a autoridade do chefe de família restringia a liberdade de expressão tanto dos filhos como da mulher.

anos), agricultor no Rincão dos Marques, também destaca essa mudança de comportamento:

No tempo que me criei a gente não conversava quando tinha visita. A criança ficava sempre do lado de fora, não participava das conversas dos adultos. Existia muito mais autoritarismo. Hoje não, eu criei os meus filhos com todo o carinho, o carinho que eu não tive eu dei pra eles. (...) As crianças que são maltratadas pelos pais já se cria revoltada!

Observa-se que a relação entre pais e filhos está mais afetiva que a descrita do passado, motivada, segundo os entrevistados, pela educação escolar, o acesso aos meios de comunicação e o aprendizado da *própria vida*. A escola trouxe contribuições para essa mudança, as professoras, algumas da cidade, incorporavam ao ensino questões de higiene e comportamento que eram repassadas aos pais pelos filhos. A televisão passou a ser uma das opções de lazer dos finais de jornada, como destaca o senhor Miguel (59 anos – agricultor): “Agora a gente tem os conforto, chega em casa e vai olhar uma televisão. Naquele tempo era diferente, tu vinha para casa, ia se lavar, tomar um mate e jantar para no outro dia se levantar cedo para ir pro serviço.” E o senhor Otávio (65 anos) complementa: “O rádio, televisão. Apesar que a televisão tem muitas coisas que não deveriam aparecer, mas isso tudo ajuda na cultura!” A experiência de vida também foi importante para a transformação, a comparação dos métodos de educação repassados pelos pais e os resultados contribuíram na mudança da forma de tratamento dos filhos. A educação reta e autoritária dos pais poderia resultar em crianças rancorosas e revoltadas, como salientou o senhor Otávio, e, de certa forma, refletir na sociedade local em que os conflitos eram comuns, gerados por questões banais. Provavelmente o conhecimento de outras formas de sociedade, por exemplo, a urbana de Canguçu e Pelotas, tenha provocado a reflexão sobre o modo como eram dadas as relações sociais familiares e extrafamiliares. Nas comparações no tempo, do modo de ser das pessoas da localidade, o termo *civilizado*, precedido das palavras *mais* ou *menos*, é utilizado para qualificar a sociedade local no presente e no passado, respectivamente (valorizando o presente como mais civilizado).

A mulher ocupava e ainda ocupa, mas em menor grau, posição secundária na sociedade patriarcal autoritária, a submissão feminina é característica da sociedade rural de Canguçu. No Rincão dos Marques não era diferente. Segundo o senhor Otávio (65 anos):

A mulher, naquela época, não tinha voz ativa pra nada, não resolvia nada! Isso era um grande erro! Eu mesmo me criei sabendo que isso era uma coisa errada. Só o marido que decidia! A mulher tinha que ouvir de cabeça gaixa e seguir as ordens do marido. Gostasse ou não gostasse, tinha que fingir que estava gostando. Hoje não! Já existe, por exemplo, a negociação, se a mulher não aceita fazer o negócio ele não faz, já cede.

E a senhora Olívia (63 anos), agricultora, complementa:

Eu acho que tem que ser assim, se um está errado o outro tem que dizer que está errado! São os dois os donos da casa e da família, desde que não faça nada errado, é obrigação tanto do marido como da esposa de ver o que está certo e o que não está. Não pode ficar um submisso ao outro!

Nos depoimentos observa-se que a mulher vem conquistando espaço, respeito e consideração no meio rural. O processo percorre cada grupo social na velocidade que lhes é permitido, nuns mais rápido e noutros mais lentos, dependendo do grau de abertura concedido pela própria sociedade, promovendo transformações para melhorar a qualidade de vida das mulheres.²⁷⁹ No passado, o papel da mulher era servir o chefe da família, sem poder opinar ou decidir sobre assuntos ditos de responsabilidade

²⁷⁹ As mudanças estão relacionadas à liberdade de poder opinar, de ser ouvida e respeitada, mas na divisão do trabalho os papéis não tiveram transformações significativas.

masculina. As transformações que aparecem nos depoimentos são frutos do acesso a informação através da educação escolar, dos meios de comunicação (rádio e televisão) e no conhecimento de outras realidades, processos de inter-relação social.

Na sociedade do Rincão dos Marques, matar o porco, fazer o charque, tirar o leite, cuidar da casa e das crianças era e ainda é, em boa parte das famílias, trabalho da mulher, além de ajudar o marido na lavoura e em outros serviços mais leves. Para o homem são reservadas as ocupações da lavoura, da criação de gado e do trabalho fora da propriedade, *atividades de geração de renda*, como relatam os entrevistados.

As atividades começam ainda de madrugada, tirar o leite para o café e para entregar ao caminhão de coleta da indústria de laticínios.²⁸⁰ Logo depois a família segue para a lavoura (plantar ou capinar). Antes do meio-dia, a mulher retorna, com as crianças menores, para preparar o almoço. Após breve descanso, voltam ao trabalho na lavoura até o final da tarde. Em casa, tratam os animais, tomam o chimarrão, jantam e dormem para no dia seguinte retomar a rotina.

As famílias do Rincão dos Marques tinham, e ainda têm, na criação de animais, nas plantações, no extrativismo e no trabalho fora da propriedade os meios para suprir as necessidades para a subsistência familiar, atualmente agregaram a estes meios a aposentadoria rural.²⁸¹ A criação de animais, herança do período colonial, era a principal atividade da localidade, ocupando os campos com rebanhos, principalmente, de bovinos e, em menor escala, de ovinos. Com os anos e a progressiva redução das áreas das propriedades, a pecuária foi perdendo espaço para outras atividades produtivas adequadas a cada momento social e econômico que se configurava ao longo do processo de desenvolvimento dessa sociedade. No presente, a criação de bovinos de corte ainda se destaca como uma das principais atividades econômicas, fortemente sustentada pelas heranças culturais, caracterizando parte da sociedade do Rincão dos Marques como de pecuaristas familiares.²⁸²

As plantações de feijão e milho ocupam determinada importância para a subsistência das famílias do Rincão dos Marques, como também para as demais famílias das outras localidades de Canguçu. No passado, além do feijão e do milho, a abóbora, o alpiste, a aveia, a cevadinha, o fumo de corda, a linhaça e o trigo eram produzidos nas propriedades para subsistência das famílias ou para a venda no comércio local ou levados para as localidades de Cerro da Buena, Estação Cerrito, ou, ainda, para as cidades de Canguçu e Pelotas.²⁸³ Segundo os relatos, até a década de 1970 os agricultores enfrentavam dificuldades para comercializar qualquer produto, realizavam longas e demoradas viagens em carretas de boi até encontrar comprador para a produção. Hoje não precisam mais se deslocar em busca de compradores, os intermediários batem à porta dispostos a comprar qualquer produto, mas impondo o preço. Na década de 1970, os agricultores, por incentivo da indústria de conservas de Pelotas, tiveram uma rápida experiência com o plantio de ervilhas e tomates (reflexo da política agroindustrial). Cultivos que motivaram os produtores pela assistência técnica, garantia de comercialização e preço; poucos anos depois, no entanto, a indústria deixa de estimular a produção, pela superprodução e pelo fim dos incentivos governamentais,

²⁸⁰ Anos atrás, o trabalho de tirar leite das vacas começava pelas 3h 30min da manhã, hoje, com os resfriadores de leite, o agricultor pode dormir um pouco mais.

²⁸¹ Vianna (1987, p. 82-83) lista a produção dos açorianos no arquipélago dos Açores, entre eles: o trigo, a cevada, a criação de gado, de ovelhas, de colméias, e a madeira. Itens que encontramos no Rincão dos Marques do passado, demonstrando que as mudanças na produção não foram tão significativas, mas que se acentuaram nas últimas décadas, identificando um processo de empobrecimento econômico e cultural.

²⁸² Ver Cotrim (2003).

²⁸³ Cerro da Buena, Estação Cerrito e Canguçu distam aproximadamente 40 km da localidade, e Pelotas, um pouco mais de 70 km.

estes últimos colaboraram para a transferência de parte do setor para outras regiões do país. Nos dias atuais, a atividade agrícola resume-se no plantio do feijão, do milho e do fumo para as multinacionais de tabacos estabelecidas nos municípios de Santa Cruz do Sul e Vera Cruz. Tendo em vista essas experiências, observamos que os agricultores do Rincão dos Marques respondem a mudanças no campo de possibilidades postas por *agentes* externos.

O feijão e o milho foram uns dos poucos produtos que não deixaram de ser plantados, base da subsistência das famílias, simbolizam fartura.²⁸⁴ Segundo o senhor Nelson (59 anos), agricultor, o mercado (preço) não tem grande influência na hora de o agricultor tomar a decisão sobre o que plantar, mas destaca o que lhe motiva a plantar o feijão e o milho:

Olha eu até não sei por que planto milho e feijão. Milho é porque eu gosto da lavoura de milho e a gente tanto faz colher no verão ou no inverno, é milho sempre. O feijão é uma coisa da panela, então procura plantar. (...) Eu gosto do milho porque dá fartura em tudo, tu engorda os animais, o porco, a galinha, o cavalo, a gente come milho na canjica, na farinha, em tudo. Milho é uma coisa quase que completa!

Dos produtos cultivados na localidade, dois chamaram a atenção pela importância dada pelos agricultores nas deposições – trigo e fumo de corda. O trigo era plantado tanto para a comercialização como, mas principalmente, para o autoconsumo familiar. Na localidade existia um moinho colonial, como é denominado pelos moradores, que transformava o trigo e o milho em farinha. Sobre parte da história do trigo e dos moinhos coloniais na localidade, o senhor Otávio (65 anos) relata:

O colono trazia o trigo, saca de 60kg, o milho e levava a farinha pronta. Trazia um saco de 60 kg de trigo e levava 46 quilos de farinha no rolão. Tinha a farinha de primeira, a farinha de segunda e a do rolão, farinha de terceira. O rolão era a melhor farinha que tinha, era escura porque pegava bem na beirinha da casca, ali é onde está toda a vitamina do trigo, é a que chamam de integral. Hoje não se usa mais isso, vem do supermercado a farinha especial, aquela branquinha, e a farinha boa, que é boa para a saúde o pessoal dispensa, não querem. (...) Era uma coisa que não se visava lucro como hoje, hoje é lucro senão não vão embora. Naquela época era tipo comunitário! Vinha muita gente, naquela época a gente quase moía dia e noite. (...) O pessoal vinha de carroça e cavalo, vinha com meia saca de trigo na garupa do cavalo, uma lata de cada lado. Era como uma carreira de formiga, ia indo uns e ia vindo outros!²⁸⁵

Relatos como este foram vários, todos em tom de saudosismo; lembranças dos tempos que a sociedade do Rincão dos Marques produzia o pão de cada dia com o trigo da sua terra, e que a lógica do lucro não se fazia tão presente nas relações das pessoas. Este moinho colonial operou entre 1922 e 1964, quando encerrou suas atividades por força da proibição do governo federal, conforme relato do senhor Otávio (65 anos):

Naquela época o governo mandou baixar o decreto 210 proibindo os moinhos coloniais de funcionar. Então houve uma perseguição das multinacionais dizendo que nós éramos clandestinos e sonegador de imposto. Aí veio a fiscalização da Sunab lá do Rio de Janeiro com a papelada, queriam saber o quanto que a gente comprava no ano, mas nós éramos só beneficiamento, o colono trazia uma lata de trigo ou de milho, a gente mói e eles levam a farinha para consumir em casa.

Para operar, o proprietário do moinho teria que arcar com altos custos para a legalização e passar a comprar o trigo e não mais prestar serviço na moagem dos grãos.

²⁸⁴ Nos depoimentos pode-se observar o valor dado, pelos agricultores, ao cultivo do milho. O milho, para alguns, era o *combustível da propriedade*, valor atribuído pela importância na alimentação dos animais (aves, suínos e bovinos). Desses animais depende, relativamente, a subsistência familiar – alimentação e força de trabalho. A compra deste produto representaria custo elevado na reprodução dos meios de produção e familiar.

²⁸⁵ Agricultor no Rincão dos Marques.

Logo depois os comerciantes da região começaram a trocar a farinha de trigo por trigo em grão, na mesma proporção, e retornar mais uma determinada quantia em dinheiro, ação estimulada, segundo os agricultores, pelos moinhos de Pelotas que aproveitavam dos subsídios que o governo concedia. Os agricultores continuaram a plantar trigo até meados da década de 1970, mas preferiam trocá-lo por farinha a levá-lo para o moinho colonial. Com a redução da fertilidade do solo e a má qualidade da semente, guardada de um ano para outro, o cultivo do trigo foi reduzindo até sua extinção na localidade. Entretanto, outros elementos estavam relacionados com a redução no cultivo do trigo, como, por exemplo, a mudança nas relações econômicas e a possível hegemonia da *agroindústria* em relação ao *moinho colonial*. Do moinho colonial da família do senhor Otávio sobrou apenas um prédio abandonado a beira do arroio, o qual movimentava a roda de água, e declarações saudosas como a da senhora Natália (53 anos):

O que faz falta na região são os moinhos coloniais, que foram desativados, foi uma pena porque tinha fartura para este povo! (...) Todo mundo plantava uma lavourinha de trigo e já sabia que se não vendesse, porque de primeiro o vendeiro comprava, mas se não vendesse fazia farinha.²⁸⁶

O fumo de corda mobilizava a família por alguns meses, iniciando pelo plantio, como descreve, pausadamente, o senhor Quirino (69 anos):

De primeiro se queimava muito mato, se fazia carvão em forno de chão, armava um forno no chão, tapava com terra e botava fogo depois. Até isso hoje em dia está proibido. Então naquela carvoeira a gente aproveitava e fazia uma sementeira de fumo, fazia um canteiro de fumo. Quando a muda estava neste porte assim a gente agarrava uma estaca e um ia abrindo cova e o outro ia botando a muda e apertando a *mudita* de fumo e dali uns dias já vinha a capina e era assim. Hoje em dia é tudo deferente, capina eles capinam, mas até a capina já é deferente. De primeiro era tudo em enxada braçal, enxada de mão.²⁸⁷

Após a colheita do fumo começava a confecção das cordas:

A gente tirava a folha de fumo, destalava ela, depois dobrava ela bem dobradinha, fazia um maço, dobradinha, pranchadinha, depois então se colocava num banco, igual aquele ali [banco de madeira], estendia mais ou menos quatro ou cinco folhas de fumo, depois fazia um enchimento, uma bucha dentro, e se enrolava, fazia torcida. Depois, acorda era feita campo a fora, eram cordas de 20 a 30 metros, ou até com mais, de acordo com o pessoal que tinha em casa para agarrar na corda para levantar para frente, aí a gente ia embutindo a torcida e iam torcendo a corda e o fazedor da corda só ia embutindo a torcida. Era como a gente, de primeiro, trabalhava era assim! Naquele tempo a dificuldade era coisa muito séria! Era coisa muito séria! Hoje em dia está tudo mais fácil, mais moderno. Agora mesmo, esses fumo o pessoal já faz e já é tudo nessas estufas, já botam a secar, já enfardam a folha, esses de estufa eu não sou conhecedor, nunca trabalhei nesses de estufa.

Além da lavoura e da criação de animais, as famílias do Rincão dos Marques tinham outros meios para suprir as necessidades de subsistência, como a extração de madeira, para a produção de lenha e carvão, e da casca de aroeira e de catiguá, atividades dos *mais humildes*. Como salienta o senhor Quirino: “Meu pai era queimador de carvão, (...) quem era gente pobre queimava carvão em forno de chão.”

Sem disponibilidade de meios de produção adequados para a atividade agrícola, uma das alternativas era o corte da mata nativa para transformá-la em achas de lenha ou carvão para comercializar nas localidades de Estação Cerrito e Cerro da Buena, ou, quando o mercado estava saturado, levar para Canguçu e Pelotas. Preferiam entregar o carvão para os compradores mais distantes, já que era mais leve e valorizado que a lenha. Com o resultado da venda de mais ou menos quarenta sacos de carvão, os agricultores compravam os produtos necessários para garantir por mais de seis meses a

²⁸⁶ Agricultora no Rincão dos Marques.

²⁸⁷ Agricultor no Rincão dos Marques.

alimentação da família. O corte da mata também era necessário para a rotação das lavouras, o solo da região é raso e de baixa fertilidade, unindo a estes a utilização de técnicas rudimentares, em dois ou três anos esgotavam a fertilidade da terra e iniciavam novas lavouras.²⁸⁸ Com a proibição dos cortes de mata nativa, essa atividade praticamente extinguiu-se, salvo o caso de algum agricultor mais necessitado que vê a produção de carvão como alternativa para garantir o sustento da família.²⁸⁹

Outra alternativa de renda para os agricultores era a coleta da casca de árvores para a extração do tanino, como a aroeira e a catiguá. O tanino era utilizado em larga escala pelos curtumes da região para o tratamento do couro. As cascas eram vendidas por quilo ou arrouba aos comerciantes que passavam pela localidade ou eram levadas a estes. Para os agricultores, esta atividade era uma alternativa para momentos de dificuldade ou quando os trabalhos na lavoura não exigiam dedicação.

Para os *mais humildes* ainda existia a alternativa da ocupação fora da propriedade, trabalhando como diarista na lavoura dos agricultores da região, ou na indústria de conservas de Pelotas, ou cortando arroz nas granjas da região da fronteira com o Uruguai ou prestando serviço de carreteiros para os comerciantes locais. Os *mais humildes* trabalhavam nas lavouras dos *produtores* em atividades específicas como o preparo da terra, o plantio, a limpeza da lavoura e a colheita, recebendo o pagamento por dia ou por empreitada. Hoje o trabalho na lavoura de fumo é uma das poucas alternativas de renda e de ocupação fora da propriedade para os agricultores que enfrentam dificuldade em suprir a subsistência da família.

Nas décadas de 1970 e 1980, a indústria de conservas de Pelotas buscava na localidade trabalhadores para diversas ocupações. Trabalho oferecido nos períodos de safra, em que a indústria sobrecarregava as linhas de produção. Com a redução da capacidade produtiva da indústria e o fechamento de parte dessa, essa alternativa de renda não foi mais disponibilizada à sociedade do Rincão dos Marques.

Outra opção era o trabalho por tempo determinado (um ou dois meses) nas granjas de arroz de alguns municípios do extremo sul do Rio Grande do Sul e no Uruguai. Os agricultores relatam que eram levados de caminhão, dois ou três, e acomodados em galpões rústicos. Eram contratados para cortar arroz, trabalho que iniciava nas primeiras horas da manhã e findava com o sol já posto, era o dia inteiro, sob sol e chuva, com parte do corpo submerso na água. A saudade da família era outro componente negativo para esses trabalhadores. A mecanização das granjas foi, ano após ano, reduzindo o número de trabalhadores manuais no corte de arroz até não precisar recorrer a quantidades expressivas de mão-de-obra de outros municípios. Para os agricultores do Rincão dos Marques, o trabalho era demasiado exaustivo, mas possibilitava garantir *quase um ano de suprimentos para a família*.

Na região, os *mais humildes* também tinham a opção de trabalhar como *carreteiros* ou *carroceiros freteiros*, transportando mercadorias para os donos de armazéns da região, que compravam o excedente dos *produtores* locais. Nas carretas, puxadas por bois, ou nos carros de colono, puxados por cavalos,²⁹⁰ eram transportados, para serem vendidos aos atacadistas, alpiste, carvão, casca de aroeira e catiguá, feijão, couro de animais (lagarto, raposa, zorrinho, entre outros), fumo de corda, lenha, mel de

²⁸⁸ Observa-se nos depoimentos que o corte das matas tinha por objetivo, para uns, o aumento da área de plantio (*fazer terra*), para outros, a produção de lenha e carvão; lenha e carvão como subprodutos e produtos, respectivamente.

²⁸⁹ Em 2001 observamos a produção de carvão em fornos de chão, um único caso. Mas alguns entrevistados salientaram que há produtores de carvão na localidade.

²⁹⁰ Usados e introduzido na região por colonos alemães, mas foi adotado por alguns agricultores de outras etnias como meio de transporte.

abelhas, milho, trigo, e galinhas e patos. No retorno, abasteciam os armazéns ou *bolichos*²⁹¹ com açúcar, arroz, erva-mate (em barricas), fazenda (tecidos), querosene, rapadura, sal, entre outros produtos. Com os anos, o transporte de carretas de boi foi substituído pelo de caminhões. Atualmente os armazéns da região praticamente desapareceram, sobrando apenas pequenos estabelecimentos comerciais (botecos) que vendem bebidas e alguns gêneros alimentícios. O desaparecimento dos armazéns deve-se à crise no setor agrícola, ao êxodo nas décadas de 1980 e 1990, e à disponibilidade de linhas regulares de transporte coletivo entre Rincão dos Marques e a cidade de Canguçu. Nos dias atuais, as relações comerciais entre produtores e comerciantes, com relação aos produtos citados acima, estão concentradas nos intermediários (atravessadores-atacadistas).

Parece-nos que se trata de uma *rede extensa e complexa* de atividades *mercantis*, aparentemente, de mercados locais e regionais, que sofreram mudanças nos padrões de acumulação (antes dos anos 1970 e depois dos anos 1970).²⁹² Indicando, de um lado, que as mudanças macroeconômicas e de políticas nacionais tiveram efeitos na localidade do Rincão dos Marques e, de outro lado, como os atores locais acionam novas redes, buscam novas opções e exploram novas possibilidades que se colocam em seus espaços de vivência, regra geral, pelo menos nas situações locais, posicionando-se como *mais humildes* frente aos processos de concentração e centralização de capitais (agroindústrias, supermercados, atravessadores-atacadistas) e aos atores políticos.

A alimentação das famílias do Rincão dos Marques mudou pouco com o passar dos anos, as alterações ficaram por conta da redução no consumo de carne bovina, substituída pela suína, e a incorporação de produtos industrializados na substituição de similar que eram produzidos na propriedade. Nas declarações dos entrevistados, observam-se duas dietas alimentares que basicamente perduram até o presente, diferenciação alimentar que está relacionada com a divisão social descrita anteriormente, o grupo dos *produtores* e dos *mais humildes*.

Até meados do século XX, os *produtores* tinham na carne de gado (charque) a base da alimentação, dieta complementada com abóbora, angu de milho, arroz (comprado), banha de porco, batata-doce, café, carne de porco, feijão, galinhas, leite, manteiga, massa (macarrão), mel, milho, pão de trigo e de milho e torresmo. No café da manhã bebiam leite e café, comiam pão de trigo ou misto (trigo e milho) com banha de porco (batida com sal e alguns temperos) ou manteiga, torresmo e carne de gado. “A carne sempre tinha! Tinha que ter café com carne senão o cara não agüentava até o meio-dia na lavoura.”²⁹³ No almoço e na janta era carne, feijão, angu de milho e macarrão, alimentação que pouco variava no decorrer do ano e pouco diversificada. Também consumiam esporadicamente algumas frutas cultivadas no pomar, como abacate, bergamota (tangerina), laranja e limão, e algumas nativas, como butiá, guabiroba, maracujá, pitanga, entre outras. Atualmente, a carne de gado cedeu espaço, por conta das restrições econômicas, aos animais menores, como o porco e a galinha, e a inclusão de alguns legumes e verduras, mais comprados de um caminhão-verdureiro do que cultivados nas hortas domésticas.

No passado, a única forma de conservação da carne de gado era transformá-la em charque (salga da carne) ou no caso de excesso distribuí-la na vizinhança, já que a venda era difícil. A matança de um animal reunia a família e alguns vizinhos, era um dia de trabalho e de celebração pela fartura. Reservavam as partes do animal que julgavam

²⁹¹ Denominação regional para pequenos estabelecimentos comerciais de secos e molhados.

²⁹² Ver Moreira (1999), sobre as mudanças nos padrões de acumulação.

²⁹³ Miguel (59 anos), agricultor no Rincão dos Marques.

necessárias para alimentar a família por determinado tempo, o restante era distribuído. O mesmo era feito quando carneavam um porco ou preparavam uma fornada de pão:

Pão não tinha essa mordomia de fazer pão, então lá em casa a mãe fazia uma cozedura, nem sei quantos pão, era um forno grande, e saía a cavalo entregar pão nos vizinhos, na tia, na vó. Então nós saía de a cavalo com uma sacada de pão para entregar nas tia e pra vó, aí elas faziam uma cozedura de pão, então voltava pão de volta! A gente matava dois porcos porque um era para os vizinhos, a costela é do fulano, o quarto é do beltrano e lá ia. Depois matavam e mandavam para a gente, às vezes a gente sem carne e quando via chegava aqueles quarto, o coisa bem boa!²⁹⁴

Conforme o relato da senhora Mariana, a matança de animais para consumo (ou a produção de pão), a reunião de familiares e amigos, e a distribuição de parte dos alimentos configura uma sociabilidade da *matança e conservação do alimento*, seja na relação intrafamiliar, seja extrafamiliar (vizinhos). A reciprocidade fundada na regra de sociabilidade moral e ética, não mercantil. Redes de afeto, solidariedade e de pertencimento.²⁹⁵

A crise das charqueadas de Pelotas e os *altos e baixos* dos frigoríficos desestimularam a criação de animais de corte na região, principalmente nas propriedades de menor área. Nessas propriedades, o rebanho bovino foi reduzido a poucos animais para o consumo da família e para o serviço (tração), a atividade de criação de gado de corte tomou novo fôlego com o aumento do preço da carne e com a melhoria das estradas.

A alimentação dos *mais humildes*, diferente em qualidade e diversidade da dos *produtores*, teve poucas alterações com os anos, a dieta alimentar era angu de milho, feijão, batata-doce e arroz (comprado), a carne era consumida esporadicamente e, principalmente, de galinha, porco ou de caça. Essas famílias não tinham criação de gado de corte e muitos não possuíam animais de tração (junta de bois) e vacas de leite, dada a dificuldade que enfrentavam para suprir as necessidades de subsistência.

O café da manhã era basicamente uma bebida produzida com grãos torrados de cevadinha, milho e amendoim, e pão de milho. O café era produzido com um desses grãos torrado e socado no pilão ou a combinação de dois ou mais, dependendo do paladar da família. “Café mesmo só comprava aquele que era rico.”²⁹⁶

O bolo de milho era à base de água e farinha de milho, sem fermento, duro e seco. Colocavam uma pedra no meio do fogo até ela ficar branca (muito quente), puxavam-na para o lado e colocavam o bolo em cima para cozinhar. O pão de trigo ou misto (farinha de milho e de trigo) era pouco freqüente nas famílias *mais humildes* pela dificuldade em cultivá-lo.

Sobre a vida social no Rincão dos Marques, encontramos opiniões distintas, mas todas são unânimes em afirmar que a localidade perdeu muito do seu dinamismo após a evasão de parte da população, principalmente os jovens, na década de 1980 e na primeira metade da década de 1990. Algumas atividades sociais, como o futebol dos finais de semana, praticamente desapareceram da localidade, restando poucas opções de lazer para a sociedade.

Outra questão que a maioria dos entrevistados concorda diz respeito à mudança de comportamento. No passado, as discussões e brigas eram freqüentes, as pessoas eram violentas e qualquer pequeno desentendimento era motivo para *puxar* a arma ou a adaga

²⁹⁴ Mariana (54 anos), agricultora no Rincão dos Marques. Candido (2001, p. 262-264) discute estas práticas de solidariedade que estão diretamente ligadas ao aspecto econômico e que interessa à discussão sobre os *meios de vida* – este objeto de pesquisa do autor.

²⁹⁵ Rede de alguma identidade de *nós* definiria essas relações de sociabilidade.

²⁹⁶ Quirino (69 anos), agricultor no Rincão dos Marques.

(faca), que estava sempre presente na cintura dos homens.²⁹⁷ A mudança, conforme depoimentos, foi resultado da fiscalização mais rígida da polícia no combate ao desarmamento, do nível de educação escolar, do melhoramento das relações familiares (pais e filhos), da influência do rádio e da televisão (mostrando outras formas de conduta), a proximidade com a cidade pela disponibilidade de linhas de transporte coletivo regulares, e da religião.²⁹⁸ Elias e Scotson (2000) destacam a questão do *diferencial de poder* entre grupos sociais. Quando o *diferencial de poder* é pequeno ou *quase nulo*, a *luta* pode apresentar-se por *guerras e agressões físicas* em disputas por hegemonias. Quando o *diferencial de poder* é grande, há uma *disciplina* ou *autocontrole* dos atores, em que os inferiorizados acatam e reconhecem a superioridade hegemônica do outro. Esta afirmação explica, em parte, a maior incidência de contendas entre pessoas da própria localidade ou da vizinhança, e, segundo depoimentos, poucos eram os casos de conflito com pessoas da cidade, tanto no Rincão dos Marques como no meio urbano.²⁹⁹

No passado, há 50 anos ou mais, as visitas entre amigos e parentes era um acontecimento social que ocorria poucas vezes no ano. Convívio de um ou dois dias em que as famílias desfrutavam de momentos agradáveis. As visitas eram longas (*o pessoal ia para pouso*) porque as casas eram distantes umas das outras. Com os anos, a estrutura fundiária da localidade mudou, aproximando as casas e proporcionando contatos mais frequentes, porém efêmeros. Antigamente o trabalho, os meios de transporte, os meios de comunicação e a estrutura fundiária restringiam as famílias à propriedade. As extensas jornadas de trabalho e a distância geográfica entre cada núcleo familiar impossibilitavam maior aproximação entre vizinhos. A família era relativamente auto-suficiente, produzia a maior parte do que consumia, adquirindo os meios de subsistência através de trocas com a natureza, pouco dependia da sociedade.³⁰⁰

Os acontecimentos sociais resumiam-se a bailes (*bailantas*), serenatas e carreiras de cavalos. Os bailes ou *bailantas* eram parecidos com os atuais, contavam com um pequeno grupo musical para tocar e cantar músicas regionais. As diferenças salientadas nas entrevistas destacam a mudança de comportamento. A agressividade entre os frequentadores era maior, frequentemente a reunião era interrompida por desentendimentos e brigas, resultando em lesões corporais ou morte por arma branca ou de fogo. Hoje os bailes contam com seguranças para controlar os ânimos exaltados, e não permitem a entrada de pessoas portando qualquer tipo de arma. Outra mudança, a copa (balcão do bar no interior do salão de baile) era local restrito para o consumo de bebida alcoólica (cerveja e cachaça), frequentada, exclusivamente, por homens. Com os anos, as regras foram relaxadas, o consumo de bebidas começou a ser presenciado em outras áreas do salão, e a mulher tornou-se frequentadora do antigo território masculino, a copa. Isto poderia representar que o *caráter de macho brigão*, de *violento* e *desclassificado* do *gaudério* perde espaço social ou estaria sendo controlado por novas

²⁹⁷ Comerford (2003, p. 66-85) descreve os enfrentamentos e agressões entre as pessoas de comunidades rurais, destacando aspectos comuns à localidade do Rincão dos Marques.

²⁹⁸ Perguntamos sobre os motivos que levaram as pessoas a mudar de comportamento: “Eu acho que um pouco é a educação e essa lei do desarmamento que castiga quem faz anarquia. (...) Então o pessoal tem mais respeito!” Francisco (65 anos), agricultor no Rincão dos Marques.

²⁹⁹ Relação mediada pela noção do *mais e menos civilizados*.

³⁰⁰ Marx (1968), ao discutir a luta de classes, destaca como fatores do agravamento do isolamento das famílias camponesas a má condição do sistema de comunicações, o modo de produção e a condição de pobreza. Segundo o senhor Miguel (59 anos), agricultor no Rincão dos Marques, “(...) era bem isolado, cada um ficava trabalhando, lá num dia de chuva ou de noite iam fazer uma visita. O que passeava mais era o dono da casa, a mulher quase ficava mais cuidando das crianças!”

regras de convívio local marcadas pela impessoalidade da *segurança*, da *proibição* e da *feminilização* do espaço *masculino*.

As *serenatas* começavam no dia seis de janeiro (dia de Reis Magos), período que tinham pouco serviço na propriedade, e durante o ano eram realizadas duas ou três dessas reuniões. Algumas famílias reuniam-se e saíam pelas estradas, no final da tarde ou início da noite, cantando músicas acompanhadas de violão, gaita (acordeão) e pandeiro. Escolhiam a casa de um parente ou amigo para chegar de surpresa, logo depois as mulheres começavam o preparativo da comilança, o que a família anfitriã tinha para oferecer; eram canjas (sopas), *galinhadas* (galinha com arroz), e pães. A bebida consumida era o café, alguns destacam a presença de bebidas alcoólicas (cachaça), mas em pouca quantidade (sagrado e profano).³⁰¹ As *serenatas* começavam ao anoitecer e só encerravam ao amanhecer, com pequenos intervalos para o descanso dos músicos e para *aguar* o chão (de terra) para não deixar a poeira levantar. Uma figura de destaque nas *serenatas* era o *mestre-sala*, pessoa idosa que impunha o respeito e a ordem pelo prestígio e a idade, era identificado por uma rosa no peito, tinha o papel de apaziguar e coordenar a festa para que esta acontecesse num clima de alegria e confraternização. A figura do *mestre-sala* foi usada nos bailes comerciais, mas logo depois substituída pela do *segurança*, trocando o prestígio e o respeito pela força e o constrangimento como guardiões da harmonia. Hoje as *serenatas* não fazem mais parte dos acontecimentos sociais da localidade, perdendo formas de sociabilidade, de cultura e religiosidade.

Outro acontecimento social era as carreiras de cavalos, um ou dois dias que envolvia parte da sociedade local; segundo relatos, toda a família participava delas, mulheres, crianças, mas eram os homens que predominavam. Eles tinham prazer em lidar com os animais, em apostar e contar vantagens entre os amigos, resgatando heranças passadas dos tempos que o cavalo era o único bem e companheiro do gaúcho solitário dos campos, dos tempos das façanhas e do comportamento tido como belicoso. As famílias, para passar o dia à espera das corridas de cancha reta, levavam carne de porco assada, doces em calda (de figo, laranja e melancia) e bebiam vinho moscatel (doce) e gasosa (refrigerante tipo guaraná). Apesar da presença das famílias, as brigas eram comuns, resultado das lembranças das heranças culturais, da atmosfera competitiva e da bebida alcoólica. Hoje as carreiras de cavalos na região são esporádicas, deram lugar aos *rodeios campeiros* (tradição recriada) com tiro de laço, paleteada, gineteada, atividades que eram características do gaúcho, voltando às raízes das criações de gado no período colonial.

Na época que as *leis ambientais* eram mais *frouxas*, a caça era uma atividade de lazer e uma forma de suprir a subsistência da família, para os *produtores* e os *mais humildes*, respectivamente. Nas caçadas eram utilizadas armas de fogo e cães. Para os caçadores mais apaixonados pelo *esporte*, o cachorro era um companheiro e instrumento

³⁰¹ Nas conversas não registradas, ao desligar o gravador, um dos problemas de saúde relatados era o consumo de bebidas alcoólicas, afligindo boa parte das famílias. Conforme um depoimento, os dependentes do álcool “(...) são analfabetos, não estudaram, trabalham muito mal na agricultura, são lerdos, plantam mal e colhem mal. (...) Às vezes eles trabalham (como diaristas), mas é difícil porque o pessoal já conhece os que bebe e não oferece trabalho. (...) alguns fazem carvão para ter alguma renda (...)”. Observamos que o alcoolismo é um problema reconhecido na localidade, e que *parece* ser malvisto por parte da sociedade local, talvez seja o motivo de os entrevistados negarem ou ocultarem a presença ou salientar como *baixo* o consumo da bebida alcoólica nas serenatas. Por outro lado, as condições financeiras das famílias restringiam o poder de consumo e compra. O que podemos observar é que o problema do alcoolismo está relacionado à falta de perspectiva, nível de educação e cultura – “(...) o pai bebe e ensina o filho a beber (...) macho tem que beber.” Também foram relatados casos de alcoolismo feminino (preferimos não nominar os depoentes).

de caça, utilizado para *levantar* ou localizar a presa, era valorizado e comercializado por valores expressivos, conforme a *qualidade* do cachorro.³⁰² As caçadas podiam durar dias. Acampados no meio do mato, os agricultores passavam em confraternização, comendo e bebendo, esse era um dos seus lazeres. Entretanto, a caça também desempenhava papel importante na subsistência dos *mais humildes*: a carne, como alimento e o couro, como renda. Essas caçadas eram solitárias, somente o caçador e seu cão, a alegria e o prazer eram substituídos pela angústia e a necessidade de garantir a subsistência da família. A caçada, como lazer ou até como forma de subsistência, era momento de revisitar as raízes aventureiras, da conquista fácil, de *colher o fruto sem plantar a árvore*.³⁰³

Com o rápido esvaziamento na década de 1980, principalmente com a saída dos jovens, a localidade perdeu parte da vitalidade, as reuniões sociais foram reduzindo como, por exemplo, os jogos de futebol. O senhor Humberto (40 anos), agricultor, deixa claro o que há de lazer na localidade: “Aqui tem pouca coisa para se divertir, um rodeio de vez em quando. Futebol quase não tem, jogo de bocha também não tem. Divertimento não tem, é pouco!” As opções são os encontros periódicos realizados por um pequeno salão de baile da localidade e a duas reuniões na escola, a festa junina e o café colonial no final de ano, restringindo as possibilidades de sociabilidade.

Outra alternativa para aproximar a sociedade local e acentuar o espírito de comunidade estaria na religião, mas essa é uma questão problemática. O problema da religião na localidade fica evidente na declaração, em tom firme e altivo,³⁰⁴ do senhor Inácio (71 anos): “O povo daqui do Rincão dos Marques não dá muita bola para religião, nunca deu! Nem na época que eu era criança.”³⁰⁵ O senhor Plínio (67 anos), que ajudou na construção da igreja, demonstrando tristeza e frustração, complementa: “Acho que o povo, (...) o povo mesmo que não gosta de religião. Não sei por que? Não quer perder um tempo.”³⁰⁶ A participação nas reuniões (uma missa por mês) reflete as afirmações acima, os encontros na igreja são compartilhados por poucas pessoas, que ocupam duas ou três fileiras de bancos. Na discussão de Goulart (1985, p. 13), a religiosidade do gaúcho está sob influência da geografia, na qual a motivação e a ação intencional da subjetividade humana são atribuídas à realidade objetiva: “A religião é outro exemplo esclarecedor: a natureza da terra, sem comunicações, insulada, propendia para a diminuição do sentimento religioso ou para a criação de uma religião espontânea, simples, naturista, mero animismo pastoril.” A religiosidade do gaúcho, no isolamento dos campos, pode tomar formas distintas da prática costumeira (católica), criando relações com outras divindades do imaginário.

Nas conversas, observamos duas questões que podem ajudar a explicar a desmotivação da sociedade local em relação à crença religiosa. A primeira diz respeito à cobrança de uma taxa mensal para manutenção da igreja (R\$ 1,00 ou R\$ 2,00 por mês), boa parte da sociedade local não concorda com esse pagamento por se tratar de entidade religiosa, e também não vêem contrapartida da igreja para a sociedade do Rincão dos Marques. Nas entrevistas, quando discutem o problema da igreja, há a sombra do individualismo e do apego ao material, ao monetário, mas também não esquecer que uma das características do gaúcho primitivo era a ausência de crenças ou uma outra religiosidade distinta da hegemônica. Nas entrelinhas dos depoimentos, na sutileza, há um descompasso entre o que prega a doutrina católica e a forma de pensar da população

³⁰² Bento (2000, p. 160) relata um *causo* sobre o valor de um cão caçador de um humilde lavrador.

³⁰³ Conforme Holanda (1995).

³⁰⁴ Dominado pela arrogância e pela soberba.

³⁰⁵ Agricultor no Rincão dos Marques.

³⁰⁶ Agricultor no Rincão dos Marques.

do Rincão dos Marques, talvez induzindo ao sentimento de culpa, de transgressão, e como autodefesa a repulsa. Segundo o padre da paróquia de Canguçu, falta formação religiosa, justificando tanto a falta de participação e do espírito de comunidade, conseqüentemente a sociabilidade, como o abandono da localidade por parte da igreja.

Nas conversas e no passear pela localidade do Rincão dos Marques, observamos e conhecemos parte da dinâmica social, do processo de transformação, identificando questões de pesquisa. Tentamos descrever alguns aspectos característicos do modo de vida da sociedade local, identificando possíveis condicionantes ao desenvolvimento, e que serão discutidos a seguir.

3.2 O Subjetivo no Desenvolvimento: aspectos da personalidade coletiva

A sociedade compreende elementos complexos e mutáveis. Conhecer o processo de desenvolvimento de uma sociedade pressupõe estudar pessoas interdependentes.³⁰⁷ A perspectiva de Elias (1994) sobre a questão *indivíduo e sociedade* é importante para dar dimensão à personalidade coletiva de um grupo de pessoas, *a sociedade dos indivíduos*, algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados. As pessoas estão ligadas entre si por laços invisíveis (sejam de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos), uma rede de dependência incorporada ao caráter pessoal. Segundo o autor, a criança alcança o pleno desenvolvimento psicológico na relação com outros seres humanos, aprende a fala articulada, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos, influências e conhecimento que depende da estrutura do grupo em que ela cresce, incorporando caráter específico dessa sociedade, mas também contribuindo para o próprio processo formador deste. Para Elias (1994), o comportamento dos indivíduos é determinado por suas relações passadas ou presentes com outras pessoas, salientando a importância das relações entre as pessoas para a composição do indivíduo. Ou seja, o indivíduo nasce num grupo de pessoas que existia antes dele e que depende delas para poder crescer, herdando conhecimento.

Somente na relação com outros seres humanos é que a criatura impulsiva e desamparada que vem ao mundo se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. (...) Somente na companhia de outras pessoas mais velhas é que, pouco a pouco, desenvolve um tipo específico de sagacidade e controle dos instintos.³⁰⁸

O indivíduo reflete parte das características comuns da sociedade a que pertence, em um processo permanente de aquisição, processamento e produção de informações que serão incorporadas ou não à personalidade (individual e coletiva). Processo constante de formação da personalidade e pela peculiaridade dos fatores envolvidos no desenvolvimento confere caráter específico à determinada sociedade. Nesta seção, a discussão enfoca alguns elementos que caracterizam a personalidade da sociedade do Rincão dos Marques.

³⁰⁷ Conforme Elias (1999, p. 15-16), as pessoas estão unidas umas às outras por diversas maneiras, constituindo teias de interdependência ou configurações, como, por exemplo, famílias e grupos operacionais, universidades e fábricas, cidades e aldeias, estados e classes.

³⁰⁸ Elias (1994, p. 27).

3.2.1 Heranças de um passado longínquo: do dorso às patas do cavalo

Uma das questões discutidas no primeiro capítulo diz respeito às características da personalidade do gaúcho primitivo. Elementos que ainda hoje encontramos no conjunto de aspectos psíquicos das sociedades rurais do sul do Rio Grande do Sul. As atitudes são marcadas pela experiência, exercendo influências diretas e dinâmicas sobre o comportamento e sobre o processo de desenvolvimento social e econômico, por um lado, e criando novas atitudes, por outro.

No período colonial, a região da campanha rio-grandense foi berço territorial dos gaúchos brasileiros (*gaúcho estancieiro* e *gaúcho peão*): fruto da miscigenação de raças, das tradições culturais, do meio ambiente, do sistema econômico, e de vários outros fatores – relação do homem com o homem e do homem com a natureza. Dessas relações constituiu a personalidade do gaúcho, forjada pela rudeza da vida em meio à imensidão dos campos – de gado xucro e de batalhas. Personalidade, no caso do *gaúcho peão*, identificada por qualidades depreciativas, qualidades relacionadas ao modo de vida, reconhecidas como sinônimos de aventureiro, vagabundo, preguiçoso, entre outros. Entretanto, resgatando Oliveira Vianna, Goulart (1985, p. 29) afirma que o rio-grandense (gaúcho) não tem o aspecto humilde, desconfiado e gregário das populações do centro do país. Para o autor, o gaúcho “(...) é mais ativo, mais independente, mais individualista.” Se pensarmos no gaúcho montado no seu cavalo, essas características afirmadas por Goulart (1985) tomam formas mais claras. Instrumento e companheiro de trabalho, o cavalo possibilita a mobilidade do homem às custas da queima de energia do próprio animal, ao gaúcho cabe a cômoda tarefa de comandá-lo. Apeado, a mobilidade transforma-se em sedentarismo, logo interpretado como vagabundagem, preguiça, acomodação, ociosidade. Montado ou apeado, dois momentos, duas interpretações: uma para enaltecer e outra para desqualificar.

Freitas (1980, p. 51-52) lembra das condições de trabalho do *gaúcho peão* e da falta de consciência dos seus interesses, formando uma “(...) classe extremamente débil, impotente para esboçar qualquer luta pelos seus interesses.” Como salientado no primeiro capítulo, a pecuária extensiva, nos moldes tradicionais, era e é um sistema de produção que oscila entre períodos de pesadas jornadas de trabalho com outros leves,³⁰⁹ permitindo conclusões como as destacadas no parágrafo anterior, dependendo do momento em que observam o *gaúcho peão* – ao dorso ou às patas do seu cavalo. Além disso, como observado por Freitas, era uma classe pouco numerosa e dispersa, dificultando a união e a luta contra os estigmas que a sociedade *estrábica* impunha a essa classe.³¹⁰

Estamos em busca de contribuições que possam auxiliar no entendimento da forma como a sociedade do Rincão dos Marques se porta frente à realidade. Goulart (1985) salienta os obstáculos que o meio (natureza) impõe ao processo de ocupação do espaço, traçando um paralelo entre os fazendeiros, localizados nas zonas de campos, e os agricultores, nas regiões de florestas. Como o ator destaca, o trabalho nos campos era para braços menos enérgicos e espíritos menos animosos, contrastando com a luta contra a natureza selvagem das florestas. De alguma forma essa relação com o meio foi transferida para outras instâncias do viver, diferenciando o comportamento, frente às dificuldades, dos fazendeiros e dos agricultores.

³⁰⁹ Freitas (1980, p. 50), transcrevendo passagem de Juan A. Alsina, destaca a pesada jornada de trabalho do *gaúcho peão* (13 a 14 horas na *lida* com o gado).

³¹⁰ A utilização da palavra *estrábica* para destacar o olhar da sociedade para questões pontuais de interesse, de caráter especulativo.

Nesta narrativa a pecuária ocupa áreas de relevos mais suaves, a relação homem-natureza é menos agressiva, não há luta, só conquista fácil, comparando com a mesma relação numa região de floresta; o homem luta, ataca, desbrava e domina a floresta – “(...) o indivíduo retempera-se, enrobustece e se acostuma a triunfar.”³¹¹ Na Campanha a disputa por território está no âmbito homem-homem, rivalidade ocasional, passível de acordo, a questão produtiva ocupa posição secundária na escala de prioridades. A luta homem-natureza é contínua, não há diálogo, e a questão espaço e produção, no caso dos agricultores, são complementares e essenciais – questão de sobrevivência. Nos campos, depois da conquista do espaço pelo homem do homem, a vida pastoril apresenta-se com menor resistência; a carne, o leite e alguns pouco vegetais são suficientes para a sobrevivência.

Goulart (1985, p. 25) destaca: “Enquanto nas zonas pastoris o homem leva a vida menos afanosa, mais cômoda, a energia que o colono recebe dessa batalha incessante, travada contra o meio bruto, torna-o um ser independente, triunfante e forte ante a natureza submissa.” São relações distintas, meios ambientes capazes de produzir instintos diferentes no homem e que se perpetua à medida que a relação permanece. No agricultor, a luta pela domesticação da natureza traz reflexo positivo e constante à psique, elevando a auto-estima e estimulando a novas conquistas. Nas áreas de floresta, as glebas são menores, as famílias numerosas, e a comunicação facilitada, comparando-as à Campanha. A atmosfera social é mais densa, as relações mais estreitas, proporcionando um processo permanente de troca de estímulos, revitalizando e perpetuando o espírito de luta.³¹²

Na Campanha, as relações sociais eram mais distantes, restringindo a coesão ao grupo familiar, este incorporando os agregados,³¹³ ligados aos patrões pelos vínculos afetivos da vida pastoril. A proximidade entre patrão e empregado, a amizade fraterna, tinha por detrás a necessidade do fazendeiro em assegurar seu patrimônio (terra e animais) e reduzir custos com mão-de-obra, agregando famílias e peões e garantindo, assim, vigilância e zelo aos seus bens. Na região da Campanha, no período colonial, eram comuns os roubos e os ataques às estâncias, em virtude do clima permanente de conflito, obrigando os fazendeiros a constituírem pequenos exércitos particulares. As estâncias eram ligadas umas às outras, organizadas na garantia do patrimônio frente às ameaças presentes na Campanha rio-grandense, visando somente ao bem dos grandes proprietários, e não como Goulart (1985, p. 28) afirma: “(...) um ideal superior, colocando, acima de tudo, a grandeza geral”, mas, conforme Freitas (1980, p. 52), usando da humildade e generosidade dos peões para reforçar o poder dos dominadores – estancieiros. A pequena propriedade praticamente inexistia na Campanha, as famílias pobres, em boa parte agregadas, separavam-se dos filhos adolescentes, que saíam em busca de trabalho em outras estâncias. A *lida* com o gado não exigia muitos trabalhadores, descartando parte da família agregada para reduzir custos de manutenção (menos bocas para comer). O trabalho com o gado exige mão-de-obra masculina, número reduzido de pessoas para administrar o rebanho e tem caráter sazonal.

O pastor e o agricultor exercem atividades distintas, produzindo, na relação homem-natureza, concepções e estímulos psíquicos diferentes. O pastor tem como função conduzir e vigiar os animais, atividade que pouco interfere no meio, relação passiva, principalmente após o cercamento dos campos, em que a natureza, com seus estímulos, determina o ciclo reprodutivo. O homem, na relação com o homem e a

³¹¹ Goulart (1985, p. 25).

³¹² Temos como pano de fundo a noção de indivíduos interdependentes de Elias (1994; 1999).

³¹³ Segundo Goulart (1985), nas estâncias de criação de gado, a relação entre patrão e empregado tinha muito do caráter da vida patriarcal. Ver também Franco (1976).

natureza, absorve e internaliza parte das experiências vividas nessa relação incorporando na sua personalidade elementos característicos. Aos olhos de si mesmo e dos pares não há recusa ou desaprovação, pertencem ao mesmo grupo e ao mesmo modo de vida, são aptos a desempenhar determinada função (*lida* com o gado), em outras atividades perdem a naturalidade e o dinamismo, as heranças culturais e as experiências de vida não dão conta dos instrumentais técnicos e psicológicos para desempenhar outra função, outro modo de vida. Aos olhos dos de fora, de outros grupos, podem ser vistos com desaprovação (incapacitação); identificados por estigmas desabonadores, ou avaliados superficialmente e tendenciosamente (desqualificando).

O agricultor tem uma relação diferente com a natureza, luta com a floresta por espaço, domestica as plantas e impõe, de acordo com os estímulos da natureza (estação do ano, fase da lua), o que cultivar. Na atividade agrícola o homem interfere de forma incisiva na natureza, transformando, mudando as características originais. A ação sobre a natureza produz efeitos na personalidade do homem, capacitando-o como agente transformador, dinâmico. O ciclo natural das plantas ajuda na percepção do homem sobre sua ação sobre a natureza, os ciclos das plantas geralmente são curtos, mostrando os resultados em curto espaço tempo, distinto do ciclo dos animais (gado bovino). A distinção no tempo dos ciclos reprodutivos entre a atividade de criação e de cultivo, e a própria percepção do homem sobre o tempo criam elementos que serão incorporados à personalidade. Por exemplo, o tempo mais alongado da atividade reprodutiva dos animais (no caso do gado bovino), em comparação à atividade agrícola, imputa ao homem maior tempo de espera, contemplação, transfigurando, aos olhos de outros, acomodação, vagabundagem, entre outras qualidades.³¹⁴

A sociedade do Rincão dos Marques, de passado pastoril-estancieiro, vivencia um processo de transição, arcando com o ônus do conflito interno (na psique) entre o passado (heranças culturais) e o presente (condições econômicas e sociais). Abre mão de costumes do passado e tenta incorporar elementos de um novo estilo de vida, não é mais pecuarista/peão e também não é agricultor/colono, mas, na nossa opinião, algo perdido em meio a esses dois tipos sociais, denominado, pelos pesquisadores, de *pecuarista familiar*. O meio (físico, econômico e social) em que essa sociedade está assentada restringe (ou reflete) as conexões dela com o exterior e no próprio interior (relações que os indivíduos têm uns com os outros), retardando ou reduzindo a velocidade do processo de mudança pela limitação das possibilidades estruturais e conjunturais; sócio-históricas.

À primeira vista, e pelo desenvolvimento do processo histórico de transformação, a sociedade do Rincão dos Marques tem pouco nítido o caminho a percorrer, sabe que está se movimentando em direção ao agricultor,³¹⁵ vemos isso no discurso, nas preocupações.³¹⁶ Angustiada pelo pensar no trilhar solitário (necessitando

³¹⁴ As pessoas constituem teias de interdependência, conforme Elias (1999). São relacionais e constituem sua estrutura psíquica (em constante transformação) pelas trocas de informação, estímulos, afetividades, etc. – influenciadas e influenciando.

³¹⁵ Em momentos avança em direção ao agricultor, dadas as condições favoráveis (incentivo externo – caso do tomate), em outros retrai para o pecuarista. Tendo como objetivo garantir a subsistência da família, a sociedade do Rincão dos Marques não encontra as garantias ou não se sente a vontade diante das possibilidades *nebulosas*, encontrasse em desespero sobre as incertezas do porvir.

³¹⁶ Nas conversas com os moradores do Rincão dos Marques, mesmo com os pequenos criadores de gado, a cobrança sobre o poder público era sempre nas questões referentes à atividade agrícola propriamente dita, não esboçaram demanda sobre ações de incentivo à atividade de criação. Pode refletir uma maior autonomia e flexibilidade no domínio da pecuária. No entanto, as políticas públicas que estão ao alcance desse público são direcionadas para a atividade de cultivo; para a atividade de criação de gado, nas dimensões em questão, poucos são os incentivos governamentais.

guia) caminhos desconhecidos (medo do novo), achando-se incapaz de seguir em frente (baixa auto-estima), espera pacientemente (resignação) por uma força externa (política pública, iniciativa privada – tutor).

3.2.2 Auto-estima: algumas questões a salientar

A crítica e a autocrítica são elementos relevantes ao bem-estar do indivíduo ou da sociedade, percepção dos *outros* sobre si, de si sobre os *outros* e de si sobre si mesmo. A opinião dos *outros* pode construir ou destruir imagens, tem força para desestabilizar a harmonia de uma sociedade ou aflorar inquietação pessoais, principalmente quando há uma relação desigual ou sentimento de inferioridade. Nestes casos, a parte frágil da relação corresponde à pessoa ou ao grupo social com menor poder relativo.³¹⁷ Na medida em que um lado da relação é mais dependente do que outro, terá mais poder o *menos dependente*, poder pela utilização da força bruta ou pela necessidade de ser amado, de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira profissional ou simplesmente de estímulo. Mas, segundo Elias (1999), um lado só tem poder sobre o outro, desde que este lhe atribua qualquer tipo de valor, caso contrário, perde o seu poder. No caso da crítica, esta só terá efeito se partir de pessoa ou grupo social que represente algum valor para a pessoa ou grupo social para o qual a crítica foi direcionada.

Numa conversa entre duas pessoas, uma forma simples de relação humana, há trocas de idéias, de informações, que podem ser aceitas ou não; caso aceitas, alguma coisa passa de uma para a outra. As idéias de um penetram no diálogo interno do outro, impulsionando seus pensamentos, formando idéias que não existiam antes ou reafirmando as existentes. Nesse processo, continuamente são repensadas: percepções, emoções, juízos e ações, provocando comparações – autocrítica. Elias e Scotson (2000, p. 24), tratando da relação *estabelecidos* e “outsiders”, lembram que fixar um rótulo de *valor humano inferior* a um grupo é uma prática usada nas disputas de poder para manter a superioridade social.³¹⁸ Segundo os autores, “(...) o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo.” A estigmatização é fruto das relações sociais, das críticas e autocríticas, tendo poder de invadir a consciência individual e coletiva, abatendo a auto-estima e reduzindo a possibilidade de reação, podendo chegar à situação de resignação.³¹⁹

A questão étnica também reflete na auto-estima, produção social da inferioridade ou superioridade de determinados grupos raciais, indicando estigmatização – preconceito intergrupar, dotando um deles de poder de lançar o outro no ostracismo.³²⁰ A sociedade do Rincão dos Marques incorporou a distinção racial. Com raízes étnicas na miscigenação entre português, espanhol, índio e negro, seus membros sentem-se inferiores aos outros grupos, como alemães e italianos, os de *origem* – processo sócio-

³¹⁷ Elias (1999, p. 80) destaca que o *poder* constitui um elemento integral de todas as relações humanas. Seguindo essa argumentação, o autor ressalta que devemos ter presente que o equilíbrio de poder está no centro das relações bilaterais e, na maioria dos casos, multilaterais – relações quotidianas.

³¹⁸ Sobre *estabelecidos* e “outsiders” ver também Elias (2001a).

³¹⁹ Elias (2001a, p. 142), como filho de judeus nascido na Polônia, enfatiza: “Só progressivamente, paralelamente à aquisição de meu conhecimento sociológico, tomei consciência de que a singularidade social, determinada pela origem, isto é, antes de tudo pelo fato de crescer em um grupo outsider estigmatizado, exerce *per se* uma influência determinante sobre a mentalidade do jovem indivíduo.”

³²⁰ Ver Elias e Scotson (2000).

histórico de longo prazo analisado nos capítulos anteriores.³²¹ Observamos a distinção racial ao abordamos a questão da união entre as pessoas para o desenvolvimento da localidade, quando o senhor Orlando (26 anos),³²² em meio a conversa, destacou de forma natural: “(...) está mais para individualista esta região, não sei se é porque o pessoal não são de origem. (...) de origem alemã e italiana a gente vê muito isso daí!”³²³ Se reconhecem como seres racialmente inferiores e usam deste argumento para justificar a condição social e econômica, reconhecimento imposto por outros grupos e incorporado com os anos na personalidade dessas pessoas. Como não têm *origem* definida, não são dignos de qualidades morais de *seres superiores* como ao dos outros grupos étnicos, são os pobres *brasileiros* destituídos do que há de bom.³²⁴ Autodenominam-se *brasileiros*, com raiz étnica portuguesa, negam ou omitem a indígena e a negra,³²⁵ mesmo quando, aparentemente, trazem traços da miscigenação com estas raças.³²⁶ Talvez a denominação como *brasileiro* venha da necessidade de se desvincular das heranças que julgam negativas, imputadas ou distorcidas pelos outros, as mesmas que carregava o *gaúcho peão*.³²⁷

A dificuldade dos *brasileiros* de se desvincular dessa *marca* que carregam está na *falta de coesão* (frouxamente unido). Sem união não conseguem esboçar qualquer reação contra a estigmatização, não alcançam o reconhecimento como iguais aos outros grupos.³²⁸ A coesão é uma forma de poder, poder para lutar e revidar, mas sem ela aceitam sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana. Não esquecer que a própria *falta de coesão* é parte componente do imaginário social, no qual o ser *humanamente inferior* era o *gaudério* (ele e o cavalo), sem respeito às leis e à ordem dos *jesuítas* e à corte.

A condição social, o baixo padrão de vida, as necessidades não satisfeitas, e a falta de esperança são aspectos que refletem na auto-estima, muitas vezes relacionados com a humilhação e a opressão dos estigmas, incapacitando, psicologicamente, as pessoas de tomar parte na vida da comunidade. A persistência das privações ao bem-estar pode interferir na motivação de um grupo, as mudanças podem parecer impossíveis ou trabalhosas, remetendo à resignação.

A precária condição de vida pode levar o indivíduo ao desprezo por parte da sociedade, ou à sensação, mesmo que efetivamente não exista. Das narrativas, foi possível depreender o sentimento de menosprezo que a sociedade do Rincão dos

³²¹ A palavra *origem* foi incorporada pela sociedade tanto da localidade do Rincão dos Marques como da cidade de Canguçu, caso observado no depoimento do Sr. Arlindo logo no início deste capítulo. Usam da questão étnica para explicar ou justificar o grau de desenvolvimento das famílias de agricultores ou das localidades, que também está presente no âmbito estadual (as metades Sul e Norte).

³²² Agricultor no Rincão dos Marques.

³²³ Referindo-se à união nas comunidades de agricultores de origem alemã e italiana.

³²⁴ Como postula Holanda (1995), os portugueses não tinham qualquer orgulho de raça, por serem, em parte, já no descobrimento do Brasil, um povo de mestiços. Tal como Freyre (1998) e Ornellas (1966).

³²⁵ Em uma conversa informal com um morador da localidade, falamos que iríamos entrevistar um senhor negro, logo retrucou: “Negro bueno, trabalhador!” Subentendemos que, para este como para tantos outros e a exemplo dos relatos históricos, o negro era e é reconhecido como preguiçoso. Motivo pelo qual neguem a miscigenação com o negro, o mesmo pode ser identificado com o índio (ser primitivo). Num dos livros didáticos utilizados nas escolas do município, observamos a exclusão dessas raças como formadoras da sociedade canguçuense – ver Bosenbecker (1987, p. 31).

³²⁶ “(...) lá no Rincão dos Marques eles têm um aspecto de índio, mas não é tão característico” (Arlindo, representante do poder municipal).

³²⁷ Como destacam Elias e Scotson (2000, p. 27), a estigmatização de “outsiders” exibe traços comuns nas configurações de “estabelecidos-outsiders”, são vistos pelos estabelecidos como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros. Algumas destas são atribuídas ao gaúcho do período colonial, e hoje algumas pequenas sociedades rurais ainda carregam o peso dos estigmas.

³²⁸ A *imagem de falta de união* atribuída a um grupo contribui para o domínio dos com *coesão*.

Marques pressente por parte do poder público e de outros segmentos da sociedade. Carência por atenção leva a declarações como: “(...) não somos importantes para os outros!”³²⁹ Gostariam de ser valorizados, mas o descaso do poder público contribui com o desestímulo à motivação para desejar uma mudança das circunstâncias.³³⁰

No decorrer do trabalho, destacou-se o sentimento de solidão motivado pela região, pelos campos e pelo relevo suave e monótono das coxilhas, que povoava os pensamentos do gaúcho primitivo.³³¹ As narrativas coletadas falam da solidão e do isolamento, sentimento que passa a medo,³³² principalmente quando o pensamento voa ou não há nenhuma atividade a realizar, restando o silêncio.³³³ A ocupação, o trabalho na lavoura, não é simplesmente a subsistência da família, mas uma companhia, uma terapia, para espantar os pensamentos ruins.³³⁴ Frustração, humilhação e opressão, relacionadas à condição de vida, influenciam o estado de espírito das pessoas, na forma de enfrentar o presente e o futuro, interferindo negativamente na auto-estima. A ausência do poder público pode sinalizar restrição ao acesso a serviços e a cidadania,³³⁵ sem *alguém* (Estado) para zelar pelo bem-estar da sociedade,³³⁶ representa, de certo modo, desprezo, acentuando a autopercepção de inferioridade humana assim como de isolamento. Transformações foram tantas do período colonial para o atual, mas a solidão dos destituídos parece continuar a mesma.

Por um lado, questões que refletem na auto-estima, produzindo a humildade negativa, o auto-reconhecimento da incapacidade (inexiste) – autodesvalorização. Um exemplo; ao pedirmos a opinião do senhor Quirino (69 anos), agricultor, sobre determinado assunto, ele responde em tom baixo e pausadamente: “(...) vamos dizer que eu tenho pouco alcance para dar uma orientação, tem pessoas que tem mais alcance, mais memória, mais estudo. Eu não tenho estudo! Então vamos dizer que eu tenho pouco alcance para dizer o que falta.”³³⁷ Este comportamento não foi único, outras pessoas, ao final da entrevista, pediam desculpas pela qualidade dos depoimentos, responsabilizando tal fato à pouca instrução (analfabetismo).³³⁸ Por outro lado, a imagem de todos como *inferiores* é ao mesmo tempo negada quando uma dessas pessoas *vista como inferiores* fala de si. Refere-se a *eles* (os outros tidos como *inferiores*) cujas qualidades inferiores não servem para qualificar a si mesmo. Esse *eles* geralmente é vago e no discurso é também uma concessão à *verdade* do discurso hegemônico e da imagem presente no imaginário social, que ele espera ser a de seu interlocutor, na conversa.

³²⁹ Alfredo (43 anos), agricultor no Rincão dos Marques.

³³⁰ Os *outros* (por exemplo, agroindústria) só os *valorizam* como parte componente das buscas dos seus interesses de acumulação; abandonando-os sem mais quando mudam suas estratégias de competição e de acumulação.

³³¹ Ressaltamos que o sentimento de *solidão* não é só geográfico, é socialmente produzido, na mesma produção social que produz o *ser humanamente inferior*.

³³² Nas entrevistas observamos que a palavra *medo* só era empregada pelas mulheres e em conversas individuais ou quando os questionamentos passavam a figurar *mero bate-papo*.

³³³ Pode-se interpretar essa *solidão* como falta de confiança nos outros.

³³⁴ Nas décadas passadas, Canguçu tinha elevado índice de suicídio no meio rural. A solidão e as condições de vida podem estar entre os motivadores.

³³⁵ Conforme Sen (2000).

³³⁶ Nas entrelinhas dos depoimentos, a angústia pela falta de tutor, de guia, de *alguém* para proteger e mostrar o caminho a seguir.

³³⁷ Este fragmento de diálogo pode parecer evasivo, mas tanto nesta como em outras entrevistas esse tipo de resposta era comum, sempre no final da entrevista, justificando a qualificação educacional como um aspecto negativo para a desenvoltura do entrevistado(a).

³³⁸ As entrevistas eram muito boas, detalhadas, as pouco produtivas ou menos pormenorizadas foram mais frequentes com pessoas com melhor grau de instrução (descaso).

O posicionamento frente ao entrevistador, a forma de sentar, os gestos, o comportamento servil, denunciavam o sentimento de inferioridade, a baixa auto-estima, observado mais claramente nas famílias em condições precárias. Nessas famílias os entrevistados concentravam-se quase sempre num lado da peça da casa (cozinha ou sala), num canto de mesa, em posição defensiva; sentavam-se encolhidos e tensos, gesticulavam menos, e nos primeiros momentos eram tímidos e deixavam-nos escolher o local para sentar. Comportamentos que representavam, relativamente, falta de confiança nos *outros*. Nas outras famílias, em condições melhores, o posicionamento era mais natural, por vezes em semicírculo, parecendo menos calculado, sentavam-se descontraídos, os gestos com os braços e as mãos eram mais intensos, e, ao entrar na casa, logo indicavam o lugar para o entrevistador sentar – eram determinados.

Holanda (1995), ao tratar do *homem cordial*, lembra do uso acentuado, pelos brasileiros, dos diminutivos, salientando o emprego da terminação “inho” para aproximar, familiarizar, mais com as pessoas ou os objetos, de algum modo dando-lhes relevo. No Rincão dos Marques, observamos o uso dos diminutivos nos diálogos, a utilização tanto da terminação “inho” como da “ito”, está última influência da língua espanhola, ora referindo-se ao rebanho bovino como *gadinho* ora como *gadito*.³³⁹ No caso estudado, o uso do diminutivo era mais freqüente nas famílias que dispunham de menor patrimônio e comportamento mais humilde, em condições de vida precária. Durante as entrevistas, a utilização do diminutivo estava relacionada à questão da subsistência da família, por exemplo, “uma lavourinha de feijão pro gasto” ou “planto um feijãozinho pro gasto”, transparecendo que o entrevistado tentava destacar a sua condição social e fragilidade. Este *destacar* menos no sentido intencional e mais no sentido instintivo, espontâneo. Outra observação, talvez exagero de nossa parte, o uso dos diminutivos era mais freqüente nas conversas informais (ao desligar o gravador) e no final de tarde quando a iluminação solar perde intensidade.³⁴⁰ No início da pesquisa tínhamos o conhecimento do uso dos diminutivos, mas estávamos atentos à questão da herança espanhola no vocabulário da sociedade, aos poucos percebemos que a intensidade na utilização deles dava-se justamente nas últimas entrevistas do dia, pensamos que poderia ser a nossa intervenção que provocava tal comportamento por parte dos entrevistados. Reduzimos nossa intervenção (diminuindo o número de questionamentos e o tamanho das frases, excluindo o uso de diminutivos), mas continuávamos a observar o emprego do diminutivo.³⁴¹ Na manhã subsequente, íamos para a primeira entrevista do dia com esta questão na mente, e, por duas vezes, escolhemos famílias com características próximas às últimas entrevistadas nos dias anteriores, constatamos que utilizavam o diminutivo, mas em menor intensidade e na maioria dos casos relacionados à questão produtiva (tamanho da lavoura e do rebanho; quantidades produzidas).

A análise desta questão leva a algumas interpretações relacionadas a auto-estima. O uso dos diminutivos ajuda a aproximarmo-nos dos objetos, familiarizarmos-nos, tal como Holanda (1995) observou, mas também pode levar a outras reflexões. Nos pareceu que a aplicação dos diminutivos pelas pessoas não era um mero vício de

³³⁹ Sobre a influência espanhola no linguajar do gaúcho brasileiro, ver Laytano (1981, p. 49-50).

³⁴⁰ Após o término do depoimento formal (gravado), saíamos a conhecer um pouco do estabelecimento, as lavouras, os animais, era nesses momentos que a tensão entrevistador-entrevistado diminuía e o diálogo desenrolava-se espontaneamente.

³⁴¹ Exemplo do exposto. Na última entrevista do dia, ainda registrando as palavras do senhor Plínio (67 anos, agricultor no Rincão dos Marques), em tom suave e vagarosamente declara: “(...) Com uns *animalzinho* e a *aposentadoriazinha* a gente vai quebrando o galho, (...) a *idade chegou!*” (grifos nosso). Observamos o uso do diminutivo e o do *destacar* a condição de fragilidade, esta às vezes física, como neste exemplo, outras vezes econômica e social.

locução, representava sentimentos e angústias que povoam a psique dos entrevistados, indicando sensibilidade de inferioridade, carência afetiva, apego ao pouco que têm. A referência diminutiva ao universo próximo (pessoas, animais, objetos, etc.) pode sinalizar complexo psicológico, no sentido de que a autopercepção da inferioridade produz a necessidade de equiparar as coisas a sua volta à noção de dimensionamento determinada pela própria percepção. Se me sinto pequenino, menor que o normal (complexo) diante da realidade, isso pode trazer desconforto, angústia, e, talvez, a única solução ao meu alcance, será reduzir (na psique) a minha proporção (escala dimensional), concebendo, psicologicamente, um outro meio mais harmonioso que o real, mas que também passa a ser real. Isto também pode estar vinculado a uma relação de submissão, em que o indivíduo aceita uma situação de subordinação, subalternidade, vê-se limitado, restrito, impelindo ao complexo de inferioridade.

Voltando ao caso do uso mais freqüente dos diminutivos no período final do dia. As carências afetivas aumentam com a proximidade da noite, a fragilidade, a saudade, o desespero são mais freqüentes ou mais intensos. Somos por natureza diurnos, a noite representa o desconhecido, uma ameaça à vida e aos bens, intensificando a necessidade de aproximação às pessoas e objetos que são estimados (apego), essa aproximação (psicológica) torna-se possível com o emprego dos diminutivos – alívio às angústias.³⁴²

Questões que estão vinculadas à auto-estima do indivíduo, relacional e interdependente e, como o meio proporciona proximidades de sentimentos, a sociedade ou o grupo social é portador de características comuns entre as pessoas. A sociedade do Rincão dos Marques traz marcas na sua personalidade, marcas construídas com a história, herança do passado, que estão em constante processo de transformação, agregando, a estas, experiências do presente. Destacamos alguns aspectos que nos chamaram a atenção, aspectos relacionados à auto-estima dessa sociedade que, de alguma forma, produz efeito psicológico desaprovador, imputando um certo espírito de conformismo frente ao contexto social e econômico que vivenciam.

3.2.3 Acomodação frente à realidade pouco estimulante: resignação e conformismo, sem forças e vontade para lutar

O senhor Quirino (69 anos), na sua paciência, explica um pouco da *natureza* das pessoas do Rincão dos Marques:

O pessoal não é como em outras zonas que o pessoal é mais saidor, mais procurador. Aqui já não, o pessoal é meio parado, acomodado! (...) É a natureza do pessoal, se a natureza é praquilo, (...) não são pra saírem, procurar um recurso, então ficam meio parado. Se acham que é mais ou menos aquilo ali então ficam ali. Não querem se inquietar!³⁴³

Jerônimo (39 anos), apesar da idade, também se adequou à condição do Rincão dos Marques e está *satisfeito*:

O pessoal é acomodado, acomodado até para trabalhar. Não é um pessoal que pegue muito assim. (...) Pega na hora boa de trabalhar, que não tem muito sol quente! (...) eles acham que está tudo bom, tudo bem e ficam ali. (...) Eu estou satisfeito! Tendo saúde está bom.³⁴⁴

Guilhermina (23 anos), na sua juventude, declara de forma incisiva e até de certo ponto agressiva (inconformada):

³⁴² Numa outra interpretação, o diminutivo pode expressar afetividade e pertencimento, bem como, de outro lado, desprezo e crítica.

³⁴³ Agricultor no Rincão dos Marques.

³⁴⁴ Comerciante e agricultor no Rincão dos Marques.

Tem muitas pessoas que pensam assim: plantam o que dá para sobreviver durante o ano e está bom! Não têm muita iniciativa, não pensam em crescer e ter condições melhores de vida.³⁴⁵

Assumindo parte da culpa, mas não dos defeitos, o senhor Carmelito (71 anos), em entonação formal, profere:

(...) nós somos culpados, a gente não procura, a gente faz conforme sabe, conforme pode, mas se a gente procurasse até tivesse apoio, mas o pessoal não se importa muito, faz conforme dá. (...) É culpa, muito, do próprio agricultor, não procura, não se importa em procurar, são acomodado!³⁴⁶

Exemplos de declarações que caracterizam o comportamento da sociedade do Rincão dos Marques. Em quase todas a presença da palavra *acomodado*, despertando-nos para o aprofundamento da questão.³⁴⁷ A percepção da condição *acomodado* pode ter vindo de fora para dentro, como forma de estigmatizar esse grupo social.³⁴⁸ Herdeiros culturais do gaúcho primitivo, descendentes de estancieiros e de trabalhadores de fazendas (peões e agregados), tendo como ocupação o trato com o gado. Questão que discutimos no decorrer do trabalho, argumentando sobre a produção de estigmas e das heranças do sistema de criação extensivo de gado, de certa forma um modo de vida perpetuado pelos anos.

Pelo observado nas narrativas acima, podemos interpretar o uso da palavra *acomodado* como conformismo a uma situação com a qual os entrevistados não estão plenamente de acordo, utilizando-a para expressar uma característica pouco digna, como parece ser a imagem hegemônica do imaginário social gaúcho. Acomodados podemos estar por curto ou longo período de tempo, em padrão baixo, médio ou alto no que diz respeito à qualidade de vida, mas o “status” negativo de *acomodado* normalmente recai sobre os grupos sociais menos articulados, os que detêm menor parcela de poder.³⁴⁹ De um outro prisma, o estado ou a condição *acomodado* pode ser resultado do auto-reconhecimento ou da constatação de outros, este último mais freqüente – ver os defeitos ou as qualidades depreciativas nos outros é mais fácil, agradável e, muitas vezes, conveniente que admiti-las. A acomodação tem sentido lesivo quando se refere aos fracos ou inimigos, aos fortes e amigos pode configurar-se em estado de estabilidade (na maioria das vezes atribuída à condição financeira).

O senhor Francisco (65 anos), agricultor no Rincão dos Marques, responde rápido e sem cerimônia a nossa provocação:

Acomodado estão os velhos que se aposentaram! Naquele tempo não existia aposentadoria, no tempo que me criei. Então os velhos se aposentam e param, trabalham só por esporte. Porque naquele tempo eles tinham que trabalhar até morrer senão morria de fome!

O senhor Arlindo *parece* que concorda com o senhor Francisco:

Com o êxodo rural que aconteceu em Canguçu nos últimos anos, existem poucos jovens no interior. Para ti ter uma idéia, em 52 mil habitantes nós temos 13 mil aposentados rurais, isso é um percentual alto. Existem muitas famílias que hoje praticamente não produzem quase nada porque tinha antigamente a questão da cesta básica, eram distribuídas mais de 5 mil cestas básicas e mais os aposentados. Então as pessoas já não têm essa iniciativa, não tinham essa vontade

³⁴⁵ Agricultora no Rincão dos Marques.

³⁴⁶ Agricultor no Rincão dos Marques.

³⁴⁷ No passado recente (década de 1970) esta sociedade respondeu às *novas possibilidades* que foram colocadas em diferentes conjunturas, pelo estado e pela agroindústria (exemplo: tomate), ficando *abandonada* quando esta mudou suas estratégias empresariais. Nesse sentido, não era tão *acomodada*.

³⁴⁸ A declaração do senhor Arlindo, no início deste capítulo, deixa claro que a opinião sobre a *acomodação* dos residentes do Rincão dos Marques está formada na cidade, preconceito, sobretudo, pela origem étnica.

³⁴⁹ Poder no sentido de Elias (1999), poder como detentor de valor, tenha importância para outro grupo ou sociedade por desempenhar alguma função relevante.

de trabalhar e nisso se enquadra o Rincão dos Marques, falta auto-estima para melhorar de vida, para melhorar suas condições. Então se acomodaram! (...) Quase todas as famílias tem um ou dois aposentados, os aposentados são que garantem o sustento das famílias, os filhos e netos acabam vivendo nas costas das pessoas aposentadas.³⁵⁰

Rincão dos Marques, baseado nos relatos, foi até a década de 1970 uma localidade com vida social movimentada, comparada à atual. A evasão de parte dos moradores, principalmente dos jovens, transformou a estrutura etária, envelhecendo a população. Os depoimentos dos residentes podem ser divididos em dois grupos: os que justificam a acomodação como consequência do excesso do individualismo, desconfiança e falta de esperança, conforme o imaginário social de longo prazo; e os que alegam o envelhecimento da população, caso do senhor Francisco.

Inicialmente, as narrativas coletadas falam da acomodação como resultado do êxodo e, conseqüentemente, do envelhecimento da população. Para os entrevistados, as pessoas que saíram da localidade eram aquelas que queriam melhorar de vida, “(...) estavam procurando uma alternativa para poder crescer.”³⁵¹ Insatisfeitos com as condições de vida que a localidade (meio rural) oferecia, tomaram o rumo das cidades (Canguçu, Pelotas, Rio Grande e região metropolitana de Porto Alegre).³⁵² Eram as pessoas com capacidade de mudar, jovens e com atitude. Os que ficaram, os narradores, sentiam-se satisfeitos com a situação (resignados), apegados à família e à terra (bens materiais), não queriam e nem tinham ânimo para enfrentar o desconhecido. Para esses, o espírito aventureiro, trazido no sangue dos conquistadores,³⁵³ perdeu-se pelas gerações intermediárias, e a audácia, característica comum da personalidade do gaúcho primitivo, ficou sobre a garupa do cavalo, e o horizonte reduziu-se diante de suas retinas. O apegar do cavalo, maneira figurada de referir-nos ao processo de fracionamento das estâncias e da incorporação da agricultura como meio de subsistência, produziu mudanças na personalidade do gaúcho no sentido figurado e literal, este abordado por Vianna (1987) e Goulart (1985).

A permanência das famílias de membros de maior faixa-etária e provavelmente as que apresentavam piores condições de vida pode ser entendida como forma de autopercepção da fragilidade diante do desconhecido. O avançar da idade e a experiência de vida funcionam, psicologicamente, como indutores de cautela, restringindo as possibilidades de transformação significativa das condições de vida. Funcionam como indutores de aversão ao risco, por vezes entendidos como característica psicológica depreciativa – *acomodação*, mas esquecem que, para grupos sociais frágeis, uma tomada de decisão equivocada pode render danos, materiais e psicológicos, irremediáveis.

Galbraith (1979) abordou a questão da acomodação do pobre rural em trabalho que teve por objetivo refletir sobre as causas da pobreza nas comunidades de atividade rural da Índia. Argumenta que o problema da pobreza rural está na aculturação – *na acomodação à cultura da pobreza*. A falta de aspiração, a ausência de esforço para escapar da condição de pobreza parece entrar em conflito com um dos elementos do comportamento humano: a recusa de lutar contra o impossível. Esse comportamento é descrito pelo autor:

³⁵⁰ Representante do poder municipal.

³⁵¹ Inácio (71 anos), agricultor no Rincão dos Marques.

³⁵² A migração de boa parte da população pode ser interpretada como atitude plausível contra a pobreza. Para Thompson (1998, p. 206), contra a fome, há outras alternativas além da migração, como, por exemplo: rebeliões, petições em massa junto às autoridades, jejuns, sacrifícios e orações.

³⁵³ Conforme Holanda (1995).

O povo que viveu durante séculos na pobreza, no relativo isolamento da aldeia rural, acaba aceitando essa existência. (...) O povo não luta, geração após geração, século após século, contra circunstâncias que são constituídas de forma a trazer-lhe a derrota. Ele as aceita, e essa aceitação não é sinal de fraqueza de caráter. É, antes, uma reação perfeitamente lógica. Considerando-se a enorme força dominante do equilíbrio de pobreza dentro do qual vive o povo, a acomodação é a solução ótima. A pobreza é cruel, mas uma luta incessante, constantemente frustrada, para fugir a essa pobreza, é ainda mais cruel. É mais natural, mais inteligente e mais plausível que o povo, com a experiência de séculos, se reconcilie com o que, durante tão longo tempo, tem sido o inevitável.³⁵⁴

A reprodução acima descreve a aceitação sem revolta dos sofrimentos da existência, a sociedade resigna-se diante dos obstáculos tidos, por ela, como intransponíveis. As religiões, segundo o autor, têm participação nesse modo de encarar a realidade, a recompensa espiritual aos resignados é generosa. No Rincão dos Marques o conformismo à condição de vida que desfrutam não tem claro a conotação religiosa,³⁵⁵ mais um produto das condições sociais e econômicas que estão apresentadas, entretanto, não descarta-se o refrigério que a fé traz ao interior das pessoas e, aliada a outros fatores, venha a suscitar a resignação.

Thompson (1998), ao analisar motins de fome, sinaliza para a passividade dos grupos sociais pobres, afirmando que as revoltas não são necessariamente prestigiadas na cultura dos pobres. Diante da discussão do autor, interpreta-se que o comportamento passivo tenha como um dos condicionantes a *cautela* frente a possíveis reações indesejadas, de alguma forma, suscitando a condição de resignação. Qualquer mobilização de repulsa à condição de pobreza poderia inflamar a ira dos deuses ou indispor os governantes ou os ricos, dos primeiros a escassez já fora mandada como castigo e dos últimos a única possibilidade de auxílio. “Os motins são geralmente uma resposta racional, que não acontece entre indefesos ou sem esperança, mas entre aqueles grupos que se sentem com um pouco de poder (...).”³⁵⁶ Parece-nos que nos grupos mais pobres há o auto-reconhecimento da incapacidade reivindicatória, algo como um meio de controle social que trava ou anula qualquer possibilidade de reação contra a situação que se encontram – não são *dignos* de compaixão (ou não reclamam compaixão, como seria o caso dos *pedintes*). As condições dadas, conjunto de elementos que, de alguma forma influem na auto-estima, exercem certa pressão psicológica reprimindo ações de repúdio a própria situação social. Pobreza, analfabetismo, etnia,³⁵⁷ aliados ao distanciamento geográfico (localização periférica),³⁵⁸ produzem na psique dos possuidores destas características o *menosprezar-se*, pensam que não têm direito a reivindicar, seu papel na sociedade é ínfimo.³⁵⁹ Em certa medida, a condição de mero subsistentes, impossibilitados de produzir excedentes, funciona como desvalorizador do papel social, desqualificando os indivíduos como pessoas produtivas para a sociedade.

³⁵⁴ Galbraith (1979, p. 62).

³⁵⁵ Apesar de uma *aparente* religiosidade superficial, princípios morais com raiz nas doutrinas religiosas foram herdados e colocados em prática pela sociedade do Rincão dos Marques.

³⁵⁶ Thompson (1998, p. 207).

³⁵⁷ Referimo-nos aos grupos étnicos discriminados, ditos inferiores.

³⁵⁸ No meio rural, a distância aos centros-urbanos, a difícil comunicação podem ensejar a condição de esquecidos, sem valor, sem importância,... inexistentes.

³⁵⁹ Thompson (1998, p. 207-208) destaca que no noroeste da Inglaterra, região pastoril, entre 1590 e 1620, a população morria de fome silenciosamente sem criar problemas de ordem pública para os governantes. O autor ainda relata outras crises de fome em que a população, principalmente rural, morria “(...) sem soltar uma queixa nem dar um sinal.”

Mas como afirma Thompson (1998, p. 208), “(...) as evidências são contraditórias e difíceis de interpretar”, referindo-se ao comportamento das pessoas diante da fome.³⁶⁰

Para Bertrand (1973, p. 376), acomodação, como meio de evitar o conflito, consiste em qualquer alteração, consciente ou inconsciente, de relações entre pessoas ou grupos de forma a evitar, reduzir ou eliminar o conflito. “Acomodação, como processo, se aplica integralmente aos ajustamentos que evitam ou minimizam o conflito bem como aqueles que extinguem conflitos existentes.” A sociedade do Rincão dos Marques possivelmente evita os conflitos extinguindo ou negligenciando as possíveis articulações que, de alguma forma, poderiam produzir atritos internos e externos. Nas entrevistas, quando tratamos da união das pessoas para alguma reivindicação, os depoimentos, por vezes, retratam formas de escape, de descomprometimento, com as causas comuns à localidade. No depoimento da senhora Lúcia, observamos, nas entrelinhas, que, ao sinal de confronto entre pessoas da própria localidade ou com externas (poder público), os movimentos de desarticulação individuais e de grupo iniciam-se.

(...) a gente até tem na comunidade um grupo de agricultores, só que isso não vai para frente. Não funciona! (...) E eu acho que essa associação de agricultores seria uma coisa boa. Eles se unirem, procurarem uma cooperativa, procurarem o sindicato. Isso não acontece! A maioria começa muito bem, muito incentivado, mas logo, logo desanima.³⁶¹

Desanima, forma de expressar o desinteresse em dar prosseguimento às reivindicações que a sociedade local impõe à associação, as reivindicações podem trazer disputas de interesses internos, uns defendem uma posição outros outra, ou a cobrança junto ao poder público pode render desentendimentos e, como destacamos anteriormente referenciando Thompson, indispor os governantes. Nas reuniões da sociedade local, pouco participativa, as pessoas debatem sobre os problemas, mas no momento em que há divergências de idéias uma das partes desiste. Segundo o senhor Miguel (59 anos), agricultor no Rincão dos Marques: “Aceitar a idéia dos outros é difícil aqui! (...) um agricultor estava na reunião e deu a sua proposta, como não foi aceita de primeiro, ele pegou e saiu no meio da reunião.” Este comportamento, de fuga, descrito pelo agricultor pode ser interpretado como uma forma de evitar, reduzir ou eliminar o conflito.³⁶² Comportamentos dessa natureza não ajudam a organização efetiva para as lutas de interesse coletivo, e a falta de um grupo (associação) estruturado e participativo pode não deixar outra alternativa à sociedade que não seja a resignação.

Como Leonard e Clifford (1971, p. 122) apontam, o desenvolvimento da personalidade depende do processo de comunicação e a natureza, deste, condiciona, em parte, a estrutura da personalidade. Para compreender a personalidade de uma sociedade é importante entender os antecedentes sociais e culturais desta. A sociedade de hoje é fruto de um processo que passou pela sociedade de ontem, incorporando novos elementos, e é essa sociedade mutante que está presente na formação de valores, lógicas

³⁶⁰ Thompson (1998, p. 20-21), na introdução de sua obra, dialoga com Gramsci sobre a questão da “filosofia espontânea”. Adiante discute a questão das “duas consciências teóricas” derivadas de dois aspectos da mesma realidade: a) “a conformidade com o *status quo*, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras (...)”; b) “o *senso comum*, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos (...)”. Dois aspectos que poderiam ser explorados para tentarmos interpretar o comportamento dos pobres diante das dificuldades como, por exemplo, o descrito por Galbraith (1979, p. 64-65): “Os que tinham mais necessidade de ajuda conservavam obstinadamente os seus métodos habituais de cultura agrícola ou faziam modificações muito lentas, (...)”.

³⁶¹ Representante do poder municipal residente na localidade do Rincão dos Marques.

³⁶² Conforme Bertrand (1973). Podemos também interpretá-lo como desconfiança ou reconhecimento de que a idéia dos outros não se encaixa as suas condições e visão de mundo.

e no acúmulo de informações que constitui o conhecimento das pessoas e, de alguma forma, refletidos no comportamento.³⁶³

Para finalizar, momentaneamente, a questão da acomodação destacada nos depoimentos, retoma-se alguns pontos do passado, talvez longínquo, que podem estar relacionados com aspectos comportamentais dos moradores do Rincão dos Marques. Destacou-se em alguns momentos deste trabalho que as famílias do Rincão dos Marques são descendentes de antigos estancieiros, peões e agregados. O processo de desdobramento de grandes estâncias de criação de gado em pequenos estabelecimentos pecuaristas, grosso modo, homogeneizou as pequenas sociedades rurais, transformando-as em grupos subalternos, inferiorizados e submissos frente aos antigos poderes dos estancieiros que se deslocaram para *fora* da localidade, no urbano, na agroindústria, nos bancos, nas agências governamentais e nos controles *oligopolizados* dos mercados. No período colonial, peões e agregados representavam grupos subalternos, talvez de personalidade ativa pela liberdade inspirada pelos campos e pela posição de destaque quando sobre o dorso do cavalo, mas eram comandados e orientados pelos patrões ou capatazes, de alguma forma submissos às ordens. Os estancieiros, com as crises no setor pecuarista, foram perdendo prestígio e poder econômico diante da sociedade local, a redução das estâncias promoveu a aproximação social dos grupos inferiorizados até, grosseiramente, uniformizar as sociedades locais. Peões e agregados do passado, ou descendentes, foram paulatinamente, por compra, herança ou posse, passando a proprietários de terra, favorecidos pela crise que atingiu os grandes estancieiros da região. A perda de prestígio e patrimônio funcionou como *trauma* psicológico, pela incapacidade de reversão da situação, de alguma forma incutindo, na psique, o sentimento de conformidade à condição social a que estavam fadados. Por caminhos distintos, a construção da personalidade da sociedade do Rincão dos Marques.

As análises de Elias (1994, p. 172), sobre processos de desenvolvimento social não-planejado, destacam o comportamento das pessoas quando há mudança na dinâmica dos processos sociais – passagem de estágio. As pessoas atingidas por essa mudança prendem-se ao estágio anterior em sua estrutura de personalidade, “em seu *habitus* social”. Uma forma de opor-se à dinâmica social, quer retardando o processo ou bloqueando-o por completo. O que pode auxiliar a compreender o comportamento da sociedade do Rincão dos Marques, a perpetuação, ou algo próximo, do modelo de vida herdado dos antepassados, interpretado, nos dias atuais, como acomodação tanto pelos residentes como pelos externos ao Rincão dos Marques. Como indica Elias (1994, p. 173), “(...) a solidez, a resistência e o arraigamento do *habitus* social dos indivíduos numa unidade de sobrevivência aumenta à medida que se alonga e encomprida a cadeia de gerações em que certo *habitus* social se transmite de pai para filho.” Seguindo a linha argumentativa de Elias, a estrutura social baseada na economia pastoril-estancieira praticamente desapareceu no Rincão dos Marques, referimo-nos a do período colonial, mas sobrevive na estrutura de personalidade (*habitus* social dos indivíduos), herdada por gerações. A manutenção de fragmentos do *habitus* e dos costumes tradicionais é uma das conseqüências possíveis do *efeito de trava*,³⁶⁴ comportamento de cautela frente ao desconhecido.

A segurança psicológica para enfrentar o porvir habita nas ações repetidas, nas ações costumeiras; o desconhecido, o não experimentado, produz hesitação, angústia. O apego ao passado, refletido nas práticas produtivas, nas relações sociais, representa

³⁶³ Ver também Berger (1986).

³⁶⁴ Sobre *efeito de trava*, ver Elias (1994).

confiança a um modo de vida, apesar dos desgastes e da obsolescência, que ainda garante a sobrevivência. Modelo de vida testado e retestado.³⁶⁵

No passado, a parcela da sociedade rural que detinha *status* era a dos *gaúchos estancieros*; a dos *gaúchos peões* e dos agricultores representavam o oposto. Mesmo numa sociedade pecuarista degradada como a do Rincão dos Marques, o legado, a importância, vive e é valorizado, cultivar o *habitus* e os costumes representa manter a identidade e o “status” pecuarista. Este enfraquecido com a redução das propriedades e da conseqüente perda das características mais essenciais. As transformações, lentas, empurram, apesar da resistência, a sociedade do Rincão dos Marques para o lado oposto, para o agricultor.³⁶⁶ A idéia de que as mudanças ou transformações radicais podem ser uma ameaça à identidade de um grupo está presente no trabalho de Elias (1994).

Tem-se a impressão de que a sociedade do Rincão dos Marques tem consciência de que está em meio a um processo de transição (do pecuarista para o agricultor), mas, por segurança, apega-se ao passado. A sociedade tem conhecimento do que lhe espera do outro lado, mas falta-lhe orientação para trilhar o caminho. A hesitação, a dúvida e a angústia são traduzidas, pela sociedade externa e interna, como acomodação, conformismo, preguiça, conferindo qualidade de estigma.

3.2.4 Localidade ou comunidade: espírito social

Na opinião dos entrevistados, a palavra *comunidade* representa a união de todos para o bem de todos, desprendimento dos interesses pessoais em benefício do coletivo. Em alguns momentos parece que está subentendido que o sentido de comunidade compreende algo mais que a simples união dos indivíduos para o bem comum, uma aliança mais sólida, uma comunhão espiritual.

Nas entrevistas, observamos que as pessoas referem-se ao Rincão dos Marques como *zona*, *localidade*, *rincão*, *Rincão dos Marques* e *comunidade*, esta última como mero sinônimo das anteriores, todas denominações com forte conotação espacial. Ao utilizarmos a palavra *comunidade* nos questionamentos, percebemos alguns conflitos de interpretação. Uns vinculam esta palavra com o sentido religioso, subentendendo que a união desinteressada da sociedade do Rincão dos Marques só pode ser alcançada com a ajuda divina. Quando perguntávamos sobre a união das pessoas, a relação entre comunidade e religião era freqüente nas respostas: “Falta um sentido de comunidade”; referindo-se, a senhora Natália (53 anos),³⁶⁷ ao sentido dado pela religião. O mesmo sentido implícito nas palavras da senhora Olívia (63 anos), agricultora:

Não são muito comunitários! Até podem ajudar, mas esse negócio como a gente vê nas comunidades religiosas de colonos alemães é uma diferença muito grande. (...) A diferença existe na maneira das pessoas. Se faz uma festa todo o pessoal se ajuda e não visa lucro, todos eles ajudam para sair uma festa de boa qualidade para a comunidade. Aqui não! Aqui se um ajuda já tem outro que quer tirar um lucrinho e assim vai. Não tem esse espírito de união.

³⁶⁵ Com certa cautela, pode-se pensar que, apesar de *pequeno pecuarista* ou de *pecuarista familiar*, ele não seria a atualização do pecuarista-estancieiro, ele seria a atualização do agricultor gaúcho brasileiro. Agricultor gaúcho brasileiro quando pensamos na parcela de famílias açorianas que abasteciam o mercado local com parte da produção agrícola e tinham pequenos rebanhos de gado, ou também em famílias agregadas ou *posteiros* que, nas terras do estancieiro, plantavam e criavam algumas cabeças de gado.

³⁶⁶ Isto poderia representar a distinção entre *produtores* e *mais humildes* que nos foi apresentada num dos relatos. Os *produtores* como *legítimos* herdeiros dos *gaúchos estancieros* e os *mais humildes* dos agregados, *posteiros* (*gaúchos peões*) e quem sabe açorianos.

³⁶⁷ Agricultora no Rincão dos Marques.

O senhor Alfredo (43 anos), agricultor, detalha esse espírito de comunidade que está ausente na sociedade do Rincão dos Marques: “O espírito de comunidade, de participação na igreja, de fé, vamos dizer assim. Não tem! É quase sem religião, (...) não tem estímulo.”

Parece-nos que a relação entre comunidade e religião seja uma questão local, principalmente em regiões onde há outros grupos étnicos de forte prática religiosa, como alemães (protestantes) e italianos (católicos). A sociedade do Rincão dos Marques tem como parâmetro, exemplos de *desenvolvimento*, localidades de característica étnica alemã. Nessas a religião exerce papel significativo de coesão social, união pelo desenvolvimento comum, facilmente observável nos aspectos físicos e sociais. A construção de uma sociedade fraterna, unida e menos individualista, para parte das pessoas do Rincão dos Marques, deve ser alicerçada sobre a doutrina religiosa, por ser um dos poucos exemplos ao alcance.

A discussão de Nelson (1973, p. 97-98) sobre vizinhança e comunidade destaca, como critérios primários de uma comunidade, a presença de laços ou elos que unem determinado grupo de pessoas espacialmente relacionadas e a interação entre essas pessoas. Dentre as características da comunidade incluem: a) limitação de área, resultando em proximidade territorial das pessoas em interação; b) cultura comum ou consciência de espécie; e c) normas comportamentais comuns dentro de uma estrutura social comum. Elementos que, de alguma forma, criam a consciência de pertencimento a um grupo social. O autor resgata a definição de comunidade de Blaine Mercer:

(...) agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localidade geográfica numa época determinada, apresentam uma cultura comum, estão organizados numa estrutura social e demonstram um conhecimento de sua singularidade e identidade à parte, como grupo.

Na visão de Nelson (1973), é necessário ter em consideração a questão da *mudança social* para compreender a comunidade; as pessoas estão constantemente ajustando-se a condições cambiantes, novas situações e aspirações. Tal como Elias, Nelson (1973) pressupõe, nos estudos de comunidades, o conhecimento do passado, da história natural da comunidade, das forças que levam à mudança, percebendo-a como um processo de longo prazo.

Para analisar o conceito de comunidade, Baptista (1978, p. 44-51) consulta trabalhos de Nisbet, Florestan Fernandes e Jack Stumpf, estudos que enfocam, sobretudo, aspectos da dinâmica do relacionamento social e aspectos geográficos de localização espacial. Visita mais detidamente o trabalho de Nisbet, intitulado “Comunidad”, publicado na obra “La Formación Del Pensamiento Sociológico”, o qual desenvolve uma análise histórica da evolução do conceito de comunidade, pressupondo que, na sua percepção, comunidade compreende todas as formas de relação caracterizadas por um alto grau de intimidade pessoal, profundidade emocional, compromisso moral, coesão social e continuidade no tempo.³⁶⁸ Elementos imaginados pelos entrevistados para alcançar o sentido ou espírito de comunidade no Rincão dos Marques, pelo menos é o que transparece nos depoimentos. Essa atmosfera de comunidade, no sentido imaginado pelos moradores, está atrelada a um comprometimento maior, uma crença capaz de expurgar atitudes ou comportamentos egocêntricos. No atual *comprometimento*, no sentido expressado (*idealizado*) pela sociedade do Rincão dos Marques, não haveria o *espírito* de comunidade.

No trabalho de Florestan Fernandes, Baptista (1978) destaca que a noção de comunidade, usualmente adotada na prática, inclui a característica geográfica,

³⁶⁸ Dentre os autores abordados por Nisbet, destacado por Baptista (1978), estão: Le Play, Gierke, Maine, Fustel, Tönnies, Weber, Durkheim e Augusto Comte. Este último fonte de inspiração para Elias (1999).

indicadora de unidade ou delimitação físicas às características de homogeneidade, consenso cultural, auto-ajuda e outras formas de comportamento comunal. Grosso modo, áreas distintas em que a sociedade caracteriza-se por um modo de vida comum e interesses e valores idênticos. Acrescenta a esta noção, Jack Stumpf (apud Baptista, 1978, p. 50), que a comunidade “(...) é um sistema vivo, mutável e variável, que apresenta uma série inter-relacionada de sistemas menores, cuja natureza pode ser tanto geográfica como funcional.”

As discussões destacadas acima levam a observações sobre a sociedade de Rincão dos Marques, no sentido de percebê-la como uma comunidade. Há elaborações conceituais que possivelmente enquadrariam Rincão dos Marques como comunidade, principalmente quando levado em consideração o sentimento de pertencimento a uma sociedade espacialmente delimitada (região, localidade), entre outros critérios.³⁶⁹ Não menosprezando os critérios construídos fora da sociedade, como instrumentos de análise para observadores externos à sociedade local, o importante talvez seja conhecer a interpretação da própria sociedade em questão sobre sua noção de comunidade. Nos depoimentos, constatamos que há uma noção subentendida, comunidade como algo próximo à noção construída por Nisbet, mas não está de acordo com a realidade. Ainda não se reconhecem como uma comunidade, há elementos em desacordo impossibilitando que as pessoas percebam, sintam ou alcancem o sentido ou o espírito de comunidade.

Para a sociedade de Rincão dos Marques um dos principais entraves à condição de comunidade é o individualismo, elemento inúmeras vezes salientado como obstáculo ao processo de desenvolvimento. Guilhermina (23 anos), agricultora, expõe a sua opinião sobre esta questão:

As pessoas não confiam muito uma nas outras, cada um quer fazer por si. Cada um faz por si e Deus por todos! (...) Não tem um espírito de união, de viver em comunidade, de viverem bem, viverem unidos, de viverem querendo o bem do outro. (...) Tem lugares que quando chega a colheita um ajuda uma pessoa, fazem mutirão e todo mundo se ajuda, mas aqui é diferente, aqui é tudo à base de dinheiro. Tem certos lugares que todo mundo se ajuda, mas aqui é difícil. Aqui nem irmão ajuda irmão, nem parentes se ajudam, o que dirá vizinho.

O senhor Otávio (65 anos), agricultor, também tem a mesma opinião:

Nessa região a gente não vê isso daí, mas indo para outras a gente vê mais companheirismo, aqui são mais individual! (...) Eu acredito que seja da própria cultura daqui do pessoal que vive nesta região. São mais individualistas, não muito de se ajudar. (...) O pessoal é individualista, eles pensam assim: se não sobra nada pra mim, eu não me meto! Não participa!

Estas são opiniões freqüentes, mas encontramos alguns poucos grupos familiares que realizam trabalhos no sistema de mutirão. Grupos pequenos que reúnem três ou quatro famílias, normalmente com laços de consangüinidade, para realizar tarefas ligadas à atividade produtiva (principalmente a colheita). Num desses grupos, identificamos quatro famílias, com algum grau de parentesco, que trabalhavam em suas lavouras e no trato com animais de forma autônoma, assim como nas atividades cotidianas, mas, em momentos específicos de necessidade de mão-de-obra, o grupo é acionado e a tarefa realizada rapidamente. Não é uma troca de mão-de-obra, algo formal, é uma união de pessoas mediada por laços de afetividade. Nesse grupo, observamos que as técnicas utilizadas nos plantios eram as mesmas, socializavam seus conhecimentos no interior do grupo, apesar de plantarem os mesmos produtos que as demais famílias de agricultores da localidade (feijão e milho), mas as técnicas empregadas eram mais aprimoradas, já que buscavam informações junto a agrônomos e

³⁶⁹ Ver Leonard e Clifford (1971).

técnicos agrícolas. Encontramos outros tipos de ajuda mútua, mas envoltas numa relação de trocas formais, trocas equivalentes, normalmente quantificadas por tempo de trabalho (dias) e tipo de atividade.

Um dos obstáculos para formação de uma comunidade coesa, no sentido expressado pela sociedade de Rincão dos Marques, reside na questão do individualismo. As referências ao individualismo, em certa medida, ensejam ambigüidade, permitindo interpretá-lo ora como *pessoa* ora como *família*, este último como unidade de sobrevivência, representada e corporificada na pessoa do chefe de família – a quem cabe as atribuições de responsabilidade e mando sobre o grupo familiar.

Observada por Elias (1994), a individualização constitui um aspecto de uma transformação social (diferenciação da sociedade) que ultrapassa em muito o controle do indivíduo, produzindo maior diversidade de comportamento. O caráter diferenciador de uma pessoa em relação a outra se torna um ideal pessoal, fruto de uma constante luta competitiva, como salienta Elias, parcialmente tácita e parcialmente explícita, “(...) em que é de suma importância para seu orgulho e respeito próprio que ele possa dizer a si mesmo: *Esta é a qualidade, posse, realização ou dom pelo qual difiro das outras pessoas que encontro a meu redor, aquilo que me distingue delas.*”³⁷⁰ Este comportamento não é simplesmente produto da sua natureza, mas resultado da aprendizagem social. Faz parte de uma estrutura de personalidade que se forma em conjunto com situações humanas específicas, é ao mesmo tempo pessoal e peculiar de cada sociedade.

Desde a infância, o indivíduo é treinado para desenvolver um grau bastante elevado de autocontrole e independência pessoal. É acostumado a competir com os outros; aprender desde cedo, quando algo lhe granjeia aprovação e lhe causa orgulho, que é desejável distinguir-se dos outros por qualidades, esforços e realizações pessoais; e aprende a encontrar satisfação nesse tipo de sucesso. Mas, ao mesmo tempo, em todas essas sociedades, há rígidos limites estabelecidos quanto à maneira como o sujeito pode distinguir-se e os campos em que pode fazê-lo. Fora desses limites, espera-se exatamente o inverso.³⁷¹

Fora desses limites não há diferenciação entre o comportamento das pessoas, qualquer atitude em desacordo às regras sociais impostas pela própria sociedade pode sofrer forte censura.³⁷² Como destaca o autor, o autocontrole do indivíduo é dirigido para ele não romper com as regras, conformar-se. Desde a infância o indivíduo foi treinado para se destacar entre os demais, mas só uma pequena porção da sociedade alcança essa proeza, em contraposto à insatisfação emudecida da maioria – “(...) ficam aquém das aspirações de sua juventude à medida que envelhecem.”³⁷³ Nesses os sentimentos que invadem as mentes são de não-realização, aborrecimento, apatia, depressão, culpa e ausência de significado na vida. Elias destaca que as frustrações são interpretadas com a idéia de discrepância entre a natureza individual e as condições sociais que lhes são externas, mas que, na realidade, são produto da própria sociedade.

Insatisfeitas com o desempenho frente ao desenrolar de suas vidas, as pessoas do Rincão dos Marques acumulam frustrações por gerações, produzindo efeitos psicológicos resistentes a mudanças significativas. O treinamento aplicado às crianças está confinado à realidade vivenciada no desenvolvimento da sociedade, realidade de horizontes restritos, produzida pelos limites impostos pelas relações com o meio externo. A realidade que conhecem além *fronteira* (vizinhança), tendo em vista as

³⁷⁰ Elias (1994, p. 118).

³⁷¹ Elias (1994, p. 120).

³⁷² Sobre valores e normas, ver Leonard (1973), Mendras (1975). Sobre mecanismos de controle social, ver Berger (1986).

³⁷³ Elias (1994, p. 121).

dificuldades de comunicação, não apresentava diferenças marcantes em comparação à interna, impedindo a produção de parâmetros de desenvolvimento muito distante do experimentado, restringindo, conseqüentemente, a dimensão das aspirações. Nesse sentido, os limites estabelecidos pela sociedade local para a distinção, assim como os campos, são restritos, dificultando diferenciações marcantes entre indivíduos.

A individualização, em parte, vem de herança cultural. Reportando ao passado, lembramos da vida solitária dos gaúchos do período colonial, de responsabilidades limitadas, sem grandes aspirações e conformados com a posição de subalternos. Nas estâncias, os pequenos grupos, clãs, autônomos, sob a ordem do estancieiro, os peões eram recrutados para defender interesses alheios.³⁷⁴ A estrutura social pouco valorizava a cooperação, a associação de indivíduos para o bem comum, salvo no período anterior ao cercamento dos campos, na captura do gado xucro, e nos conflitos por território ou de interesse da classe dominante. Como salienta Vianna (1987), o gaúcho era solidário na guerra, em período de disputa armada; na paz, os laços de camaradagem, mutualidade e reciprocidade eram esvaziados e os interesses individuais recuperados. Para compreender a questão entre solidariedade e individualismo, Goulart (1985, p. 12) apresenta sua interpretação:

A topografia estampada nas vastas extensões desertas de campanha era agente hostil à sociabilidade mas favorável ao individualismo. A força social, arregimentando nossa gente contra as invasões castelhanas, tendia para a máxima sociabilidade. Conseqüência: o rio-grandense, sem ter a disciplina rude da caserna, apresenta, contudo, algo de sociabilidade e de individualismo.

Nos antepassados das famílias do Rincão dos Marques figuram peões, herança de subserviência e individualismo, marcas de uma sociedade específica e, de certa forma, de uma classe específica. Heranças que ainda participam da estrutura da sociedade, dos valores e normas de comportamento que regem e limitam as ações e aspirações dos indivíduos.

Heranças de um passado longínquo, experiências conhecidas e vivenciadas, entram no processo de treinamento do indivíduo desde a infância. Alternativas de diferenciação, tendo em vista uma estrutura econômica, social e cultural, são restritas. A percepção da própria sociedade funciona como mecanismo inibidor, não vislumbra saída, ou as possibilidades de diferenciação estão associadas a elevado risco. Há relação com o comportamento designado como acomodação e resignação, discutidos anteriormente; qualquer investida em direção a uma mudança pode acionar a ira dos deuses ou a indisposição dos governantes, conforme Thompson (1998), os únicos de quem poderia vir alguma atitude de amparo. Sem alternativas confiáveis, baixa auto-estima, e sem o apoio ou comando do governo, instituição ou liderança reconhecida, a diferenciação passa a figurar no campo das idéias, opiniões, acentuando divergências pessoais e o individualismo. Reporta-nos a forma figurada que Marx (1968, p. 133) utilizou para representar o campesinato francês do século XIX – *saco de batatas*, na medida em que existia apenas ligação local e que a similitude dos interesses não criava entre eles espírito de comunidade nem organização política.

Na sociedade de Rincão dos Marques, podemos observar a tendência de redução da sociabilidade do grupo familiar, inspirando estado pré-anômico, talvez pela situação de isolamento. Esta sugestão ganha força se relacionada à de Candido (2001, p. 277-278) quando analisa a organização social na vida do caipira. Para o autor, situações como essa representam não apenas a desorganização mais ou menos acentuada dos grupos vicinais, mas também uma regressão a tipos de sociabilidade incompatíveis com

³⁷⁴ Goulart (1985) destaca que a solidariedade que se formava no interior das fazendas explica-se pela inexistência da pequena propriedade. Os sem terra viviam agregados aos estancieiros numa ligação amistosa. A nosso ver, era uma relação de favor, uma forma de solidariedade pouco espontânea.

a vida cultural plena. A emergência da vida familiar (*blocos familiares*) como unidade social representa, para o autor, uma regressão adaptativa, “(...) uma defesa dos padrões culturais pela redução às formas mais instáveis de convivência. Uma volta a estados que tradicionalmente se associam ao perigo de anomia.” O melhor aproveitamento dos meios de vida (*vida cultural plena*) será possível no momento que as famílias ampliem suas relações, como salienta o autor, no plano de vida municipal, integrando-se compensadoramente.³⁷⁵

A sociedade de Rincão dos Marques conhece suas qualidades e defeitos, seus limites, e as dificuldades a enfrentar para promover uma transformação. Reconhece na união das pessoas uma alternativa viável ao desenvolvimento, união por interesses comuns, para o bem da sociedade local, mas a união talvez só seja alcançada, na percepção da maioria dos entrevistados, por inspiração divina – espírito de comunidade.

3.2.5 Necessidade de tutor

Acúmulo, em parte, de experiências negativas e falta de perspectiva (desesperança) podem produzir *marcas* psicológicas que funcionam como mecanismos inibidores de tomadas de iniciativa, interpretadas, relativamente, como apatia, falta de significado de vida, depressão, acomodação e resignação. O indivíduo sentindo-se incapaz de promover mudança e com auto-estima baixa, qualquer pequena crítica pode causar-lhe impacto psicológico negativo e desestruturar todo um projeto futuro, de alguma forma estimulando a aversão à responsabilidade por atitudes ou decisões. Talvez o espírito crítico da sociedade local, dada as condições sociais e econômicas pouco favoráveis, tenha forte poder para afetar a reputação dos eleitos à análise depreciativa. No depoimento do senhor Renato (36 anos), funcionário do poder público e morador no Rincão dos Marques, há repulsa das pessoas à posição de representante da sociedade local:

A associação poderia ser bem mais desenvolvida se houvesse união, tem gente na zona que não concorda com a maioria. (...) As pessoas são unidas na hora de ajudar na colheita, mas para procurar outro benefício para a turma, elas, não querem se comprometer com alguma coisa. (...) não querem se responsabilizar, não querem ter responsabilidade. Não querem ser cobrados pelos outros!

A sociedade de Rincão dos Marques é constituída por um grupo relativamente pequeno de famílias, que se reconhecem mutuamente. Em universos sociais reduzidos, os mecanismos de controle social são instrumentos potentes para regular o comportamento dos membros do grupo, utilizados, usualmente, através da fofoca depreciativa (ou valorativa). Os mecanismos de controle social correspondem a formas de expor o transgressor perante o grupo, ridicularizando-o ou difamando-o; ou empregando-os como instrumento de persuasão.³⁷⁶ No Rincão dos Marques é plausível que os mecanismos de controle social sejam empregados, em certa medida, de forma pouco flexível, resultando em *marcas* mais profundas, pelo menos é o que podemos depreender do depoimento do senhor Renato. Entretanto, os *gaúchos peões* do período colonial, pelo modo de vida e pelo tipo de trabalho, eram pouco exigidos em termos de *responsabilidade*, desempenhavam trabalhos sob comando. Acostumados por gerações a trabalhar sob tutela de estancieiros, subordinados e submissos, não apreenderam à personalidade o espírito de comando, de atribuir, e de desempenhar funções como representante da sociedade.

³⁷⁵ O que veremos, em certa medida, na sociedade de Rincão dos Maia.

³⁷⁶ Ver Elias e Scotson (2000) e Berger (1986).

A *transformação* da economia pastoril para a agrícola deixou os descendentes dos gaúchos em meio a um processo *pouco cômodo*, outra forma de sobreviver, ainda não incorporada totalmente ao modo de vida. O que poderia representar o reconhecimento dos seus limites como indutores de transformações, atribuindo tal tarefa para o governo ou para alguém que saiba conduzir ou conheça o caminho a trilhar. Perguntamos, claramente, qual deveria ser a contribuição da própria sociedade do Rincão dos Marques para melhorar a vida das famílias, ao responder o senhor Orlando (26 anos), agricultor, muda sua interpretação sobre o questionamento: “Eu acho que deveria ter mais assistência técnica, partir das universidades, trazer tecnologia para tentar desenvolver mais as mesmas culturas, desenvolver a qualidade da produção, desenvolver mais! Deveria ser basicamente isso daí que deveria ser feito!” E no desenrolar do depoimento novamente empurra a função de indutor de desenvolvimento para instituições externas à localidade, eximindo-se da responsabilidade: “Eu acredito que a igreja, principalmente a igreja católica, está um pouco tímida, ela poderia fazer mais pela comunidade, eles estão participando muito pouco da comunidade!”³⁷⁷ De certa forma, repassa a responsabilidade do papel de motivador de transformação para fora da comunidade, além de aproveitar do momento para cobrar da função social da universidade. O senhor Edmundo (53 anos), agricultor, também tem opinião *parecida* sobre essa questão: “Tem um conjunto de coisas pra fazer que não é de hoje pra amanhã, vai demorar muito para chegar nesse ponto de melhorar bem mais. Talvez tenha que vir alguma coisa de cima para baixo e não de baixo para cima, porque o nosso esforço de nada vai vale.”

O uso intensivo e a falta de práticas de preservação e recuperação do solo levaram à utilização de corretores e fertilizantes que não eram empregados em épocas passadas. A implantação de linhas regulares de transporte coletivo facilitou a comunicação entre o campo e a cidade, e o contato com o meio urbano criou novos hábitos, por exemplo, de consumo, levando ao dilema entre produzir ou adquirir, este último muitas vezes em *pseudo* vantagem econômica. O acesso a serviços, antes indisponível, como energia elétrica e telefonia, trouxe conforto à vida das famílias rurais, transformando seu estilo de vida. Transformações que, de alguma forma, contribuíram para a melhoria da qualidade de vida. Entretanto, acarretou uma série de custos e gastos que até poucos anos atrás não faziam parte dos orçamentos familiares. O aumento relativo da dependência do meio externo à propriedade resultou em mudanças na lógica de reprodução das famílias rurais, intensificando as preocupações (mentalidade econômica) e as jornadas de trabalho.³⁷⁸ Esse novo contexto fez as famílias de agricultores darem maior importância ou valor ao tempo, restringindo sua participação social.³⁷⁹ A simples atuação em grupos, comissões ou a ocupação de postos de direção suscita *gasto* de tempo, tempo que, para as famílias, pode ser mais bem empregado na atividade produtiva. Talvez esta seja uma das respostas para a pouca participação da população e quando se trata de cargos de comando ou liderança, o envolvimento é maior, conseqüentemente maior tempo despendido em atividade de interesse *alheio* e menor aos próprios. Também tem como questão de fundo o individualismo, muitas vezes obscurecendo vantagens e conquistas que poderiam ser alcançadas com a participação em organizações. As palavras da senhora Dulce (49

³⁷⁷ O senhor Otávio (65 anos), agricultor no Rincão dos Marques, afirma: “Eu acho que precisa de alguém, uma pessoa que fosse, por exemplo, um líder religioso, um padre, que convocasse a reunião e que explicasse ao povo como (...) um líder.”

³⁷⁸ Sobre a submissão ao espaço ver, Mendras (1969).

³⁷⁹ De certa forma *associaram-se* às mudanças tecnológicas e produtivas, demonstrando iniciativa. Além disso, também representa uma intensificação do trabalho, do tempo de trabalho.

anos) podem ajudar a compreender um pouco da mentalidade de parte da sociedade de Rincão dos Marques:

Hoje é diferente, a gastaria é mais! Como a gente gasta! Tudo que a gente faz se gasta, tem muita despesa. De primeiro não tinha, não se comprava certas coisas. Antigamente o povo aqui na campanha não usava nem papel higiênico. (...) O pessoal não se uni muito para trabalhar junto. Não sei, o pessoal não gosta de se unir. Se unisse eu acho que até iria, mas o pessoal trabalha, tem muito serviço, muita ocupação.

Entre várias entrevistas em que tentamos provocá-los sobre a responsabilidade pelo desenvolvimento da localidade, a senhora Lúcia foi uma das poucas pessoas que admitiu o papel da própria sociedade local como responsável pelo desenvolvimento e salientou os motivos pela fraca participação das pessoas:

Faltam lideranças na comunidade! (...) Uns por acomodação porque não querem se incomodar, outros por falta de experiência porque acham que não vão dar certo, não vão dar conta do recado. Então não tem essas lideranças, e tem gente em condições de serem líderes. (...) O pessoal é um pouco submisso, tem um pouco de medo de chegar na frente da autoridade, e tem um pouco de falta de união porque para ir na frente de um prefeito ou de um deputado tem que ter mais gente, porque se tu vai sozinho dificilmente tu vai convencer!³⁸⁰

Em poucas palavras a entrevistada nos indicou alguns aspectos psicológicos que estariam relacionados com a participação da sociedade do Rincão dos Marques no processo de desenvolvimento da localidade. Elementos discutidos no decorrer deste capítulo, e que, de algum modo, estão relacionados com a participação direta das pessoas da localidade em alcançar a responsabilidade sobre o futuro, organizando-se para defender seus interesses. Para Mendras (1975, p. 56), “(...) se se desejam transformações mais radicais, é preciso que o próprio grupo percorra parte do caminho, é preciso que participe da decisão.” Nesta perspectiva, para compreender um pouco mais a dinâmica que envolve a sociedade local, a discussão sobre liderança ajuda a deslindar um pouco mais este complexo processo de desenvolvimento.

Sobre a questão *liderança*, seguidamente encontra-se atrelada a características meramente individuais das pessoas, esquecendo-se da relação com o grupo. A análise de Mendras (1975) apresenta indicações neste mesmo sentido, na relação indivíduo com o grupo, destacando que a direção é um fenômeno de interação. Para o autor, o que define um líder não é simplesmente, por exemplo, o fato de ter boas idéias ou informações, mas a relação que ele tem com os demais membros do grupo. Ainda sugere que o determinante na escolha de um líder, num grupo flexível, é o objetivo a ser alcançado, podendo a cada oportunidade um novo representante aparecer. Com perspectiva semelhante, Leonard e Clifford (1971) reforçam que líderes não existem fora dos grupos aos quais pertençam, eles refletem os sentimentos do grupo, representam o modelo da comunidade em relação às normas a que obedecem, aos hábitos e costumes que distinguem seus membros dos de outras comunidades. Biddle e Biddle (1969, p. 109) realçam a autoconfiança responsável como qualidade íntima do líder, “(...) uma acumulação de hábitos e atitudes que torna a pessoa independente, com confiança em si e ao mesmo tempo responsável.” Os autores acreditam que esta concepção de liderança é aberta a muitas pessoas da comunidade.

No entendimento de Leonard e Clifford (1971), geralmente a liderança deriva de três fontes principais: a) autoridade e cargo; b) posse de certos bens, habilidades ou proficiência; e c) posição social na comunidade ou no grupo. Relacionando brevemente estes elementos com os discutidos no decorrer deste trabalho, podemos exemplificar estas três fontes principais de liderança. A autoridade está relacionada aos direitos associados a um cargo, por exemplo, no período colonial a liderança estava nas mãos de

³⁸⁰ Representante do poder municipal residente na localidade do Rincão dos Marques.

militares das forças portuguesas, principalmente nos períodos de disputa por território com os espanhóis. Esse tipo de liderança alcança maior destaque em momentos de ameaçada, na iminência de inimigos que possam causar danos ao patrimônio ou a integridade física. A proficiência, de acordo com os autores, diz respeito à condição que algumas pessoas têm em influenciar outras, habilidade natural ou adquirida. Os *gaúchos estancieiros*, líderes locais, são exemplo desse tipo de liderança, usufruindo o poder econômico, especialmente em forma de propriedade concreta, determinam sua posição social na sociedade local. Por fim, a relativa à posição social na comunidade, este tipo de liderança toma como base o valor que certas pessoas representam aos olhos dos demais – prestígio, respeito, etc. Esse tipo de liderança tem maior representação frente aos demais, apoiando-se no consenso, atitudes e opiniões do líder são, muitas vezes, reflexo da sociedade, das idéias e ideais comuns, criando de certa forma empatia entre líder e comunidade, despertando em ambos confiança e segurança.

Responsabilidade cooperadora, segundo Biddle e Biddle (1969), é a qualidade a ser desenvolvida nas pessoas. Como postulado pelos autores, a responsabilidade cooperadora é apreendida através do aumento da dignidade e do respeito para com os outros. A responsabilidade cooperadora surge no decorrer do processo de desenvolvimento da comunidade, com a melhora na auto-estima das pessoas e no estreitamento dos laços afetivos. A exemplo do observado no Rincão dos Marques e em outras situações, uma das barreiras mais sérias ao desenvolvimento, evidenciada por Biddle e Biddle, é o preconceito que atinge determinadas categorias de pessoas, relacionado na maioria das vezes a grupos étnicos – argumentos fracos são usados para classificar pessoas de determinado grupo étnico como inferiores. Observamos, nas entrelinhas, em alguns depoimentos de autoridades locais, a referência a pessoas da localidade como seres humanos de classificação baixa numa determinada escala social, de certa forma, incapazes de desenvolvimento.³⁸¹ Essa inferiorização é percebida pela sociedade de Rincão dos Marques, por vezes incorporada como os *sem* origem étnica ou externadas nas reclamações dos moradores pelo esquecimento do poder público. Nas conversas com representantes do poder público e até privado, o *esquecimento* era justificado pelas condições de acesso à localidade (distância, tempo e qualidade das estradas), pela falta de recursos (financeiro, material e pessoal) e pela falta de condições sociais e econômicas da localidade em responder rapidamente aos estímulos ao desenvolvimento. Percorremos grande parte do município de Canguçu no ano de 2002, observamos que as localidades mais prósperas, aos olhos, eram justamente aquelas próximas à cidade e de fácil acesso (estradas pavimentadas) ou de compostas por grupos étnicos distintos ao encontrado no Rincão dos Marques.

Retendo-se à questão das populações estigmatizadas, Biddle e Biddle (1969) afirmam que a condenação de certos grupos de pessoas implica que os próprios condenados sofrem, consciente ou inconscientemente, de sentimentos de inferioridade. Identificam-se e projetam seu próprio eu para classificações de pessoas a quem chamam de inferiores, o que referenciamos como incorporação de estigmas em discussões anteriores. Os autores acrescentam que essa condenação fere o condenado, diminuindo a capacidade de enfrentar outras pessoas como iguais, convencendo-os que são inferiores e desabilitados de progredir e de aperfeiçoar, produzindo uma desconfiança quando a faculdade de aprendizado, ocasionando a paralisação das pessoas. Biddle e Biddle (1969, p. 124) finalizam esta discussão apoiando-se no sociólogo David Riesman e nos psicólogos Adorno e Frenkel-Brunswick, referenciando a questão da conformidade,

³⁸¹ Nos depoimentos realizados na cidade de Canguçu, os entrevistados na maioria das vezes, há exceções, responsabilizavam a origem étnica pelo lento processo de desenvolvimento. Mas foram poucos a falar abertamente, boa parte preferia formas indiretas (entrelinhas).

uma espécie de dominação pela multidão, a maioria das pessoas sujeita-se ao comportamento do grupo ao qual pertencem – “As pessoas ficam assim perdidas numa solidão de conformidade com a multidão.”³⁸²

Na nossa percepção sobre a realidade da sociedade de Rincão dos Marques, há elementos que estão em consonância com as discussões dos autores apresentados nesta seção. Elementos comuns em sociedades que enfrentam dificuldades semelhantes, principalmente quando se trata de grupos estigmatizados. A baixa auto-estima, a acomodação, a falta do espírito de comunidade e de liderança aparecem em quase todas as análises sobre desenvolvimento de comunidades rurais, aspectos intrinsecamente relacionados às características da sociedade. Optamos, neste capítulo, conhecer e compreender um pouco melhor algumas características ou aspectos responsáveis pelo modesto grau de dinamismo da sociedade de Rincão dos Marques, deixando de lado as discussões sobre os possíveis indutores do desenvolvimento, discussões que serão abordadas no capítulo subsequente.

Independente dos diversos mecanismos ou concepções atuais ou ultrapassadas sobre desenvolvimento social e econômico referentes a sociedades rurais, a educação (ensino de qualidade e informação), em sociedades que defendem o bem-estar das pessoas sem demagogia, representa o caminho, talvez lento, mas seguro, para o desenvolvimento nos diversos campos do viver. Para finalizar este capítulo, usamos das sábias palavras de Norbert Elias sobre a estreita relação entre fome e saber:

A necessidade de informação, a necessidade de saber, é com efeito tão elementar quanto a necessidade de pão ou de algo que pudesse saciar a fome, e a primeira não pode ser satisfeita sem que ao mesmo tempo se satisfaça a segunda: a necessidade de saber – entre outras coisas o saber que permite saciar a fome – não pode ser satisfeito sem que se sacie a fome, e a possibilidade de saciá-la, por seu turno, não existe sem o saber.³⁸³

³⁸² Os autores ainda destacam trabalhos nesta direção de Abraham H. Maslow, Clark E. Moustakas e de Erich Fromm.

³⁸³ Elias (2001a, p. 133). Paralela a esta afirmação, Candido (2001, p. 31-32), resgatando Malinowski, destaca que “o homem não precisa apenas de comida, mas de uma organização para obter comida.”

CAPÍTULO IV

DA CRISÁLIDA AO NOVO RINCÃO DOS MAIA: CAMINHOS PARA COMUNIDADE

A caminho do primeiro contato com a sociedade do Rincão dos Maia, paramos em um armazém a beira da estrada, entre a cidade de Canguçu e a localidade, para confirmarmos o caminho. Era novembro de 2003, logo após o meio-dia, num dia quente e abafado apesar da chuva. Entramos no armazém, estavam presentes a senhora proprietária do estabelecimento comercial e dois jovens sentados num banco de madeira encostado na parede. Dirigimo-nos à senhora para obter informação a respeito do caminho; no meio do diálogo um dos jovens interrompe afirmando que nos conhecera de Pelotas. Rapidamente pensamos: “Bom, morei em Pelotas lá na década de 1970, era criança, mas será que ele é bom fisionomista?” Nesse meio tempo, observamos que os jovens estavam embriagados. Não nos importamos com o jovem e prosseguimos no diálogo com a senhora. Novamente fomos interrompidos pelo jovem insistente: “Te conheço lá do sanatório de Pelotas!” Pensamos: “Estou roubado, além de bêbado é maluco!” E o jovem rapidamente completou: “Estamos indo para a Escola 20 de Setembro! Nos dá uma carona que nós te mostramos o caminho!” Observando o estado de alegria da senhora quando vislumbrou a possibilidade de livrar-se dos jovens, aceitamos a proposta. Achamos que tínhamos entrado numa *fria*, mas, pelo contrário, fomos rapidamente apresentados à localidade de Rincão dos Maia. Entramos no carro, um fusca setenta e alguma coisa emprestado por um colega de curso, um no banco ao lado do motorista e o outro no banco traseiro com uma garrafa plástica de cachaça. Durante o trajeto conversamos sobre a localidade (falamos do rápido desenvolvimento e dos estigmas atribuídos a população do Rincão dos Maia) e da namorada que abandonou um deles (mostrando fotos e dor). Chegando na Escola 20 de Setembro, nos despedimos e seguiram para o armazém situado em frente à escola e não nos encontramos mais. Alguns dias depois, já éramos conhecidos na localidade pelo carro que circulava de um lado para outro e pela carona aos jovens.

Esta rápida experiência e digamos entrevista informal (não gravada), nos adiantou informações que foram importantes na exploração dos depoimentos registrados na localidade. Talvez pelo efeito do álcool, os jovens deixaram certos pudores de lado, expondo uma das maiores *feridas* da sociedade local – estigmas. Fomos entender a dor da população de Rincão dos Maia durante as entrevistas em que os moradores relatavam, por exemplo: “Aquela pessoa ignorante que não conhece o Rincão dos Maia começa a falar bobagem. (...) pessoas que não têm educação, que não têm cultura”.³⁸⁴ Na mesma linha, o senhor Paulo (63 anos), agricultor no Rincão dos Maia, complementa:

Essa nossa região até tinha um nome muito ruim até por sinal. Até muitos anos atrás foi um nome que não tem escrúpulo, que o nosso Rincão tinha por apelido Rincão do Pulguedo. Aqui era uma região das mais pobres que tinha, quase não tinha nenhuma região mais pobre que aqui!

Mas a dor, em parte, foi diminuindo com o passar dos anos. Hoje lembrado como forma de destacar e demonstrar o feito da comunidade, o desenvolvimento, em curto espaço de tempo. O senhor Manoel (57 anos) resume:

De primeiro nosso lugazinho tinha por apelido de pulguedo, isso foi um ignorante de Canguçu. O nosso Rincão era um rincão pobre, era muito difícil encontrar uma

³⁸⁴ O senhor Antônio (63 anos), agricultor no Rincão dos Maia, refere-se a pessoas da cidade de Canguçu, como no exemplo destacado no segundo capítulo sobre a forma do historiador local denominar a localidade do Rincão dos Maia.

casinha de material, era mais casinha de barro, de pau-a-pique, de capim. Hoje não encontra casa de capim ou de barro, até tem casa de tábua, mas é difícil de encontrar. (...) Depois que começou a melhorar o nosso lugar, porque começou a fazer plantio de pessegueiro. Melhorou muito! Então botaram o nosso lugar de Novo Rincão dos Maia!³⁸⁵

Uma das primeiras questões abordadas nas entrevistas era sobre o passado da sociedade do Rincão dos Maia, sempre complementada, pelos depoentes, com a comparação aos dias atuais, como, por exemplo, na fala acima. Esse era um dos momentos marcantes das conversas, expressavam orgulho pela transformação que foram capazes de realizar. Literalmente assumiram a localidade como obra e propriedade deles, como podemos ver nos depoimentos acima, em que empregam a palavra *nosso*, de alguma forma expressando apreço e orgulho pelo Rincão dos Maia.³⁸⁶

Dedicam-nos, neste capítulo, a conhecer e compreender o processo de desenvolvimento da localidade do Rincão dos Maia, destacando alguns elementos que, segundo a opinião da sociedade local, participaram da mudança social e econômica. A discussão deste capítulo tem característica um pouco diferente da do anterior, em que abordamos questões relativas ao comportamento da sociedade do Rincão dos Marques, aspectos subjetivos. Neste dedicamo-nos aos elementos indutores da transformação e dos reflexos no comportamento da sociedade local. Mas antes, reportam-nos ao passado da localidade para termos noção da dimensão das transformações que iniciaram a partir da década de 1970 e que são responsáveis por declarações como a do senhor Joaquim (57 anos), em tom eufórico e emocionado:

Hoje estou feliz, me sinto feliz mesmo! (...) Eu nunca pensei que eu ia chegar nessa situação, ter uma casa boa! Da maneira que a gente estava enxergando as coisas e da maneira que era naquele tempo, não ia conseguir nada nunca porque eu tinha que trabalhar de peão, muitas vezes, a semana inteira e no domingo para mim. Precisava trazer o pão para casa porque tinha filhos pequeno. (...) Antes eu vivia triste porque só trabalhava para os outros, hoje vivo feliz porque trabalho para mim. Graças a Deus, isso é verdade e vai ficar gravado aí: eu deixei de trabalhar de peão faz uns quantos anos e não tenciono trabalhar mais! (...) Então hoje não vivo mais essa vida, não vivo mais sacrificado, e hoje posso dizer que vivo feliz e acho que vou terminar os meus dias nessa tranquilidade.³⁸⁷

4.1 O Passado na Memória Coletiva e o Presente aos Nossos Olhos e Ouvidos

Eu me criei aqui, nós éramos de uma família humilde, uma família pobre. Nós éramos onze irmãos, nós nos criamos numa área pequena de terra, meu pai trabalhava de terceiro na terra dos colonos, eles tinham mais terra. Teve dificuldade de nos criar, a coisa não era fácil. Eu me casei em 1970, daquela data para cá o que mudou (...), é um desenvolvimento, coisa muito séria! A zona era pobre, a gente não tinha muito apoio dos órgãos do governo, que transmitisse ajuda para o povo. Daí começou o divertimento, a gente era esquecido, eu me criei sem ver isso aí [divertimentos]. A gente até tá numa localidade que não tinha nem uma religião para frequentar, as igrejas eram poucas. Eu mesmo, sou católico porque minha mãe quando me batizou me levou num padre católico. Me criei sempre dizendo que sou católico porque minha mãe sempre dizia que eu era católico. (...) A gente fez a comunidade [igreja], foi feito o colégio, hoje já temos

³⁸⁵ Agricultor no Rincão dos Maia. Observa-se a contra-estigmatização dos moradores de Rincão dos Maia, como nos exemplos acima. Discutiremos esta questão no desenrolar deste capítulo. Ver Elias e Scotson (2000).

³⁸⁶ No Rincão dos Marques não observamos a utilização da palavra *nosso* como forma de referir a localidade. Comparações entre as duas localidades são inevitáveis, nos limitamos a notas de rodapé para destacar diferenças e semelhanças ou simples observações sobre Rincão dos Marques.

³⁸⁷ Relatos como este foram vários, alguns às lágrimas, demonstrando o valor das conquistas e a dimensão do caminho trilhado em cerca de 30 anos.

colégio de 1º Grau. Então, de 70 para cá, até 2003, depois de 33 anos, é uma loucura o que mudou né tchê!³⁸⁸

O pessoal era meio relaxadão, não trabalhava. Eles viviam carneando um animal, tomando chimarrão. Plantavam uns cantinhos no meio dos mato, porque naquele tempo ainda existia mata virgem, colhiam uns feijãozinho pro gasto, uns pezinho de milho lá e no mais era isso. A única coisa que aumentava era as famílias porque tinha casa que tinha 8 ou 9 filhos, hoje o povo já se cuida mais sobre essa parte porque a gente tem que caminhar conforme a possibilidade da gente.³⁸⁹

Relatos como estes são comuns. A condição de vida no Rincão dos Maia, no passado, era precária. Famílias numerosas, atividade agrícola incipiente e casas de pau-a-pique, a pobreza era generalizada. Hoje os agricultores, com padrão de vida razoável, identificam o Rincão dos Maia do passado com o Nordeste do presente, a exemplo do senhor Pedro (75 anos) e do senhor Horácio (74 anos), respectivamente: “Aqui era tipo o Nordeste, um pessoal muito pobre. Às vezes aparece na televisão uma mulher com dez, doze filhos, aqui também era assim!”³⁹⁰ “Um dia eu estava vendo na televisão lá o Nordeste, as casa iguais a gente fazia, de pau-a-pique, trinchá com vassoura e tapeia com barro. Pra saúde não tem melhor porque as paredes são de terra, e a terra aquece, a terra nos cria e nos come.”³⁹¹

Rincão dos Maia há trinta anos ou mais, era uma localidade de agricultores, na grande maioria, descendentes de portugueses e índios, não descartando a miscigenação com o espanhol e o negro. Herdeiros da cultura do gaúcho primitivo. As pesquisas em fontes bibliográficas e os relatos dos moradores dão conta da relação com os antepassados criadores de gado na região. O senhor Gustavo, um dos poucos descendentes dos antigos proprietários da região,³⁹² saliente: “Essa terra era da minha família, foram vendendo e repartindo. Morria um se repartia, isso aqui é herança da minha mãe. (...) Na época dos meus avós era mais gado, umas laranjeiras e um pouquinho de milho e feijão”.³⁹³ Depoimento que lembra Saint-Hilaire (1974) ao descrever as estâncias de criação de gado, em que as casas eram acompanhadas por belos pomares, principalmente laranjeiras. O senhor Joaquim, no relato anterior, faz menção a um hábito comum dos gaúchos e que era realizado pela população do Rincão dos Maia anos atrás, “Eles viviam carneando um animal, tomando chimarrão”.³⁹⁴ Há outras informações que ajudam a relacionar essa população com o gaúcho primitivo, como a utilização de certas palavras do linguajar do gaúcho (principalmente de origem espanhola), ou fotografias antigas expostas nas salas das casas, algumas sobre o lombo do cavalo, com ar altivo.

As famílias numerosas e os sucessivos desmembramentos das estâncias não deixaram outra alternativa para a população do Rincão dos Maia que não a agricultura em pequena escala. A transformação de um passado de criação para um presente de cultivo, processo de metamorfose de peão para agricultor, de aventureiro para trabalhador. Reportando Holanda (1995), a população do Rincão dos Maia, hoje, está mais para agricultor. Aos olhos dos desavisados, a localidade poderia ser identificada como típica de colonos alemães ou italianos pelo avançado processo de incorporação de uma outra lógica de reprodução social. Adiantando, transformação não somente forçada

³⁸⁸ Ivo (52 anos), agricultor no Rincão dos Maia.

³⁸⁹ Joaquim (57 anos), agricultor no Rincão dos Maia.

³⁹⁰ 75 anos – agricultor no Rincão dos Maia.

³⁹¹ 74 anos – agricultor no Rincão dos Maia.

³⁹² De sobrenome Maia.

³⁹³ 68 anos – agricultor no Rincão dos Maia.

³⁹⁴ Diga-se de passagem, reproduzindo o estigma do gaúcho primitivo: “O pessoal era meio relaxadão, não trabalhava.”

pela restrição de terra, mas, entre outros fatores, pela relação de proximidade espacial com localidade de origem germânica e italiana, vizinhas a Rincão dos Maia.

Procuramos um exemplar das antigas casas de pau-a-pique descritas pelos entrevistados, mas não tivemos oportunidade de conhecê-las. Encontramos somente uma velha tapera em meio a uma lavoura de milho. As lembranças da vida nessas casas ainda machucam os moradores do Rincão dos Maia, evocam dor, frio, fome e humilhação. Como o senhor Manuel, depoimento transcrito anteriormente, a maioria dos entrevistados enfatiza a ausência das casas barreadas, por vezes, na forma como se expressam, dando a interpretar que a eliminação delas também eliminaria os *traumas* vividos naquele período.

De acordo com os relatos, as casas eram comuns na localidade, eram de pau-a-pique, chão batido (terra) e cobertas com capim santa-fé (palha) ou telhas sem forro, a cada chuva eram novamente rebocadas de barro. Casas de duas, três ou quatro peças, as maiores eram compostas por uma cozinha, um quarto, uma sala e a dispensa, esta última chamada de quartinho, ali guardavam o feijão, o carvão e a carne quando carneavam algum animal. Banheiro não existia, como relatam, era no mato que faziam as necessidades fisiológicas. Tendo em vista estas características, segundo representante da secretaria da saúde do município, a incidência da Doença de Chagas e verminoses era e ainda é elevada na localidade. Esta última favorecida pelo hábito de criarem os animais soltos ao redor da casa, facilitando o contato dos animais com as fezes humanas. Além dos animais, perto das casas geralmente localiza-se um pequeno pomar de frutas cítricas, como laranjeiras, bergamoteiras (tangerinas), limoeiros e limeiras. O cultivo de hortaliças praticamente não existia, com raras exceções.

O inverno na Serra do Sudeste, além da baixa temperatura, é úmido, acentuando a sensação térmica de frio, o que nos leva a imaginar o sofrimento das pessoas quando escutamos relatos como o do senhor Frederico (44 anos): “Naquela época nós passava mais em cima das brasas. Nós não tinha roupa tchê! Muito frio e de pé no chão. (...) nós éramos nu, se criamos nu, e os vizinhos aí na volta também.” Estas informações ajudam a entender os motivos que levaram o senhor Nuno a perder três dos sete filhos, “(...) morreram quando eram pequenos. Morreram doentes, naquela época não tinha médico, (...) nós travava com erva.”³⁹⁵ Interrogado sobre diferenças físicas com pessoas de localidades vizinhas, o senhor Sérgio destaca: “Tinha uma certa diferença numa certa época pra trás. Eu lembro, observava, que tinha crianças fracas.”³⁹⁶

Atualmente as casas são, na grande maioria, de alvenaria, amplas e confortáveis, com instalações de energia elétrica, água e banheiro completo (chuveiro e vaso sanitário). Poucos não dispõem de habitação neste padrão, encontramos duas ou três famílias que, apesar da casa de alvenaria, não têm instalações sanitárias, continuam fazendo as necessidades em meio à vegetação. Quanto à disponibilidade de conforto interno, as casas são equipadas com televisão, fogão a gás e a lenha, geladeira e freezer, entre outros eletrodomésticos e mobílias. Também encontramos, com frequência, motocicletas e carros. Diferença marcante entre o descrito nos relatos sobre o passado e o presenciado nas visitas às residências das famílias.

No passado, as pessoas do Rincão dos Maia eram reconhecidas facilmente pelos moradores da cidade ou de outras localidades, pelo tipo físico, pela forma de vestir, pelos gestos e pela fala. Com os anos, estas marcas, estigmas, foram dissipadas pela

³⁹⁵ Agricultor no Rincão dos Maia. Destacamos na fala deste senhor a utilização de ervas medicinais, provavelmente herança de antepassados indígenas. Segundo Bento (1983), há relatos que a região do Rincão dos Maia, até a primeira metade do século XX, era habitada por índios guaranis.

³⁹⁶ Comerciante na Chácara do Paraíso, localidade vizinha a Rincão dos Maia. O local era ponto de passagem de moradores de diversas localidades que rumavam em direção à cidade de Canguçu.

intensificação das relações sociais, aproximação com o meio urbano e o acesso a meios de comunicação. A senhora Marília, residente na cidade de Canguçu, apresenta sua percepção sobre as pessoas do Rincão dos Maia:

Era um povo que chamava atenção por serem diferentes e serem muito pobres. (...) O que chamava a atenção quando eu olhava para eles: tamanho das pessoas, eles eram menores que a estatura média do nosso povo daqui de Canguçu; a carreta era menor, eles eram menores e os bois eram menores. Por quê? Pelo que eu ouvi contar é que eles cruzaram muito entre eles, então significa que em algum momento da história deles eles estiveram isolados, então precisaram se unir. Eles eram muito brabos, atacavam ou se defendiam, eu não sei! A arma deles era o facão naquela época, rolava peleia grossa! Por isso só já chamava a atenção. (...) Eles traziam junto com eles; vinha a família, vinha os cabritos, vinha os cachorros e se tivesse um boi vinha junto. Por quê? Uns roubavam dos outros! (...) Eles tinham um jeito diferente de se posicionarem, eles não sentavam, eles se acocavam, era característico deles, eles eram um povo diferente. Hoje eles entram aqui tu não conhece mais, a não ser pela fala. Eles falam alto, falam muito alto, e estão maior no porte deles. (...) É um povo muito festeiro, eu achei que eram ciganos, mas depois conversando com eles, é mistura de negro com índio, eles têm um tom de pele diferenciado. A maneira que as mulheres mais velhas se vestem numa festa que estivemos lá, elas vêm com uma saia rodada, mais rodada, comprida, e muito colorida e brincos diferentes também, não sei por que mas me lembrou espanhóis. (...) É o todo junto que a gente olhando a gente nota, eu até nem sei explicar, mas é diferente, que é diferente. Eles tinham aparência de judiados. (...) A mulherada não dava muita conversa, eram muito fechadas! Outra coisa que me chamava a atenção, andavam os homens na frente e as mulheres atrás, tudo um atrás do outro, eles não andavam juntos na calçada, era que nem um carreiro. Era o homem na frente, a mulher atrás e os filhos um atrás do outro. Era outra característica. A mulher falava pouco, quem falava era o marido. Andavam de pé no chão, até na cidade! (...) Eles eram muito inteligentes! Eles conseguiram sair daquele inferno, porque aquilo era um inferno.³⁹⁷

O senhor Arlindo também caracteriza as pessoas do Rincão dos Maia:

Era uma região muito pobre e se caracterizava por um povo, por pessoas que se casavam entre famílias. Então eram umas pessoas pequeninhas, tipo uns índios pequenos, e viviam num estado de miséria total. (...) pessoas simples, eles vinham para a cidade vender carvão com carretas bem pequeninhas, boizinhos, eram terneiros, não eram boi manso. Acampavam na volta da cidade e vinham para a cidade para vender os produtos deles. Eram pessoas excluídas da sociedade, não se inseriam muito. Eles viviam excluídos! O Rincão dos Maia era chamado de pulguedo. Eles eram subdesenvolvidos na atividade agrícola, na questão física e eram pessoas muito humildes. (...) As carretas eram pequenas e os bois também. Isso diferenciavam das outras comunidades, quando enxergavam aquelas pessoas o pessoal já dizia: o pessoal do pulguedo! (...) Eles eram caracterizados como vendedores de carvão, lenha eles traziam também.³⁹⁸

Características produzidas pelas adversidades a que estavam submetidos e pela sociedade externa ao Rincão dos Maia. O Rincão dos Maia era antigamente um dos últimos focos de resistência da cultura indígena em meio ao avançar dos colonos de origem germânica que subiam a Serra do Sudeste vindos de São Lourenço do Sul. Também em épocas passadas, os italianos começaram a chegar na região e a ocupar áreas próximas à localidade do Rincão dos Maia. Esse cercamento étnico levou ao isolamento, tanto por iniciativa própria como por parte dos *invasores*, talvez os últimos sejam mais responsáveis do que os primeiros, principalmente pela segregação étnica imposta pelos mais claros. Atitude historicamente conhecida nas relações étnicas. O isolamento possivelmente tenha colaborado na produção das características de personalidade descritas acima, formas naturais de defesa do ser humano quando nessas

³⁹⁷ Funcionária pública municipal.

³⁹⁸ Representante do poder municipal.

situações. O isolamento também restringiu o acesso a meios de produção mais adequados, repercutindo na dieta alimentar pouco variada, produzindo, conseqüentemente, subnutrição e desenvolvimento físico inferior ao de uma dieta diversificada. A referência às carretas e bois de menor tamanho são explicadas pela herança cultural da sociedade do Rincão dos Maia e pelas condições econômicas a que estavam submetidos. Herdeiros de gaúchos e índios, estes possivelmente tenham trabalhado nas estâncias de criação de gado da região no período das charqueadas, conheciam as técnicas de doma de animais. A *lida* dos animais destinados a tração (junta de bois) começa quando ainda jovens, para isso precisam de equipamentos adequados às condições físicas. O que confere com os relatos que destacam o menor tamanho das carretas e dos animais, são animais jovens e carretas feitas especificamente para estes. O senhor Nuno, agricultor no Rincão dos Maia, lembra do período quando comprava terneiros para treinar como animal de tração e depois revendia para adquirir outros. As carretas eram produção própria, artesanal, somente compravam as rodas (rodados), o restante cabia a eles manufaturar.

Sob o olhar da própria sociedade do Rincão dos Maia, as pessoas eram isoladas, fechadas, individualistas, as regras sociais eram mais flexíveis, possibilitando um modo de vida menos adequado aos padrões do resto da sociedade canguçuense. Por essas características, os desentendimentos eram comuns na localidade, seguidos, por vezes, de atitudes de violência. Como resume o senhor Antônio (63 anos): “Antigamente o pessoal era meio fechado, cada um pra si. Era mais baguale!”³⁹⁹ esta última palavra utilizada para referir-se as atitudes precipitadas das pessoas. A vida familiar era reflexo desse comportamento. Afetividade quase não era demonstrada, a relação familiar era fria, seca e superficial. Nos relatos observa-se ressentimentos por atitudes violentas, pela forma como eram administradas as relações entre as pessoas. Principalmente aquelas que ocasionaram perdas de entes queridos, a dor ainda aperta corações de pais e mães.

Hoje a relação entre as pessoas mudou, são passivos, receptivos e alegres – uma comunidade integrada à sociedade como um todo. Para o senhor Raul (39 anos),⁴⁰⁰ tal comportamento é resultado da educação escolar, da vivência com outras sociedade, da aproximação com a igreja católica e da associação comunitária. O acesso à informação colaborou para a transformação da mentalidade da sociedade do Rincão dos Maia, mudou a percepção sobre si e sobre os outros, incorporando atitudes que lhes apresentavam como *mais* civilizadas. Reconheciam-se como menos civilizados, o senhor Raul destaca: “Eram mais selvagens em quase todos os sentidos. (...) Eram xucros até demais!” A inferioridade admitida pelas pessoas da localidade, e atribuída pela sociedade externa, pode ter produzido a reação necessária para a transformação rápida do modelo de vida das pessoas do Rincão dos Maia, em consonância com a vontade do poder público que disponibilizou meios que colaboraram com o processo. O senhor Hugo (61 anos), concluindo seu depoimento, em tom de satisfação profere: “Hoje eu vejo que Rincão dos Maia mudou em desenvolvimento e mudou em idéia!”⁴⁰¹

³⁹⁹ Agricultor no Rincão dos Maia. Comum entre a população do Rincão dos Maia a introdução na última sílaba da letra “e” em algumas palavras, produzindo, de certa forma, um dialeto próprio. A palavra “baguale” é uma mutação da palavra original *bagual* que tem por acepção pessoa que não foi educada, mas utilizada, principalmente, para identificar cavalos machos inteiros ou não domados.

⁴⁰⁰ Agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁰¹ Antigo morador e agricultor no Rincão dos Maia. Atualmente reside na cidade de Canguçu, mas freqüenta assiduamente a localidade de origem.

No passado, o casamento, ou simplesmente a união estável,⁴⁰² dava-se entre pessoas da localidade, em alguns casos as pessoas eram consangüíneas, grau de parentesco próximo como, por exemplo, primos de primeiro grau. Essas relações são responsabilizadas, em diversos depoimentos de lideranças religiosas e de representantes do poder público, por problemas de ordem física e psíquica de parte da população do Rincão dos Maia como em outras tantas localidades rurais de Canguçu. O senhor José (42 anos) justifica as uniões entre parentes pelo isolamento e o restrito círculo de relações pessoais:

Era meio difícil sair para outros lugares, ficava meio longe para procurar [namorada]. Festas eram meio poucas, as festas eram assim: baile de ramada, baile de rancho. Nós ficava mais restrito à propriedade, ou senão num vizinho, num tio, na casa de um amigo. Tinha que ser perto!⁴⁰³

Com os anos, os casamentos entre parentes ou mesmo entre pessoas da localidade foram paulatinamente reduzidos, com exceção de alguns casos isolados. A escola, a igreja e a secretaria da saúde municipal juntaram esforços para conscientizar a população sobre as conseqüências dos relacionamentos entre pessoas com laços de consangüinidade.

Outra transformação foi em relação à maior participação e valorização da mulher nas decisões da família. O homem relaxou seu autoritarismo e permitiu, com certos caprichos, que a mulher pudesse desfrutar de menor repressão, mas ainda submissa. Atualmente reconhecem o valor da mulher, principalmente como dona de casa, mãe e mão-de-obra, outros valores ainda estão distantes para a parte feminina da sociedade do Rincão dos Maia.⁴⁰⁴ O senhor Hugo (61 anos) relata a relação marido e esposa em épocas passadas:

Falta de cultura, acho que vem daí a coisa. O homem era muito machista! Naquele período era o homem que tomava conta de tudo, qualquer coisa que tinha que se leva avante, qualquer problema a resolver, era o homem, a mulher não aparecia. (...) O homem dizia que ia plantar tal coisa e a mulher saía de atrás ajudar a plantar. A mulher era um bicho assim (...), considerada uma ovelhazinha, puxa pra lá ela vai, puxa pra cá ela vai. A ovelha dava um berrinho, mas a mulher não berrava, tinha que ficar quietinha. (...) Através do entrosamento do povo com outras comunidades, isso veio passando pro homem entender que a mulher não é só pro trabalho, que a mulher não é só um bicho, não é uma ferramenta de trabalho. A mulher é uma parte humana, a mulher é a maior companheira do homem. Dentro do trabalho ele tem que ter a mulher, tem que ter a companheira dele, tem que ter a colega dele que troca idéia, toma chimarrãozinho, proseia, troca idéia de noite, trabalha de dia e troca idéia de noite, dali é que vem a continuação do trabalho, o desenvolvimento.⁴⁰⁵

As mulheres tinham uma vida quase que reclusa à propriedade, sua participação na vida social era pouco significativa. Os relatos sobre o passado deixam claro o seu papel secundário na hierarquia social da sociedade local. Um dos comerciantes da

⁴⁰² Segundo depoimentos dos moradores, boa parte das uniões matrimoniais não era oficializada. Casamentos no religioso eram poucos, as pessoas não tinham intimidade com a igreja católica ou com outra denominação religiosa.

⁴⁰³ Agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁰⁴ No Rincão dos Marques pareceu-nos que a mulher tem maior participação na sociedade local, foi mais participativa nas entrevistas e divergia do companheiro em alguns pontos que foram discutidos. No Rincão dos Maia, a participação foi tímida e muitas vezes com claro comportamento de submissão ao homem. No momento da entrevista, localizava-se à retaguarda do marido ou não ficava no recinto, mesmo quando pedíamos sua permanência. As atitudes eram medidas e por vezes com trocas de olhar com o marido para perceber a reação do mesmo. Expunha a opinião somente quando era solicitada, poucas foram as exceções.

⁴⁰⁵ Antigo morador e agricultor no Rincão dos Maia. Atualmente reside na cidade de Canguçu, mas freqüenta assiduamente a localidade de origem.

região lembra que a mulher só freqüentava o seu estabelecimento quando vinha comprar tecidos ou roupas, o restante era atribuído ao homem. E ainda hoje a freqüência da mulher nos estabelecimentos comerciais da localidade esta sujeita a regras de conduta rígidas. Exemplo, perguntamos a dois agricultores por que as mulheres não freqüentavam o armazém, a resposta foi que: “A lógica do jogo é essa aí, onde tem jogo é só homem, quer conversar com mulher tem que ir junto de casa. Em boteco mulher não vai, ela só pode ir em boteco para comprar!”⁴⁰⁶ Transformações na maioria dos casos são lentas, principalmente quando se trata de questões culturais, mas o processo avança e a valorização da mulher, mesmo carregada da noção machista que medeia as relações entre homem e mulher, emerge mais facilmente nos depoimentos; anos atrás possivelmente não seria registrado. O senhor Horácio (74 anos), em presença da mulher, revela: “A mãe é o resumo da casa! Nós temos que buscar a graxa, temos que buscar a erva, quem é que fica em casa? É a mulher. A mulher é a coisa mais mimosa da casa.” Um meigo sorriso é esboçado pela senhora Julieta de 70 anos de idade.

Perguntamos ao senhor Frederico (44 anos), agricultor, o que plantavam a uns 20 ou 30 anos atrás, respondeu incisivamente: “Miséria! Miséria! (...) Muito difícil porque, tempo do meu pai, tinha pedaços de terra aqui na nossa região que estavam sendo deixados para trás porque não produzia mais, e nós não sabia o que fazer.” Boa parte dos agricultores não tinha equipamento para trabalhar a terra, o preparo das lavouras era apenas com a utilização de enxada, animais de tração, resumia-se a poucas famílias. As técnicas de cultivo eram rústicas e inadequadas ao tipo de solo e relevo da região, provocando, em poucos anos de exploração, o esgotamento. As sementes eram próprias, reserva do ano anterior, fracas e pouco produtivas tendo em vista as condições de baixa fertilidade que foram produzidas.⁴⁰⁷ Pelas dificuldades de cultivo, muitos dedicavam-se ao trabalho externo à propriedade, a produção de lenha e carvão; a agricultura resumia-se a pequenas lavouras de feijão, milho e batata-doce. O senhor Daniel descreve rapidamente o processo de substituição de culturas na localidade do Rincão dos Maia a partir da década de 1970:

E todas as culturas é uma passada, se eu lhe disser que, quando eu era mandinzinho [criança], nós plantava trigo, aveia, centeio, essa era a nossa plantação, o milho, o feijão e a batata sempre houve. Tinha o trigo que nós levava para o moinho e trazia farinha, depois findo o trigo. Foi uma cruzada. Antes da cebola entrou a ervilha, tudo plantava ervilha, não tinha quem não plantava ervilha, era a mesma coisa que o trigo, tudo plantava o trigo, depois parou o trigo. Todo mundo vendia ervilha, qualquer quantidade que se tinha a fábrica comprava, então se vendia tudo, mas foi uma cruzada e terminou. Então passaram para a cebola, tudo plantava cebola e todo mundo vendia cebola, só que foi uma cruzada e terminou aquele tipo de cultura. Aí o pessoal passou para a soja, foi um grande avanço a soja, só que foi uma cruzada. Encerrou a soja. Aí o pessoal passou para o pessegueiro, então deu uma renda imensa, só que agora o pessegueiro ta encerrando (...).⁴⁰⁸

Com o trabalho fora da propriedade, cortando arroz nas granjas do extremo sul do Rio Grande do Sul – fronteira com o Uruguai, os agricultores compravam alimentos necessários para passar o ano e alguns instrumentos de trabalho para a lavoura. A pouca disponibilidade de equipamentos retardava o desenvolvimento da produção agrícola na localidade. Nesse período era comum o empréstimo de animais para o preparo das lavouras. Com a aquisição de equipamentos foram pouco a pouco abandonando o

⁴⁰⁶ José (42 anos), agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁰⁷ Hoje essas sementes são conhecidas como *crioulas*, nativas. A União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu (UNAIC) vem promovendo o resgate e a difusão das sementes crioulas, principalmente de milho e feijão.

⁴⁰⁸ Agricultor no Rincão dos Maia.

trabalho externo nas granjas de arroz e dedicando-se à agricultura de subsistência e a algumas poucas e pequenas lavouras, quase que estritamente comerciais, como o caso da soja, da ervilha e cebola.⁴⁰⁹ Por outro lado, o processo de mecanização vinha ano após ano substituindo o trabalho manual nas granjas de arroz, os poucos que resistiram eram empregados para *coquiar saco* (carregadores de saco), segundo depoimentos.⁴¹⁰

A partir da segunda metade da década de 1960, a indústria de doces e conservas de Pelotas começa a buscar no meio rural mão-de-obra para trabalhar em diversas ocupações, como, por exemplo, ajudante geral, operador de caldeira, manutenção, descaroador, entre outras. Uma das localidades com maior número de mão-de-obra disponível era Rincão dos Maia. Depoimentos descrevem que, na década de 1970, no período de colheita, saíam mais de três ônibus lotados de trabalhadores por dia para a indústria de conservas, parte das empresas do setor localizada no meio rural.⁴¹¹ O trabalho nas empresas de Pelotas e região possibilitou a capitalização dos agricultores, os salários eram utilizados tanto para a subsistência alimentar das famílias como para a compra de equipamentos para a produção agrícola. O trabalho externo, além de proporcionar mudanças no comportamento social das pessoas da localidade, mostrou que os moradores do Rincão dos Maia poderiam ser fornecedores tanto de mão-de-obra como de matéria-prima para a indústria de doces e conservas. A partir desse período, Rincão dos Maia passou a fornecer, segundo as necessidades e exigências da indústria de doces e conservas, aspargo, cebola, ervilha, morango, tomate, entre outros produtos agrícolas. Mas o destaque cabe ao pêssego. O desenvolvimento rápido do cultivo do pêssego no Rincão dos Maia começou a partir de 1978, principalmente pelo incentivo da indústria de doces e conservas de Pelotas, fornecendo e financiando insumos e equipamentos, além da assistência técnica. O cultivo dessa fruta já existia na localidade, mas inexpressivo, pomares pouco produtivos, apenas duas variedades, e baixa qualidade (frutos pequenos). Segundo o senhor Bernardo (47 anos),⁴¹² atualmente existem mais de cem variedades de pessegueiros plantadas na região, produzindo pêssegos de boa qualidade. As novas variedades de pêssego aumentaram o período de colheita, iniciando na segunda quinzena de novembro e estendendo-se até as primeiras semanas de fevereiro, possibilitando maior produção e menor sobrecarga na colheita. Outro aspecto que favoreceu o desenvolvimento dos pomares de pêssego na região diz respeito às características do solo e do relevo. De acordo com o senhor Inocêncio,⁴¹³ o relevo do Rincão dos Maia é muito dobrado (acidentado), e o solo é arenoso, além das restrições quando aos recursos hídricos, condições desfavoráveis para cultivos anuais, mas recomendável a perenes, caso do pêssego.

Atualmente Rincão dos Maia vive um processo de substituição dos pomares de pessegueiro pelas lavouras de fumo. Por um lado, além da peste que vem assolando os pomares de pessegueiro, as empresas da indústria de doces e conservas da região, aproveitando-se do excesso de oferta de matéria-prima e da redução de concorrência,⁴¹⁴

⁴⁰⁹ O período da soja no Rincão dos Maia foi, mais ou menos, entre 1975 e 1981. As lavouras de soja eram pequenas, em média de 2 hectares, cultivadas isoladamente ou consorciada com o pêssego. Parte dos agricultores comercializava a produção de soja com um comerciante local, este repassava para a indústria de derivados do grão situada em Pelotas (Oliveira).

⁴¹⁰ O processo de mecanização era efeito da política de modernização tecnológica da agricultura. Sobre esta questão ver Moreira (1999).

⁴¹¹ Há depoimentos que afirmam que eram mais de seiscentas pessoas, chegando ao limite de mil trabalhadores que todos os dias seguiam em direção à indústria de doces e conservas.

⁴¹² Representante local, funcionário público municipal e agricultor no Rincão dos Maia.

⁴¹³ Extensionista rural.

⁴¹⁴ Concentração e centralização agroindustrial. Esta consequência do fechamento de empresas pela crise do setor.

restringiam a compra em pequena quantidade, aumentaram o grau de exigência na classificação do fruto e diminuíram o valor pago pelo pêssego. Por outro lado, as empresas de tabacos oferecem garantia de compra, financiamento, seguro por perda de safra e assistência técnica. As possíveis conseqüências da mudança do sistema de produção são conhecidas pelos agricultores, como na explanação do senhor Ivo (52 anos):

Eu enxergo diferente. Vai ter dinheiro no bolso? Vai. Vai melhorar? Vai, mas não vai ter o que comer. Vai faltar alimentação. O que o pessoal vai fazer? Eu conheço plantador de fumo, que começou no ano passado, que não tem uma batata-inglesa pra botar na panela, eles não têm uma batata-doce, eles não têm um grão de feijão, eles não têm uma espiga de milho para dar para um porco, pra dar pra um boi. Por quê? O fumo dá dinheiro e eles têm que se envolver com aquilo dali. O fumo dá dinheiro porque tem que ter qualidade, o pêssego dá dinheiro mas tem que ter qualidade. Quem planta fumo é escravo do fumo, da lavoura, porque tem que estar o ano inteiro ali, batendo em cima. Aí não consegue plantar outras coisas, tem famílias aqui que não plantaram pro gasto. Não conseguiram plantar pro gasto porque não deu. Tenho conhecimento de pessoas que sobrou cinco seis mil [reais] do fumo, primeiro ano que plantaram, que aquilo ali foi uma cruzada [terminou rápido]. (...) Ninguém vai viver do fumo, só fumando, quem vai comer o fumo. Pra mim o fumo é droga! Nunca plantei fumo, mas não sei se amanhã ou depois os filhos vão querer plantar com essa queda do pêssego. Porque eles já estão falando em colocar uma estufa.⁴¹⁵

Para o senhor Belarmino, extensionista rural, o *desenvolvimento* é perfeitamente observado nas localidades produtoras de fumo. “Você pode andar por esse interior, só vai ver desenvolvimento econômico nas regiões aonde tem a produção de fumo.” Justifica a afirmação pela relação da atividade produtiva do fumo com outras, a necessidade de infra-estrutura (estufas para a secagem das folhas de fumo) aciona serviços de ferreiros e pedreiros, e a compra dos insumos necessários para a construção das estufas.⁴¹⁶

Como salientou-se no decorrer desta seção, além da agricultura, as famílias do Rincão dos Maia sobreviviam de trabalhos externos à propriedade e à localidade, da venda de lenha e carvão e alguns outros como, por exemplo, a doma de animais de tração. Hoje a grande maioria da população trabalha nas suas próprias terras ou prestando serviços na localidade, principalmente nos pomares de pêssego e nas lavouras de fumo (vínculos agroindustriais).

No passado a agricultura e os diversos tipos de trabalhos desempenhados pela sociedade do Rincão dos Maia eram principalmente para prover a subsistência da família. Atualmente, reserva-se uma boa parte à melhoria da qualidade de vida, com a construção ou reforma de casas, a compra de bens duráveis, entre outros. Sobre a alimentação no período quando as condições eram menos favoráveis, podemos destacar algumas informações que obtivemos nas conversas com as famílias de Rincão dos Maia. Ao início de cada novo ciclo agrícola,⁴¹⁷ o agricultor organiza sua atividade produtiva, nesse momento ordena suas prioridades e escolhas produtivas. Para as famílias que *se sentem frágeis*, as escolhas estão inclinadas para a sobrevivência, subsistência do grupo familiar, priorizando o cultivo de alimentos indispensáveis à mesa. As declarações dos senhores Raul (39 anos) e Joaquim (57 anos), respectivamente, deixam claro: “Eu planto milho, feijão, batata-doce e inglesa, coisas pro gasto. Primeiro lugar pro gasto da família. Alimentação da minha família em primeiro lugar! E também tenho chácara de pessegueiro.” “Planto milho, feijão, alguma batatinha pro gasto, as verdurinhas da horta

⁴¹⁵ Agricultor no Rincão dos Maia. Parece que quer dizer que a plantação do fumo *escraviza* os agricultores, a ponto de perder parte da autonomia, referindo-se à produção de subsistência.

⁴¹⁶ Retornaremos a questão do fumo adiante.

⁴¹⁷ Referimos ao início do ano agrícola ou ano civil, momento em que a rotina produtiva é reiniciada.

que a gente sempre tem, e os pessegueiros.” Assegurar a reprodução da família e da mão-de-obra, garantindo a sobrevivência do grupo, deixando em segundo plano as atividades produtivas estritamente comerciais.⁴¹⁸ Nos grupos sociais, ditos por nós, *estruturados* (meios de produção relativamente adequados à atividade produtiva), há uma inversão na ordem dos valores, como observamos na fala do senhor Frederico (44 anos):

Hoje eu produzo pêssego, fumo, feijão e milho. Na época se precisava plantá 3, 4 ou 5 hectares para sustentar meia dúzia de porco, meia dúzia de galinha. (...) As minhas vaca de leite come milho praticamente o ano inteiro, meus boi também, não é tchê! Eu não preciso me preocupar para colhê 70 ou 80 saco de milho, eu não preciso me preocupa. Qualquer três ou quatro canto eu coio.

Observando os depoimentos, constatamos diferenças na forma de expressar.⁴¹⁹ A primeira observação diz respeito à ordem de importância dos tipos de cultivos, nas famílias de *estrutura mais frágeis*, os itens que compõem a base da alimentação antecedem os itens para comercialização, já nos grupos *estruturados*, os itens destinados especificamente à comercialização são os primeiros a serem lembrados. Outra observação está na forma de expressar, revelando característica típica da personalidade de cada grupo. Nos dois primeiros casos, os agricultores referem-se a *plantar*, palavra que, dentro do contexto, traz consigo a dúvida. Planta, mas a colheita é uma incógnita. Aprofundando um pouco, o uso da palavra *plantar* pode refletir personalidade submissa e insegura, deixado para outrem a responsabilidade pelo êxito ou fracasso. O último caso emprega a palavra *produzir*, indicando a participação e o empenho, de alguma forma transmitindo segurança na atividade executada. Personalidade participativa e objetiva.

Retomando a questão alimentar do passado, os principais itens da dieta alimentar das famílias do Rincão dos Maia eram de produção própria, como o milho, o feijão, a batata-doce, a abóbora, mas alguns poucos relatos também destacam o cultivo de arroz e de trigo, o primeiro descascado no pilão para ser consumido e o segundo entregue nos moinhos coloniais de outras localidades. Consumiam em pequena escala o leite e a carne bovina, principalmente pela dificuldade de adquirir o gado bovino, mas consumiam carne de porco e de frango, e ovos. Do porco, tinham a banha para cozinhar os alimentos, a carne e os embutidos, estes conservados pelo processo de defumação. Com a venda do excedente da produção ou da venda de lenha e carvão ou ainda do trabalho externo a propriedade, compravam basicamente arroz, sal, açúcar, farinha de trigo, macarrão, entre outros mantimentos. Alguns lembram que também compravam uma bexiga de boi cheia de graxa de boi que era utilizada na alimentação.⁴²⁰ A dieta alimentar oscilava como salienta o senhor Horácio (74 anos): “Quando a gente tinha comia mais fortzinho, mas quando não tinha comia mais fraco.”

Deixou-se um produto fora dos itens da dieta alimentar relacionados acima pela sua conotação pejorativa entre os moradores da localidade. Após algumas entrevistas teve-se conhecimento do consumo do tubérculo denominado *inhame*, comum nas feiras livres e supermercados de várias regiões do Brasil, mas pouco conhecido e consumido na Região Sul. As pessoas de Rincão dos Maia identificam o inhame como alimento de animais, mas consumido em períodos de fome como relata o senhor Manoel (57 anos):

Na época que eu me criei nós vivia tudo na volta do fogo feito no chão, porque nós não tinha nem no que dormi. Passamo muita fome! Vou lhe falar bem a

⁴¹⁸ O senhor Horácio (74 anos), agricultor no Rincão dos Maia, tem a mesma lógica: “O pêssego veio nos ajudando, a gente plantava primeiro as coisas de comê e depois ia na do dinheiro.”

⁴¹⁹ A pergunta inicial nos dois casos foi: O que o senhor cultivava nas suas terras?

⁴²⁰ A produção do pó de café (torrefação de grãos de milho, trigo, aveia, cevada e centeio) e dos pães é parecida com a descrita pelas famílias do Rincão dos Marques.

verdade: eu fui um homem que comeu inhame cozido. O senhor conhece inhame? Então a falecida minha mãe saía pelas sanga arrancá cabeça de inhame pra cozinhar pra nós come. À vida era difícil, barbaridade!

Após algumas indagações entre a população local, a justificativa pela omissão do consumo do inhame recaía sobre as condições em que era empregado na alimentação e pela sua condição de planta nativa, identificando-o como algo primitivo, não domesticado, não cultivado. Alimento de animais, as pessoas que consumissem o inhame poderiam ser identificadas como seres humanos menos desenvolvidos. Talvez tenha-se aí *marcas* psicológicas de estigmas imputados à sociedade de Rincão dos Maia, também ligados a sentidos de subdesenvolvimento humano, incivilizados. Admitir o consumo de inhame seria, para a própria sociedade, admitir sua condição de inferioridade enquanto seres humanos.⁴²¹ De certa forma, contribuindo para a materialização, na imaginação, das crenças dos *estabelecidos* a respeito dos “outsiders”, das configurações analíticas de Elias e Scotson (2000). A introdução do inhame na dieta alimentar, sem omiti-la, representaria, no imaginário da sociedade do Rincão dos Maia, a incorporação (materialização) de seres incivilizados, o que era imputado pela sociedade externa.

Hoje as famílias têm uma dieta alimentar diversificada, além dos itens relacionados acima, incorporaram a ingestão de legumes e verduras, cultivados ou adquiridos na cidade ou de comerciantes ambulantes. Anos atrás a população não tinha o hábito de cultivar hortaliças, com exceção das famílias de origem italiana e algumas outras. Mudanças visíveis na cultura alimentar, quando perguntamos o que comiam e o que comem:

Feijão, batata e pão, arroz era freqüente, mas não tinha sempre porque tinha que comprar. Carne era de longe em longe, quando se carneava. Ah, e o grude feito de farinha de milho com couve ou mostardão. Angu com leite, quando se tinha leite porque não era muito. (...) Antigamente eu não tinha horta, agora eu tenho. E aí a gente se aproxima, fala com um médico, fala com um técnico, porque horta é saúde. Primeiramente eu pensava que saúde era comer carne, ovo, pão e arroz, isso é puro enchimento! (...) Hoje, se for por comida eu tava pesando mais de 200 quilos!⁴²²

Além da mudança no hábito alimentar, outras foram percebidas pela sociedade local e externa, principalmente as relacionadas à vida social. Há vinte ou trinta anos as atividades sociais resumiam-se a algumas reuniões, confraternizações, na casa das pessoas, denominados de bailes de ramada ou de rancho, partidas de futebol e caçadas de lebre, esta última para lazer e alimentação. Em épocas passadas, a preocupação com a questão financeira era menor, o principal era garantir a alimentação, possibilitando maior tempo livre para as famílias visitarem umas as outras. Um dos acontecimentos sociais comuns era a reunião de famílias em uma das casas, acompanhada, às vezes, por apenas uma gaita – bailes de ramada ou de rancho. O local era a casa de uma família (baile de rancho), sob ramos de uma trepadeira ou sob uma lona estendida (baile de ramada), contratavam um gaiteiro e compravam biscoitos (bolacha), lata de graxa e café, esporadicamente carne de porco assada. Em alguns momentos uma breve pausa para descansar e se alimentar, mas logo retornavam e só paravam no raiar do dia.⁴²³ Essas reuniões de vizinhos foram terminando com a integração da sociedade do Rincão dos Maia ao mercado, aumentando as responsabilidades financeiras e reduzindo a integração. Alguns relatam que essas festas eram agradáveis, mas outros destacam os inúmeros conflitos, as brigas, como o senhor Daniel (54 anos): “Antigamente faziam

⁴²¹ Elias e Scotson (2000) destacam exemplos de grupos “outsiders” que eram tidos como quase inumanos.

⁴²² Frederico (44 anos), agricultor no Rincão dos Maia.

⁴²³ Relatos parecidos com as serenatas descritas pela sociedade do Rincão dos Marques.

uma festinha e ficavam peleando [brigando] a tarde inteira. Na venda [armazém] saíam brigando. Hoje não! Hoje se faz uma festinha, o pessoal está conscientizado (...).”⁴²⁴ Outro acontecimento social eram os bailes em salão, em outras localidades, como destaca o senhor Pedro (69 anos): “Tinha essas bailantas grandes nesses de origem [alemã], bailantas grandes com músicos, mas tinha que pagar entrada.”⁴²⁵ Esses bailes eram pouco freqüentados pelas pessoas do Rincão dos Maia, eram distantes e cobravam entrada, e muitas vezes não tinham roupa adequada, além de certa discriminação. No presente, as festas são freqüentes pela vizinhança, há transporte e condições financeiras para a população do Rincão dos Maia freqüentar, os conflitos são esporádicos, e quase todos os eventos sociais contam com seguranças contratados, inibindo e apaziguando os ânimos mais exaltados.

Os jogos de futebol eram entre times da localidade ou de outras, freqüentemente interrompidos por conflitos entre os jogadores e a torcida. Atualmente a localidade promove campeonatos de futebol masculino e feminino e outros eventos esportivos, organizados pela Escola Municipal 20 de Setembro e pela Associação Comunitária do Rincão dos Maia, acontecimentos que muito orgulham a sociedade do Rincão dos Maia. Fruto, entre outros, da conscientização sobre a importância da harmonia social. “Hoje se quiser ir a festa todo o sábado e domingo, vai todo sábado e domingo, e outra, pode ir com a tua família que não tem problema. Se tu vai civilizado, civilizado tu volta! (...) Sobre isso aí [festas e futebol] está muito civilizado!”⁴²⁶

Para finalizar, a transformação da sociedade do Rincão dos Maia é rapidamente percebida quando questiona-se sobre o passado. Passado que traz lembranças de dor, fome e humilhação, mas também de orgulho pela capacidade de transformação. A partir deste momento, o nosso objetivo é conhecer e compreender os mecanismos diversos que participaram direta ou indiretamente deste processo, relacionando, quando possível, com a mudança na forma de perceber a realidade das pessoas do Rincão dos Maia.

4.2 Além do *Casulo*: análise dos *propiciadores* da transformação

Lembramos de uma parábola que escutávamos quando ainda éramos criança. Um menino tinha por hábito coletar, nos pinheiros, casulos de borboletas para levar para casa para observar o nascimento dos insetos. Não tinha paciência de esperar o tempo para o desenvolvimento natural, logo iniciava um procedimento *cirúrgico* para libertar os animaizinhos dos seus casulos. As borboletas saíam com vida, mas suas asas não se desenvolviam e elas apenas caminhavam ou rastejavam pelo chão, sem poder aproveitar plenamente suas capacidades, caso tivessem se desenvolvido sem o auxílio do menino. O desenvolvimento completo das borboletas dá-se pelo esforço em abandonar a vida no casulo, a força em libertar-se faz com que asas desenvolvam-se e tenham a resistência necessária para voar, caso não passem por esta fase do processo, as asas atrofiam, impedindo os animaizinhos de vôos mais longos.

Traçando um paralelo, a intervenção do poder público no desenvolvimento de determinadas sociedades ou grupos sociais, identificados com uma determinada região ou tipo de atividade, pode ser comparado ao papel do menino. Guardando as particularidades e as limitações da parábola com a realidade discutida, a falta de paciência (imediatismo) aliada à *boa vontade* do poder público, além da pressão social, pode impedir o desenvolvimento pleno da sociedade ou do grupo social, atrofiando setores da vida que não foram contemplados ou mal dimensionados no desenrolar do

⁴²⁴ Agricultor no Rincão dos Maia.

⁴²⁵ Agricultor no Rincão dos Maia.

⁴²⁶ Frederico (44 anos), agricultor no Rincão dos Maia.

processo. Entretanto, há situações que a intervenção de organismos externos é necessária para quebrar certos ciclos, muitas vezes de longa duração (perpetuados por gerações). Também conta-se com a capacidade de adaptabilidade do ser humano, a cada novo acontecimento a sociedade reordena-se em equilíbrio (flutuante e elástico).⁴²⁷ Talvez as atribuições do poder público, quanto ao desenvolvimento, deveria *simplesmente* garantir as condições adequadas para que o processo se desenvolvesse normalmente.⁴²⁸ No caso das borboletas, garantir condição climática adequada e a segurança até alcançar autonomia para voar.

Rincão dos Maia vem atravessando um processo de transformação, por vezes sob intervenção do poder público, que trouxe e está trazendo, segundo depoimentos, benefícios à sociedade local. Como em processos induzidos, setores ou aspectos da vida dessa sociedade reagem de formas diferentes produzindo desequilíbrios sociais perceptíveis. Apoiando-se nos depoimentos, este item trata dos elementos que estiveram e que ainda estão participando do processo de desenvolvimento dessa sociedade, processo, na opinião e percepção otimistas dos entrevistados, responsável pela transformação da comunidade.

4.2.1 O Programa de Desenvolvimento de Comunidade – SUDESUL: a intervenção cirúrgica⁴²⁹

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a Universidade Católica de Pelotas realizou levantamento sobre as condições sociais e econômicas do meio rural de Canguçu. Nesse estudo destacaram-se três localidades pela precária condição de vida das pessoas: Rincão dos Maia, Faxinal e Melão e Flores (Rincão dos Melões e Coxilha das Flores); a primeira identificada como a que apresentava maior restrição à reprodução econômica e social das famílias. Com base nesse estudo, Rincão dos Maia foi escolhido pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) para aplicação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade.⁴³⁰

O Programa de Desenvolvimento de Comunidade tinha como objetivo articular três linhas básicas de ação: a) Comunidade: atuar junto às populações carentes, analisar de forma sistemática a realidade em que vivem, e mobilizar esforços para solução de seus problemas, buscando a participação da sociedade local ao nível de planejamento, execução e avaliação de programas e projetos; b) Ministério do Interior: buscar junto aos diversos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, executar ações de desenvolvimento comunitário, particularmente com relação aos programas e projetos especiais de desenvolvimento; c) Órgãos, Entidades e Instituições Externas: obter maior articulação com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, e instituições privadas, integrando esforços e recursos com vistas ao desenvolvimento de comunidade.⁴³¹

⁴²⁷ Elias (1999), ao discutir configurações mutáveis, refere-se a um equilíbrio flutuante e elástico, distinto do equilíbrio (das sociedades) apresentado por Talcott Parsons. Ver também Elias (1994a).

⁴²⁸ Talvez na perspectiva de Sen (2000).

⁴²⁹ Esta seção não objetiva discutir e analisar o Programa de Desenvolvimento de Comunidade, propriamente dito, mas apresentar algumas intervenções, deste, e a possível relação com a transformação comportamental da sociedade do Rincão dos Maia. O título desta seção é uma alusão a parábola acima.

⁴³⁰ Sobre Programas de Desenvolvimento de Comunidades, ver Nelson (1973a).

⁴³¹ MINTER (1982, p. 05). Fukui (2003, p. 03) salienta que os programas de desenvolvimento de comunidade na década de 1970 partiam do pressuposto que “(...) as populações rurais ancoradas em relações baseadas na tradição tinham resistência à mudança e que cabia aos profissionais a difusão de inovações, a modernização econômica das populações rurais fazendo-as focalizar a produtividade e a racionalidade.”

Além da articulação das três dimensões, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade possuía as seguintes diretrizes: 1) Incorporar a dimensão social nos planos, programas e projetos econômicos; 2) Considerar prioritário, na programação de Desenvolvimento de Comunidade, o apoio ao pequeno e médio produtor, o artesanato, e outros programas que objetivavam a criação de emprego e aumento de renda, como também programas que visassem a prestação de serviços e benefícios sociais às populações; 3) Desenvolver ação sócio-educativa junto à população através das organizações já existentes, ou propiciar condições para a auto-organização das populações na constituição de seus próprios instrumentos de participação (grupos de trabalho, conselhos comunitários, cooperativas e outras associações específicas); 4) Assegurar a utilização de metodologia que possibilitasse a participação das populações em todos os momentos e fases do processo de desenvolvimento; 5) Considerar, nos projetos, a participação das populações em todas as fases, criando condições para que elas pudessem autogerir os empreendimentos; 6) Considerar as organizações comunitárias como canais de comunicação entre as populações e os níveis de decisão e planejamento; 7) Capacitar em Desenvolvimento de Comunidade os técnicos dos níveis de planejamento e execução; e 8) Garantir a integração de órgãos e entidades, objetivando a compatibilização de programas. Diretrizes orientadas para promover a distribuição regional do desenvolvimento brasileiro em suas três dimensões básicas: econômica (acelerando o crescimento das regiões menos desenvolvidas), social (redução da pobreza e melhoria nas condições de habitação, saneamento, meio ambiente, humanização das cidades) e política (descentralização das decisões quanto ao desenvolvimento e maior participação dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios). Respeitando estas orientações, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade deveria levar em consideração a diversidade regional, adequando-se à realidade.⁴³²

No caso específico da Região Sul, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade tinha por objetivo geral atuar junto às populações carentes do meio rural, através do planejamento participativo, com vistas à redução das desigualdades sociais.⁴³³ Especificamente, no que diz respeito às famílias de agricultores, possibilitar o acesso às atividades produtivas, assegurando melhoria no nível de vida (adequar às suas reais necessidades), reduzindo a marginalização social e a migração compulsória.⁴³⁴

Na prática, uma das primeiras intervenções do Programa de Desenvolvimento de Comunidade na localidade do Rincão dos Maia foi a “1º Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia” realizada entre os dias 28 de setembro e 01 de outubro de 1981 na cidade de Pelotas.⁴³⁵ MINTER/SUDESUL (1981) busca no vocábulo da zoologia o significado da palavra *agregação*, referindo-se a uma família de moluscos que não têm concha, representada pela reunião de muitos indivíduos dentro de uma pele comum, lhes conferindo a aparência de um indivíduo único. Associando ao significado usual na língua portuguesa, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade atribui à palavra *agregação*: o *reunir*, o *associar*; objetivando, segundo MINTER/SUDESUL (1981):

(...) AGREGAR, portanto, pequenos agricultores que, isoladamente, têm dificuldades em melhorar a vida de sua própria comunidade e de sua própria família, mas que se estiverem reunidos, AGREGADOS, formarão como que uma

⁴³² MINTER (1982, p. 05-06).

⁴³³ O Programa de Desenvolvimento de Comunidade era executado no âmbito do convênio integrado pela SUDESUL, Prefeitura Municipal e EMATER/RS, esta responsável pelo suporte técnico.

⁴³⁴ MINTER/SUDESUL (1982, p. 95).

⁴³⁵ Além desta, foram realizadas *agregações* com as esposas dos agricultores e com os professores das escolas rurais, em momentos distintos.

só cabeça, falarão com mais força e poderão ajudar-se melhor, uns aos outros, para resolver seus problemas. O Programa quer associar pessoas, somar vontades, reunir esforços, acumular conhecimentos, juntar meios de trabalho, acrescentar serviços; a todos e a tudo CONGREGANDO, para atingir um objetivo comum.

Pelas palavras acima e pelas entrevistas com os agricultores que participaram dessa *agregação*, percebemos que foi, para muitos, um marco em suas vidas, principalmente quanto diz respeito à afetividade. Talvez esta tenha sido a tônica da reunião, despertar e fortalecer os laços de afetividade e amizade entre os presentes, apostando nessas como caminho para a transformação social. A transformação que vemos diante de nossos olhos geralmente é material, física, de fácil percepção, como, por exemplo, melhoria nas habitações, nas lavouras, aquisição de bens, mas, no que diz respeito à questão que estamos tratando neste trabalho, por vezes esquecesse que antes há a transformação psíquica – de mentalidade. Geralmente, a mudança percebida no aspecto material é reflexo da mudança de comportamento, de visão de mundo, por se tratar de aspecto subjetivo, menos observável aos olhos. Sobre a 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia um dos participantes, senhor Eduardo, relata:

Eles ensinaram de tudo. Lá não tinha religião, não tinha partidaria, era exclusivamente o meio da agricultura. Como tinha que produzir direito, diversificar as coisa. Não era pra todo mundo plantar feijão, era pra plantar milho, feijão. Um plantar pessegueiro, outros plantar soja, todo mundo plantando uma coisa só não funciona.⁴³⁶

Para o agricultor, no primeiro momento, o objetivo da reunião estava *exclusivamente* na questão agrícola, mas percebemos na sua fala que, por detrás desta questão, tinha a noção de perceber a localidade como um corpo, com organismos integrados e não competitivos, ou menos competitivos. A diversificação da produção agrícola dentro do estabelecimento familiar e também dentro da localidade reduziria os riscos e amenizaria as consequências de possíveis crises advindas de problemas climáticos ou do mercado, tanto de aspectos relativos à subsistência familiar como de auto-estima. Auto-estima, esta era uma das questões fundamentais para que o programa alcançasse os objetivos propostos. O senhor Hugo (61 anos) não participou da agregação, mas lembra das conversas com os vizinhos que participaram: “Eles me contaram muita coisa que aconteceu naquela reunião. (...) Sei que eles trouxeram muita coisa boa de lá! Eles voltaram muito empolgado com a reunião de lá!”⁴³⁷ O entusiasmo percebido pelas pessoas que não participaram da agregação pode ser melhor compreendido com o relato eufórico do senhor Frederico (44 anos):

Meu Deus do céu, eu fiquei emocionado! Só não chorei! Teve uns três ou quatro agricultore, pessoal nosso daqui, que se emocionaram barbaramente. Como eu disse, o povo era dividido. (...) E aí chegou o pessoal lá [os organizadores da agregação], nós não sabia o que era um carinho de uma pessoa de fora! Vou te dizer francamente. Chegou lá aquele povo, chegou em nós como se fosse um irmão, eu mesmo não acreditava! Nós mesmo não acreditava! As pessoas chegavam convidando, conversando, ensinando onde era um quarto de banho, onde nós ia sentar, a onde nós ia nos reunir. Chamavam nós, já botavam o crachazinho para chamar pelo nome. Nós tínhamos o momento de que cada um contava a sua piada e aí foi se integrando. Na hora da despedida, vou te contar uma coisa, foi emocional, emocional! Muito bom, muito bom! Viemos com aquela emoção enorme e dali continuou, já foi montado uma equipe de grupo para dirigir e chamar o que faltava e o que não faltava [sobre os procedimentos a serem tomados após a agregação – iniciar o Programa de Desenvolvimento de Comunidade].⁴³⁸

⁴³⁶ Comerciante e agricultor no Rincão dos Maia.

⁴³⁷ Antigo morador e agricultor no Rincão dos Maia. Atualmente reside na cidade de Canguçu.

⁴³⁸ Agricultor no Rincão dos Maia.

Acostumados à rejeição e à estigmatização por parte da sociedade, conseqüentemente reconhecendo-se como seres humanos inferiores, não acreditavam que poderiam ser respeitados e bem-tratados como qualquer outra pessoa. A valorização, como seres humanos iguais, trouxe reações de espanto entre os agricultores participantes da agregação. Não vivenciavam, no cotidiano, relações de cordialidade. Para esquecidos e ignorados, as atitudes de valorização mostraram que o *medo da poluição*,⁴³⁹ por parte da sociedade externa ao Rincão dos Maia, representava, de certa forma, a falta do auto-reconhecimento, da própria sociedade do Rincão dos Maia, como iguais, iguais e com os mesmos direitos que qualquer outro cidadão canguçuense. Mas para serem respeitados precisavam da união.

A 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia foi realizada, segundo depoimentos, na praia do Laranjal, a beira da Lagoa dos Patos (Pelotas), num estabelecimento da Igreja Católica utilizado para reuniões de grupos de jovens, de casais, reflexões religiosas/espirituais. Local agradável, sossegado, próximo à natureza e ao céu. Mesmo não tendo a participação direta da doutrina católica nas palestras proferidas, o ambiente espiritual sugeria algo de mais profundo, comunhão e fraternidade (tônica da doutrina católica), facilitando a aproximação das pessoas. Aspecto que, de alguma forma, influía na psique dos agricultores, perpetuando as relações afetivas para além da Agregação.

A palavra *comunidade* tem a capacidade de transmitir algo além da união de pessoas que vivam numa mesma área, inspira o espiritual, o divino, o eterno. Esta palavra aliada, explícita ou implícita, à conotação religiosa pode produzir relações sociais sólidas, principalmente pela permanente observação do onipotente (onipresente). O que não aparecia com certa clareza nas entrevistas com os agricultores que participaram da agregação, aparece nas falas do senhor Bernardo (47 anos), participante da 1ª Agregação de Professores da Rede Rural de Canguçu (entre 19 e 22 de outubro de 1982):

(...) te reconhecia como meu amigo, *meu irmão*, como que tu pudesse crescer junto comigo, mas na medida que eu cedesse um pouco na minha ignorância. Cada qual cedendo pra que todos pudessem *viver em harmonia*. (...) Nas agregações eles ensinavam *a vida como um todo*. Eles [organizadores das agregações] procuravam ver o trabalho na lavoura, o trabalho familiar entre marido e mulher; o convívio familiar; marido, mulher e filhos; vizinhos; festas; isso tudo faz parte da vida. Então vamos falar que é uma semente, é uma semente que até hoje está germinando. Porque? Porque mesmo que a pessoa vai fazendo alguma coisa errada, ele sabe que está fazendo errado, porque lá ele aprendeu que aquilo era errado. Então ele procura evitar essas coisas, de fazer algo errado em favor do próximo. Depois a igreja veio e completou, e vem completando, (...) cada dia na vida da gente é um novo aprendizado. Enfim, tudo veio sempre dando esse passo, procurando desenvolver cada vez mais.⁴⁴⁰

Destacamos na reprodução acima (itálico) duas pequenas expressões que estão ligadas à doutrina católica. O senhor Bernardo é participante freqüente do grupo de religiosos católicos do Rincão dos Maia, na sua fala observa-se a forte conotação religiosa, esta presente nos instrumentos de controle social. No seguinte fragmento da reprodução anterior: “(...) mesmo que a pessoa vai fazendo alguma coisa errada, ele sabe que está fazendo errado (...)”, o controle social, tanto pela fiscalização dos homens como do Céu, está na psique da sociedade local, produzindo comportamentos aceitáveis e inibindo outros. No passado, os valores da sociedade do Rincão dos Maia eram mais

⁴³⁹ “(...) evitação de qualquer contato mais estreito com os membros do grupo outsider (...)”, conforme Elias e Scotson (2000, p. 26).

⁴⁴⁰ Representante local, funcionário público municipal e agricultor no Rincão dos Maia.

liberais,⁴⁴¹ os mecanismos de controle menos rígidos, um modo de viver que não era para a própria sociedade local adequado. Observando a vizinhança (localidades) e a sociedade urbana, com as quais tinham contato, as pessoas de Rincão dos Maia questionavam os seus próprios valores, atitudes, que na comparação com outras sociedades, estavam em desvantagem, chegando a autodenominarem-se de *pouco civilizados*. Necessitavam reestruturar suas vidas, seus valores. Talvez este seja um dos fatores que contribuiu para a transformação dessa sociedade.

A sociedade de Rincão dos Maia estava angustiada tanto pelas condições precárias dos meios de produção⁴⁴² como pela forma que conduziam suas vidas. As reuniões promovidas pela equipe da SUDESUL com as pessoas do Rincão dos Maia tinham por objetivo, *camuflado* entre temas relativos à atividade produtiva, mostrar uma outra forma de orientar suas relações interpessoais. A agregação, conforme a senhora Beatriz, contribuiu para a mudança de comportamento da sociedade local: “(...) lá receberam essa nova forma de se viver.”⁴⁴³

Nos depoimentos dos agricultores participantes da 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia, observa-se algumas questões que foram abordadas sobre comportamento das pessoas, destacando as relativas à convivência entre as pessoas da própria família, à vida em comunidade e à ajuda mútua. Questões estreitamente ligadas às relações de afetividade, respeito à individualidade e confiança, estas pouco observadas em períodos passados, conforme apresentado na seção anterior.

O tema comportamento social ganhou destaque nas agregações posteriores, nas de participação exclusiva das comissões locais, denominadas de *Agregação de Treinamento das Comissões Locais de Desenvolvimento de Comunidade*. A comissão local do Rincão dos Maia participou do encontro entre os dias 02 e 05 de maio de 1983 na cidade de Bagé, no qual também estavam presentes comissões de comunidades rurais dos municípios de Pinheiro Machado, Pedro Osório, Jaguarão, Piratini e de Santo Antônio da Patrulha. Nesse encontro um dos objetivos era o treinamento dos membros das comissões locais sobre o bom desempenho de suas atribuições como representantes da comunidade, especificamente em termos de conhecimento dos tipos de comportamento humano, de liderança comunitária e de organização.⁴⁴⁴

As reuniões promovidas pela SUDESUL, com a participação dos agricultores, também incentivavam o amor-próprio (auto-estima) e o amor à terra, e, na união destes dois, a valorização do agricultor como ator fundamental no desenvolvimento em geral, e da sua função como provedor do alimento para a sociedade.

Para uma população estigmatizada e inferiorizada, a auto-estima era questão importante. Readquirir a valorização pessoal, a satisfação como pessoa, e passando a ter confiança em seus atos, contribuindo, conseqüentemente, para o desenvolvimento da sociedade local. O amor à terra como um bem, uma mãe, que provê o alimento e a subsistência da família, e que deve ser tratada com carinho para garantir sua fertilidade. Dessa forma, incumbindo a sociedade do Rincão dos Maia a recuperar a *saúde* de sua terra, esta vista como degradada pela má utilização e como uma das restrições ao desenvolvimento econômico da localidade. Garantindo a auto-estima e a boa qualidade da terra, um dos objetivos do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, a

⁴⁴¹ O senhor Bernardo destaca: “Antigamente as pessoas viviam a sua maneira, ao seu belo prazer (...). Cada um vivia fazendo aquilo que achava que podia fazer (...).”

⁴⁴² Lembramos do fragmento do diálogo do senhor Frederico ao descrever as péssimas condições do solo e sua expressa angústia: “(...) e nós não sabia o que fazer.”

⁴⁴³ Funcionária pública municipal e agricultora no Rincão dos Maia.

⁴⁴⁴ MINTER/SUDESUL (1983).

melhoria das condições de vida da população e a fixação desta no meio rural seriam facilitadas.

Lembradas pelos agricultores até hoje, músicas e frases de impacto compunham a gama de instrumentos utilizados para elevar a auto-estima e a valorização da terra. Uma das músicas cantarolada durante as entrevistas pelos agricultores que participaram das reuniões era o “Canto da Esperança” (Letra e adaptação de Olmiro Tavares Dias):

Eu nasci na agricultura
E plantando me criei
A semente do progresso
A plantar continuarei.

Ai, ai, ai, ai,
Como é bom viver
A vida do campo,
Sem esmorecer.

Ai, ai, ai, ai,
Como é bom viver
A vida do campo,
Sem esmorecer.

Como estamos unidos,
Com a intenção de trabalhar,
Agregados continuaremos,
Para a vida melhorar.

Na lavoura da esperança
Brilha o sol da liberdade,
Pela estrada da fartura,
Nos chega a felicidade.

Ai, ai, ai, ai,
Como é bom viver
A vida do campo,
Sem esmorecer.

Pela letra desta música, pode-se observar algumas palavras-chave, usadas para inspirar a valorização da agricultura, do viver no meio rural, da união dos agricultores, e da esperança e da luta pela felicidade. Trabalhando com a psique das pessoas, incorporando princípios e valores novos ou esquecidos pela sociedade do Rincão dos Maia, destacando as boas qualidades do viver da agricultura, e, apesar das adversidades, viver *sem esmorecer*. De certa forma, esta música utiliza elementos que exaltam o comprometimento (na união e no trabalho) da sociedade local em busca de melhores condições de vida, diríamos um *contrato* para o progresso e felicidade das pessoas.

Na 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia (Praia do Laranjal - Pelotas), a comissão organizadora promoveu a eleição da frase mais significativa para a comunidade do Rincão dos Maia.⁴⁴⁵ A eleita como lema da comunidade foi a seguinte frase: “Confiança em São Pedro, trabalhando em harmonia e cultivando o espírito de 20 de Setembro, faremos da união a nossa força, e um Novo Rincão dos Maia”. Uma frase com significados a desvendar. Logo de início o apelo espiritual, sob o olhar e a proteção divina de São Pedro, a sociedade local sente-se mais segura e confiante, funcionando positivamente na auto-estima das pessoas. Como abordamos há pouco, também tem a função de mecanismo de controle social, aos transgressores: sanções divinas – mecanismo de coerção social para assegurar a harmonia e a união da comunidade. Outra questão refere à fração “cultivando o espírito de 20 de Setembro”, data significativa para a sociedade rio-grandense, lembra a Revolução Farroupilha (1835-1845). Inspira força, honra, espírito de luta, e, na guerra, como lembra Vianna (1987), o sentimento de solidariedade é mais intenso. Criando na psique da sociedade local uma *atmosfera* de luta, de guerra, contra as dificuldades que assolam a vida das pessoas da comunidade,

⁴⁴⁵ Pedimos, durante as entrevistas, para os participantes, do encontro de 28 de setembro a 01 de outubro de 1981, descreverem a organização das atividades, o dia-a-dia, para conhecermos alguns detalhes. A base das atividades era a utilização de grupos de discussão, sempre com a supervisão de algum membro da comissão organizadora, possivelmente para balizar os debates dentro dos objetivos do Programa de Desenvolvimento de Comunidade. Os grupos de trabalho (quatro) foram identificados por nomes que de alguma forma, inspiravam os objetivos do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, como, por exemplo, “Harmonia” e “União Faz a Força” (os outros dois grupos também eram nominados, mas não conseguimos identificá-los).

imputando-nas garra e perseverança, estimulando a coesão. Por fim, a transformação do Rincão dos Maia no Novo Rincão dos Maia, expurgando *marcas* e estigmas do passado. A conjunção de significados produziu na comunidade forças sociais capazes e convictas da transformação, resultando na união de todos contra a exclusão social e econômica da sociedade do Rincão dos Maia. Não pode-se esquecer que há outras questões envolvidas no processo de desenvolvimento da localidade, algumas que antecederam o Programa de Desenvolvimento de Comunidade e que, na nossa opinião, relevantes para o entendimento do processo de desenvolvimento do Rincão dos Maia, não cabendo atribuir a um único responsável o atual contexto social e econômico.

Prosseguindo no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL, após a 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia iniciaram-se as atividades complementares do processo, dedicadas à melhoria das condições de produção agrícola e de vida. As principais dificuldades das famílias eram a baixa fertilidade do solo, a técnica arcaica de trabalho na terra, a pouca disponibilidade de meios de produção (animais de tração e ferramentas de trabalho), e a ruínosa condição de saneamento. As primeiras ações foram: interiorização de um técnico agrícola (residindo na localidade e dispondo de uma motocicleta para agilizar a locomoção), estruturação da Comissão Local de Desenvolvimento de Comunidade (integrada por membros da localidade), aquisição de equipamentos agrícolas (patrulha agrícola: trator e implementos), melhoria do saneamento (construção de fossas sanitárias), oferta de cursos do MOBREAL e SENAR,⁴⁴⁶ entre outras. Posteriormente, foi instalado um posto de saúde na localidade e a ampliação da rede de energia elétrica.

As pessoas do Rincão dos Maia reconhecem a transformação, em vários aspectos, da sociedade e da economia local, atribuem parte das conquistas ao Programa de Desenvolvimento de Comunidade (SUDESUL). Conquistas, como destaca o senhor Daniel (54 anos):

Ela [SUDESUL] deu muita ajuda. Ela levava o pessoal para fora, para tomar conhecimento de outros lugar, vê as outras comunidade, vê como funcionava, isso chama a atenção né! Pegava daqui o pessoal e fazia excursão, levava em outra comunidade, para o pessoal vê como a outra comunidade participava, funcionava, aí então pegava a noção daquilo lá pra vê o que que podia aplicar aqui. Além da patrulha agrícola, do técnico agrícola que foi muito importante, foi muito importante, para nós aqui! (...) A rede de açudagem, mas ainda tem carência de água. Veio a rede de luz, até veio aquela rede trifásica, se não fosse a SUDESUL nós não teria essa rede. O miniposto de saúde, através da SUDESUL, foi um grande desenvolvimento na área da saúde e agora está bem ampliado. Cada vez a intenção é de melhorar! E começou com a SUDESUL!⁴⁴⁷

A senhora Beatriz destaca:

“O melhor que ficou foi esta mudança de mentalidade! Se não fosse a SUDESUL trazer essa nova forma eu não saberia lhe dizer o que seria de nós hoje! (...) O que veio pela SUDESUL foi a convivência das pessoas, a ajuda mútua das pessoas, como viver em comunidade, e a conservação do solo. Isso foi o passo primordial para o Rincão dos Maia, a conservação do solo.”⁴⁴⁸

E o senhor Frederico (44 anos), com o seu entusiasmo, faz o seguinte balanço:

“Que bom que a gente passou três dias lá em Pelotas! Aquilo pra mim transformou! Trouxe o meu conhecimento, trouxe o meu valor, mostrou o valor que eu tinha que era a terra e que eu não sabia aproveitar, pois isso eu não sabia. Ora calcário, ora calcário, na época, o que é isso? Ora cisco (matéria orgânica)! Os meus vizinho, até pouco tempo, vendo eu transformar a minha terra em terra eles ainda botavam fogo no próprio pasto para depois lavar, e vendo eu

⁴⁴⁶ Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBREAL); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

⁴⁴⁷ Agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁴⁸ Funcionária pública municipal e agricultora no Rincão dos Maia.

carregando cargas e cargas de quando eu fazia limpeza no meu campo, eu tirava a carqueja e a cana e levava para a lavoura, no lugar de queimar a gente levava para a lavoura. Eles me olhavam e chegavam a me chamar várias e várias vezes de louco. Principalmente aqueles que não foram lá em Pelotas. Hoje é difícil enxergar um fogo, é difícil. Olha, faz vinte e dois anos que eu não boto fogo, só botei fogo nuns espinhos por causa das cobras. Fogo só no fogão! Tinha uma terra que não dava mais nada, só uns gravatazinhos. Depois que eu fui na agregação eu resolvi esse problema.”⁴⁴⁹

Três percepções sobre as contribuições do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, de certa forma distintas, mas há uma questão comum nos depoimentos, apesar da forma como é expressa em cada um deles. Essa questão é a transformação da mentalidade das pessoas da comunidade, tendo participado direta ou indiretamente das atividades do Programa. Deve-se a essa transformação o acesso ao conhecimento, não só pela educação convencional (institucional), mas, também, pelo conhecimento de novas experiências, como as excursões a outras comunidades, lembradas pelo senhor Daniel. Acesso, até mesmo, ao autoconhecimento, como nas palavras do senhor Frederico ao (re)conhecer o seu valor como pessoa e agente da própria transformação. Não só desse Programa, mas do processo de desenvolvimento da comunidade do Rincão dos Maia, uma das maiores conquistas, senão a maior, é a *mudança de mentalidade* da sociedade local, salientada pela senhora Beatriz.

Elias (1994a), ao perceber a sociedade como uma configuração mutante, indica que as estruturas de personalidade dos seres humanos mudam, acompanhando as mudanças de configuração. Entende a sociedade como um conjunto de pessoas interdependentes, ligadas por relações de dependência. As pessoas são mais ou menos dependentes entre si, como destaca o autor, “(...) inicialmente por ação da natureza mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas (...)”⁴⁵⁰ A sociedade do Rincão dos Maia mudou sua estrutura de personalidade à medida que as relações internas e externas foram intensificadas, gerando *necessidades recíprocas*. A intensificação das relações pode ocorrer, ora em maior velocidade, ora em menor velocidade, depende de uma série de fatores inter-relacionados, alguns desses induzidos intencionalmente. Neste momento da discussão, a participação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL na localidade do Rincão dos Maia é responsável por alguns desses fatores induzidos intencionalmente (políticas públicas), estimulando e proporcionando acesso a outros meios (sociais) pouco conhecidos pela sociedade, criando, de certa forma, necessidade de aprendizagem social (conhecimento) e contribuindo para a referida (pela própria sociedade) mudança de mentalidade.

A intensificação das relações sociais dentro da localidade produzidas pela curiosidade de uns e pelo entusiasmo de outros,⁴⁵¹ processo relacional reflexivo, *contaminou* a sociedade local, disseminando conhecimento e informação e agregando as pessoas. Os ensinamentos adquiridos na Agregação foram repassados aos que ficaram na localidade, integrando e equalizando o sentimento de *nós* do Rincão dos Maia. Nesse sentido, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade parece ter sido democrático, mas lacunas ou clãs foram esquecidos ou deixados de lado, talvez por vontade própria. Entrevistamos *excluídos* do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, como o senhor Gustavo (68 anos), agricultor, que, ao ser perguntado sobre a 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia respondeu com desdém: “Ouvi falar, mas não

⁴⁴⁹ Agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁵⁰ Elias (1994a, p. 249).

⁴⁵¹ Grosseiramente, pela curiosidade dos que não participaram da 1ª Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia e pelo entusiasmo dos que foram à reunião.

fui. Foram lá de ônibus, mas não sei o que aconteceu.” Conversamos com o senhor Gustavo sobre vários assuntos e percebemos que a condição de vida da sua família melhorou pouco, diríamos que não alcançou o desempenho das participantes ativas do Programa. As condições de moradia e a atividade produtiva pouco mudaram no decorrer dos anos, as conquistas materiais vieram em momento posterior à aposentadoria do casal: “Agora está melhor, nós estamos aposentados, todo mês vem aquele salário. Então dá para ir indo.” A exemplo do senhor Gustavo, entrevistamos outras famílias em condições parecidas, alheias ao desenvolvimento. As práticas agrícolas pouco mudaram, não realizam nenhuma atividade de conservação do solo, comum entre os agricultores. De certa forma, ficaram à margem dos acontecimentos, muitos trabalhavam na indústria de doces e conservas da região, a atividade agrícola era dedicada quase que exclusivamente para autoconsumo, salvo alguns pequenos pomares de pessegueiros para a comercialização.⁴⁵²

Aos que tinham conhecimento do Programa e participaram, mas não totalmente integrados, a discriminação e o favorecimento foram resultado de vícios da estrutura centralizadora da Comissão Local de Desenvolvimento de Comunidade (integrada por membros da localidade). O senhor Joaquim (57 anos), agricultor no Rincão dos Maia, desabafa:

Mas não foi muita coisa que a SUDESUL melhorou! Pra uns foi bom, mas para outros foi ruim. Pra mim não resolveu de nada porque não tive nem um quilo de calcário, enquanto que uns tiveram muitas toneladas e outros ficaram sem nada. Eles ficaram com o nome de todos do nosso grupo, então eu acho que todos deviam ser beneficiados, já que vinha uma ajuda para o Rincão, devia vir para todos. Se mandasse 10 toneladas, devia vir um pouco para cada um. Eu não fui beneficiado com nada, nada!

O Programa de Desenvolvimento de Comunidade teve seus pontos positivos e negativos, talvez tenha-se dado ênfase às conquistas, principalmente pelo otimismo e empolgação transmitidos pelos entrevistados, mas observou-se *áreas*, da localidade e do viver, que conservam características do passado, heranças culturais. Entretanto, a sociedade do Rincão dos Maia, alguns eufóricos e outros cautelosos, foi unânime em afirmar que a comunidade passou e está passando por um processo de desenvolvimento acima da média das localidades rurais do município.⁴⁵³

Para o senhor Belarmino, extensionista rural, a maior contribuição do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, realizado pela SUDESUL na localidade do Rincão dos Maia, foi a quebra do isolamento:

Através do Programa de Desenvolvimento de Comunidades, EMATER, Prefeitura e SUDESUL, acho que trouxe um grande desenvolvimento para eles, porque até aquele momento eles eram isolados dentro do município. Então, através daquele momento as autoridades começaram a se preocupar com eles, e eles tiveram acesso às políticas públicas. À medida que eles conseguiram conversar com as autoridades, manifestar seus problemas, o que eles estavam sentindo, aí as coisas começaram a fluir.

Rincão dos Maia passou de desfavorecido para favorecido, *suas carências* despertou o interesse do poder público. O favorecimento veio pela priorização da localidade diante das demais, no que diz respeito a políticas públicas. O senhor Olímpio,

⁴⁵² As famílias em condições de vida abaixo da média da localidade apresentavam comportamento parecido ao discutido no capítulo anterior (Rincão dos Marques). A utilização freqüente do diminutivo nas falas e o comportamento submisso, contrastando com os demais. A exclusão pode ser responsável por essas características de comportamento, a frustração por não conseguir acompanhar o processo de desenvolvimento restringe ou sufoca o entusiasmo e a vontade em lutar pela melhoria das condições de vida.

⁴⁵³ Conhecedores dos *rincões* de Canguçu, as lideranças municipais também expressaram a mesma opinião sobre o desenvolvimento da localidade.

representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu, destaca o favorecimento da comunidade pela sua condição de carência:

Posso te dizer que tudo que é tipo de projeto que veio para Canguçu foi direcionado para o Rincão dos Maia, então com isso ajudou muito aquela comunidade. (...) Porque era uma comunidade, se dizia na época, a das mais carente de todo o Canguçu. Com isso ajudou a comunidade a se desenvolver. Por exemplo, quando aparecia a Universidade Católica ou a Federal com um projeto, logo era destinado para o Rincão dos Maia.

As contribuições do Programa de Desenvolvimento de Comunidade para a transformação da comunidade do Rincão dos Maia são evidentes, mas o programa não é o único responsável. Há questões que precedem à intervenção do poder público, acontecimentos e características que foram e são significativos para o processo de desenvolvimento no seu todo. Abordaremos, a seguir, algumas questões que, no nosso entendimento, foram e são participativas desse processo.

4.2.2 Possíveis contribuições para a transformação: a natureza agindo

Procurando por possíveis concorrentes do processo de transformação, deparamo-nos com elementos e características que estavam em andamento ou começavam a despontar, condições preexistentes que contribuíram para os resultados alcançados. Alguns desses posteriormente potencializados pelo Programa de Desenvolvimento de Comunidade.

Como referido no decorrer do trabalho, a sociedade do Rincão dos Maia é formada, em grande parte, por descendentes de portugueses miscigenados principalmente com índios, sem descartar relações com negros e espanhóis, e por algumas poucas famílias de alemães e italianos. Estes três grupos étnicos apresentam diferentes características de personalidade, diferenças produzidas pelo processo inter-relacional desenrolado por gerações. Bourdieu (1989), ao analisar o conceito de *habitus*, refere-se a conjuntos de princípios e disposições, relativamente estáveis, que agem no sentido de diferenciar ou classificar os grupos sociais – o caráter incorporador da cultura (capital simbólico). Grosseiramente, poderíamos resumir na manifestação de características físicas e comportamentais que indica aspectos de origem e trajetória.

Os três grupos podem ser distinguidos em suas características de personalidade, diferenças mais acentuadas no passado. Os descendentes de portugueses do Rincão dos Maia, por sua condição de inferioridade e isolamento, em suas relações com o meio social externo, distintas das relações mais íntimas de amizade e parentesco, eram retraídos, cabisbaixos, desconfiados, de algum modo arredios, dificultando a proximidade com outros grupos sociais. Os descendentes germânicos priorizavam suas relações sociais internas, fiéis a seus costumes e ritos ancestrais. Para Roche (1969), a mentalidade dos colonos teuto-brasileiros sobressaia dos grupos étnicos circunvizinhos pela sua *seriedade*. O *prazer* em agrupar-se fez os alemães fundarem ou constituírem associações com fins espirituais, educativos, beneficentes ou recreativos. Entretanto, no Rincão dos Maia, pelo restrito número de famílias, os descendentes de origem germânica estão, de certa forma, à parte da sociedade local, demonstrando que a integração social, desses, é menos intensa. Por outro lado, os descendentes de imigrantes italianos, conforme o senhor Antônio (63 anos), *são os mais brasileiros*.⁴⁵⁴ Integrados à comunidade, segundo depoimentos, tomaram a frente em algumas questões que colaboraram para o processo de desenvolvimento. Chegaram na região na década de 1920, as dificuldades de sobrevivência exigiam dedicação exclusiva à atividade

⁴⁵⁴ Agricultor e aposentado rural no Rincão dos Maia.

produtiva, restringindo a integração com as demais famílias da localidade. Além disso, deslocavam-se a outras regiões para trabalhar em atividades temporárias, assim como os demais moradores da localidade, principalmente no corte do arroz. A integração, propriamente dita, com as demais etnias veio a se intensificar a partir da década de 1970, momento em que as famílias do Rincão dos Maia, de modo geral, iniciam as atividades produtivas dedicadas à comercialização. A necessidade de informação e conhecimento aproxima as pessoas, intensificando as relações sociais.

Entrevistamos algumas famílias de agricultores de origem italiana e podemos perceber traços da personalidade distintos dos demais grupos étnicos entrevistados. O senhor Horácio (74 anos), na sua forma passional de expressar-se, dá-nos alguns elementos:

Nasci aqui no Rincão dos Maia e me criei sempre junto com pai e mãe, trabalhando sempre para o progresso. Pai e mãe pobrezinhos, pobrezinhos começaram a comprar de pouquinho em pouquinho até chegar a 22ha de terra. Eu e o meu outro irmão trabalhamos por tudo cortando arroz nas granjas de Piratini, de Pelotas, de Santa Vitória do Palmar e até no Uruguai, em Rio Branco [fronteira com a cidade de Jaguarão-RS]. Foi assim que a gente passou a vida no trabalho! A gente tem até paixão de falar porque dói no coração! (...) Sempre trabalhando em prol da comunidade. Sempre o papai foi comunitário e morreu comunitário e nós os filhos também estamos sendo. Nós sempre trabalhando para tocar essa vila para frente, desde colégio. Foi o meu irmão que doou um pedaço de terra e um galpão para o colégio. (...) Fui na prefeitura para pedir o material (...), juntamos pedras e fizemos o primeiro colégio. (...) Na igreja também juntamos! Todo mundo ajudou e fizemos a primeira igreja.⁴⁵⁵

As palavras, acima transcritas, mostram características de personalidade. Esse comportamento, preocupação com o conjunto social, foi observado em outros entrevistados de origem italiana. Pensam numa unidade além do grupo familiar. Segundo Azevedo (1982), distinto do caboclo, do caipira, do roceiro, do peão de estância, o *colono* italiano tem uma tradição diversa e uma forma própria em se relacionar com o meio e com a sociedade nacional, com tendência à ação coletiva e à constituição de grupos e associações permanentes.⁴⁵⁶ Nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, os grupos ou associações têm a função de instrumentos de solidariedade na luta pela vida e de progresso (elevando o conceito de coletividade), com a introdução da escola e do cultivo do sentimento de italianidade (papel cultural), colaborando para a coesão do grupo e a manutenção das identificações étnicas. O autor ainda destaca que, para os colonos italianos, a escola tem papel importante na socialização e na aprendizagem e assimilação dos valores e das instituições, para prolongar heranças culturais. A educação também pode representar determinada vantagem para a competição econômica e o desempenho social.

Retomando o depoimento do senhor Horácio, encontramos características próximas às descritas por Azevedo (1982), a preocupação em articular os diversos meios que podem potencializar ações coletivas e, conseqüentemente, melhorar as condições para enfrentar as adversidades no que diz respeito à reprodução do grupo social. Acionam, principalmente, meios de socialização como grupos ou associações, escolas e igrejas, aproximando pessoas e cultivando heranças culturais.

No Rincão dos Maia, observou-se que iniciativas para introdução da escola e da igreja tinham como agente mobilizador pessoas de ascendência italiana, reunindo parte

⁴⁵⁵ Aposentado rural e agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁵⁶ O autor também se refere a características como a operosidade e o espírito ordeiro dos colonos italianos, mas faz distinção, identificando estas características com os primeiros imigrantes que aportaram em grupos. Os chegados posteriormente e em imigrações isoladas eram individualistas, independentes, agressivos e laboriosos.

da sociedade local, independente do grupo étnico, para combinar forças a alcançar os objetivos. Nas conversas, tanto com os moradores de ascendência italiana como os de portuguesa, observou-se que não houve uma discriminação por parte dos *italianos* em relação aos demais grupos étnicos, ao contrário, incentivaram a participação. Os terrenos onde estão localizadas a igreja, a escola e a associação comunitária foram doações da própria sociedade local, pessoas de ascendência italiana (escola) e de portuguesa (igreja e associação comunitária),⁴⁵⁷ demonstrando a integração dos grupos étnicos em favor do bem-estar de todos.⁴⁵⁸

Nos relatos e nas observações empíricas, constatamos que há um processo de assimilação, principalmente entre descendentes de imigrantes italianos e portugueses, aquém estão os descendentes de imigrantes alemães. Grosso modo, um processo de mistura, de fusão ou de desaparecimento de diferenças. Os grupos, antes segmentados, identificam-se nos interesses e pontos de vista, processo que leva, no seu estágio mais avançado, à uniformização da sociedade local, derrubando ou reduzindo as barreiras culturais que distinguiam os grupos sociais.⁴⁵⁹ No nosso ponto de vista, o processo de assimilação está mais acentuado no grupo dos descendentes de imigrantes portugueses. Até algumas gerações atrás, segundo relatos e referências bibliográficas, os descendentes de imigrantes portugueses estavam arraigados à cultura do pastoreio, pouco identificados com o cultivo de vegetais. Mas, tendo em vista uma série de fatores históricos (crise da pecuária, redução paulatina da área dos estabelecimentos rurais, entre outros), este grupo viu-se diante da necessidade de transformar suas formas de reprodução, migrando vagarosamente para a condição de produtor de vegetais e deixando a de criador de animais. Hoje identificados com a agricultura diversificada, produzindo alimentos para autoconsumo e comercialização, de alguma forma, influenciados pelos vizinhos, descendentes de imigrantes italianos e alemães, que desenvolvem um modelo mais adequado às condições econômicas e sociais da região.⁴⁶⁰

O processo social de assimilação da sociedade do Rincão dos Maia está relacionado com o processo cultural de aculturação. Na perspectiva de Bertrand (1973, p. 388-389), o conceito de aculturação refere-se aos resultados dos contatos culturais, “(...) mudanças na cultura resultantes do contínuo contato de indivíduos, grupos ou sociedades globais, com os detentores de outros traços culturais ou com o conteúdo de outras culturas.” As mudanças estimuladas no processo de aculturação são identificadas nos aspectos relacionados ao comportamento e conhecimento, distintas dos demais processos sociais que se referem aos relacionados entre pessoas. Entretanto um mesmo relacionamento, em situações reais, pode ser ao mesmo tempo social e cultural. Em termos práticos, a aculturação pode ser um momento anterior à assimilação, mas não significa que resultará nesta, já que esta última movimenta-se para um estado ou condição completa. Para Bertrand (1973, p. 390), “(...) mudanças culturais muitas vezes

⁴⁵⁷ Parte da área da Igreja Bom Jesus foi doada e outra comprada com o auxílio dos moradores da localidade.

⁴⁵⁸ Em homenagem ao desprendimento e a consciência social, destacamos o nome dos cedentes das áreas: Senhor Julio Casarin (escola), Senhor Antônio Maia – *in memoriam* (igreja) e Senhor Augusto Ferreira (associação comunitária). Atitude louvável de agricultores familiares que, apesar das restrições de terra, pensaram no bem-estar comum das famílias do Rincão dos Maia.

⁴⁵⁹ Para Bertrand (1973, p. 384), a palavra assimilação por vezes se refere à mistura de grupos ou à absorção de um grupo por outro, no sentido biológico, resultando no casamento entre pessoas de grupos raciais distintos. O que acontece na prática no Rincão dos Maia. Entretanto, o autor salienta que a condição social da assimilação implica na insignificância de qualquer diferença física remanescente como forma de identificação grupal.

⁴⁶⁰ Sobre assimilação, ver Bertrand (1973). O autor ainda destaca que o conceito de assimilação está relacionado com os conceitos sociológicos de aculturação e acomodação.

produzem, em vez de assimilação, uma necessidade de reajustamentos das relações entre grupos ou sociedades – em suma, acomodação.”⁴⁶¹

Observamos que, nos grupos étnicos do Rincão dos Maia, o processo de aculturação dá-se em duas direções, há uma troca de traços culturais. Os descendentes de imigrantes alemães constituem um grupo reservado, inspirando uma posição com maior coesão, caracterizando um processo lento de aculturação. Entretanto, nos descendentes de imigrantes italianos e portugueses, o processo de aculturação é dinâmico, traços culturais semelhantes são identificados em ambos os grupos, permitindo afirmar que os descendentes de imigrantes italianos não apresentam mais tantas semelhanças com seus patrícios das regiões típicas de colonização italiana do Rio Grande do Sul (região da serra),⁴⁶² situação similar a dos descendentes de imigrantes portugueses, suas semelhanças não permitem mais identificá-los com os pecuaristas ou peões da região da Campanha. Parece-nos que, nesse processo de aculturação (reflexiva) que se desenrolou no Rincão dos Maia, os descendentes de imigrantes portugueses foram os que mais absorveram os traços dos outros grupos étnicos, migraram de um sistema pastoril para um sistema agrícola. Esse processo teve, além das condições a pouco salientadas (por exemplo, a restrição de área para a criação de animais no modelo extensivo), a influência da condição social, pelo menos aos olhos (comparativos) dos descendentes de imigrantes portugueses. O senhor Frederico (44 anos) dá uma pista:

Até vou te dizê: chamavam os agricultore de origem italiana de estrangeiros. Claro que eles têm a geração estrangeira, mas são brasileiros que nem nós, foram criados que nem nós, vieram no colo para cá e são amigo e trabalhador. Naquela época tinha essa divisão, de serem estrangeiros e terem mais do que nós.”⁴⁶³

Além de inspirar a relação “estabelecidos e outsiders” das contribuições de Elias e Scotson (2000), as palavras do senhor Frederico remetem a uma outra questão – sugere uma diferenciação não só étnica como econômica. Um grupo estigmatizado, angustiado e praticamente sem meios de produção, necessitava recorrer a alguma *coisa* para conseguir sobreviver num meio inóspito. Exemplos *exitosos* e acessíveis eram poucos, ou, quem sabe, somente um, seus vizinhos *estrangeiros*. Os descendentes de imigrantes italianos pertenciam à localidade, submetidos às mesmas adversidades, entretanto, não sofriam, pelo menos diretamente, os constrangimentos da estigmatização,⁴⁶⁴ apresentavam condições de vida melhores que a dos descendentes de portugueses e eram pessoas acessíveis, como lembra o senhor Antônio: “os mais brasileiros”, referindo-se à proximidade entre os dois grupos étnicos e, de certa forma, afirmando o processo de aculturação (identificadora). A relação entre esses grupos possibilitava reconhecimento de identidades e percepção de redução dos diferenciais (aquisições psicossociais) que resultavam de experiências e avaliações, colaborando para a homogeneização da sociedade local.⁴⁶⁵

⁴⁶¹ Essa acomodação é reconhecimento reflexivo do outro.

⁴⁶² Azevedo (1982) discute o dilema da aculturação dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, especificamente da serra gaúcha.

⁴⁶³ Agricultor no Rincão dos Maia. A última frase, de certa forma, demonstra que os descendentes de imigrantes portugueses estavam impressionados e atraídos pelo modo de vida dos descendentes de imigrantes italianos.

⁴⁶⁴ Na diversificação produzida pelo imaginário social, eles estavam em uma posição hierarquicamente superior aos *brasileiros* e inferior aos alemães.

⁴⁶⁵ No Rincão dos Marques observa-se o mesmo processo de assimilação e aculturação. A sociedade desta localidade é composta por descendentes de portugueses e alguns poucos descendentes de imigrantes italianos, nesse sentido, características próximas às da sociedade do Rincão dos Maia. Entretanto, foram os *italianos* que se aproximaram ou adquiriram parte das características dos descendentes de imigrantes portugueses, estes impressionavam pelos traços psicológicos e pela condição econômica; ainda

Aspectos que precederam o Programa de Desenvolvimento de Comunidade, mas que contribuíram para os resultados deste, e possivelmente tenham sido maximizados no decorrer do processo. Apesar das restrições, a sociedade do Rincão dos Maia estava num movimento de transformação, talvez lento devido ao contexto desfavorável, e demonstrava disposição em reverter as hostilidades em potencialidades.

Em 1976 era inaugurada a primeira igreja católica da localidade de Rincão dos Maia, Comunidade Católica Bom Jesus.⁴⁶⁶ Segundo informações de campo, as famílias de agricultores foram em busca do ensinamento religioso, convidando o padre para freqüentar sistematicamente a localidade, inicialmente utilizando as instalações da escola. A sociedade do Rincão dos Maia reconhecia seus problemas sociais, identificava as causas da *desorganização* das pessoas e tinha na doutrina cristã a possibilidade de modificar o modo de vida. O senhor Joaquim (57 anos), agricultor, comenta: “(...) tinha muita gente malvada, maus elementos, bebiam e faziam desordem, mas depois que começou a comunidade a coisa melhorou, o povo foi se entrosando, a maioria, (...) e aquilo foi um dos primeiro passo que equilibrou o Rincão dos Maia.” A religião é uma forma de controle social utilizada pela sociedade, os olhos de Deus estão vigiando os passos das pessoas e punindo os transgressores. Quem sabe se as precárias condições de vida das famílias do Rincão dos Maia, no passado, não eram, na psique dos moradores, um castigo de Deus pela conduta pouco *civilizada*.⁴⁶⁷ Para essas famílias, os ensinamentos religiosos seriam uma forma de instruir. Segundo Durkheim (1996), todas as religiões exprimem o homem à sua maneira, para aquele que vê na religião uma manifestação natural da atividade humana. Psicologicamente, a religião tem a função de limpar, purificar, expurgar, por exemplo, estigmas. Conforme o padre responsável pela comunidade religiosa do Rincão dos Maia, as pessoas foram ao encontro da igreja pela *necessidade do batismo* e pelo conforto em casos de doença, eram, perante Deus, transgressores: não se batizavam (pagãos), e as uniões matrimoniais não eram abençoadas. As adversidades, as quais eram submetidos, representavam chagas atribuídas por Deus, penitência aos pecadores. A reconciliação com Deus representaria uma nova vida, a absolvição dos pecados, e a gratidão, pela benevolência do pai, representada pela mudança no modo de vida. Atualmente boa parte da sociedade do Rincão dos Maia atribui à religião, à fé católica, as transformações sociais e econômicas, reconhecendo o perdão pelos períodos em que negligenciavam a presença do onipotente. A importância da crença religiosa para a sociedade local pode ser observada nas palavras do senhor Joaquim (57 anos), ao relatar sobre sua colaboração na construção da nova igreja da localidade:

(...) ficará um marco para que o meu neto possa dizer que pelo menos meu avô ajudou a fundar alguma coisa, aqui, de grande futuro [eternidade] e de grande fundamento [segurança]. (...) O que mudou a realidade do Rincão dos Maia foi em primeiro lugar a comunidade [igreja], em segundo lugar foi o pêssego. A SUDESUL ajudou, mas ajudou uns e não ajudou outros.⁴⁶⁸

influenciados pela cultura pastoril. Grosseiramente resumindo, no Rincão dos Marques foram os descendentes de imigrantes italianos que se aproximaram das características culturais dos descendentes de imigrantes portugueses (colonos transformando-se em peões), e no Rincão dos Maia foi o inverso (peões transformando-se em colonos).

⁴⁶⁶ No Rincão dos Maia existem atualmente quatro núcleos religiosos, o mais antigo e o maior é o da Igreja Católica, os outros três são pequenos grupos de denominações evangélicas.

⁴⁶⁷ Ver Thompson (1998, p. 206).

⁴⁶⁸ Agricultor no Rincão dos Maia. O senhor Eduardo concorda com o senhor Joaquim sobre a importância da igreja católica na transformação da sociedade local: “Para dizer bem certo foi a igreja. A igreja uni muito por causa da palavra. Os padre sempre são conselheiro, eles só dão conselho para o bem né!” (comerciante e agricultor no Rincão dos Maia).

A fé católica exaltada como elemento transformador, entendida por boa parte da sociedade do Rincão dos Maia. Na fala do senhor Joaquim destacamos três termos. O primeiro termo *de grande futuro* pode ter duas interpretações, a primeira referenciada pela construção física, algo sólido e capaz de perpassar gerações, ou referenciando a herança de Cristo aos seus seguidores: a eternidade. O segundo, *de grande fundamento*, diz respeito ao conjunto de princípios que ordena a coletividade, ensinamentos e regras que garantem aos seguidores, além da ordem social, a segurança do paraíso. Por fim, a utilização da palavra *comunidade* para identificar a igreja, ou a união da sociedade local em função de uma crença comum, concepção além dos laços físico (local) e afetivo, mas, também, unidos pelo sentimento espiritual em um sentido de comunidade, de *nós*.

A sociedade do Rincão dos Maia, na busca pela comunhão com o espiritual, desenvolveu sentimentos de aproximação, de coesão, contribuindo, significativamente, para a atual condição social e econômica das famílias da localidade. Elias e Scotson (2000) lembram que pouca atenção é dispensada aos diferenciais de coesão e integração, como uma faceta dos diferenciais de poder. Um estilo de vida comum e um conjunto de normas contribui para a coesão de uma sociedade, promovendo a coletividade (união solidária) por sentimentos comuns em relação à vida e às tradições comunitárias. No nosso entendimento, como a religião valoriza determinado estilo de vida e conjunto de normas, aos seguidores desperta certo sentimento de afirmação, aprovação e legitimação, diante de Deus e da sociedade. De alguma forma, funcionando como estímulo psicológico e desenvolvendo, ou devolvendo, a confiança (auto-estima) como ser humano de valor tanto para Deus como para a sociedade. Identificados com o mesmo estilo de vida e conjunto de normas, desperta o sentimento de irmandade, pertencentes a um mesmo grupo, devolvendo ou criando a capacidade de reivindicar o direito de se fazer ouvir. Nesse sentido, a religião tem papel relevante na coesão social, unindo as pessoas, cerrando fileiras e reivindicando seus direitos e respeito na relação com a sociedade externa. Na sociedade do Rincão dos Maia, observamos a participação da doutrina religiosa na autovalorização das pessoas, transformando personalidades descrentes, inseguras e estigmatizadas, em personalidades confiantes e conhecedoras da importância enquanto agentes do processo de desenvolvimento social.

Segundo os entrevistados, em 1965, por iniciativa das pessoas da própria localidade, a sociedade do Rincão dos Maia teve acesso à escola.⁴⁶⁹ Pelas dificuldades de acesso ao ensino primário, parte da sociedade local é de analfabetos, concentradas nas faixas-etárias mais elevadas, as gerações mais modernas puderam frequentar a escola na localidade. Atualmente a Escola Municipal 20 de Setembro, do Rincão dos Maia, oferece o ensino de 1º grau completo, merenda escolar, transporte gratuito, e assistência médica e odontológica.

Segundo representantes da escola, as transformações promovidas pelo ensino na sociedade são significativas. Os alunos, crianças, constituem importante meio de difusão de conhecimento, assumindo o papel de educadores no seio da família, mudando, principalmente, hábitos de higiene. Uma das representantes da escola relata: “Nós percebemos que para dar melhores condições de higiene para os alunos e a família é através dos alunos, dar ensinamentos para que eles levem para casa e assim mudar os hábitos da família. (...) Transmitir para os alunos para eles levarem para casa.”⁴⁷⁰ Além disso, a escola promove o intercâmbio de alunos do meio rural com os da cidade, através de eventos recreativos (culturais e esportivos) dentro e fora do município,

⁴⁶⁹ A localidade contou com três pequenas escolas que ofereciam da 1º a 4º série, na mesma sala de aula. Posteriormente foram substituídas pela *escola pólo* Escola 20 de Setembro.

⁴⁷⁰ Entrevistou-se na escola a Diretora, a Coordenadora Pedagógica e a Secretária.

apresentando outras formas de sociedade, contribuindo para a troca de experiências e, de certa forma, despertando o senso crítico.

Para Thompson (1998), a cultura (educação) pode determinar a capacidade de uma comunidade organizar-se para reivindicar benefícios que propiciem melhor qualidade de vida. A educação (conhecimento) não só amplia como multiplica os desejos da sociedade, tornando-a insatisfeita e questionadora. A sociedade que adquire com o aprendizado da leitura, da escrita e da aritmética a capacidade de questionar, transforma-se em uma sociedade com grande potencial e facilidade para organizar ações coletivas em favor dos seus interesses.

Nos últimos anos, as educadoras observaram a aproximação dos pais com a escola, demonstrando que o ensino está adquirindo valorização entre as famílias da localidade, com a maior frequência nas reuniões de avaliação e na colaboração na organização e realização de eventos sociais em que há integração entre escola e sociedade local. Essa mudança de comportamento foi observada a partir do momento que os alunos começaram a levar para casa soluções para o dia-a-dia da família, como, por exemplo, a produção de hortaliças ou de novas técnicas de cultivo.⁴⁷¹

Até poucos anos atrás, os pais tinham outra concepção de ensino, valorizavam a transferência de experiência de vida, aquela estritamente suficiente para garantir o conhecimento necessário à reprodução social de âmbito familiar. O ensino escolar não desempenhava papel importante na forma de viver da sociedade, talvez por se caracterizar como algo compartimentado, isolado, sem relação direta e prática com o dia-a-dia das famílias. A escola participava de uma relação de disputa com os pais dos alunos, de um lado o conhecimento e de outro a mão-de-obra familiar necessária para suprir as necessidades imediatas. O ensino era visto pelos pais, de certa forma, como um investimento de *muito* longo prazo ou simplesmente perda de tempo, principalmente ao se tratar de agricultores familiares que não dispunham de condições adequadas para garantir a reprodução social do grupo familiar, a lógica reprodutiva desses talvez não vislumbasse mais de dois ou três anos como concepção de longo prazo, já que organizam suas atividades produtivas, geralmente, em ciclos anuais.

Segundo as representantes da Escola Municipal 20 de Setembro, os pais, quase que exclusivamente os homens, têm as seguintes formas de perceber a relação dos filhos com a educação escolar: “Se eu não precisei estudar para viver, os meus filhos também não precisam!”, e “Eu fiz filho para ficar comigo, para ajudar na agricultura, e não para vir para a escola!” De acordo com uma das representantes da escola: “A gente consegue ganhar os pais com a bolsa escola, senão eles não mandariam os filhos para a escola”,⁴⁷² nessa relação de troca, os pais repassam, à escola, a responsabilidade em suprir o material escolar e de cuidar da saúde dos alunos.

Apesar das transformações observadas na sociedade do Rincão dos Maia, muito do pensamento e da cultura do passado se faz presente na lógica dos agricultores, os filhos ainda são contabilizados, independente da idade, como mão-de-obra familiar, como no exemplo do senhor Raul, que tem oito filhos com idades entre nove meses e 12 anos: “Daqui a três, quatro anos eu teria condições de trabalhar, talvez, cinco ou seis vezes mais do que eu trabalho hoje.” Conta com os filhos para aumentar a capacidade

⁴⁷¹ Isso foi possível com a aproximação de técnicos agrícolas com a escola, colaborando na formação de uma horta para ser utilizada na merenda escolar. Exercício prático que ensinou novas técnicas de cultivo para os alunos. Essa relação foi incentivada no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL.

⁴⁷² A bolsa escola é de R\$ 15,00 por criança matriculada na escola, restringindo a um máximo de três beneficiários por família, representando uma renda mensal de R\$ 45,00, além do *vale gás*. Valores de novembro de 2003.

produtiva, mas esbarra na restrição de terra, podendo levá-los ao êxodo ou a comercialização da mão-de-obra disponível. A necessidade do uso intensivo da mão-de-obra familiar colabora com a evasão escolar nos períodos críticos como o período de poda e colheita do pêssego ou nos períodos de plantio e colheita do milho, feijão e fumo. Entretanto, encontramos pessoas que sentem falta da alfabetização, como, por exemplo, o senhor Nilton, em tom de arrependimento:

O estudo é bom! Tá certo, eu não aprendi, mas é coisa tão boa quem sabe lê, quem sabe. E pode ter uma boa oportunidade e arrumar um bom emprego, quem estuda, quem sabe lê bem, quem sabe escreve bem. Eu sinto falta do estudo, eu gostaria sabê lê. Se eu soubesse lê eu ia procura, pela minha própria sabedoria, fazer para mim.⁴⁷³

Além de expressar a importância da alfabetização, o agricultor demonstra sua angústia pela incapacidade de poder desenvolver-se como pessoa e agricultor. A angústia refere à falta de autonomia, no que diz respeito à aquisição de conhecimento pela leitura, não tem acesso a outras formas de aprendizado, condicionado apenas ao que vê e ouve. Apesar de a condição de vida ter melhorado significativamente nos últimos 20 anos, confirmado pelo senhor Nilton, o agricultor demonstra certa insatisfação com sua condição, resignado à restrição à capacidade de mudança. Aspecto observado também com outras pessoas (semi) analfabetas, o auto-reconhecimento da incapacidade e, conseqüentemente, a submissão, a humildade excessiva, e a restrita participação nas questões reivindicatórias.⁴⁷⁴

A união da sociedade, independente das características particulares das lideranças, para a instalação de uma unidade de ensino primário (1º a 4º série) em 1965 foi um dos primeiros passos para o desenvolvimento da localidade. No início, com o *simples* papel de alfabetizar, mas, com as adaptações e mudanças no decorrer dos anos, capacitou a sociedade para o desenvolvimento.⁴⁷⁵

A educação formal, como destaca Thompson (1998, p. 18), “motor da aceleração (e do distanciamento) cultural”. Independente dos aspectos positivos ou negativos da educação formal no modo de vida da sociedade (principalmente nas heranças culturais), como insinua Thompson, a alfabetização das pessoas do Rincão dos Maia contribuiu no processo de desenvolvimento, quando olha-se para questões sociais e econômicas, condição preexistente que cooperou para os resultados do Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL, e por esta maximizado. Iniciativas da própria comunidade que muitas vezes passam despercebidas ou, por *estratégias* de outrem, menosprezadas.

O processo de desenvolvimento da sociedade do Rincão dos Maia também compreende elementos externos à localidade, mas que estão em relação, num sistema de trocas de informação e conhecimento, resultando em transformações sociais relevantes, quando se percebe a realidade numa condição dinâmica – forças que produzem ou modificam seus movimentos. Nessa relação com o meio externo, destaca-se alguns elementos referentes à localização e à *interferência*, na forma de vida, das relações com a vizinhança.

Como mencionado anteriormente, a localidade do Rincão dos Maia está encravada no meio de localidades de descendentes de imigrantes alemães e, em menor proporção, de italianos. No início, as relações sociais eram restritas, as pessoas do Rincão dos Maia eram menos comunicativas pela própria condição social, estigmatizadas etnicamente e segregadas pelo modo de vida precário. O contato externo era especificamente comercial, transportavam para Canguçu e Pelotas carvão e lenha,

⁴⁷³ Agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁷⁴ Ver Thompson (1998).

⁴⁷⁵ Ver Sen (2000).

ou trabalhavam no corte do arroz nas granjas do extremo sul do Rio Grande do Sul. Esses contatos eram rápidos e superficiais e, por serem distintas ao contexto de *pequenos agricultores*, não representavam algum modelo que pudesse ser aplicado no Rincão dos Maia.⁴⁷⁶ Com os anos, principalmente década de 1970, Pelotas desenvolveu o pólo industrial de doces e conservas, incentivando regiões de pequenos produtores a cultivar o pessegueiro. Algumas dessas regiões localizavam-se na divisa com o município de Canguçu, próximas a Rincão dos Maia. As famílias do Rincão dos Maia tinham como uma das formas de garantir a sobrevivência o trabalho externo à propriedade. Com o desenvolvimento dos pomares de pêssago na vizinhança, muitas pessoas foram trabalhar de empregados nesses pomares ou na indústria de doces e conservas. Nesse momento começaram a ter contato com uma realidade parecida com a deles, mas de diferente dinamismo – o modelo que poderia servir de inspiração. Com os anos, os trabalhadores rurais foram adquirindo conhecimento sobre as técnicas de cultivo do pessegueiro e equipando as propriedades para, posteriormente, iniciarem o cultivo do fruto, como lembra o senhor Nuno, aposentado e agricultor: “De primeiro nós só trabalhava, depois nós só vendia o pêssago.” Conforme relatado no decorrer deste capítulo, os agricultores iniciaram aos poucos no cultivo do pessegueiro, inicialmente empregados nas *chácaras de pêssago* ou na indústria de doces e conservas, posteriormente como fornecedores de matéria-prima. Nesse processo, a percepção e construção de novas redes sociais capacitou parte da sociedade do Rincão dos Maia de forma a transformar sua dinâmica de vida.

O trabalho tanto na indústria como nas propriedades rurais contribuiu para a aproximação com outras formas de vida, desenvolvendo a autocrítica e estimulando o processo de transformação. Acompanhando de perto o argumento de Elias (1994,1999), podemos refletir sobre o processo de desenvolvimento da sociedade do Rincão dos Maia. Inicialmente observa-se que esta sociedade consiste de pessoas e dos seus antepassados (heranças genéticas e culturais),⁴⁷⁷ refletindo sobre seres humanos interdependentes, unidos uns aos outros das mais diversas maneiras em complexas redes de hierarquia e diferenciação de poderes. Essas relações entre pessoas são importantes para a composição do indivíduo, desenvolvendo um tipo específico de sagacidade e controle de instintos. Grosso modo, desenvolve uma característica própria para lidar com a realidade, característica que está em constante processo de formação, moldando-se a cada nova informação. Nesse sentido, a personalidade do indivíduo depende, em boa parte, da natureza das relações entre ele e as outras pessoas. Na visão de Elias (1994, p. 28), o destino do indivíduo, “(...) como quer que venha a se revelar em seus pormenores, é, grosso modo, específico de cada sociedade.” Retomando o caso em estudo, as relações provenientes da aproximação das pessoas do Rincão dos Maia com as de outras localidades contribuíram para a formação de noções antes inexistentes ou na confirmação das anteriores.⁴⁷⁸ O contato com outros grupos sociais estimula a

⁴⁷⁶ Elias e Scotson (2000), numa configuração de estabelecidos e “outsiders”, referem-se à relação quase que estritamente comercial. O contato entre indivíduos de grupos superiores e inferiores não podia ir além de uma relação comercial ou de trabalho, a aproximação por afetividade estava sujeita a sanções por parte do grupo estabelecido. No nosso entendimento, o contato (sentido reflexivo) contém uma reação mútua de identificação e diferenciação (ação de identidade e ação de diferença) e de reconhecimento dos diferenciais de poderes presentes no *contato*.

⁴⁷⁷ Elias (1994, p. 27-28) destaca que a constituição que indivíduo “(...) traz consigo ao mundo, e particularmente a constituição de suas funções psíquicas, é maleável. (...) dá margem a uma grande profusão de individualidades possíveis.”

⁴⁷⁸ Elias (1994, p. 29) denomina esse processo de *imagem reticular*. Conforme sua explicação, esse processo dá-se pelo “(...) fato de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação

autocrítica, produzindo novas concepções de si e dos outros. A aproximação vivenciada pelas pessoas do Rincão dos Maia proporcionou uma nova visão, de alguma forma, um *novo projeto de vida* (uma adaptação ao modo de vida existente) inspirado nas relações com os descendentes de imigrantes alemães e italianos. Se tivermos em mente a noção de poder de Elias, nas relações entre os empregados do Rincão dos Maia e os empregadores das outras localidades ou da indústria de doces e conservas, os que mais absorveram informação foram os primeiros. Atribuía-se mais importância do que tinham para os outros. Para as pessoas do Rincão dos Maia, os empregadores representavam, de alguma forma, um exemplo, enquanto que as pessoas do Rincão dos Maia eram consideradas pessoas inferiores pela própria relação de trabalho como pela condição de seres humanos estigmatizados. Se considerássemos essa relação numa condição de pleno emprego, talvez as atribuições de importância seriam próximas, caso pudéssemos quantificar esse dado subjetivo. Para esse *novo projeto de vida* seria necessário promover ações que corroborassem para o resultado do imaginário coletivo (uma nova concepção de sociedade, de vida em comum), em parte auxiliando no processo de transformação da sociedade local. Talvez as iniciativas da sociedade local, de estabelecer uma unidade da igreja católica e uma unidade de ensino primário, estavam respaldadas pelo projeto inspirado nas relações com as sociedades externas. Alguns depoimentos referiam ao sentimento de *falta* que a sociedade local externava, falta, principalmente, de uma doutrina religiosa. A religião tanto nos descendentes de imigrantes alemães (protestantes) como nos descendentes de imigrantes italianos (católicos) assume papel importante no modo de vida.

Podemos inferir que a dinâmica psicossocial presente no Rincão dos Maia favoreceu o processo de transformação que a sociedade local está vivenciando. Nas décadas de 1960 e 1970, período que se começou a observar iniciativas de transformação através do ensino religioso e educacional formal, as forças ou os meios que a sociedade do Rincão dos Maia dispunha tornaram restritos os campos de possibilidade de ação interativa, repercutindo em mudanças pouco significantes ou lentas. Com o Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL, as transformações foram aceleradas e perceptíveis, destacando os resultados alcançados em poucos anos. Os méritos, a nosso ver, não devem ser creditados na sua totalidade ao Programa de Desenvolvimento de Comunidade, mas também às dinâmicas internas da sociedade do Rincão dos Maia. A SUDESUL provavelmente no seu estudo preliminar identificou as localidades mais carentes do interior do município de Canguçu, mas também observou aquelas com potencial de integração aos seus próprios objetivos e metas, de certa forma, privilegiando sociedades que demonstravam iniciativa e disposição para um processo de transformação.

Concentramos nossa atenção nas questões referentes ao desenvolvimento econômico, destacando alguns aspectos relativos à atividade produtiva que, na opinião dos entrevistados, contribuiu para os resultados até o momento.

O estudo que antecedeu o Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL descreve a situação da sociedade do Rincão dos Maia destacando alguns aspectos da atividade produtiva desenvolvida na localidade. Os principais produtos agrícolas eram o feijão e o milho, seguidos por outros produtos como o pêssego e a soja, entre outros de menor expressão.⁴⁷⁹ Com base nos depoimentos e no estudo realizado pela Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), a década de 1970 foi um período quando a agricultura do Rincão dos Maia passou por um processo de *agregação* de

mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras, que caracteriza o fenômeno reticular em geral”.

⁴⁷⁹ MINTER/SUDESUL (1981).

novos produtos agrícolas, num processo naturalmente lento, apropriação de conhecimento e trocas de informação decorrente da intensificação das relações com outros grupos sociais, como mencionado anteriormente. O pêssego, produto já cultivado pelos vizinhos de Pelotas, começou a ser incorporado ao sistema produtivo dos agricultores do Rincão dos Maia, principalmente daqueles que trabalhavam nos pomares de pessegueiros ou na indústria de doces e conservas da região. A dinamização do cultivo de pêssegos na localidade também foi favorecida pelo incentivo da indústria de doces e conservas da região que estava em expansão, demandando maior quantidade de matéria-prima (principalmente pêssegos, ervilhas, tomates, morangos e aspargos). Como já existia uma *cultura* do pêssego, apesar de incipiente, com alguns saberes e práticas já incorporados na cultura local, a indústria de doces e conservas, em certo sentido, já identificava os agricultores como possíveis *cultivadores* de pêssegos, o que pode, também, explicar o incentivo do setor industrial da região no Rincão dos Maia.

Um dos problemas que restringia as possibilidades de desenvolvimento e a integração à dinâmica econômica regional da sociedade local do Rincão dos Maia era a qualidade das terras – baixa fertilidade (solo esgotado) e relevo acidentado. Como mencionado anteriormente, os agricultores estavam angustiados com a sucessiva diminuição na produtividade das lavouras de milho e feijão. Na década de 1970, a indústria de doces e conservas incentivou o cultivo de alguns produtos, de seu interesse, com o financiamento de insumos e assistência técnica. Como estava em fase inicial a relação dos produtores do Rincão dos Maia com a indústria de doces e conservas, poucos eram contemplados com a visita de técnicos agrícolas, limitando os canais de propagação da informação (grosseiramente, socializar o conhecimento técnico).

Nesse momento, a sociedade do Rincão dos Maia, pelo menos boa parte, tinha consciência do valor do conhecimento para o desenvolvimento da localidade, demonstrada pela busca das próprias pessoas pela educação formal e religiosa. Com o diagnóstico da localidade, o Programa de Desenvolvimento de Comunidade concentrou atenção na recuperação dos solos (curva de nível, terraço, cobertura verde, etc.)⁴⁸⁰ e na disseminação de novos conhecimentos técnicos, colocando à disposição da sociedade local um técnico agrícola para atendimento exclusivo na localidade. Até aquele momento a técnica de plantio era rudimentar, passada de pai para filho, tecnologia de cultivo diferente da introduzida pelo técnico agrícola. O senhor Belarmino relata:

Lembro que naquela época, que a gente tinha uma visão de técnico, que aquele que não plantava daquela forma não era bem visto pelos técnicos, mas na comunidade ele era uma pessoa respeitada porque tinha uma tradição de plantio, mas só que o resultado do plantio tradicional era muito fraco, muito pouca produção.⁴⁸¹

O senhor Olímpio caracteriza a personalidade do agricultor típico de Canguçu:

Canguçu é um município de pequenas propriedades em que: ‘eu aprendi do meu pai a fazer assim e não gosto que outra pessoa, embora fazendo certo, venha fazer que eu mude de idéia, porque eu quero fazer aquilo que eu aprendi a fazer.’ Então aqui em Canguçu nós temos resistência a conselhos, embora que esses conselhos sejam úteis para nós, mas nós sempre achamos que ‘isso pra mim não me serve’. Eu aprendi a fazer assim e vou fazer dessa forma. (...) o pessoal acha que é auto-suficiente, que sabe demais. Esse eu reputo como um dos maiores defeitos para o desenvolvimento do município. Nós aqui de Canguçu temos como característica própria resistir a tudo que é inovação, nós logo reagimos contra a tudo que é

⁴⁸⁰ Segundo os técnicos, os agricultores do Rincão dos Maia não diferenciam curva de nível e terraço, identificam essas duas técnicas como curva de nível. Nas conversas, não observamos a utilização da palavra *terraço*, somente *curva de nível*.

⁴⁸¹ Extensionista rural interiorizado na localidade do Rincão dos Maia no período do Programa de Desenvolvimento de Comunidade – SUDESUL.

inovação. Enfim, quando há uma mudança nós reagimos contra ela. Mudança é sinal de reação nossa.⁴⁸²

A reflexão de Thompson (1998, p. 19) referente à resistência a inovações identificada na plebe, para usarmos o vocábulo do autor, caracteriza um paradoxo: “(...) uma cultura tradicional que é, ao mesmo tempo, rebelde.” Para o autor, a cultura conservadora das classes inferiores, na maioria das vezes, resiste, em nome do costume, às racionalidades e inovações da economia imposta pelo poder público, pelos comerciantes e empregadores. Como destaca o autor, a inovação não é um processo tecnológico/social neutro e sem normas, representa, sim, uma inovação do processo capitalista, experimentado, quase sempre, pela plebe como uma exploração, “(...) a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer.” Referindo-nos aos dois depoimentos, o respeito pela tradição, como lembra o senhor Belarmino, e a resistência à inovação ou à mudança, destacada pelo senhor Olímpio, são formas de valorizar e defender os costumes, e, de alguma forma, caracterizar a cultura popular como rebelde às inovações, que poderia esconder a resistência sócio-histórica ao domínio e poder dos outros, do poder público do estancieiro, dos comerciantes, dos empregadores e da agroindústria.⁴⁸³

A função do técnico interiorizado era disseminar, entre os agricultores da localidade, novas formas de trabalhar a terra e de cultivar as lavouras. Foram utilizados, além da assistência individual, o trabalho em conjunto com a Escola 20 de Setembro (orientação aos alunos sobre horta e sua importância para a saúde e para a economia doméstica), o concurso de lavoura e as visitas a localidades consideradas exemplo de desenvolvimento. O concurso de lavoura (Concurso de Produtividade do Milho) era uma das formas para estimular os agricultores a empregar novas técnicas de cultivo e a aumentar a produtividade. Inicialmente o técnico agrícola aplicava as técnicas de preparo da terra e de cultivo numa lavoura demonstrativa, para, posteriormente, os agricultores empregarem nas suas lavouras, esse procedimento também foi empregado na escola, com o concurso da melhor hortaliza – metodologia de demonstração da assistência técnica, sob o princípio de *difusão tecnológica*. Esse modelo de trabalho foi contestado pela igreja católica local, que alegava que o estímulo à competição não era uma forma saudável de promover o conhecimento de novas técnicas, e o emprego das mesmas poderia levar a um ambiente social pouco fraterno. Para os agricultores do Rincão dos Maia esse modelo de repassar conhecimento era importante, estimulava o aperfeiçoamento técnico como a troca de experiências (informação), como lembra o senhor Daniel (54 anos):

Eram lavouras de milho, feijão. Então se fazia a lavoura, eles forneciam toda a assistência técnica para nós, nós media a lavoura, plantava a quantia de distância do milho [distância entre cada pé de milho], fazia toda a correção do solo. Fazia uma placa grande perto da lavoura, para o pessoal ver. Foi a EMATER que incentivava essas lavouras. Nós fazia umas lavouras bonita, nós fazia para ver quem colhia mais, e aí era visitada e nós visitava as outras também. E vinha mais gente visitar. E aí no final era colhido e feito a média para ver qual é a lavoura que mais produziu, aí tinha o prêmio de primeiro, segundo e terceiro lugar. Isso era feito para nós produzir melhor, até para incentivo isso é muito importante. Depois foi meio desativado, foi desativado a SUDESUL.⁴⁸⁴

⁴⁸² Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canguçu. Na nossa percepção, a expressão “isso pra mim não serve” pode refletir o que faz as coisas dentro de seu campo de possibilidades, que os outros não o compreendem, ou que não é igual aos dos outros. Com relação à resistência, ela pode estar relacionada ao outro como ameaça ou vista com desconfiança.

⁴⁸³ Thompson (1998) postula que as inovações são mais evidentes nas camadas superiores da sociedade. Observamos na sociedade do Rincão dos Maia que as famílias, aparentemente, em melhores condições de vida eram menos avessas à inovação, estavam dispostas a incorporar novas práticas à atividade produtiva.

⁴⁸⁴ Agricultor no Rincão dos Maia.

Tanto nos relatos dos extensionistas rurais como nas conversas com os agricultores, observamos que as inovações tecnológicas introduzidas na década de 1980 foram modificadas, alguns agricultores foram aperfeiçoando, com o auxílio da assistência técnica, as formas de cultivo, outros introduziram, por iniciativa própria, novas práticas, e há também aqueles que retornaram às velhas práticas herdadas dos antepassados. Não há uma homogeneização do conhecimento técnico dos cultivos, mas isso é constatado, de certa forma, nos cultivos não comerciais, como milho e feijão. Há uma distinção entre o que é produzido para autoconsumo e o que é destinado exclusivamente ao mercado. O conhecimento técnico nos cultivos de pêssego e fumo, atividades produtivas estritamente comerciais, é *distribuído*, relativamente, de forma igualitária entre os agricultores, ou pelo menos é o que parece. Nessas exigências tanto do mercado (competitivo) como da indústria funcionam como mecanismos de pressão, tanto que estas impõem procedimentos técnicos à atividade produtiva, selecionando os agricultores que acatam as recomendações (principalmente no cultivo de fumo, que é integrado com a indústria de tabacos).

Observamos que, na concepção da lógica dos agricultores (referimo-nos à forma de raciocinar) sobre a reprodução social, há, inicialmente, duas maneiras de perceber o ambiente produtivo (instrumentos ou fatores que estão em jogo). Uma segmentada (setorial) e outra na totalidade (única). A primeira distingue, por exemplo, a atividade produtiva para autoconsumo familiar da atividade produtiva para comercialização, diferenciando o comportamento quanto à tradição (ou estagnação tecnológica) e à inovação (ou acompanhamento tecnológico), respectivamente. Talvez uma forma de contentar as cobranças instintivas de reprodução cultural (consideração e respeito pelas formas de reprodução responsáveis pela perpetuação do grupo familiar)⁴⁸⁵ e de competitividade (acompanhar o processo, inovar, destacar), ambas sensíveis a críticas da sociedade local.⁴⁸⁶ Aqui também observamos uma distinção sobre a qualidade do produto para o consumo da própria família e para o consumo de outros, os cuidados sobre a *pureza* (alimentos livres de agrotóxicos, saudáveis).⁴⁸⁷ A competitividade do mercado pode levar ao relaxamento dos princípios éticos, ou a submissão à lógica capitalista, abrindo mão, em parte, de ensinamentos cultivados, pelo menos aparentemente, pela sociedade. Exemplo nas palavras do senhor Joaquim (57 anos) ao relatar sobre sua horta: “A nossa produção é sadia, sem químico nenhum, sem veneno nenhum. O que se planta é sadio. Isso a gente nunca cuida pra negócio, sempre cuida para a casa.”

Na concepção da totalidade, o agricultor apreende seu ambiente produtivo como um sistema único, empregando, sem distinção, os novos conhecimentos técnicos. Assume a personalidade de *inovador*, sem esboçar reação à crítica dos seus pares, abre mão do respeito à tradição pelo “status” social alicerçado no desempenho econômico, identificado pela sociedade local como um *produtor*, um *agricultor dos (mais) forte*, ou um dos *graúdos*. Emprega os novos conhecimentos tanto nos cultivos para a subsistência da família como nos dedicados exclusivamente à comercialização, muitas vezes comprando no mercado local boa parte dos produtos para alimentação, esses que poderiam ser produzidos na propriedade. Isso poderia representar uma outra sociabilidade, com novas redes de relação social e econômica e novos lugares na hierarquia social, mediada por valores, relativamente, distintos.

⁴⁸⁵ Podemos inferir, também, num modo de cultivar e de se aproximar dos antepassados, demonstrando fidelidade aos ensinamentos passados por gerações.

⁴⁸⁶ Reportar ao trecho da fala do senhor Belarmino que destacamos acima.

⁴⁸⁷ Sugestiona discussão sobre ética na produção de alimentos, reportando ao cultivo orgânico.

Retomando as atitudes dos agricultores descritas alguns parágrafos acima, podemos destacar algumas formas de comportamento ou de personalidade, que estariam associados às posições nos campos de possibilidades em diferentes conjunturas. Observamos, rapidamente, três tipos de personalidades: 1) as que empregam os novos conhecimentos técnicos dentro das recomendações; 2) as que adaptam segundo seu ponto de vista; e 3) as que retornam às práticas tradicionais. A primeira caracteriza-se por atitudes de reconhecimento quanto à importância do aprimoramento do conhecimento técnico para o desenvolvimento da atividade agrícola, assume o risco em confiança nas inovações baseadas nas pesquisas e na própria experiência como experimentador. O senhor Quincas, agricultor do Rincão dos Maia, dedicado ao plantio do pêssego, sempre está buscando o aperfeiçoamento, com visitas a outras regiões produtoras onde aprende novas técnicas de cultivo, e destaca de forma entusiasta a importância do conhecimento: “Barbaridade! Para quem vive na terra, e quer produzir, não tem coisa melhor do que o cara fazer uma passagem (viagem) num lugar assim! (...) Tudo que o cara aprende na tecnologia é pouco!” O segundo demonstra resistência e certo grau de individualismo, assumindo risco pela incorporação de *inovações* baseadas na sua própria percepção, sem embasamento técnico-científico. Observamos relatos de agricultores que modificaram os procedimentos indicados para adequá-los à sua realidade, ou, também, rejeitavam o apoio técnico, mas copiavam, *alguma coisa*, dos vizinhos que aplicavam *corretamente* os ensinamentos técnicos. De certa forma, a concepção de tecnologia própria (diferente dos demais) pode levar, em parte, ao isolamento social, não se identificando com os principais grupos de produtores (inovadores ou tradicionais). O senhor Joaquim (57 anos) é um exemplo desses:

Os técnicos vieram várias vezes aqui, mas é muito acidentada e fica difícil fazer alguma coisa. Aprendi muitas técnicas, apliquei umas duas ou três vezes, mas depois achei que não devia. Acho que a técnica maior é a gente mesmo aprenda a trabalhar com a terra, vive na terra, porque a terra é a nossa primeira mãe!

Sobre este tipo de comportamento o senhor Hugo (61 anos) faz uma crítica:

Tem gente dentro do Rincão dos Maia, ainda, que não concorda com os técnicos. Ele quer ser arbitrário do trabalho dele, acho que é egoísta porque ele acha que só ele sabe, que só ele é importante, ninguém sabe nada, ele não quer ouvir o conselho de ninguém. A gente fala para fazer curva de nível na lavoura, ele diz: pra que fazer valo no meio da lavoura. Eu digo: curva de nível não é valo, a curva de nível tem norma. ‘Tu já parô pra pensar que tu tá isolando a tua terra?’; o cara ficava quieto, não me dava resposta, tava tocando na ferida dele. ‘Mas como é que eu faço’. Eu respondia: ‘Tchê, tu não acredita em técnico!’. Ainda tem agricultor cabeçudo, teimoso, não é dizê que ele não acredite, ele tá vendo hoje que tá errado, mas ele não quer dar o braço a torcer. Ele quer fica empacado!⁴⁸⁸

Por fim há os produtores que retomam, paulatinamente, as práticas tradicionais de cultivo, abandonando sucessivamente as inovações incorporadas através do acompanhamento técnico, de alguma forma resignados, saudosos e avessos a transformações significativas de aspectos culturais e ao risco. Nas palavras do senhor Daniel (54 anos), encontramos indicativos desse comportamento: “Eu me criei com pessegueiro, a gente fica achando difícil trocar de cultura depois que a gente tá acostumado com um tipo de cultura. A gente fica achando tão difícil!”⁴⁸⁹ Tanto no caso deste agricultor como de outros com idade acima dos 50 anos, ou com os filhos em

⁴⁸⁸ Antigo morador e agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁸⁹ Parece-nos dizer algo como: “minha cultura, meus hábitos *sociais e produtivos*, meus valores sociais, a estrutura e lógica cultural das diversas atividades familiares e as possibilidades já experimentadas de minha existência social impedem-me de trocar o pessegueiro pelo fumo.”

idade de assumir a parceria na administração da propriedade, as atitudes inovadoras ou que representam maior risco são tomadas pelos filhos, os pais resistem à mudança.

Retomando a questão do desenvolvimento econômico da sociedade do Rincão dos Maia, com a melhoria da qualidade do solo,⁴⁹⁰ o incentivo a culturas perenes (pêssego) e o estreitamento das relações comerciais e sociais com os participantes da cadeia produtiva do pêssego, o desenvolvimento dos pomares na localidade foi rapidamente observado. Os agricultores *encontraram* um produto que se adequava às condições topográficas da localidade e que oferecia alguns benefícios como mercado, preço, financiamento e assistência técnica. A grande maioria dos entrevistados destaca a importância do pêssego para o desenvolvimento econômico da sociedade do Rincão dos Maia. Entretanto, com os anos, o contexto econômico passou por alterações,⁴⁹¹ como, por exemplo, a competitividade dos produtos importados dos países vizinhos e de outros continentes, como o pêssego da Grécia, repercutindo em mudanças nas condições e restrição do campo de possibilidades locais. As transformações de mercado que trouxeram consequências, exigências na qualidade e o acirramento da concorrência com a entrada de produtores comerciais de maior porte (empresários e profissionais liberais) deixaram o produtor de pêssegos do Rincão dos Maia em situação desagradável. Uma das principais queixas dos agricultores diz respeito ao critério de seleção do produto que a indústria de doces e conservas vem praticando, descarta percentuais elevados da produção entregue pelo agricultor (descarta no sentido de não pagar pelo produto, mas aproveita-o no processo de industrialização). Consequência da mudança no padrão competitivo do setor de doces e conservas, restringindo o número de compradores do fruto. Ainda, a partir da década de 1980, os produtores começaram a enfrentar problema com uma doença que ataca o pessegueiro levando-o a morte, popularmente denominada de *podridão*, e com o êxodo, principalmente dos filhos, restringindo a disponibilidade de mão-de-obra familiar.

Para enfrentar esses problemas, principalmente os decorrentes da concorrência, os agricultores do Rincão dos Maia estão articulando a união dos produtores de pêssego para comercializar a produção em maior escala, para competir em melhores condições com os produtores comerciais. Também estão procurando melhorar a qualidade e a produtividade do pêssego, integrando-se a associações de produtores e aproximando-se de entidades de pesquisa como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA e universidades da região. A aproximação com entidades afins possibilitou novas experiências como, por exemplo, uma visita a produtores de pêssegos da Argentina e do Chile, oportunizando conhecimento de novos modos de produção, novas tecnologias e trocas de experiências.

Refletindo sobre o processo de desenvolvimento da sociedade do Rincão dos Maia, observa-se que, em aproximadamente 30 anos, as transformações, nas diversas áreas do viver, foram significativas.⁴⁹² Passaram de grupos familiares isolados e estigmatizados para uma sociedade (ou comunidade) integrada tanto no âmbito interno como no externo. As mudanças de comportamento foram percebidas tanto pela sociedade externa como interna, este processo de reconhecimento da capacidade de transformação tem impacto positivo na mentalidade da sociedade local, afirmando a

⁴⁹⁰ Alguns entrevistados destacam a melhoria da fertilidade do solo como um dos fatores responsáveis pela valorização das terras do Rincão dos Maia em comparação com as de outras localidades do município.

⁴⁹¹ Conforme destacamos no segundo capítulo.

⁴⁹² Salientamos que nos relatos de pessoas externas à localidade do Rincão dos Maia, as mudanças já podiam ser percebidas no final da década de 1980.

auto-estima e confirmando condições de promover o próprio desenvolvimento. Retornaremos a esta discussão na próxima seção.

Em junho de 2002 ao percorrermos diversas localidades do município de Canguçu encontramos um cenário, inicialmente visto, desolador no Rincão dos Maia: pomares inteiros de pessegueiros arrancados, árvores tombadas e com as raízes expostas. Cogitamos em renovação do pomar, mas adiante soubemos que estavam em pleno processo de mudança de cultivo, substituindo os pessegueiros pelas lavouras de fumo. As dificuldades que relatadas atrás sobre a produção de pêssegos e os incentivos da indústria de tabacos contribuíram para este processo de substituição de cultivo. Podemos inferir que esse processo de substituição de cultivo não é, de todo, algo *negativo* (dado o combate ao tabagismo), já que permitiu a ampliação de novos elos e possibilidades sociais e econômicas. O senhor Paulo (63 anos) relata os motivos da mudança de cultivo:

De dois anos para cá inventemo de plantar fumo! O cara sempre tem que procurar se melhorar um pouco né? Aí mesmo onde eu tenho fumo, eu tava cheio de chácara [pessegueiros]. Arranquei as chácara para plantar fumo. Pêssego é uma coisa que não dá mais, pelo seguinte: os fabricante começaram a explorar o agricultor. Se o senhor manda 50 caixas de pêssego, quando o senhor vai receber o vale, o senhor vai recebe o vale de 20 caixas que o resto eles descontô a troco de que a gente não sabe. Não é só uma fábrica, é geral, todas elas são assim. Então vale a pena o senhor apanhá 50 caixa de pêssego e aí lhe sobra 20 caixa? Aí vai que o cara vai perdendo a emoção de cuidar esse tipo de planta. Aí começaram a entrar no fumo e aí entremo no fumo também!⁴⁹³

O apelo da indústria de tabacos garantindo a compra da produção, *segurando* perdas na lavoura, financiando investimentos (em até cinco anos sem juros) e fornecendo assistência técnica, parece ter sido decisivo para a mudança do sistema produtivo (de pêssego para o fumo). A agricultura, por natureza, é uma atividade de risco, o agricultor está quase sempre vulnerável às condições climáticas e à comercialização do produto, foram nestes itens que a indústria de tabacos conquistou os produtores rurais familiares, a ponto de fazê-los refletir sobre os princípios éticos de suas vidas em argumentos pró-fumo e pró-alimentos. Na lógica dos agricultores familiares tradicionais, percebida nos depoimentos, há duas questões presentes na sua própria concepção como agente social (função): provedor da sua própria subsistência e produtor de alimentos. Ao discutirmos com os entrevistados sobre a atividade produtiva, observamos claramente que a lógica de reprodução privilegia em primeiro lugar a subsistência do grupo familiar, levando em conta a quantidade e a qualidade do produto destinado ao autoconsumo, seguida pela função de produzir alimentos para a sociedade. Valores éticos que aos poucos estão, relativamente,⁴⁹⁴ submergindo à dinâmica capitalista (integração ao mercado), como no depoimento do senhor Frederico (44 anos): “Se continuar com esse interesse das grandes indústrias, parece que Canguçu vai pará de produzi. Só vai produzi fumo!”⁴⁹⁵ No discurso deste agricultor, como em outros, há a idéia subjacente de que produzir (“vai pará de produzi”) está associada ao que se consome, o que alimenta o corpo e faz subsistir a vida – vocação nobre (agricultor).

⁴⁹³ Aposentado rural e agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁹⁴ Se analisarmos por outro lado, os princípios éticos não sofreram uma ruptura significativa, já que passou do *pêssego* com toxidez ao tóxico da droga *fumo*. Entretanto, estamos analisando do ponto de vista dos relatos, a comparação entre uma droga e um alimento para a *barriga*.

⁴⁹⁵ Também reproduzimos parte do discurso do senhor Bernardo (47 anos – representante local, funcionário público municipal e agricultor no Rincão dos Maia), o qual expõe semelhanças com o do senhor Frederico: “O fumo é o mal necessário, a gente sabe que é um mal, ninguém come, nem os próprios insetos se utilizam do fumo, mas o produtor tem que produzir porque tem essa garantia de venda e um preço razoável.”

Usar o dom de trabalhar a terra para produzir algo que não está relacionado diretamente com o *alimentar o corpo* (garantir a vida) representaria uma atitude menos nobre (inferior), associada à produção do fumo. De certa forma, contraria sua vocação nata ao apelo financeiro da indústria de tabacos, representando, grosso modo, infidelidade aos princípios que regem a lógica do agricultor.⁴⁹⁶ Deixam claro que essa opção não representa o caráter do agricultor, sua idoneidade, mas representa uma das poucas alternativas disponíveis para a melhoria das condições de vida (restrição dos campos de possibilidades). Reconhecendo a transgressão aos seus princípios éticos, justificam-na como temporária, como no caso do senhor Bernardo (47 anos):⁴⁹⁷

A gente tem conhecimento de outras regiões onde foi plantado o fumo, que hoje não estão plantando mais. Que o fumo é uma forma de alavancar a situação do produtor. É um período de transição! Depois dos cinco anos ele vai pensar se vai plantar fumo, só estou aproveitando esta oportunidade de poder arrumar alguma coisa na vida. Depois eu vou cuidar do meu milho, do meu feijão, do meu pêssego, daquelas coisas que eu posso produzir e também consumir dentro da minha propriedade.

E logo adiante complementa:

Agora se uma outra empresa de alimentos, no caso do feijão, do milho e da batata ou qualquer que seja um outro tipo de cultura, se tivesse alguém que desse esta confiança ao agricultor, enfim, certamente o produtor, hoje, não estaria produzindo o fumo. Estaria produzindo um produto que possa pegar da lavoura e consumir. Esta é a verdade!

Esse é o discurso comum entre os entrevistados que estão plantando fumo no Rincão dos Maia, ou daqueles que estão pensando em plantá-lo. Por essa fala, o desconforto pode ser percebido. Ele não estaria agindo de acordo com o seu *instinto* mais nobre, ou ainda, segundo a imagem que tem do agricultor. Garcia Jr. (1990), com o princípio da alternatividade, parece identificar essa imagem de agricultura. Produzir tanto para o consumo como para a venda, cultivando alimentos para si e para a sociedade. Entretanto, a substituição dos pomares de pessegueiros pelas lavouras de fumo não foi um processo tão *traumático* no contexto dos princípios que regem a racionalidade dos agricultores. O pêssego não é um produto que assume, estritamente, a condição de alternatividade; não compõe a dieta alimentar diária das famílias, pela sua característica de fruto e pela impossibilidade, nas condições disponíveis na localidade, de armazenamento por longo período. O senhor Daniel (54 anos), agricultor no Rincão dos Maia, destaca a característica de não alternatividade do pêssego: “(...) Então a gente começou a cuidar o pessegueiro, plantando sempre os outros tipos de cultura, sempre cuidando que não faltasse o abastecimento de casa porque o pêssego não é um produto de primeira necessidade na alimentação.”

A garantia de compra pela indústria de tabacos induz o agricultor a ampliar a área cultivada com fumo e, conseqüentemente, reduzir (ou findar) as lavouras de subsistência, fragilizando as condições de reprodução do grupo familiar.⁴⁹⁸ A progressiva ocupação das áreas cultiváveis pelas lavouras de fumo supõe-se uma certa

⁴⁹⁶ No desenrolar do trabalho reproduzimos um trecho da entrevista com o senhor Ivo, na qual identifica o fumo como uma “droga” e destaca “quem vai comer o fumo”, deixando subentendido que não é uma função nobre para o agricultor cultivar o fumo, mas admite a possibilidade de vir a plantar o fumo.

⁴⁹⁷ Representante local, funcionário público municipal e agricultor no Rincão dos Maia.

⁴⁹⁸ No caso de reintroduzir os pomares de pessegueiros, os custos serão elevados (aquisição de mudas), além do tempo necessário para as árvores alcançarem um nível de produção razoável. Outra questão diz respeito à redução drástica na produção para autoconsumo, comprometendo parte da remuneração para a compra de gêneros alimentícios, desembolsando, a princípio, maior volume de dinheiro do que tivesse produzido no próprio estabelecimento.

especialização na atividade,⁴⁹⁹ restringindo a capacidade da família em criar possíveis alternativas para enfrentar alguma crise que, porventura, atinja o setor de tabacos ou mudança de estratégia da indústria.⁵⁰⁰ Entretanto, segundo relatos de moradores, extensionistas rurais, representantes da indústria de tabacos, entre outros informantes, a expansão da produção de fumo na região está contribuindo para o regresso de famílias para o meio rural do município, para trabalhar diretamente no cultivo ou em atividades afins.⁵⁰¹

Analisando o processo de desenvolvimento da sociedade do Rincão dos Maia, verifica-se que as transformações materiais e as de valores culturais foram significativas. A integração ao ambiente mais amplo, além dos limites geográficos (da localidade) e do círculo de relações de parentesco e amizade locais, contribuiu para mudanças na percepção sobre a realidade nas suas mais variadas dimensões. A personalidade estruturada em princípios rígidos e restritos, característica de décadas passadas, foi, com os anos e com o alargamento das relações sociais, modificando-se e adquirindo forma maleável. Com raízes culturais no pastoreio (mormente nos grupos sociais *subalternos*) e, de certa forma, marginais à racionalidade capitalista (pouco valorizados), a sociedade do Rincão dos Maia metamorfoseou-se em um grupo social distinto da sua origem, aproximando-se às características dos vizinhos de ascendência alemã ou italiana, identificados regionalmente como colonos. A denominação *colono* aos poucos está sendo absorvida pela sociedade do Rincão dos Maia como forma de auto-reconhecer-se ou identificar-se, pelas características comuns do modo de vida, aos das localidades vizinhas. As pessoas do Rincão dos Maia, primeiramente, se identificam como *brasileiras*, mas observamos que algumas também usam a palavra *colono*, o mesmo acontecendo com a localidade, a qual, por vezes, denominam de *colônia*. Questão que relacionamos a uma forma de desvincular-se do estigma do passado (*gaúcho peão*). De certa forma, aparentando um processo recente de construção de identidade na identificação com o imaginário social de longo prazo sobre os *colonos*. As mudanças da sociedade do Rincão dos Maia, de modo geral, podem ser visualizadas nas diversas dimensões do viver, como, por exemplo, na transformação dos princípios, adquirindo, no caso dos produtores de fumo, a racionalidade mercantil e de mercado; trocas sociais mediadas pelo dinheiro (adequando-se às oportunidade ou exigências do mercado).

4.2.3 Espírito de comunidade, comportamento e desenvolvimento

Logo no começo isso aqui era morto! (...) Sem mexê com ele não avança. Por exemplo, o senhor pega um animal novinho, nunca mexe com ele, ele não mostra a habilidade que ele tem, não é? Mas se o senhor ensina ele, ele faz tudo, qualquer coisa. O que um material vivo faz sabendo ensinar, se deixar ele no campo ele só

⁴⁹⁹ Segundo informação do escritório municipal da EMATER, Canguçu passou, aproximadamente, de 3.000 ha ocupados com lavouras de fumo, em 2002, para mais de 7.000 ha, em 2003, demonstrando o rápido avanço deste cultivo.

⁵⁰⁰ Cabe lembrar que, nas décadas passadas, a intensificação dos conflitos sociais na África levou à saída de boa parte da indústria de tabacos daquele continente, transferindo-se para a América Latina, mas nos últimos anos esses conflitos reduziram-se, e a indústria de tabacos está começando a retornar. Como setor sensível a mudanças de conjuntura econômica e social, a indústria de tabacos prefere regiões que dispõem de baixo custo da mão-de-obra e boas condições para a produção.

⁵⁰¹ Sobre a volta de famílias ao meio rural, há informações que apontam para o crescente aumento da violência nas cidades (Pelotas, Rio Grande e região metropolitana de Porto Alegre) como um dos principais motivadores.

vai sabe comê capim. E assim, não comparando mal, nós cristão é a mesma coisa. Se começa a entrosá e a ensiná ele aprende tudo. Tudo!”⁵⁰²

O senhor Horácio, na sua simplicidade e meiguice, usa de exemplo para explicar o processo de desenvolvimento psicológico da sociedade do Rincão dos Maia, empregando o mesmo *modelo explicativo* que psicólogos e sociólogos utilizam para descrever o processo de aprendizagem na socialização do ser humano – a partir da criança, interdependente.⁵⁰³ A sociedade do Rincão dos Maia encontrava-se, segundo opinião do senhor Horácio e de outros entrevistados, em estado (quase) estacionário. A dificuldade de acesso à comunicação (estradas, etc.) representava, de alguma forma, restrição ao desenvolvimento da localidade, impedindo o contato com outros grupos sociais e a troca de informações que auxiliaria no avançar do crescimento intelectual. Schneider (1978, p. 3-4), recorrendo a Lindley (1954), lembra que a existência parasítica do homem (como nascituro) significa que sua introdução deve ser feita através das mãos de alguém, e, ressalta, que “(...) a necessidade básica não é o alimento, mas sim um agente através do qual o alimento pode ser obtido.” O autor está tratando da relação do recém nascido com o meio social, a incapacidade leva a depender de outros que estão em estágio de desenvolvimento mais avançado. Os determinantes hereditários da criança, com o processo de desenvolvimento, são envolvidos e modelados num “(...) processo formativo biossociogênico amplo, difuso, complexo, contínuo, variável e decisivo na caracterização pessoal de motivos, interesses, traços, atitudes, opiniões, aptidões, habilidades e conhecimentos.”⁵⁰⁴ Reportando às palavras do senhor Horácio, no entendimento popular, o desenvolvimento do ser humano depende de estímulos externos, a falta destes pode frear o processo, impedindo que avance muito além das necessidades instintivas de sobrevivência. O acesso à inter-relação social (trocas de informação: afeto, conhecimento, etc.),⁵⁰⁵ por intermédio das aberturas de sociabilidade, permite que a sociedade desenvolva-se, contribuindo para o melhor aproveitamento dos meios disponíveis. Consideramos *aberturas de sociabilidade* agentes ou instrumentos que sirvam, de alguma forma, como ponte (meio) de ligação (ou de aproximação) entre pessoas, tanto no interior da própria sociedade como nas relações com o externo.

A igreja católica foi um desses agentes ou instrumentos que proporcionou o maior entrosamento entre as pessoas da localidade e, mesmo, com a sociedade abrangente. Os ensinamentos católicos, nos primeiros anos de contato com a sociedade do Rincão dos Maia, estimularam mudanças de hábitos sociais, principalmente nas relações familiares. Conforme os relatos dos entrevistados, a igreja católica estimulava a *vivência de comunidade*, valorizando o comportamento altruísta, cooperativo, cordial, decente, ético, fraternal, solidário, de ajuda e incentivo, iniciando-se na família e irradiando-se para a sociedade local, desenvolvendo-se, em certa medida, sentimentos comunitários, cívicos, patrióticos e nacionais. Em Schneider (1978, p. 165) é possível encontrar indicações no mesmo sentido, o autor reflete sobre o desenvolvimento pró-social com base nos complexos sentimentos gregários familiares, tribais, socioeconômicos, regionais, étnicos e nacionais. Como postula o autor, “(...) do amor

⁵⁰² Horácio (74 anos), aposentado e agricultor no Rincão dos Maia.

⁵⁰³ Berger (1986), Elias (1999), Mendras (1975), e Schneider (1978).

⁵⁰⁴ Schneider (1978, p. 04).

⁵⁰⁵ As trocas de informação, no nosso entendimento, utilizam os cinco sentidos (tato, visão, audição, olfato e paladar) como meios de comunicação. Os sentidos estimulam reações, comportamentos, manifestações ou experiências, que ocorrem nas mais variadas situações e relações do indivíduo com o meio, a sociedade, o mundo e a cultura.

próprio ao amor ao próximo, aos familiares, conterrâneos” favorecendo a formação de sentimentos de coesão e inibindo ou superando outros de egoísmo e individualismo.⁵⁰⁶

A relação da igreja católica com a transformação no modo de vida das famílias do Rincão dos Maia pode ser observada nas palavras do padre Cláudio:

Para nós católicos, a fé nunca se desliga da vida. Isso o povo já tem consciência, que a fé deve repercutir na vida e essa vida celebrada na comunidade. Há muito tempo a formação bíblica é feita, então vai despertando, vai mostrando uma maneira nova de ser!⁵⁰⁷

No Novo Testamento, em Mateus (23: 36-40), observa-se a relação entre a fé e a vida dos cristãos, como, também, a referência de Schneider (1978) salientada anteriormente. Mateus relembra as palavras de Jesus quando se refere ao grande mandamento da lei: “Amarás o senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento”; em seguida destaca o segundo mandamento, semelhante ao primeiro: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo.” Poderíamos ter utilizado outras passagens bíblicas, mas nestes dois versículos observa-se tanto a íntima relação entre a fé e a vida dos cristãos (“de todo o teu pensamento”) como a valorização ao próximo. Os ensinamentos cristãos, como uma nova concepção de forma de vida para a sociedade do Rincão dos Maia, foram apresentados nas reuniões mensais e praticados, por parte das famílias, no convívio diário. Nas explanações, os entrevistados lembram do incentivo e estímulo do pároco à prática de sentimentos de afetividade ao próximo, como nos relatos dos senhores Quincas e Joaquim (57 anos), respectivamente: “(...) havia padres que foram influenciando mais a turma (...) então aquilo já foi uma mão na roda, porque foram ligando à religião, ficando mais humilde, participando mais em grupo;” “(...) descobrimos que a gente tinha que ter um outro modelo de vida, porque assim não ia dar. Aí a gente começou se ajudando uns aos outro, dando a mão uns aos outro, e a coisa foi melhorando.”⁵⁰⁸

Como relatamos no decorrer deste capítulo, a sociedade do Rincão dos Maia, há vinte ou trinta anos, caracterizava-se por famílias, segundo depoimentos, com formação ética-social distinta das demais, as regras de convívio social eram menos rígidas, o que possibilitava freqüentes conflitos entre as pessoas da própria localidade. Eram grupos familiares isolados e de frágeis laços de afetividade com as famílias vizinhas, afetividade que também era pouco expressa entre os próprios familiares. A matriz social, a família, do Rincão dos Maia não colaborava para o desenvolvimento de um modelo de convívio social que incentivasse a união e a integração das pessoas numa relação harmoniosa e prazerosa. Para explorar esta questão é produtivo o resgate do estudo de Schneider (1978, p. 108), que trata da psicologia social (comportamento social humano, processos psicológicos coletivos, psicologia dos povos, etc.). O autor salienta que: “A formação moral, pró-social, falha na subsocialização ético-social, na insuficiente ou ausente modelação afetiva dos pais ou seus substitutos, na criação dos seus filhos.” Para estudiosos do assunto, estes seriam alguns dos conjuntos de fatores relevantes na origem de problemas sociais que resultam em indivíduos alheios aos interesses sociais, coletivos, comunitários, mas que procuram o convívio social em função de interesses estritamente pessoais. A reversão deste quadro, tanto na percepção da sociedade local como na do Programa de Desenvolvimento de Comunidade da SUDESUL, como destacado anteriormente, decorria da introdução de um outro modelo de relacionamento interpessoal a ser aplicado e praticado, inicialmente, no interior do

⁵⁰⁶ Lembramos de Adam Smith e do liberalismo clássico em que o indivíduo teria um comportamento *pró-social* se agisse na busca de seus interesses *egoístas e individualistas*. Esse era o caminho, naquela narrativa, para atingir o *bem-estar*, a *melhoria de todos*, que viria como que regido por uma *mão invisível*.

⁵⁰⁷ Representante da igreja católica.

⁵⁰⁸ Agricultores no Rincão dos Maia.

grupo familiar, que, aos poucos, transporia os limites da relação intrafamiliar. A doutrina católica foi um dos alicerces desse processo de reestruturação do modelo de convívio social, em parte, optado pela conotação coercitiva dos princípios éticos e sociais, sem descartar a pressão psicológica da presença, igualmente coercitiva, do onipotente/onipresente. Conforme relata o padre Cláudio, salientando a participação da igreja católica, a transformação social da sociedade do Rincão dos Maia foi significativa e os resultados positivos:

Antigamente era um individualismo puro, era um descaso total! Dado ao despreparo da localidade, a falta de informação, a falta de cultura, então era comum brigas, esfaqueamentos, mortes, nessa localidade até uns 20 anos atrás. Hoje está superado! Tem se trabalhado muito na valorização da vida, compromisso fraterno, compromisso mútuo. (...) O que a gente pode destacar é a questão da organização deles, que a partir da comunidade nasceu neles esse compromisso social-religioso, social, e isso levou a um crescimento econômico e humano da localidade. (...) As famílias eram muito frias, era muito seco. Não tinha demonstração de afetividade entre marido e mulher, entre pai e filho. Era muito superficial, hoje percebe-se que eles se querem bem, que se gostam, têm carinho, têm afeto.

As transformações também foram observadas pelos extensionistas rurais, estes destacaram como fator positivo para o desenvolvimento da comunidade a mudança de comportamento dos jovens, principalmente pela atitude gregária e receptiva, diferenciando-se da característica, menos sociável, dos pais. Estes que foram objetos de atenção no processo de reestruturação do modelo de convívio objetivado pela igreja católica, e, de acordo com Schneider (1978), o núcleo responsável pela estrutura psicológica dos filhos.

Encaminhado o processo de reestruturação das relações afetivas na sociedade do Rincão dos Maia, outras ações foram favorecidas e estimuladas, a fim de estreitar e fortalecer os laços de amizade, confiança e solidariedade, objetivando melhor condição de vida. Dentre essas, a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Rincão dos Maia, instituição que agrega parte das famílias da localidade como associados, mas que tem a participação, em suas atividades sociais, de grande parte das famílias da localidade e também da vizinhança. A associação comunitária desempenha diversas funções com o objetivo de contribuir para o melhor desempenho das atividades produtivas, realizando convênios com a prefeitura e outras instituições para a compra de insumos e equipamentos, apresentando novas técnicas de produção com a participação de técnicos agrícolas, reunindo a sociedade local para discutir problemas comuns. Mas, talvez, a principal contribuição da associação comunitária é estimular a integração da sociedade local tanto internamente como com outras comunidades e associações, possibilitando a troca de experiências e o contínuo processo de crescimento social e econômico (ampliação das redes sociais e econômicas).

A localidade dispõe de um intenso calendário de atividades sociais, integrando a associação comunitária, a Escola 20 de Setembro e o posto de saúde. As atividades sociais envolvem a sociedade local que contribui, além da participação nos eventos propriamente ditos, na organização com a oferta de mão-de-obra e empréstimo de móveis e utensílios (mesas, cadeiras, louças, talheres, etc.), atividades que reúnem a comunidade entorno de um objetivo, aproximando e estreitando laços de amizade, confiança e solidariedade. A associação comunitária promove e participa de competições em diversas modalidades, as quais já renderam uma coleção de troféus, demonstrando a integração da sociedade na vida social do município.⁵⁰⁹ As festas, a realização de eventos esportivos, as premiações são motivo de orgulho para a sociedade

⁵⁰⁹ Competições de futebol (masculino e feminino), bocha, cartas, atletismo, etc.

do Rincão dos Maia. Observamos a importância e o valor sentimental que essas conquistas, de modo geral, têm para essas pessoas. De alguma forma simbolizam o reconhecimento da igualdade social, como seres humanos, que, em anos passados, eram desprezados pela sociedade externa, recompensa pelo esforço que desempenharam para transformar a realidade a que eram submetidos. Orgulho e satisfação podem ser observados nas palavras do senhor Frederico (44 anos), agricultor no Rincão dos Maia:

As festa ajudam a aproximar os vizinhos porque não é uma pessoa que faz festa. Aqui faz festa em tudo que é lugar, é salão de baile, é escolas, é centros comunitários, e quando um centro promove uma festa vem sete, oito, dez centros comunitários. Só pra ter uma idéia: na festa da comunidade religiosa chegou a ter setenta comunidades presentes. Já imaginou setenta comunidades presentes numa festa? Num domingo! (...) A gente gasta, mas recebe também. Isso é para ter integração!⁵¹⁰

As transformações são visíveis, a integração ao mercado modificou hábitos do passado, como, por exemplo, as visitas a vizinhos. As responsabilidades aumentaram, impondo às famílias um ritmo de trabalho mais intenso, restringindo os momentos de lazer junto aos amigos. Para os entrevistados, a intensificação das atividades sociais na localidade contribuiu para a aproximação e integração da sociedade local, as visitas que diminuíram em favor das obrigações produtivas foram compensadas pelos encontros festivos organizados pela associação comunitária, escola, igreja e posto de saúde, respondendo por uma maior frequência nos contatos entre as famílias. O ambiente dos encontros festivos é caracterizado pela alegria e otimismo, pois agrupa as pessoas com fins recreativos, contribuindo para relações agradáveis e descontraídas, e funcionando como mecanismo de recompensa e estímulo para a sociedade. Também, o espírito social das pessoas foi transformando-se com os anos e com a relação com outras realidades sociais e informações, estimulando a construção de personalidades mais sociáveis, reduzindo drasticamente, segundo relatos, os atritos que eram comuns no passado. “Hoje pode ir com a família que não tem problema. Se tu vai civilizado, civilizado tu volta! Sobre isso daí (as festas e as brigas), está muito civilizado!”⁵¹¹ Não descartamos a forte coerção desempenhada pela presença de visitantes externos (autoridades locais, lideranças, etc.), pelo dogma cristão, pela própria sociedade local e pelos seguranças contratados, estes últimos comuns nos eventos sociais pelo interior do município.

As pessoas do Rincão dos Maia passaram por um processo de transformação, este processo, no nosso entendimento, consistiu, grosso modo, na recuperação da defasagem de conhecimento. O isolamento, resultado de diversos fatores internos e externos, restringiu o desenvolvimento psicológico da sociedade local. O reflexo deste processo de incorporação de conhecimento pode ser observado no comportamento das pessoas, atitudes, hábitos, posicionamentos, que realçam as mudanças de mentalidade, forma de encarar os fatos, acontecimentos e desafios do dia-a-dia, mas, também, na forma de perceber a si mesmo como agente do processo. As características de personalidade, para o desenvolvimento social e econômico, são essenciais. Pessoas abertas que saibam ouvir e falar, respeitar a opinião dos pares, apresentar suas idéias e reconhecer as sugestões e as críticas podem representar aspectos que contribuam para o andamento do processo de forma harmoniosa ou, pelo menos, democrática. Aspectos da

⁵¹⁰ Observamos, também, a valorização das festas em que a sociedade local participa da organização, acontecimentos sociais que agregam as pessoas. Outra questão, já referida, é a mediação entre custo financeiro e retorno, realçando, um pouco, a presença da lógica capitalista nas relações sociais.

⁵¹¹ A percepção do senhor Frederico (44 anos), agricultor no Rincão dos Maia, sobre as festas na localidade. Outra questão que poderia ser explorada diz respeito à concepção de *civilizado*, palavra muito utilizada pelos entrevistados do Rincão dos Maia. Marcas (estigmatização) do passado.

personalidade, entre outros, são destacados pelo senhor Carlos quando questionamos sobre pobreza na localidade do Rincão dos Maia:

Hoje não dá mais pra dizer que Rincão dos Maia é uma localidade pobre, mas ainda há pobres na localidade, entorno de 15 a 20%. Não pobres de um tudo, mas de uma classe mais baixa. (...) É difícil te dizer, eu não sei se é pelo próprio jeito deles serem, ou de estudo que tiveram. Naquela época não tiveram um grau de estudo acentuado. Eu não diria que são analfabetos, mas próximos disso daí, essas pessoas que são mais atrasadas. (...) Eles são participativos, vão às festas, mas dentro da associação é que não. São meio recatados, no caso. Não são excluídos, são eles que não procuram. Outra coisa, a maioria desse pessoal que está mais atrasado é o pessoal que trabalha de empregado, porque a terra deles é pouca então planta aquele pouquinho e o restante do tempo trabalha de diarista.⁵¹²

No relato observamos algumas questões que estão ligadas à personalidade, à auto-imagem, que caracterizam um comportamento submisso, subjugado, incorrendo na autodesvalorização como incapaz (ou desprezível) de contribuir para o processo de desenvolvimento. O analfabetismo e a condição econômica influenciam na construção da própria imagem, tanto para si como para os outros – *jeito deles serem*; condicionando a integração ao convívio social em ocasiões informais, como nas festividades, em situações em que há possibilidade de serem exigidos como agentes colaboradores, recuam pelo receio de não corresponderem à expectativa dos demais. A posição social dentro da comunidade atua, de alguma forma, na psique das pessoas, a condição de produtor ou de trabalhador (peão, diarista) determina, em certa medida, o comportamento ativo ou passivo nas relações sociais. Nas conversas com as famílias, examinamos comportamentos distintos frente ao entrevistador, na atitude e na forma de expressar verbalmente, comportamento que, na nossa opinião, está relacionado com a condição econômica e com a integração na vida social da comunidade.⁵¹³ Os entrevistados que dispunham de melhores condições econômicas (produtores), na nossa percepção, sob o ponto de vista material, comportavam-se com segurança, naturalidade nos gestos, e otimismo, convidando para um diálogo de iguais e, em alguns casos, buscando uma aproximação maior. Do outro lado, os que apresentavam condições inferiores aos primeiros, demonstravam inicialmente desconforto ou insegurança, em alguns momentos expressavam receio, comportamento submisso, mas que, no desenrolar da entrevista, incorporavam sentimentos de rancor, insatisfação, uma amargura à situação em que se encontravam.⁵¹⁴ O senhor Carlos nos sinaliza essa distinção de personalidade que observamos no decorrer das entrevistas:

Acho que há uma diferença de mentalidade, jeito de trabalhar. O pessoal aceita trabalhar em conjunto, mas tem uns que não aceitam a união, aquele tipo fechado: ‘eu vou trabalhar para mim e meu’, não tem essa de trabalhar para o conjunto. Hoje, no meu modo de ver daqui para frente, não vai mais se conseguir mais trabalhar se não for no coletivo. É associações, é cooperativas, é o único meio de se trabalhar.

Por detrás das personalidades individualistas ou coletivas há elementos do passado que ainda condicionam o comportamento da sociedade do Rincão dos Maia. Retomando a questão do estigma. Elias (1995) lembra, ao analisar a vida de Wolfgang Amadeus Mozart,⁵¹⁵ que as pessoas na posição de *outsiders* sofrem com as humilhações

⁵¹² Agricultor e representante da associação comunitária do Rincão dos Maia.

⁵¹³ Dentro do grupo familiar, no geral, o marido assume o papel de líder, podendo dividir com um dos filhos homens; esse tipo de personalidade apresenta características, como, por exemplo, a imposição de ordens, o tom autoritário em se expressar e a centralização das atenções dos demais membros.

⁵¹⁴ Os sentimentos que descrevemos como de rancor, insatisfação e amargura, foram observados em poucos casos, talvez indicando uma disputa interna (velada) na comunidade.

⁵¹⁵ No estudo sobre Mozart, Elias (1995) elabora um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa formava, em sua interdependência com outras figuras sociais do século XVIII.

impostas pela sociedade, produzindo comportamentos hostis como reação aos constrangimentos. As pessoas do Rincão dos Maia tinham comportamento arredo com estranhos, resistiam à aproximação na relação para evitar reações precipitadas, pelo motivo de não se sentirem seguros em contra argumentar a estigmatização. No decorrer dos anos e a aproximação com outras realidades sociais, as pessoas do Rincão dos Maia foram adquirindo conhecimento e confiança para reagir de forma *civilizada* contra as provocações, como observado no relato do senhor Manoel (57 anos):

Um dia fui leva a minha filha em Canguçu e tinha um alemão que perguntou a onde eu morava e eu respondi: lá no Rincão; e ele respondeu: lá do pulguedo. Mas olha, aquilo ferveu, ferveu e aí eu disse: será que tu não tem educação, isso não é coisa que tu diga. Aquilo ali mudou muito, não é mais como muita gente pensa. Aí o alemão me pediu desculpa.

As reações aos estigmas, antigamente, eram menos *civilizadas*, o pouco conhecimento e o sentimento de inferioridade não deixavam outra alternativa de contra-atacar as provocações. O estreitamento nas relações com outros grupos sociais e a aproximação com a religião e a educação formal foram transformando a auto-imagem das pessoas do Rincão dos Maia, melhorando a auto-estima e incorporando autoconfiança como pessoas que dispunham de condições para reverter a situação de forma polida. A estratégia foi de contra-estigmatizar, referindo-se aos opositores como mal-educados, inescrupulosos, etc., aliado à devolução do estigma, a sociedade do Rincão dos Maia começou a trabalhar com o objetivo de apresentar, ou talvez de representar, uma outra concepção da sua própria imagem, como uma sociedade integrada e desenvolvida – *civilizada*.⁵¹⁶

Seguindo a linha argumentativa de Elias (1995), a posição de “outsider” também tem presentes fortes sentimentos positivos, como, por exemplo, o reconhecimento do seu valor, mais precisamente pelos que imputam a condição de inferioridade; quer ser visto e tratado como pessoa de igual valor, por suas realizações. Para Elias (1995, p. 39), muitas vezes, o maior desejo dos “outsiders” é serem reconhecidos como iguais por aqueles que os tratam abertamente como inferiores. “A curiosa fixação dos desejos dos *outsiders* pelo reconhecimento e aceitação do *establishment* faz com que tal objetivo se transforme no foco de todos os seus atos e desejos, sua fonte de significado.” O valor do reconhecimento pelos “establishment” pode representar aos “outsiders” a maior conquista, nenhuma outra estima ou sucesso teriam tamanho significado. Os depoimentos das pessoas do Rincão dos Maia demonstram, às vezes, uma certa fixação, preocupação, com a opinião dos integrantes das sociedades urbana e rural do município, como se observa nas falas do senhor Eduardo e do senhor Daniel (54 anos), respectivamente: “Falam mal do Rincão só porque era pobre, hoje eles vê como Rincão dos Maia cresceu!”;⁵¹⁷ “Então vem gente de outras localidades, então eu tenho que fazer bonito lá para depois receber bonito aqui.”

O processo de desenvolvimento da sociedade do Rincão dos Maia foi constituído pela integração, ou conjunção, de diferentes agentes, ou acontecimentos, que produziram transformações, à primeira vista, perceptíveis (materiais) e imperceptíveis (subjetivas). Nos dedicamos, ao longo deste capítulo, a apresentar alguns reflexos do processo de desenvolvimento sobre aspectos materiais, mas nos debruçamos, principalmente, sobre as transformações na estrutura de personalidade da sociedade local. Neste aspecto, a autovalorização das pessoas representa uma das mais significativas mudanças no que diz respeito à questão psicológica, repercutindo em outras áreas da vida cotidiana dessa sociedade. O sentimento de auto-estima e

⁵¹⁶ Sobre contra-estigmatização, ver Elias e Scotson (2000).

⁵¹⁷ Comerciante e agricultor no Rincão dos Maia.

importância alimenta-se, dentre outros, da valorização da função de *agricultor*, agente social indispensável e responsável pelo aprovisionamento de alimentos para a sociedade. Tanto nas palavras do senhor Ivo, reproduzidas abaixo, como na de outros entrevistados, há consciência do seu papel para a sociedade, esta consciência aliada ao reconhecimento da sociedade tem poder (interdependente e relacional)⁵¹⁸ de produzir efeitos benéficos à auto-estima das populações rurais, quando estas têm conhecimento do reconhecimento da outra parte (urbana).

Eu sempre disse uma coisa e vou morrer dizendo, a parte mais importante que precisava ser olhada é para o homem que produz alimentação, o homem da terra. (...) A partir do momento que o homem da terra sair daqui e vai para a cidade vão morrer tudo abraçado [com os da cidade], só vão valorizar o agricultor quando não tiver mais o que comer. Porque é uma parte sofrida [o agricultor], a gente chega da lavoura e vai almoçar a uma e meia ou duas horas, a esposa está batendo enxada com o cara e vem para fazer o almoço. Então tem uma vida judiada, a gente trabalha. Para adquirir alguma coisa tem que deixar o couro no meio das lavouras.⁵¹⁹

No passado recente, décadas de 1970 e 1980, a sociedade do Rincão dos Maia caracterizava-se pela personalidade arredia e submissa, assumindo posição marginal na sociedade, em condição de subalternidade. Como destacado no decorrer do trabalho, consideravam-se esquecidos e menosprezados pela vizinhança rural e pela sociedade urbana. A mudança de conceito, tanto da própria sociedade do Rincão dos Maia como do restante da sociedade canguçuense, decorreu de um processo reflexivo posto por novas redes sociais que resultou em maior (auto) conhecimento. Informações que chegaram às pessoas por vários canais como, por exemplo, educação formal e religiosa, inter-relação social, meios de comunicação (rádio, televisão, jornais, etc.), entre outros, possibilitaram uma nova visão de si mesmos.⁵²⁰

Quanto ao processo de transformação da sociedade do Rincão dos Maia, ao longo dos anos, não pode ser analisado somente através das mudanças de comportamento das pessoas residentes na localidade, mas, também, das mudanças observadas nas pessoas que estão em contato. Se analisarmos do ponto de vista de Elias (1999), utilizando os conceitos de *poder e função*, podemos observar que a relação entre a sociedade do Rincão dos Maia e a sociedade externa (vizinhança rural e urbana) está baseada na coerção que exercem mutuamente devido a sua interdependência. Para Elias (1999, p. 80-81), *poder* constitui um elemento integral nas relações humanas, distribuído de forma desigual como, por exemplo, na relação entre o senhor e o escravo, tendo o primeiro conhecido poder, mas o segundo também tem poder sobre o primeiro na proporção da função que desempenha para o primeiro (dependência relativa do senhor ao escravo). Como salienta o autor, o *poder* é uma característica estrutural de todas as relações humanas.

Retomando a realidade em questão, o diferencial de poder entre a sociedade do Rincão dos Maia e a sociedade externa desempenha uma função recíproca, uma relação funcional, ambas dependem uma da outra em proporção da função. Como ilustração, no âmbito das relações comerciais, a sociedade do Rincão dos Maia, no passado, era fornecedora de lenha e carvão para a sociedade urbana, e no presente, produtora de pêssegos para a indústria de doces e conservas de Pelotas. Moreira (1999, p. 186) destaca: “Os setores economicamente modernos são, de forma subjacente, pensados

⁵¹⁸ Ver Elias (1999).

⁵¹⁹ 52 anos – agricultor no Rincão dos Maia. O entrevistado, na nossa percepção, usa de tom ameaçador, considera-nos representante da sociedade urbana. Posicionamento, a nosso ver, legítimo pela condição de classe inferior imposta pela sociedade urbana e pela aristocracia rural, ao longo dos anos, à sociedade rural menos favorecida.

⁵²⁰ Kumar (1997) discute a informação na sociedade.

como formas sociais avançadas e superiores. As técnicas tradicionais, economicamente defasadas ou não-competitivas, são visualizadas como formas sociais atrasadas e inferiores.” Nesse caso, pensando sobre o processo de transformação, a sociedade do Rincão dos Maia caminhou em direção a formas sociais tidas como avançadas e superiores, permitindo identificá-la, relativamente, com os grupo sociais dinâmicos como os *colonos*. Identificação que, de alguma forma, pode-se relacionar com aspectos psicológicos tanto da sociedade local como externa. Devemos atentar, como destaca Elias (1999, p. 84), “(...) tal como o conceito de poder, o conceito de função deve ser compreendido como um conceito de relação.” Nesse sentido, a sociedade do Rincão dos Maia e a urbana continuam interdependente, mas as relações de poder e função foram modificadas, mas não necessariamente invertidas. Para Elias (1999), a mudança na estrutura das sociedades e nas relações globais de interdependências funcionais pode levar um grupo a contestar o poder de coerção do outro grupo. Tal como observamos na relação da sociedade rural menos favorecida em relação à sociedade urbana canguçuense. Em reproduções anteriores de entrevistas de agricultores, observamos claramente a contestação desses quanto à pouca relevância da cidade como absorvente da produção agrícola, críticas que, de alguma forma, podem ser interpretadas como contestação à diferença de poder.⁵²¹ As atitudes de contestação podem ser observadas, ou tomam forma mais clara, na medida em que os grupos sociais inferiorizados reconhecem seu valor como agentes dinâmicos dentro do contexto social em que estão inseridos. Essa valorização pode vir de uma mudança de foco sobre a posição na sociedade (autopercepção) ou, dentre outras, decorrente de uma transformação significativa na estrutura econômica.

Na sociedade do Rincão dos Maia, percebe-se que a transformação social e econômica contribuiu para uma mudança positiva na auto-imagem das pessoas da localidade, destacando aspectos como auto-estima, valorização e confiança. Efeitos da mudança de percepção sobre si mesmos. Anteriormente auto-reconheciam-se como miseráveis, pobres, humanamente inferiores, improfícuos, mas, aos poucos, vem ocorrendo uma inversão destas características. Nas palavras do senhor Ivo (52 anos) podemos observar a valorização da capacidade das pessoas do Rincão dos Maia como diferencial no processo de desenvolvimento: “(...) desenvolveu pelo conhecimento do povo que se interessa pelas coisa, lutam para crescer.” Faz menção a características de personalidade do grupo, como, por exemplo, persistência, dedicação e determinação; mas, também, insinua uma contraposição aos estigmas (por exemplo: acomodados, vagabundos, etc.) que eram imputados à sociedade do Rincão dos Maia. Estigmas estão relacionados aos atribuídos ao *gaúcho peão* discutido no primeiro capítulo.

A mudança de percepção pode ser observada nas palavras dos entrevistados, tanto de residentes como não-residentes da localidade do Rincão dos Maia. Em contraste com as características de personalidade que marcam o passado, as expressões que destacam aspectos da personalidade do presente envolvem a valorização da auto-estima, confiança, otimismo e valores positivos. A transformação na estrutura da personalidade da sociedade do Rincão dos Maia é resultado de diversos processos que possibilitaram um outro olhar sobre si mesmo e sobre os outros. A partir do momento que visualiza uma possível redefinição nos diferenciais de poder, a sociedade do Rincão dos Maia assume comportamento de contra-ataque (contra-estigmatização),⁵²² exaltando suas próprias qualidades e capacidades, e imputando depreciações ao oponente, este,

⁵²¹ Por exemplo, na fala do senhor Eduardo (comerciante e agricultor no Rincão dos Maia): “Canguçu não tem nada, não tem indústria, não tem emprego, não tem nada!”

⁵²² Ver Elias e Scotson (2000).

para eles, personificado nos habitantes das cidades.⁵²³ Nos discursos dos moradores do Rincão dos Maia, ao referirem-se à cidade de Canguçu (sociedade urbana), utilizam de expressões para desqualificá-la, salientando a falta de educação das pessoas ao denominá-los pejorativamente e a incapacidade de absorver a produção agrícola do município. Entretanto, a desqualificação do oponente (sociedade urbana) presume como qualidade da sociedade do Rincão dos Maia, por exemplo, serem educados e produtivos.

A busca pela inversão ou pela mudança da posição social vem contribuindo para transformações significativas na mentalidade da sociedade do Rincão dos Maia, tem estimulado atitudes participativas e estreitou laços de amizade e confiança, fortalecendo a coesão do grupo para o desenvolvimento da sociedade local. Mudanças percebidas nos depoimentos, como no caso do senhor Ivo (52 anos), que demonstra nas suas palavras traços de auto-estima elevada, ao valorizar-se como pessoa, e otimismo, ao acreditar no potencial da sociedade local para levar adiante o dinamismo até aqui alcançado.

A gente não tem um estudo assim pra dá uma entrevista de doutor, mas o que eu aprendi na minha vida é ser aquilo que a gente é! (...) O que eu penso é que a gente já vai ficando nessa meia-idade para frente, como se diz, está nessa juventude que tem hoje. Eu acho que o Rincão daqui para frente, se hoje já tem uma transformação muito grande, a tendência é de crescer mais, melhorar cada vez mais!

O senhor João Batista destaca a confiança das pessoas, elemento importante nas relações sociais, possibilitando a união, coesão e solidariedade. O acesso à informação, de alguma forma salientado nas palavras do entrevistado, participou para a transformação do comportamento das pessoas da comunidade, derrubando resistências culturais e fortalecendo os laços de afetividade.

Aquele tempo não existia era a confiança um no outro. Então todo mundo era desconfiado. Então existia a desconfiança, não existia agregação para aumentá. Agora está terminando a desconfiança, qualquer um tem confiança um no outro. (...) Os homens no tempo antigo eram mais cabeça dura. Não tinha aquele negócio do senhor dizer uma coisa para ele e ele vai acreditar. Hoje não. A escola trouxe muito essa parte de confiança, o estudo, a comunidade, os centros comunitários, tudo ajudou a trazer a confiança. Vai ter que ter presidente, foi aonde foi carregando a confiança.

A confiança e a união da sociedade do Rincão dos Maia possibilitou, pela primeira vez, a eleição de um representante local para o poder legislativo municipal, um dos poucos identificados especificamente com o meio rural, já que a maioria dos vereadores eleitos tem sua base no meio urbano.⁵²⁴ Levando em consideração que a maior parte da população do município reside no meio rural, a eleição de um representante local pode refletir a coesão da sociedade do Rincão dos Maia. Entretanto, o candidato conjugava elementos que favoreceram sua aceitação por parte da sociedade local, como destaca o senhor Adalto (46 anos): “Era agricultor, depois foi professor, ajudou muito a comunidade, trabalhou na igreja.”⁵²⁵ Independente da eleição de um

⁵²³Na relação de oposição entre urbano e rural, pode-se destacar, entre outras, características de personalidade como elementos de distinção; o primeiro identificado como afável, civilizado, cortês, educado, polido, e o segundo como descortês, deseducado, grosseiro, impolido, mal-educado. A sociedade do Rincão dos Maia deixa claro como opositor a sociedade urbana; entretanto, os estigmas também eram empregados pelos grupos sociais rurais vizinhos à localidade (de etnia distinta à dos habitantes do Rincão dos Maia). A vizinhança rural não é um opositor claro para a sociedade do Rincão dos Maia, talvez por características comuns (agricultores), mas a esta requerem o reconhecimento pela capacidade produtiva e igualdade social. Para acrescentar, conforme Candido (2001), ao tratarmos de tipo social e cultural, *rural* exprime sobretudo localização – o universo das culturas tradicionais do homem do campo. Ver também Moreira (2002).

⁵²⁴Vereador eleito em 2000.

⁵²⁵O vereador é de ascendência italiana, o que pode ter influenciado na escolha, e, também, o partido, o qual representou, era apoiado por boa parte da população do Rincão dos Maia.

representante local, observou-se na sociedade do Rincão dos Maia a presença de outras lideranças, pessoas, que, nos seus discursos, reconhecem sua condição de líder e que precisam atuar como líderes em nome da comunidade.

No início desta década (2000) a sociedade do Rincão dos Maia demonstrou sinais visíveis de amadurecimento no que diz respeito à reivindicação dos seus direitos. Politicamente, segundo entrevistados, define-se numa linha de oposição à prefeitura de Canguçu, resultando em certa ausência de empenho do poder público na conservação das estradas que cortam a localidade, repercutindo no aumento no custo de manutenção dos veículos de transporte coletivo e de carga, conseqüentemente as empresas reduziram ou cancelaram o atendimento a localidade. Nesse sentido, a sociedade do Rincão dos Maia reuniu-se em frente à prefeitura municipal para exigir a retomada da manutenção periódica das estradas da localidade, demonstrando o compromisso da população local com o bem-estar comum. Como este, poderíamos descrever outros acontecimentos que refletem a união da sociedade local para o desenvolvimento econômico e social.

A sociedade do Rincão dos Maia parece satisfeita, suas angústias, fruto das condições sociais desfavoráveis (pobreza e estigma), foram, em parte, esmorecidas pelas conquistas sociais e pelo reconhecimento da sociedade em geral. Os moradores do Rincão dos Maia, as pessoas das localidades vizinhas, representantes do poder público, lideranças em geral, são unânimes em reconhecer as transformações, alguns entusiásticos e outros cautelosos. As marcas do passado parecem permanecer na memória: “(...) é importante que quanto mais o sujeito cresce, mais deve olhar o passado porque nunca mais podemos esquecer o passado, por onde a gente já passou jamais a gente querá passar.”⁵²⁶ Esforços para apagar o passado são observados: “Hoje é o Novo Rincão dos Maia, não é mais aquele antigo que era!”⁵²⁷

Gostaríamos de destacar, ainda, um fenômeno que observamos nas falas de alguns entrevistados, o que denominamos de *desenvolvimento além do real, no imaginário*. Descrevem a localidade com uma intensidade de transformações além do real, como, por exemplo, destacando a disseminação da utilização de tração mecânica por quase toda a localidade, o que praticamente não observamos, com exceção de alguns poucos agricultores que dispunham desses equipamentos. Essa forma de perceber a localidade, de certa maneira, tem força para contagiar tanto as pessoas da localidade como as externas, podendo representar uma estratégia para influenciar ou *encantar* a sociedade, reduzindo ou dispersando os efeitos dos estigmas do passado. Seria possível especular em que sentido esse novo imaginário hegemônico em nível local mascara novas diferenciações sociais no interior da própria localidade, elegendo como os representativos da localidade os signos sociais dos mais bem-sucedidos.

Na primeira seção deste capítulo, analisou-se o passado e o presente da localidade do Rincão dos Maia, com uma tentativa de apresentar duas fotografias distintas, mas capazes de mostrar o caminho trilhado para o desenvolvimento. Entretanto, com a mesma prudência do senhor Hugo (61 anos): “Todo o povo diz assim: *Rincão dos Maia está rico!* Não, Rincão dos Maia está pobre, Rincão dos Maia se desenvolveu! O Rincão dos Maia está ainda na metade do caminho!”⁵²⁸

⁵²⁶ Joaquim (57 anos), agricultor no Rincão dos Maia.

⁵²⁷ Pedro (69 anos), aposentado rural e agricultor no Rincão dos Maia.

⁵²⁸ Antigo morador e agricultor no Rincão dos Maia. Atualmente reside na cidade de Canguçu.

CONCLUSÕES

Neste trabalho, como objetivo principal, procuramos conhecer e compreender o processo de desenvolvimento de duas sociedades rurais valorizando a percepção dos participantes do processo, nossos entrevistados, para aproximarmos-nos da realidade vivenciada por eles. Entretanto, a compreensão deste processo de desenvolvimento dependeu da nossa habilidade em analisar os modos de expressão das sociedades do Rincão dos Marques e Rincão dos Maia – sistemas (formas) simbólicos como denomina Geertz (1999). As expressões verbais, os gestos, as regras sociais locais, entre outros elementos – bagagem, em parte, personificada no viver, no sentir e no agir, através da linguagem, da atitude e do comportamento – são formas de expressão da personalidade individual e coletiva, construídas socialmente no decorrer de um processo dinâmico reflexivo de longo prazo.

Para entender e compreender o processo de desenvolvimento das localidades do Rincão dos Marques e Rincão dos Maia, optamos por uma noção de desenvolvimento que desse conta da complexidade do contexto das relações sociais em que estas sociedades estavam integradas. Partimos de uma noção de *desenvolvimento* como processo de ampliação e expansão das relações sociais, tanto no interior da sociedade local como com a sociedade abrangente (externa), tendo como pano de fundo a compreensão de Norbert Elias de *sociedade dos indivíduos* relacional e interdependente – *espelho* da sociedade, *reflexo* da sociedade. Noção de desenvolvimento que, em certa medida, também estava contemplada na discussão de identidade social de Moreira (2005), esta, como manifestação de processos complexos, construída na relação de co-existência natural com o ecossistema local e nas relações de co-determinação com a sociedade abrangente. Nesse sentido, não perderíamos, se assim podemos dizer, a complexidade construída nas relações da sociedade com os meios físico e social para compreender o processo de desenvolvimento das sociedades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia. Contribuições que permitiriam perceber os elos interativos no interior destas sociedades e delas com o ambiente externo, tensões que produzem um sentido de unidade – de *nós*, de *comum*, de *local*, de *sociedade*; tensões que produzem e reproduzem hierarquias sociais com diferenciais de poderes.

Com este instrumental analítico, retornamos ao passado em busca de subsídios que nos ajudassem a compreender os elementos que estavam em jogo no processo de desenvolvimento das sociedades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia e, conseqüentemente, elucidar as hipóteses que levantamos no início deste trabalho. E como nos propusemos a observar pessoas, e pensar sobre elas, tínhamos que conhecer um pouco do passado do processo de desenvolvimento destas sociedades para identificarmos raízes, principalmente culturais, condicionadoras do atual estágio deste processo. Retomamos a bibliografia regional e nacional para identificar elementos que pudessem nos auxiliar na compreensão do processo de desenvolvimento das sociedades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia. Sociedades que estão assentadas geograficamente sobre o que foi, no passado, parte do *habitat* do gaúcho rio-grandense. Região de conflitos pela disputa de poderes militares e econômicos, inicialmente entre portugueses e espanhóis pela demarcação dos territórios e, posteriormente, entre os rio-grandenses e o centro do país por interesses econômicos. Tensões passadas que produziram diferenciações sociais que, em certa medida, estão presentes, ou bem presentes, na sociedade gaúcha atual.

A análise do processo de desenvolvimento das localidades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia aponta para algumas conclusões que merecem destaque. Inicialmente, da historiografia regional e nacional, dentro das concepções analíticas há

pouco lembradas, foi possível perceber uma outra representação social das tensões que produziram, e que ainda reproduzem, os diferenciais de poderes da sociedade rio-grandense. Estamos referindo-nos à discussão que contemplamos nos dois primeiros capítulos, nos quais analisamos o processo de formação do território rio-grandense e constituição da personalidade do tipo social gaúcho, e o surgimento de Canguçu. Essa análise nos permitiu um outro olhar sobre o imaginário reificado do gaúcho heróico, possibilitando ver outros sentidos da categoria *gaúcho* quando focamos os diferenciais de poderes. No primeiro momento, tempo das missões jesuíticas, o gaúcho era identificado de forma desqualificadora como *gaudério* (um ser humano inferior, ladrão de gado e com outras qualificações pejorativas). Era responsabilizado pela captura do gado *tido* como dos jesuítas, mas que, na percepção do próprio gaúcho, era um gado sem dono. Neste sentido, o diferencial de poder a favor das missões marcou no imaginário social um elemento desqualificador do *gaúcho peão*. Na disputa por território entre portugueses e espanhóis, as identificações desqualificadoras eram empregadas por ambos os lados com o intuito de abalar a auto-estima do oponente, mas que pouco afetavam ambos os lados pelo (quase) equilíbrio nos diferenciais de poderes. No interior do território português/brasileiro temos o *gaúcho brasileiro* em oposição aos outros gaúchos que habitavam o outro lado da fronteira, e, em oposição também, as outras identidades regionais do próprio território. Nesse sentido, o *gaúcho brasileiro*, do ponto de vista da Colônia brasileira, assume o *signo* de *herói* em oposição ao inimigo espanhol. Tínhamos até aqui duas identidades para o *gaúcho brasileiro*, a primeira, de ser humano inferior (*gaudério*), atribuída às classes subalternas, principalmente ao peão (*gaúcho peão*), que, sem eira e nem beira, vagava pela Campanha. A segunda, a heróica, identificada com a classe dominante, militar e estancieira, aquela que aglutinava as qualificações de ser humano superior por *fixar* as fronteiras (comandando subalternos), e que se destacaria, posteriormente, no cenário nacional no âmbito das Revoluções Farroupilha (1835) e Federalista (1893) em oposição aos outros brasileiros do Brasil central.

Ainda sobre o *gaúcho peão*, a vida cotidiana no interior da estância respeitava o tempo da natureza. A economia regional era baseada na pecuária, atividade produtiva determinada pelo ciclo reprodutivo dos animais, sem significativa interferência do homem, em que o aumento da produção dava-se pelo aumento de terra e gado. Nesse sentido, a investigação mais apurada sobre a vida cotidiana do *gaúcho peão* permitiu identificar que o trabalho na *lida* do gado oscilava entre períodos de intensa ocupação da mão-de-obra e outros de *ociosidade*, este último, nas disputas por poderes, destacado como representação de aspecto desqualificador da personalidade do gaúcho. Na relação com outros grupos sociais, o modo de vida do *gaúcho peão* era utilizado como subsídio na disputa por maior parcela de poder, identificando-o como vagabundo, preguiçoso, entre outros; estigmas que imputaram à imagem social e auto-imagem do *gaúcho peão* a inferioridade humana, limitando o pleno desenvolvimento social dessa parcela da sociedade rio-grandense. A atividade agrícola, propriamente dita, no contexto da economia pastoril do período colonial é pouco visível na historiografia regional, destacando em alguns momentos o trabalho escravo, no interior das estâncias, e as famílias açorianas na produção de alimentos para autoconsumo e abastecimento de mercados locais. Ao *gaúcho peão*, a atividade agrícola não estava entre as suas atribuições.

No interior do território rio-grandense, depois da chegada dos imigrantes alemães e italianos e o cercamento dos campos, temos outra complexidade posta pelos processos históricos que contribuiu para a significação de inferioridade das classes subalternas, principalmente ao que denominamos de *gaúcho peão* (sem posses de terra),

que, no imaginário social, era visto em oposição aos proprietários estancieiros e imigrantes estrangeiros (alemães e italianos). A nossa análise mostrou que a hierarquia social, que parece ter se consolidada nesse período, reserva ao *gaúcho estancieiro* as qualidades do herói como reconhecimento pela posição de comando frente às tropas de resistência e avanço contra espanhóis, e de defesa dos interesses regionais (da classe dominante). Os imigrantes alemães, italianos, e parcela de açorianos (pequenos proprietários) posicionam-se na hierarquia social como classe proprietária intermediária e, em comparação aos grupos subalternos (peões e escravos), são vistos como civilizados. Ao *gaúcho peão* sobram os estigmas impostos por uma sociedade que o identifica como ser humano inferior e desqualificado, carregando na cultura, no *corpo* e na *mente* as qualidades tidas como de inferiores. Entretanto, salientamos, a fragmentação das estâncias (por herança, venda, doação ou posse) e o cercamento dos campos contribuíram para uma reestruturação do grupo social *gaúchos peões*. Uma parcela permaneceu sob a *guarda e proteção* do *gaúcho estancieiro*; outra continuou no meio rural, mas ocupada em trabalhos temporários ou atividades ligadas ao campo, formando núcleos ou vilas rurais em que, alguns casos, configuravam favelas rurais; uma terceira parcela foi em busca de novas oportunidades no meio urbano; e a última formou uma classe de pequenos proprietários que deixaram a *lida* do gado dos outros, como peão, para a lida do seu gado. Neste caso, o sentimento de segurança proporcionado pela responsabilidade do *gaúcho estancieiro* sobre o *gaúcho peão* foi substituído pela insegurança quanto à capacidade de auto-reprodução (gerenciar suas próprias ações). Esta insegurança, num certo sentido, produzida e reproduzida ao longo do processo reflexivo de construção da identidade social, submetido, em algum grau, às tensões dos diferenciais de poderes das hierarquias sociais. Grosseiramente, foi possível perceber que as qualidades depreciativas identificadas com o *gaúcho peão* (também identificado como *pêlo duro*) não são inatas, são produto do jogo de poder, produzidas na sociabilidade rio-grandense e incorporadas, por força do diferencial de poder, como imagem social e auto-imagem. Como grupo disperso e sem coesão, assume, em certa medida, as identificações desqualificadoras como inatas, como próprias da sua estrutura psíquica, como essência do seu caráter. Tendo em vista esta análise, podemos confirmar a primeira hipótese que levantamos, na introdução deste trabalho, sobre a sociedade do Rincão dos Marques.

A construção das identidades está relacionada com os diferenciais de poderes. Por um lado, compreendemos que estes poderes, no contexto do Rio Grande do Sul, qualificam, no imaginário social, descendentes de imigrantes alemães e italianos como superiores, capazes, produtivos e *de origem*, e, por outro lado, constroem os descendentes de portugueses, miscigenados com o índio, negro e espanhol, como seres humanamente inferiores, incapazes, improdutivos (por vezes identificados como preguiçosos e acomodados) e mestiços (*pêlo duro, brasileiro*). A construção social de virtudes (méritos) e defeitos (estigmas) foi capaz de produzir e reproduzir, na psique, a imagem social e a auto-imagem, em uns, de ser humano superior e, em outros, de ser humano inferior. Esta construção social de virtudes e defeitos parece compor o imaginário social de significações dos habitantes dos Rincões dos Marques e dos Maia.

A sociedade do Rincão dos Marques nos parece estar em meio a um processo (longo) de transformação em que a *indecisão* entre o *montar* ou *apear* do cavalo, no sentido figurado, representa uma das características desse grupo social. Está, de certa forma, pressionada pela fragmentação paulatina das propriedades familiares e pelos estigmas produzidos na relação com a sociedade externa, restringindo a reprodução social nos moldes *tradicionais*. No entanto, a sociedade do Rincão dos Maia, ainda no sentido figurado, decidiu *apear* do cavalo e colocá-lo à frente do arado, pressionada,

também, pelos mesmos fatores da anterior, mas, em contrapartida, ampliando sua capacidade de reprodução. Dentre as duas sociedades, Rincão dos Marques, aos nossos olhos, traz consigo elementos mais visíveis da cultura tradicional da Campanha rio-grandense que a do Rincão dos Maia. Em ambos os casos, relações sociais mediadas, em parte, pelo diferencial de poderes. Nesse processo de diferenciação, não podemos deixar de destacar a contribuição do meio físico e social, em que ambas as sociedades estão inseridas, como elementos de estímulo à perpetuação ou transformação do modo de vida, referindo-nos aos campos de possibilidades que o contexto proporciona para o desenvolvimento dos laços de sociabilidade tanto no interior da própria sociedade local como com a sociedade abrangente.

A sociedade do Rincão dos Marques traz na sua mentalidade elementos da sociedade pastoril, preservando parte do modelo de criação extensiva e da cultura dos antepassados. Observamos traços no comportamento, na crença, no costume que identificam a sociedade do Rincão dos Marques com a do passado. Os mesmos estigmas ainda estão presentes no discurso da sociedade externa como forma de justificar as dificuldades de desenvolvimento desta sociedade, os mesmos que estão internalizados na auto-imagem desta sociedade, funcionando, por força do diferencial de poder, como *justificativa* da própria incapacidade de desenvolver. Observamos palavras que, de certa forma, externam elementos presentes na auto-imagem social das pessoas do Rincão dos Marques como, por exemplo, *acomodação*, *desânimo*, *desconfiança*, *desunião*, *irresponsabilidade*, *submissão*, entre outras; palavras que expressam a visão hegemônica do imaginário social gaúcho. Entretanto, em momentos quando a sociedade do Rincão dos Marques foi acionada por entidades externas (por exemplo, agroindústria -tomate) respondeu, nos parece, de forma satisfatória, nem um pouco identificada com as palavras destacadas acima.

Os resultados do trabalho demonstram que os estigmas atribuídos à sociedade do Rincão dos Marques, como, por exemplo, de *acomodados*, entre outros, são produtos do processo histórico de formação da sociedade rio-grandense, construídos na relação com a sociedade gaúcha abrangente. Como a sociedade do Rincão dos Marques não tem elementos que favoreçam a união interna - coesão (como religiosidade ou alguma ameaça externa), não consegue reagir com mecanismos de contra-estigmatização, *resigna-se*, de certa forma, à identidade construída na relação com a sociedade externa, esta com maiores poderes.

A expansão das redes de sociabilidade e solidariedade representaria maior possibilidade de desenvolvimento, contribuindo, em certa medida, para o dinamismo social e econômico da sociedade do Rincão dos Marques. No entanto, percebemos que as relações de afetividade e os laços de amizade pouco favorecem a coesão social desta sociedade, destituindo-a de poder para enfrentar questões como o descaso do poder público e a estigmatização da sociedade externa.

A localidade do Rincão dos Marques dista, aproximadamente, 40 km da cidade de Canguçu, em região afastada e de baixa densidade populacional, limitando, em algum grau, os canais de sociabilidade com a sociedade externa. A análise do contexto das relações sociais em que a sociedade do Rincão dos Marques está assentada indica que a homogeneização da região (localidades vizinhas, por exemplo, com a mesma estrutura fundiária, mesma forma de sociabilidade), tanto em aspectos ambientais como culturais e sociais, contribui pouco para o exercício da crítica e autocritica das pessoas (comparação com sociedades distintas), possibilitando visualizar outros modelos de sociedade, reduzindo, neste sentido, as possibilidades de conquista de melhores condições de vida. Este parágrafo e os dois anteriores nos ajudam, em certa medida, a entender e apoiar a segunda e a terceira hipótese que construímos sobre a sociedade do

Rincão dos Marques, principalmente por ter-nos procurado compreender o processo de desenvolvimento a partir de uma abordagem relacional que privilegia a dimensão espaço-tempo em que os diferenciais de poderes consolidam hegemonias e contra-hegemonias culturais, econômicas, sociais e políticas.

No Rincão dos Maia foi possível perceber que a ação de agentes externos, como o Programa de Desenvolvimento de Comunidade, contribuiu, em parte, para a transformação da sociedade, estimulando o desenvolvimento em diversas áreas do viver. Entretanto, destacamos que a mobilização social já vinha se desenvolvendo no interior da sociedade do Rincão dos Maia, com a união pelo ensino formal e religioso, possibilitando a coesão social, e potencializando os resultados da intervenção externa. Tanto a mobilização da sociedade local como o Programa de Desenvolvimento de Comunidade foram significativos para o desenvolvimento observado na localidade, auxiliando um ao outro. O Programa de Desenvolvimento de Comunidade, por um lado, permitiu a aproximação da sociedade do Rincão dos Maia com o poder público local para discutir possíveis restrições ao desenvolvimento, possibilitando acesso a políticas públicas e ao conhecimento, questões que, além dos resultados materiais e observáveis, transformaram, em certa medida, na relação com a sociedade exterior, a mentalidade das pessoas. A aproximação do poder público com a sociedade representou, de certa forma, atribuição de valor humano à sociedade do Rincão dos Maia, melhorando, por exemplo, a auto-estima das pessoas. Por outro lado, o dinamismo preexistente na sociedade local auxiliou nos resultados da intervenção do Programa de Desenvolvimento de Comunidade, conferindo-lhe destaque como indutor do desenvolvimento da localidade. Nesse sentido, podemos sustentar a primeira hipótese que construímos sobre a participação dos agentes externos no processo de desenvolvimento do Rincão dos Maia, sem, é claro, ignorar as características da própria sociedade local, estas fundamentais para o aproveitamento e resultado da intervenção externa.

A localização do Rincão dos Maia nos parece relevante no processo de desenvolvimento. A proximidade com a cidade de Canguçu e com o município de Pelotas, e a vizinhança com sociedades rurais com modos de vida distintos aos da sociedade de Rincão dos Maia, permitiu a troca de informações e a intensificação das relações sociais com o meio externo, motivando a crítica e autocrítica quanto ao modelo de vida (social e econômico) perpetuado pelas famílias da localidade. A troca de experiências de vida ou apenas a observação de um outro modelo pode motivar transformações (relações interdependentes), como no caso da sociedade do Rincão dos Maia. Cabe salientar que modelos distintos também estavam presentes no interior da própria localidade de Rincão dos Maia, como o caso dos descendentes de imigrantes alemães e italianos que, em certa medida, representavam um modelo alternativo de modo de vida.

No passado, as pessoas do Rincão dos Maia eram identificadas pela sociedade externa como um grupo à parte, de qualidade inferior, tanto pela formação étnica como pela condição social e econômica. Estigmas produzidos, principalmente, na relação com a sociedade externa, e incorporados como características intrínsecas das pessoas da localidade. A análise desta questão mostrou que o conhecimento adquirido, tanto pela educação formal como pelas trocas informais de informação, e a melhoria das condições sociais e econômicas proporcionaram mudanças de mentalidade da sociedade do Rincão dos Maia, permitindo auto-reconhecer-se como igual à sociedade externa. Mudanças de percepção que repercutiram na auto-estima, contribuindo para a contra-estigmatização (cerrar fileiras), esta que, de alguma forma, estimula a perpetuação das conquistas sociais e econômicas, conquistas usadas para equilibrar a relação de poder entre as

sociedades, e para destacar a capacidade de transformação. A rápida recuperação de algumas informações discutidas no quarto capítulo, abordadas neste parágrafo e no anterior, nos levam a validar a segunda e a terceira hipótese que apresentamos sobre a sociedade do Rincão dos Maia, principalmente pelo empenho em compreendermos o processo de desenvolvimento na sua complexidade, percebendo-a como coletividade (sociedade local) em contínua relação com o ambiente, num processo aberto e interdependente.

As sociedades de Rincão dos Marques e Rincão dos Maia, de modo geral, identificavam como exemplos de sociedades rurais desenvolvidas as de descendentes de imigrantes alemães e italianos. Tanto nas comunidades de descendentes de imigrantes alemães como nas de italianos, a religião representa uma instituição de solidariedade em que a harmonia social é um dos traços característicos. A própria palavra *comunidade*, para os entrevistados, tem na sua essência conotação religiosa. Nas sociedades estudadas uns dos principais problemas sociais são ou eram os atritos (conflitos, brigas), o individualismo e a desconfiança, atitudes e comportamentos, para os entrevistados, de pessoas *pouco civilizadas* – percepção produzida na relação com a sociedade externa. Tendo em vista os exemplos acessíveis (vizinhança), a nossa análise permite apontar que, para as sociedades do Rincão dos Marques (em menor grau) e do Rincão dos Maia, a religião representa, relativamente, um mecanismo, coercitivo ou não, com propriedades de transformar o modo de vida das pessoas, valorizando e estimulando a afetividade, a união, a solidariedade, e a coesão. Parece-nos que a religião, para sociedades destituídas de valor humano, representa o único agente (acessível) capaz de transformar ou de aliviar as *marcas* decorrentes da penúria ou, numa perspectiva relacional, do diferencial de poderes.

Na nossa percepção, o desenvolvimento, nos diversos campos do viver, requer da sociedade envolvimento, participação, para que as ações e os benefícios sejam distribuídos de forma igualitária. Neste trabalho atentamos para o comportamento das pessoas e da sociedade e observamos diferenças que podem ajudar a explicar o menor ou maior nível de satisfação das condições de reprodução social. O menor nível de satisfação das condições de reprodução social pode ser relacionado, por exemplo, com situação de isolamento ou marginalidade (espontânea ou não), limitação dos canais de acesso à sociabilidade, tanto no interior da própria sociedade como na relação com a sociedade abrangente. A produção e internalização, dado o diferencial de poderes no processo de formação da identidade reflexiva, de comportamento de acomodação, desagregação, individualismo, resignação, e, relacionado a estes, sentimentos de baixa auto-estima, inferioridade, orgulho, rancor. Características perceptíveis, mas, por vezes, sutilmente observadas nas falas e gesticulações, nas atitudes e comportamentos. Essa forma de portar-se frente à sociedade restringe o acesso à possibilidade de expansão e alargamento das redes de sociabilidade que poderão trazer, através das trocas de informação e conhecimento, benefícios em diversos campos do viver, e, possivelmente, contribuir para a melhoria da condição social. Num outro extremo, situação de inclusão ou proximidade, comportamento apropriador, gregário, participativo, solidário, e sentimento de autoconfiança, contentamento, elevada auto-estima, igualdade, respeito. Atitudes, comportamentos e percepções que colaboram para a harmonia social, identificando o ambiente comunitário como agradável, intensificando as trocas de informação, conhecimento e afetividade, colaborando, relativamente, para a expansão dos canais de sociabilidade e para o desenvolvimento social e econômico distribuído mais igualitariamente entre os membros da sociedade.

O favorecimento com políticas públicas contribui, nem sempre, para a transformação de sociedades em condições sociais precárias. Políticas com objetivos de

alavancar a área econômica (produção) auxiliam na melhoria das condições econômicas e, quem sabe, sociais, talvez aquém das expectativas tanto das instituições proponentes como dos beneficiários; entretanto, poderiam ser mais eficientes se fossem concebidas num escopo amplo e relacional, principalmente observando elementos, favoráveis ou não, da estrutura psicológica do público-alvo (sociedade, grupo social, etc.). O *estado de espírito* da sociedade em que são aplicados programas, projetos, políticas, recursos, etc. é relevante para os resultados. Por exemplo, numa sociedade solidária e harmoniosa, a forma como as pessoas se posicionam frente aos obstáculos é diferente de outra, digamos, menos coesa; a procura por alternativas para resolver ou transpor as dificuldades pode ser, ou provavelmente será, mais intensa na primeira, os laços de afetividade e a união podem produzir um sentimento de luta contra algo que ameace o bem-estar comum.

Lembramos que ações governamentais para reduzir a pobreza levam o sugestivo nome de *Políticas de Combate à Pobreza*, mas que nada, ou pouco, contribuem para despertar o sentimento de solidariedade no interior do público-alvo, o que seria uma forma de acionar os interessados (os pobres) apelando para o âmbito psicológico coletivo. Reportamo-nos a Vianna (1987) ao destacar que a solidariedade da sociedade rio-grandense, no período colonial, era observada somente nos períodos de guerra, na paz os laços de responsabilidade mútua eram esvaziados. Possivelmente, despertar solidariedade não seja um dos objetivos das ações de combate à pobreza, mas se porventura motivasse para um compromisso comum com algum sentido de enfrentamento entre, por exemplo, sociedade e condição social que lhe oprime, acionaria laços de afetividade e responsabilidade, imbuídos do espírito de luta, e, não obstante, os resultados e os efeitos poderiam ser melhores e perduráveis.

Ações governamentais que conseguem desenvolver, econômica e socialmente, e *contagiar* a sociedade, no sentido de despertar sentimentos de cumplicidade, produzem efeitos duradouros, talvez aqueles salientados por Hirschman (1996). Sociedades motivadas exercem, em certa medida, atração de novos parceiros, sejam da iniciativa privada ou pública, resultando em alternativas, econômicas e/ou sociais, que possibilitem a perpetuação, de forma satisfatória, do processo de desenvolvimento. Ambientes sociais profícuos despertam atenção; os resultados desejados, nesses ambientes, são mais facilmente alcançados. Sabemos, pelo menos nos bastidores, que ações de desenvolvimento são, relativamente, aplicadas em sociedades que acenam com melhores possibilidades de êxito, os casos perdidos pairam esquecidos no subconsciente social ou longe dos olhos. Por exemplo, a nosso ver, a escolha da localidade do Rincão dos Maia, dentre outras, pelo Programa de Desenvolvimento de Comunidade observou a possibilidade de êxito (aspectos psicológicos e de localização) que aquela sociedade apresentava, pelo menos à primeira vista, já que uma mobilização social, ainda tímida, era observada nas pessoas.

Finalizando, da pesquisa de campo ao confinamento para redigir este texto, momentos de satisfação e angústia foram corriqueiros, mas gratificante foi apreender experiências vivenciadas por outros, lembranças que instigavam sentimentos diversos (deles e nosso), por anos escondidos no pensamento. Pessoas frágeis, carentes, principalmente, de afeto e reconhecimento; a nossa presença, com objetivo de assimilar experiências (quicá um dia devolvê-las), representou, sem embargo, a valorização dessas como cidadãos. Esta *aventura* nos proporcionou subsídios e inquietações que estimulam o prosseguimento dos nossos estudos no âmbito das discussões abordadas neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACANDHIS (Academia Canguçuense de História). **Memória: Informativo da Academia Canguçuense de História**. Canguçu: ACANDHIS, 2003 (abr/jul) n. 2.
- ALENCAR, José. **O Gaúcho**. Rio de Janeiro: Editora Tecnoprint, s/d.
- ALONSO, José Antônio Fialho; BANDEIRA, Pedro Silveira. Crescimento Inter-regional no Rio Grande do Sul, nos Anos 80. IN: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha (Coord.). **A Economia Gaúcha e os Anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 1990.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.
- AZEVEDO, Thales. **Italianos e Gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1982.
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Desenvolvimento de Comunidade: estudo da integração do planejamento do desenvolvimento de comunidade no planejamento do desenvolvimento global**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- BARCELLOS, Daisy Macedo. Família Negra no Rio Grande do Sul: contribuições para seu estudo. IN: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade**. Ilha de Santa Catarina (Florianópolis): Editora Letras Contemporâneas, 1996.
- BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
- BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu reencontro com a história; um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1983.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Os 200 anos da Igreja Matriz N. S. da Conceição – 1800-2000**. Canguçu: ACANDHIS, 1999.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Canguçu 200 Anos: Fundação em 1º Janeiro 1.800 – Efemérides Canguçuenses na História Militar – A Lenda da Pedra das Mentiras**. Canguçu: ACANDHIS, 2000.
- BENTO, Cláudio Moreira. **1780 – Charqueadas de Pelotas – Influência no povoamento da zona sul – projeção social e econômica – como foram vistas por St Hilaire, Debret e Herbert Smith – últimos vestígios**. Canguçu: s.d. (40-59 pp) (material disponível da biblioteca municipal de Canguçu).
- BENTO, Cláudio Moreira; MATTOS, Moacyr Pereira. Transportes e Transportadores em Canguçu. IN: BENTO, Cláudio Moreira (org.). **Revista dos 200 anos de Canguçu**. Canguçu: ACANDHIS, 2000. v. 1.
- BERGER, Peter L. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- BERND, Zilá; BAKOS, Margaret M. **O Negro: consciência e trabalho**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.
- BERTRAND, Alvin Lee. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 1973.
- BIDDLE, William W.; BIDDLE, Loureide J. **Estímulo ao Desenvolvimento da Comunidade: um guia de treinamento para líderes locais**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Agir, 1969.
- BOSENBECKER, Laedi Bachini. **Conhecendo Canguçu**. Pelotas: Editora Livraria Mundial, 1987. (livro didático)

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BUESCU, Mircea; TAPAJÓS, Vicente. **História do Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1969.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Editora EDUC, 1997.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Josué. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Ed. Antares/Achiamé, 1980.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará – Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

COSTA, Rogério Haesbaert. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

COTRIM, Marcelo S. **‘Pecuária Familiar’ na Região da ‘Serra do Sudeste’ do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do ‘pecuarista familiar’ no município de Canguçu/RS**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2003.

COURY, Guillaume. Norbert Elias e a Construção dos Grupos Sociais: Da Economia Psíquica à Arte de Reagrupar-se. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. **Norbert Elias: A Política e a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

CRUZ, Glenda Pereira. **Espaço Construído e a Formação Econômico-Social do Rio Grande do Sul: Uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas**. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Faculdade de Arquitetura, UFRGS, 1984.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, Norbert. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1995.

ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa/Portugal: Editora Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

FERREIRA, Milton Costa. Metade Sul e a Apologia da Miséria. IN: **Diário Popular**. Pelotas, Jornal, 23/05/2001. Site: http://www.diariopopular.com.br/23_05_01/artigo.html - Capturado na internet em 11/08/2004.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Ediplat, 2003.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini. **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção? um estudo sobre o processo de modernização na pecuária da Campanha gaúcha**. São Paulo: Tese (Doutorado em Geografia Humana). Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, USP, 2000.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1981.

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 1999.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Editora Ática, 1976.

FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FREITAS, Décio. **O Escravismo Brasileiro**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1982.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana no Noroeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

FUKUI, Lia. Terapia comunitária e o conceito de comunidade: uma contribuição da sociologia. **Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia Comunitária**. Morro Branco – Ceará, 2003.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Alívio à pobreza: diagnóstico e conclusões**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE, Prórural 2000, 1995.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA/ NIS – FEE. **Índice Social Municipal Ampliado** (ISMA). Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 1996 a 1998.(Banco de dados informatizado).

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Resumo Estatístico Municipal** (REM). Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 1999.(Banco de dados informatizado).

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1995-96.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

GALBRAITH, John Kenneth. **A Natureza da Pobreza das Massas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979.

GARCIA JR, Afrânio. **Sul: o caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Rio de Janeiro: Marco Zero Brasília, 1990.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis/RJ, Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GOODMAN, David. SORJ, Bernardo. WILKINSON, John. **Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

GOULART, Jorge Salis. **A Formação do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro/EDUCS, 1985.

HIRSCHMAN, Albert O. **Auto-Subversão – Teorias Consagradas em Xequê**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda no Brasil: poucos com muito e muitos com pouco. In: DOWBOR, L.; KILSZTAJN, S. **Economia Social no Brasil**. São Paulo: Senac, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1986.

KUMAR, Krishan. **Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

LAYTANO, Dante. **O Linguajar do Gaúcho Brasileiro**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

LAYTANO, Dante. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Martins Livreiro, 1983.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1978.

LEONARD, Olen E. Valores e normas sociais rurais. IN: BERTRAND, Alvin Lee. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas, 1973.

LEONARD, Olen E.; CLIFFORD, Roy A. **A Sociologia Rural para os Programas de Ação**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

MAESTRI, Mário. **O Escravo Gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993.

MAESTRI, Mário. **Deus é Grande, o mato é maior! Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora Universitária (UPF), 2002.

MANFROI, Olívio. **A Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: Grafosul – Instituto Estadual do Livro, 1975.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**. São Paulo: Editora Escrita, 1968.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Editora Cosac e Naify, 2003.

MENDRAS, Henri. Sociologia do meio rural. IN: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (org.). **Sociologia Rural: textos básicos de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

MENDRAS, Henri. **Princípios de Sociologia: uma iniciação à análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER). **I Seminário Nacional do Programa de Desenvolvimento de Comunidade**. Brasília, 1982 (agosto).

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER)/SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL). **2º Agregação de**

Treinamento das Comissões Locais de Desenvolvimento de Comunidade. Bagé, 1983 (02 a 05 mai.).

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER)/SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL). **Relatório sobre projetos e atividades técnicas.** Brasília, 1982 (1º trimestre).

MINISTÉRIO DO INTERIOR (MINTER)/SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO SUL (SUDESUL). **1º Agregação de Produtores Rurais do Rincão dos Maia – Município de Canguçu, RS.** Pelotas, 1981 (28 set. a 01 out.).

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade.** Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1999.

MOREIRA, Roberto José. **Ruralidades e Globalizações: Ensaando uma interpretação.** Rio de Janeiro: CPDA/Ruralidades, N° 1, out., 2002.

MOREIRA, Roberto José. **Identidade Social, Natureza e Comunidades Costeiras.** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2005. (capturado em 03/06/2005 – www.ruralidades.org.br/producao/archives/2005_03.html)

MOURA, Clóvis. **Quilombos: Resistência ao escravismo.** São Paulo: Editora Ática, 1987.

NELSON, Bardin H. Vizinhança e comunidades: organização e tendências. IN: BERTRAND, Alvin Lee. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea.** São Paulo: Editora Atlas, 1973.

NELSON, Bardin H. Programas de Desenvolvimento de Comunidades. IN: BERTRAND, Alvin Lee. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea.** São Paulo: Editora Atlas, 1973a.

OLIVEN, Ruben George. A Invisibilidade Social e Simbólica do Negro no Rio Grande do Sul. IN: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade.** Ilha de Santa Catarina (Florianópolis): Editora Letras Contemporâneas, 1996.

O Novo Testamento de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Os Gideões Internacionais. (s.d.)

ORNELLAS, Manoelito. **Máscaras e Murais de Minha Terra.** Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1966.

ORO, Ari Pedro. Os Negros e os Cultos Afro-Brasileiros no Rio Grande do Sul. IN: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e Territorialidade.** Ilha de Santa Catarina (Florianópolis): Editora Letras Contemporâneas, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Emergência dos Subalternos: trabalho livre e ordem burguesa.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1994.

PRODER – Especial. **Levantamento das Potencialidades: vocações e vantagens comparativas do município de Canguçu/RS.** Canguçu: SEBRAE, 1999. (mimeo)

QUEIROZ, Suely Robles Reis. **Escravidão Negra no Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora Globo, 1969. v. 1 e 2.

ROQUE, A. Cidadania e Pobreza. IN: **As Faces da Pobreza no Brasil: programa de trabalho.** Rio de Janeiro: Ed. ActionAid Brasil, s/d.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SCHERER, André Luís Forti; SILVEIRA, Fernando Gaiger. Estratégias Empresariais e Crise na Indústria de Conservas Vegetais da Metade Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Análise** (PUC-RS). Porto Alegre: PUC-RS, v. 9. n. 1. p. 97-111, 1998.

SCHMIDT, Carlos; HERRLEIN JR, Ronaldo. Notas sobre o desenvolvimento do Rio Grande do Sul: trajetória histórica e os projetos contemporâneos. **Ensaio FEE**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística (FEE), v. 23. n. 1. p. 255-284, 2002.

SCHNEIDER, Eliezer. **Psicologia Social: histórica, cultural e política**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Dois, 1978.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Célia Ferraz. **Contrastes Regionais e Formações Urbanas**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRONTÉGUY, Teófilo. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto/IEL, 1994.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: o campeador rio-grandense**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: populações rurais do centro-sul**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987a.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Editora EDUC, 1997.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ANEXO 1

Localização do Município de Canguçu e das Localidades Rincão dos Marques e Rincão dos Maia

